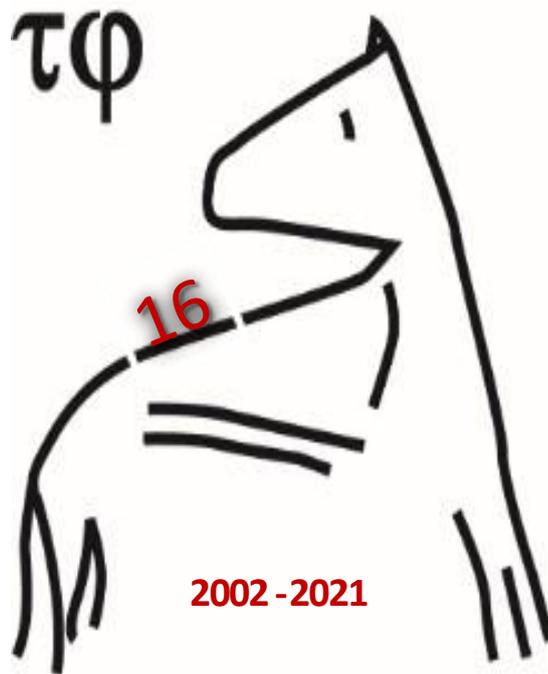


Cadernos

“Terras Quentes”



Exemplar nº _____



Índice

1 – Ficha técnica	3
2 – Editorial Manuel Cardoso	4
3 – A Ordem dos Cavaleiros do Templo no Nordeste Português <i>-Macedo de Cavaleiros um Concelho Templário-</i> Carlos A. Santos Mendes Miguel Sanches de Baêna Pedro Gomes Barbosa	9
4 – “Os Filhos do Vento” da Terronha de Pinhovel - Macedo de Cavaleiros Carlos Santos Mendes Miguel Sanches de Baêna	147
5 – Fraga dos Corvos Campanha 15 (2017) e Levantamento do Ortofotomapa (2019). João Carlos Senna-Martinez Elsa Luís Carlos Mendes	168
6 – “Manuel Cardoso – Uma faceta secreta” Manuel Cardoso	185

Ficha Técnica

Editor e propriedade

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros «Terras Quentes»

Rua D. Maria Mascarenhas, apartado 110

5340-900 Macedo de Cavaleiros

Tel. 278098548 - 936761011

E-mail: administração@terrasquentes.pt

Site : www.terrasquentes.pt

Diretor

Carlos Alberto Santos Mendes

Conselho de Redação

João Carlos Senna-Martinez

Carlos Alberto Santos Mendes

Pedro Gomes Barbosa

Manuel Cardoso

Elsa Luís

Miguel Sanches Baêna

Colaboradores neste número

Carlos Alberto Santos Mendes

João Carlos Senna-Martinez

Miguel Sanches Baêna

Manuel Cardoso

Elsa Luís

Agradecimentos

José de Castro Canelas

Maria Belmira Mendes

Ana Maria Canelas Sanches de Baêna

Maria Lua Sanches de Baêna

Tobias Miragaia

Na Capa:

- 1- Desenho de selo de chumbo Templário (staatsarchiv amberg)
- 2- Convento de Balsamão (adaptado de foto original: portugalfotografiaaerea.blogspot.com)

Na Contracapa:

- 1- Selo de Salomão, símbolo da Ordem dos Templários. Pedra colocada no degrau de acesso ao altar-mor da capela da Quinta da Piedade na Azinhaga/Golegã.
- 2- Cruz Templária existente nos degraus de acesso ao altar-mor da capela na Quinta da Piedade na Golegã.

Design e Composição Gráfica

Cláudio Pereira

Carlos Mendes

Depósito Legal

212756/21

Edição

Caderno Terras Quentes Nº 16, Abril 2021

Editorial

O Caderno 16 da Terras Quentes não é apenas mais um para cumprir a prova de vida da Associação: é o volume que, para lá de vir contar História, fará parte dela mesma pela importância do que vem revelar e pelas potenciais consequências que tal poderá ter para o nosso futuro. Macedo de Cavaleiros, depois deste, não só vê mais uma parte do seu passado descoberta como passa a fazer parte da constelação célebre e indutora de recursos que é a do Mundo Templário. De facto, não pode deixar ninguém indiferente a investigação feita e que vem revelar que poderemos passar a estar inscritos nos roteiros da Ordem do Templo, calcorreados que foram os nossos caminhos pelos cavaleiros mais fantásticos e célebres da história medieval europeia.

Por isso, estou a escrever um editorial que não é o corolário ou uma abertura conclusiva dum trabalho que ao ver agora a estampa, chegue ao fim. Bem pelo contrário. Tenho a certeza de que este editorial é antes o início dum grande caderno de encargos que deve mobilizar todos, macedenses residentes ou na diáspora, comerciantes e políticos, empresários e estudantes, eruditos e artistas, todos, para pegar no valor desta descoberta e pô-la a render, suscitar turismo, criar cultura, promover iniciativas, fazer dela um motor de desenvolvimento e instrumento de combate ao despovoamento, razão de ser para atracção de pessoas, motivo de orgulho e bairrismo para todos nós. Saibamos aproveitar a oportunidade, pô-la a render como os talentos da parábola, cultivemo-la para que cresça e tenha um efeito multiplicador de progresso.

Estamos em tempos estranhos e inimagináveis para a nossa vida, em que, à incerteza que tem sempre o devir, se junta muita ansiedade e, até, medo perante as circunstâncias. Não deixa de ser um acontecimento feliz o de, precisamente neste ambiente, surgir este achado fulgurante de os Templários fazerem parte do nosso passado e, impondo-se assim no nosso presente, renascidos de séculos de silêncio, se venham a afirmar como possivelmente determinantes do nosso futuro. Portadores de esperança. Factores de riqueza. Sinais de um promissor tema de acção.

Por isso, o artigo *A Ordem dos Cavaleiros do Templo no Nordeste Português - Macedo de Cavaleiros, um Concelho Templário* de Carlos A. Santos Mendes, Miguel Sanches de Baêna e Pedro Gomes Barbosa, justificaria por si só a edição deste Caderno. Mas há um outro artigo, *“Os filhos do vento” da Terronha de Pinhovel-Macedo de Cavaleiros*, assinado pelos dois primeiros autores referidos, que também muito nos deve dizer.

A Terronha de Pinhovel era o Macedo de Cavaleiros do Império Romano, com uma existência ditada pelas mesmíssimas razões que ditaram a existência da nossa aldeia-vila-cidade: a localização geográfica, no centro e cruzamento de rotas. A intersecção entre os apetrechos relacionados com os cavalos, o selo do correio imperial e a localização do povoado, estabelece uma não só plausível como provada

razão de ser: o dum centro de comunicações. Apesar do muito que sabemos já e da importância desse conhecimento sobre este assentamento pré e romano, tal conhecimento apenas aumenta a responsabilidade de termos de investir mais em investigação arqueológica. Trata-se dum investimento com retorno, trata-se de, também aqui, estarmos a lançar bases para o nosso futuro.

E se a Terronha era o Macedo de Cavaleiros do tempo romano, a Fraga dos Corvos, no Monte Mé da Serra de Bornes, seria o Macedo de Cavaleiros da Idade do Bronze e do Ferro. Começaram ali a viver pessoas há mais de três mil anos! Da área muito pequena escavada até agora ficou revelada uma janela escancarada sobre um povoado grande, complexo e monumental à escala desse tempo, tecnologicamente do mais avançado que existia no mundo, a metalurgia do bronze, numa determinada fase, e em inter-relação com o Norte da nossa Meseta e o Sul Mediterrânico da nossa Península. Tenho a certeza, a firme certeza, de que estes achados, da Terronha de Pinhovelo e da Fraga dos Corvos, hão-de atrair as atenções de decisores e políticos e ser merecedores da sua promoção e investigação em larga escala. A começar pela garantia da sua urgente e necessária salvaguarda como bem cultural. Daí a extrema importância de mais este artigo de João Carlos Senna-Martinez, Elsa Luís e Carlos Mendes.

Cabe aqui um parágrafo para uma homenagem a estes autores e a todos os que, ao longo dos anos, trabalharam em prol de Macedo de Cavaleiros e dispuseram do seu tempo para apresentar os seus produtos de investigação nas nossas Jornadas de Primavera e publicá-los nos nossos Cadernos. Uma sociedade só tem futuro se conhecer e respeitar o seu passado. E poderá prosperar sabendo usar com sabedoria o conhecimento sobre o seu passado.

Mesmo que hoje nem todos vejam com clareza tudo o que queremos dizer, estamos a cumprir o nosso dever para com a nossa terra. Também, há poucas décadas, alguns não queriam ver tudo aquilo que todos os Cadernos Terras Quentes vieram, afinal, demonstrar – e ultrapassando todas e as melhores expectativas. Tal como o futuro ultrapassará as nossas de hoje, já de si tão elevadas, motivadas pelo recheio cultural precioso que este Caderno 16 contém. Cavalos e Cavaleiros, muito mais do que o sobrenome da nossa cidade, do nosso concelho, são bem um programa de acção. Saibamos estar-lhe à altura!

Manuel Cardoso.

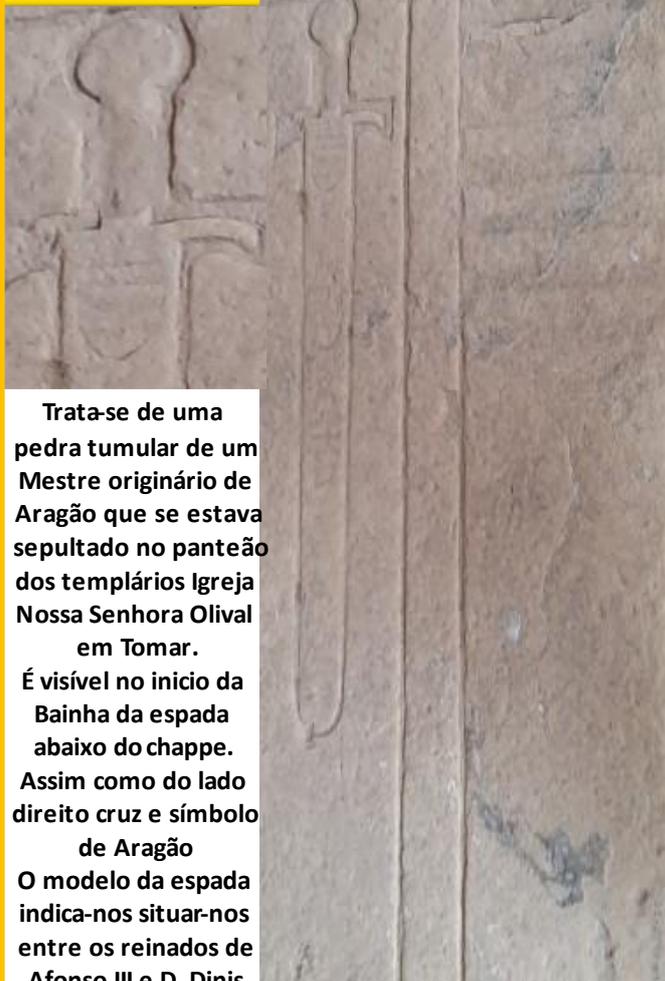
Nota do diretor dos Cadernos “Terras Quentes”

Seria injusto não se fazer uma referência ao quarto artigo inserto neste Caderno 16, com o título “Manuel Cardoso - uma faceta secreta”. Por certo, por constrangimentos e humildade pessoais não quis o editorialista referir-se a um assunto que lhe toca profundamente, o que se compreende e aceita. Mas nós não sendo pelo facto de o termos por amigo e companheiro desta nossa luta pela história e identidade dos Macedenses, não aceitamos esta exclusão do editorial. Em qualquer momento este artigo seria sempre bem-vindo a um qualquer Caderno Terras Quentes, mas se tivéssemos de escolher o momento, o momento seria este. Momento estranho este que se vive, onde aparece aqui e ali alguém a querer “derrotar a história”, mas a história não se derrota, estima-se, preserva-se, aprende-se, enaltece-se, enobrece-se ou critica-se, mas é, e será sempre, história, a nossa história. A narrativa que Manuel Cardoso nos conta só tem de nos orgulhar a todos, não só Macedenses, mas a todos nós Portugueses, alguém que arrisca ou dá a vida pelos outros, pelo bem dos outros, sem nada pedir em troca é uma lição para todos nós e merece a nossa reverência (felizmente temos tido muitos e bons exemplos, na nossa história). O altruísmo, a humildade e o afeto, por vezes nasce connosco, mas na maioria dos casos são as agruras da vida que nos vão formatando tornando-nos melhores. A História tem disto, abrimos o caderno 16 com notícias de há 800 anos e fechamos com notícias de há 80 anos. Eu aprendi com todas elas.

E termino com mais um ensinamento que a história nos trouxe há 500 anos: Citando Nicoló Macchiavelli, que no capítulo V da sua obra “O Príncipe” nos recorda: *“Os povos que perdem a liberdade pela força, pela força haverão de reconquistá-la. Mas os que perdem a liberdade por descuido, estes demorarão muito a voltar a ser livres.”* (texto adaptado). Lembremo-nos (e muito de nós ainda se recordam) que a última vez que isso aconteceu em Portugal - por questões de extremismos e populismos - estivemos 48 anos à espera que a liberdade voltasse e creiam que foram tempos bem piores do que este confinamento sanitário em que vivemos há mais de um ano do qual todos nós já estamos saturados.

Carlos Mendes.

**Cores do símbolo
Do reino de Aragão**



Trata-se de uma pedra tumular de um Mestre originário de Aragão que se estava sepultado no panteão dos templários Igreja Nossa Senhora Olival em Tomar.
É visível no início da Bainha da espada abaixo do chappe. Assim como do lado direito cruz e símbolo de Aragão
O modelo da espada indica-nos situar-nos entre os reinados de Afonso III e D. Dinis

Trata-se de uma cruz, raríssima. Esta pretende ser a simbiose entre a cruz usada nas cruzadas tendo os terminais em "Tau". Na base se repararmos a cruz está colocada sob degraus vendo-se duas cunhas para a suportar na vertical. No cruzamento está bem claro o cálice do sangue de Jesus Cristo. Esta pedra encontra-se nos degraus de acesso ao altar-mor na Capela da N^ª S^ª. Piedade (particular) situada na Golegã



A cruz do calvário de cristo



A Ordem dos Cavaleiros do Templo no Nordeste Português **-Macedo de Cavaleiros, um Concelho Templário-**

Carlos A. Santos Mendes*
Miguel Sanches de Baêna**
Pedro Gomes Barbosa***

“O homem que desconhece o seu passado sente-se desamparado, perdido, é um ser humano desequilibrado, incompleto, o seu caso pertence ao foro da patologia”

J.H. Pais da Silva.

Introdução

Este artigo tem por finalidade condensar os conhecimentos adquiridos, até hoje, da implantação e importância que a Ordem dos Cavaleiros Templários teve, não no todo Nacional, mas focalizando-nos numa área que é hoje Portugal, neste canto Peninsular, e mais concretamente na parte Nordestina do Território.

Muito há ainda por fazer sobre a história do Nordeste Transmontano, durante a Idade Média.

Talvez por isso, a história da Ordem do Templo, naquela área geográfica, continua também a ser um mistério. Um mistério que investigações recentemente levadas a cabo pela Associação Terras Quentes nos conduziram a resultados verdadeiramente surpreendentes. Tão surpreendentes que, estamos certos, irão acrescentar mais uma página, verdadeiramente inédita, à história daquela região.

Para se entender melhor a implantação da Ordem do Templo no Norte do País, mormente na zona leste de Trás-os-Montes, teremos de recordar, quem, para além do poder político, mandava verdadeiramente na região. Falamos do poder espiritual, a Igreja Católica, a Diocese de Braga, muito antes da chegada da Ordem dos Templários.

* Mestre em História Regional e Local e Licenciado em Arqueologia e História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador do Centro de Arqueologia “Uniarq” da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Presidente da direcção e investigador da Associação Terras Quentes.

** Doutoramento em História, Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa, Investigador da Associação Terras Quentes, perito em armamento história militar com vasta obra publicada.

*** Doutoramento em História Medieval pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Professor Associado com agregação ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (na situação de aposentado) Membro do Conselho de Curadores e membro do Conselho Científico da Fundação da Batalha de Aljubarrota. Diretor do Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo. Membro fundador do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo, Subdiretor do Instituto de Estudos Árabe-Islâmicos, entre outras atividades. As suas principais áreas de estudo são a História Medieval, História Militar e Segurança e Defesa.

A abrangência geográfica do Convento Bracarense antes da nacionalidade.

Para melhor entendimento recuemos a tempos romanos: O “Conventus Bracarensis” ou Convento Bracarense, começou por ser uma entidade administrativa romana delineada pelas reformas administrativas de Augusto. O seu nome deriva de Bracara Augusta, capital do “Conventus Bracarensis”. Era a partir dela que se regia a administração política, económica e administrativa de todo o território.

Território que, à data, tinha como limites territoriais, a Sul o curso do rio Douro, que marcava a raia Côa/Lusitânia, a norte o Rio Verdugo, parte meridional da atual província de Pontevedra e a linha do rio Sil e confinava com a linha divisória com o convento Lucensis a Ocidente, o oceano Atlântico e a Oriente era limitada pelo rio Navea, afluente do rio Sil com a linha divisória o “Conventos Asturicense” incluindo parte (hoje) das comarcas de Trives, Viana e Valdeorras, os Trás-os-Montes e parte da actual província de Zamora, parte, encostada à fronteira, hoje Portugal, incluindo a região de Aliste eram porção do “Convento Bracaraugustano”.



Mapa1: Divisão administrativa em tempo romano (Fonte: Gallaecia Auditoría e Consultoría Empresarial: auditoresgallaecia.com)

Após a Queda do Império Romano do Ocidente, Bracara Augusta tornou-se na capital política e intelectual do Reino Suevo que englobava a extinta região da Galécia, hoje Galiza, no norte de Portugal, parte das Astúrias e das províncias de Leão e Zamora, e se prolongava até ao rio Tejo. Por ordem do rei Ariamiro foi realizado o concílio de Braga, entre 1 de maio de 561 a 563, tendo sido presidido por São Martinho de Dume, bispo titular de Bracara. Deste concílio resultaram grandes reformas, principalmente no mundo eclesiástico e linguístico, destacando-se a criação do ritual bracarense, mantendo-se, todavia, a sua influência geográfica.

Posteriormente, com o declínio da ocupação Sueva, o antigo Reino da Galiza, foi dominada pelo Reino Visigótico durante 130 anos¹. Mantendo-se a sua influência geográfica, tanto em tempo Suevo como durante o domínio Visigótico.

¹ Ordem dos Templários - Infopédia (infopedia.pt).

Como vimos, a diocese de Braga foi erigida nos primórdios do Cristianismo, embora uma tradição lendária enumere bispos desde o século I. O primeiro bispo com evidências históricas é o Bispo Paterno que aparece no Concílio de Toledo, em 397. Na primeira metade do século V, a Sé Bracarense foi elevada à categoria de Sé Metropolitana.



Mapa 2: Implantação Sueva nos finais século VI (Fonte: prof-tathy.blogspot.com)

Na reforma eclesiástica verificada no ano de 569, à Diocese de Braga juntaram-se as dioceses sufragâneas de Dumio, Magneto, Coimbra, Lamego, Idanha e Viseu. Assim, já no primeiro período de existência, Braga tinha dignidade metropolítica, com jurisdição sobre todo o noroeste e nordeste da Península, tendo dela dependentes os bispados de Conímbriga, Viseu, Dume, Lamego, Porto e Egitânia. Depois, chegaram os Visigodos comandados por Recaredo I que, entretanto, se reconverteu ao cristianismo e tomou conta da área geográfica dos suevos, afinal, todo o espaço onde se iria formar o Condado Portucalense.

Após a invasão Árabe, por volta de 745, Braga ficou sob domínio islâmico e os seus Bispos passaram a residir em Lugo. Em 832, a cidade de Braga esteve sujeita à jurisdição da arquidiocese de Lugo. Essa situação continuou até 1070, quando a cidade foi reconquistada pelos cristãos. A arquidiocese de Braga foi restaurada. O 1º bispo é Pedro, mencionado pela primeira vez em um documento datado de 1 de maio de 1070.

Todavia, como se verifica em tempos pré-nacionais, a força administrativa e eclesiástica da Diocese de Braga chegava a Idanha-a-Nova e saltava a fronteira, tanto a norte (do território hoje Portugal) para a Galécia como a oriente para a região de Zamora.

E assim, a “justiça” da Diocese Bracarense foi chegando a Macedo de Cavaleiros.

Ainda na pré-nacionalidade, em tempo de Condado Portucalense, o poder no terreno passava muito pelos “Oratores” (Clero) Bracarense. Os dados disponíveis sobre as existências de locais de culto religioso são do reinado de D. Dinis. Existiam cerca de 2.500 igrejas e capelas, sendo que a maioria se situava a norte do Douro sob a alçada da Diocese Bracarense, isto, num “Portugal” mais densamente povoado a Norte do que a Sul, como era natural, devido às contingências da época.

Várias dessas igrejas tinham em funcionamento, adossadas, as colegiadas, segundo Carvalho [2020, pág. 48], *“existiriam cerca de 165 colegiadas, cada qual com os seus priores e beneficiados, tudo somado chegaríamos aos 4.000 membros. No reinado de D. Dinis professavam no reino, no clero regular, Beneditinos, Franciscanos, Dominicanos, Carmelitas, Trinitários, Agostinhos, Loios, Jerónimos, Cónegos Regentes, Clunienses, Donas de Santiago e Cistercienses, alojados em 161 mosteiros, sendo 129 de homens e 32 de mulheres não existindo, todavia, um inventário que nos permita informar um número certo de utentes. Calcula-se num número a rondar os 50 membros por mosteiro o que daria um total a rondar os 8.100 religiosos/as nesses locais. Acresce ainda a este somatório, os membros das ordens religiosas/militares: Ordens do Hospital, Templários, Avis e Santiago. Os quais não chegariam ao meio milhar”* [CARVALHO, 2020 Pp. 50] diz o autor, que cada ordem não passaria dos 100 elementos.... Teríamos, portanto, um total de membros do clero em Portugal no reinado de D. Dinis (XII/XIII) entre 12.000 e 13.000 pessoas. Isto é cerca de 1% do total da população, que se estimariam em pouco mais de 1 milhão de almas.

Mas... o braço justiceiro da Diocese Bracarense “chegava a Macedo”, vejamos o que nos diz José Marques (2007) na página 56 do seu trabalho “A Igreja no tempo de D. Afonso Henriques”: *“[...] Entre doadores e as dádivas por eles feitas à Sé de Braga e a outras Igrejas para serem ou porque foram absolvidos de alguma excomunhão, desejamos salientar o caso de Mónio Esteves e de sua mulher, Urraca Guesteiz, porque revela que a pena de excomunhão lhes tinha sido aplicada, mercê da sua cumplicidade no crime de bigamia, ao darem sua filha em casamento a Fernando Gomes que estava legitimamente casado com outra mulher, ainda viva, por ele repudiada. Tendo pedido perdão e sido absolvidos da sobredita pena de excomunhão pelo arcebispo D. João Peculiar, por carta de 7 de Dezembro de 1155, doaram à Igreja de Santa Maria de Pinhovelo, (no actual concelho de Macedo de Cavaleiros), os dízimos que tinham em Travanca. Além disso Urraca Guesteiz, mãe da jovem induzida a um casamento nulo, mas em última instância, responsável por uma inequívoca situação de bigamia, deu também à Sé Primaz uma herdade em Rio Mau, sita em terra de Montenegro”.*

E acrescenta na página seguinte: *“No âmbito de homicídios vamos mencionar mais alguns que configuram também a gravidade de verdadeiros sacrilégios. Ficou memória no documento de 22 de abril de 1110 pelo qual sabemos que: Vidas, sua mulher, filhos e outros familiares doaram à Sé de Braga os bens que possuíam em*

Bornes do que lhes pertencia na Igreja de Santa Marta, sita em Macedo de Cavaleiros (ipsis verbis), em reparação pelo sacrilégio inerente ao homicídio praticado dentro dela”.

São duas notícias notáveis para Macedo de Cavaleiros, em bom rigor, ambas antes da nacionalidade (Macedo de Cavaleiros, terra que até há vinte anos vivia de mitos, lendas e pouco mais). Embora a segunda notícia já tenha sido dada a conhecer, não só na fonte “*Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae pp118 e 119*”, como na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (Volume IX Pág. 89), são por certo das primeiras notícias sobre Macedo de Cavaleiros, expressas a “pena”, já que as que tínhamos conhecimento eram provenientes de gravações em pedra em estelas funerárias e aras de tempo romano.

Os acontecimentos histórico-militares que antecederam a chegada da Ordem dos Templários ao Nordeste Transmontano: (Séculos IX-XII)

Há já algum tempo que trabalhamos o campo difícil, mas estimulante da História Militar do período da chamada “Reconquista”. Muitas são as obras, de valor desigual, que tratam as guerras que, na Península Ibérica, opuseram a Cristandade e o Islão. Mas tem-se descuidado muitas vezes, se não sistematicamente, a abordagem militar nas suas várias vertentes de estratégia e táticas, sistemas de defesa estática ou dinâmica, combatentes e armamento, para só se referir os aspetos mais importantes. Recentemente, o livro de Francisco Garcia Fitz² veio colmatar boa parte desta lacuna.

É um excelente estudo de história militar focando todos os principais problemas que se colocam ao historiador, mas limita-se infelizmente, a Castela e Leão e ao período de dois séculos.

Parte praticamente do reinado de Afonso VI, e a presença muçulmana resume-se ao confronto com os cristãos peninsulares, pouco se dizendo acerca da sua organização interna.

O que pretendemos com o nosso trabalho não é, de forma alguma, fazer para o território português o mesmo que Francisco Garcia fez para os reinos de Castelhana e Leonês. O nosso propósito é mais modesto.

Tentámos perceber a realidade Portuguesa nas suas diferentes variáveis, mas sem esquecer dois pontos que consideramos importantes: primeiramente, que o território que vai constituir o futuro reino de Portugal foi ocupado, até ao século XIII, em vários dos seus segmentos cada vez mais pequenos, é certo, pela formação islâmica, sendo necessário compreender nas suas linhas gerais e também a especificidade dos caudilhos que ocuparam este espaço; Em segundo lugar que a história militar portuguesa medieval da formação cristã não se inicia com a “tomada do poder” por Afonso Henriques, em 1128, após a batalha de S. Mamede, ou mesmo com a constituição do Condado Portucalense, mas tem o seu começo antes disso, pelo

² *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)*, Sevilha, 1998.

menos em 868, com ocupação da chamada “Linha do Douro”. É o primeiro momento de ligação do território que vai depois ser Portugal aos sistemas Asturo-Leoneses de “fazer a guerra”, e às especificidades das comunidades de fronteira desta região periférica à Meseta.

O estudo da História Militar medieval Portuguesa, sobretudo no que respeita ao período chamado “da Reconquista”, tem que obedecer a vários “passos”, lentos e graduais. É necessário, em primeiro lugar, definir claramente os objetivos deste estudo e o fim que esperamos atingir.... Só assim poderemos tentar desenvolver uma metodologia e modificá-la sempre que os resultados da primeira experiência se mostrem inferiores à segunda – entendendo-se, neste caso, metodologia, como um caminho a percorrer.

Desta forma poderemos, igualmente, colocar as questões certas aos documentos sobre os quais vamos trabalhar. Considero que a História Militar é, pela sua natureza, a história “completa” de um determinado período do passado, explicando melhor:

Quando trabalhamos a História Militar estamos, é certo, a estudar a composição de um exército³, a sua organização, as cadeias de comando, o seu armamento, o uso desse mesmo armamento nas diferentes missões executadas pelos militares⁴. Preocupamo-nos, igualmente, com o sistema da logística, tanto no abastecimento de víveres quanto na substituição do material bélico.

E temos ainda de nos preocupar com os sistemas de defesa, permanentes ou temporários, móveis ou estáticos. Temos de estudar a defesa das Costas e dos rios, nas suas componentes de fortificações de margens ou sistemas de marinha. É de capital importância o sistema viário: tanto a utilização da rede viária romana quanto a construção de novas estradas e pontes, e a sua articulação com os sistemas de defesa fixa.

Temos de conhecer a forma como um determinado grupo ocupa e segura um território tornando viável a sua ocupação por novos colonos, a única forma de estabelecimento durável. E ainda, qual o apoio dispensado pela população “ocupada”, e a existência de “quintas colunas” favoráveis ou hostis ao agressor (ou ao agredido). Quais as táticas usadas no campo de batalha? Quais as variações, tendo em conta a proporção da força em presença e a conformação do terreno? Como se comportam, ou como são utilizadas as diferentes armas que compõem as costas e dos rios, nas suas componentes de fortificações de margens ou sistemas de marinha. É de capital importância o sistema viário: tanto a utilização da rede viária romana quanto a construção de novas estradas e pontes, e a sua articulação com os sistemas de defesa. Fixa.

³ Usamos o termo “exército” no seu sentido mais lato. Seja no de um corpo estruturado e organizado, de tipo profissional ou de conscrição geral, seja no de um grupo temporariamente “levantado” para uma determinada missão, de defesa ou de agressão.

⁴ O bom e o mau uso dessas armas

Estes são apenas alguns dos temas, e as respostas às questões têm que ser procuradas em documentos tão diversos como as crônicas (cristãs e muçulmanas), em textos de poetas ou prosadores, em documentação avulsa, em forais, em materiais fornecidos pela História de Arte e pela Arqueologia, e ainda em fontes tão insuspeitas como sermões e outros textos litúrgicos.

O nosso propósito é estudar o “homem combatente” e os sistemas bélicos. Mas tal propósito não nos deve fazer esquecer que eles não aparecem por acaso, sem a mínima relação com os outros campos da História. Estaríamos, então, a estudar uma matéria fictícia, sem relação com a realidade histórica. Não podemos perceber a composição de um exército e a sua cadeia de comando sem levarmos em conta a estrutura social do grupo estudado, as relações de dependência entre os vários estratos sociais, a sua força ou a sua fraqueza demográfica. Não nos podemos alhear da história política, não reduzindo, contudo, a guerra à “política por meios violentos”. As motivações que comandam as atividades bélicas não dependem do desejo de um chefe ou de um grupo de caudilhos. É uma verdade óbvia, mas que foi no passado muitas vezes esquecida, pelos mais variados motivos.

E, o estudo do armamento usado pelas forças em presença não pode ser levado a cabo sem termos sempre em mente as influências externas, por imitação, importação ou migração de guerreiros, a tecnologia à disposição dessas sociedades, as matérias-primas a que tinham acesso. Quanto às armadas, não só é importante ter-se informação sobre os tipos de embarcações usadas (e as possíveis influências estrangeiras como as técnicas de construção naval e os conhecimentos náuticos, mas também sobre os portos de abrigo, militares ou de conveniência, e as terecenas onde foram feitos e consertados os barcos, nos vários momentos, e o seu armamento ofensivo. Por quem eram tripulados? Quais as táticas usadas em cada momento, em cada teatro de operações e por cada tipo de embarcações? A história da cultura e o estudo das mentalidades fornecem-nos preciosas informações, tanto no que diz respeito às motivações dos combatentes quanto à capacidade de liderança e às escolhas táticas e estratégicas.

E poderíamos continuar. Mas penso que ficou claro o que pretendia dizer. Não nos podemos ater apenas aos aspetos puramente militares de um determinado grupo, mas o objetivo deste estudo é exatamente o tratar de temas militares específicos. Por isso, insistiremos pouco nos restantes aspetos que, contudo, estarão sempre como pano de fundo e elementos fundamentais de análise. Estes aspetos serão chamados apenas quando forem indispensáveis para um melhor esclarecimento de determinados pontos, remetendo o leitor para estudos já existentes, nos restantes casos. Não pretendemos, como é óbvio, fazer uma história da reconquista. Existe já um vasto conjunto de obras, entre livros e artigos que tratam dos aspetos políticos, sociais, económicos e culturais da época que nos interessa, como já referi. Uns excelentes, outros de menor qualidade, e ainda outros com cujas conclusões não estarei totalmente de acordo. É claro que, ao estudar o problema da guerra de fronteira terei

de ter sempre em conta a estrutura dessas comunidades raianas, seja das cristãs, seja das muçulmanas (ou em território ocupado pelos muçulmanos). Mas o que não se considerar essencial para o discurso será apenas afluído, remetendo-se o leitor para obras onde o tema se encontra estudado com maior profundidade. O mesmo se diz em relação à questão do “armamento”, já sobejamente tratado e explorado por medievalistas de grande prestígio, tanto nacionais quanto estrangeiros.

Por isso, a obra que aqui apresentamos não é uma história de arte da guerra no Portugal medieval, nos momentos da “Reconquista”. Encarámo-la como um conjunto de estudos, incompletos, mas que têm sequência que pensamos lógica, ponto de partida para completarmos o “puzzle” que nos propomos continuar a estudar, de modo a irmos encaixando parte das peças que faltam⁵ Muita documentação não foi compulsada, embora tenhamos consciência de ter analisado a principal. Mas são em grande número nos documentos, tanto particulares quanto régios, as Crônicas, as “vidas” de Santos, as imagens, muitas delas trabalhadas através de reproduções, algumas truncadas e sem relação com o texto de que são ilustrações, esculturas de vários tipos, espalhadas pelo país, fortificações que tivemos que visitar para melhor conhecer a sua localização no terreno, mas de que não conhecemos a forma primitiva das suas defesas, ou mesmo os sistemas anexos, por vezes apenas referenciáveis pela toponímia, já que a arqueologia medieval começa apenas agora a dar os seus primeiros passos.

Estas e outras limitações levaram-nos a reduzir seja a área geográfica de análise seja, como consequência disso, o âmbito cronológico. Por isso, parámos ao chegar à “linha do Tejo”, embora não nos tenhamos coibido de fazer incursões mais para sul, quando isso se mostrava conveniente⁶, e terminámos na primeira metade do século XII, com a conquista do Entre Mondego-e-o-Tejo (ou Sado).

O presente trabalho, como já referimos, é um ponto provisório de chegada, mas também ponto de partida para outros desenvolvimentos. Os capítulos podem ser lidos pela ordem que o leitor desejar já que, se inserem numa lógica sequencial, foram feitos, igualmente, para funcionarem como artigos independentes. Ou, pelo menos, foi o que tentámos!...

Escrevi a pensar fundamentalmente nos alunos de história militar medieval, e naqueles muitos outros que, sendo curiosos por estes assuntos, não têm tempo, paciência e conhecimento para se embrenharem em densas florestas de conceitos especializados. Ao contrário do Padre António Vieira na carta a D. João IV, “*desta vez escrevo curto e simples, porque tive tempo de o fazer*”.

⁵ Não temos a veleidade de sequer conhecer ou vir a conhecer todas as peças do “puzzle”, quanto mais tentar encaixá-las todas.

⁶ Por exemplo, ao estudarmos as incursões de Ordonho II a Évora.

Toda a bibliografia e as fontes realmente consultadas e utilizadas vão citadas, embora não possam faltar as notas de rodapé fundamentais para indicar conclusões que não são nossas, ou documentação de vários tipos onde se incluem as informações que utilizamos. Nada foi escondido. Por isso mesmo, e porque, por outro lado, tentamos fazer um texto que se lesse com algum prazer⁷, sem demasiadas notas eruditas, estas foram reduzidas àquilo que pensamos ser o mínimo indispensável.

Este trabalho é devedor a várias pessoas com quem tivemos o privilégio de conversar e discutir questões que se relacionam direta ou indiretamente, com o tema da Reconquista, e que me proporcionaram, se não a modificação de algum ponto de vista, pelo menos o esforço sempre importante de buscar novos argumentos para sustentar aquelas posições que eu defendia. Não os poderei citar a todos. Alguns, porque este interesse pelo tema já é velho de muitos anos, ficarão injustamente esquecidos. Citamos pelo menos aqueles cujas observações foram mais determinantes ou que, de uma forma ou doutra nos forneceram indicações documentais importantes. O Dr. Pereira Coutinho, imprescindível na informação sobre o armamento da época, com quem debatemos também questões relacionadas com a arte de fazer a guerra nesta idade Média, nossa paixão comum. Os nossos colegas, os professores Doutores António Dias Farinha, com quem tivemos longas conversas sobretudo no que respeita à vertente islâmica, e Hermenegildo Fernandes, para as questões relacionadas com o “seu” Alentejo, o qual embora pouco presente neste trabalho, serviu de comparação com o que aconteceu “a Norte”. Os Doutores António Balcão Vicente e Carlos Guardado da Silva, que conosco trabalham há já alguns anos, tanto na vertente arqueológica percorrendo montes e vales à procura de vestígios medievais na bacia do baixo tejo, na Extremadura e na estratégica região de Ourém, ou visitando castelos, fortificações e caminhos romanos e medievais na beira interior, quanto na análise da documentação, tentando conhecer melhor a história militar medieval portuguesa.

II

“No voy a defender la importância que para la história medieval de la Península tienen tanto la reconquista como la repoblacion. ...sin la comprensión de ambos fenómenos la história dos siglos medievales perderían buena parte de su própria lógica interna, o, lo que es lo mismo, que sin abordar sistemáticamente su estudio estaríamos renunciando a uno de los hilos argumentales que hacen de la época medieval algo más que una estéril y ferragosa saga de reinados o una longa marcha, predeterminada por la geopolítica o por la Providencia, desde la diversidad a la unidad. La história de la Península Ibérica durante la Edad Media es, evidentemente, algo más que eso, y, de hecho, há sido diverdamente interpretada desde actitudes unas veces cargadas de pessimismo my outras declaradamente optimistas.

⁷ Se o conseguimos ou não, isso será avaliado pelos leitores.

Es peligroso, sin duda, cerrar los ojos a la complejidad inherente al desarrollo histórico de una comunidade y optar por una de las posibles líneas inyterpretativas que aglutinen en su conjunto, si no todo, si al menos buena parte de o que fue da Edad Media. T, en esto sentido, si hay algo que recorre ininterrompidamente los siglos medievales, unas veces a um ritmo frenético, otras más lento, es, sin duda, un largo processo de colonización, o, lo qwue es lo mismo, empleando palavras des prof. Garcia de Cortázar, de control de un espácio por medio de la reconquista y de ocupación del mismo mediante repoblación.”

M. Gonzáles-Jiménez, “Reconquista y Repoblación del Occidente Peninsular” in Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, Vol. II, Porto, 1987, pág 455-456.

“Mas uma história plausível não é necessariamente verdadeira”
Stephan Jay Gold, “O regresso do monstro promissor” em O Polegar do Panda. Reflexões sobre a História Natural, Lisboa s.d., pág 213.

“Finalmente, e inevitável que uma interpretação seletiva de pessoas e acontecimentos do passado remoto levante questões de relevo e suscite uma projeção inadvertida de valores contemporâneos sobre o que há muito desapareceu. Mas é também verdade que a natureza básica de homem não mudou, nem tão-pouco o carácter de vida e da morte da batalha. Só mudou a tecnologia”.
Robert L. O’Connel, História da Guerra, armas e homens, Lisboa, 1995, pág. 20.

Antes de iniciarmos novo capítulo interessará esclarecer de forma muito sintética o nosso entendimento de três conceitos essenciais: Presúria, Algara e Fossado.

Presúria: Por presúria entendemos qualquer ação efetuada por um grupo armado, tendo por a ocupação de terras numa base permanente. Assim a presúria mais eficaz e douradora é a que é em movimentos vastos de conquista, e quando existe retração do aparelho defensivo do inimigo.

Algara O termo “algara” designaria, segundo é geralmente aceite, a correria de cavaleiros por terra inimiga, com o intuito de pilhar e destruir campos.

Fossado: Quanto ao fossado também se aceita que se trataria de expedições de maior envergadura, nas quais participavam, para além dos cavaleiros um número significativo de peonagem.

A “Guerra de Reconquista”, como foi várias vezes afirmado, representa um dos fenómenos mais importantes da História Medieval Portuguesa. Já tratada por vários historiadores de grande prestígio, o tema apresenta ainda alguns pontos obscuros.

Muitos assuntos estão apenas esboçados, quando não esquecidos, por não terem feito parte das preocupações dos nossos eminentes historiadores. Deve dizer-se, igualmente, que a documentação não abunda, sobretudo no que diz respeito à formação islâmica, onde apenas podemos aproveitar algumas crónicas e relatos de geógrafos muçulmanos⁸, e que as fontes literárias que tem servido para análise da Reconquista devem ser vistas com alguma cautela, quando não com grande espírito crítico, já que estamos a lidar com um caso clássico de história escrita pelo lado do vencedor. A este facto junta-se o atraso da Arqueologia Medieval no nosso país, que só agora começa a dar os primeiros passos.

Iremos, neste trabalho, discutir o conceito de “fronteira” e o de “guerra de fronteira”⁹. Abordaremos os problemas das expedições em território inimigo, das fortificações, e da articulação entre esses sistemas de defesa, procurando perceber a coerência de uma distribuição espacial, que julgamos existir. Finalmente, testaremos algumas destas hipóteses em casos concretos detetados entre o Douro e o Tejo.

Com o presente estudo pretendemos fazer o ponto de situação, evidentemente não definitivo, das questões que se prendem com a organização militar e o “fazer a guerra” na “Fronteira inferior”, zona sensível e de características muito próprias dentro do sistema fronteiro peninsular. As suas características físicas, e os grupos que a povoam e aí detém o poder, fazem dela zona instável no processo de avanços e recuos das formações em conflito. À zona montanhosa do norte Galego, de qualquer forma menos agressiva do que as vizinhas Astúrias e Cantábria, sucedeu-se numa região de vales mais abertos, cortada por importantes cursos de água que se suaviza à medida que caminhamos para sul. Abrindo-se também amplas planícies costeiras que permitem uma fácil circulação de homens e, quando se proporciona, de mercadorias. Se excetuarmos o Sistema Montanhoso Central, as serras que cortam este território são de fácil passagem através dos vales e rios ou de portelas naturais. A Oriente, o terreno começa a subir em direção à Meseta¹⁰ região onde os problemas da guerra e

⁸ Sem contarmos com o exagero dos autores (o que igualmente se pode afirmar para as fontes cristãs), muitos desses textos são tardios, e outros repetem-se quase ao nível do “plágio” (embora este conceito não se aplicasse ao período que estamos a tratar). Junte-se o facto de alguns textos islâmicos que poderiam ser de grande importância para o esclarecimento da história das guerras entre as duas formações não se encontrarem ainda traduzidos, não obstante o notável esforço que tem vindo a ser feito por parte dos investigadores do país vizinho. Para o Andaluz faltam-nos, igualmente os documentos emanados da chancelaria emiral e califal, e os atos entre particulares que possuímos embora em pequeno número para o campo cristão.

⁹ A “Fronteira Inferior será definida mais à frente. Contudo, e sempre que acharmos conveniente para um melhor entendimento das questões tratadas, não tivemos problemas em entender esta “Fronteira Inferior” até as zonas de Simancas (para a fronteira Cristã) ou Toledo (para a formação islâmica) que estavam incluídas “administrativamente”, na “Fronteira média”. Os problemas militares se não são muitas vezes os mesmos, são suficientemente semelhantes entre estes dois tramos. A “Fronteira Superior”, seja pelos contendores em presença (Castelhanos, Navarros, e Aragoneses, frente aos chefes de grandes famílias locais), seja pela sua organização defensiva não pode servir de comparação segura com este ocidente peninsular, para onde dirigimos a nossa atenção.

¹⁰ Este conjunto de planaltos e montanhas inclina-se para ocidente e é também a direção dos principais cursos de água: Douro, Tejo, Guadiana, Guadalquivir, é igualmente deste lado que o recorte do litoral mostra as únicas

da fixação de fronteira se colocam de forma diferente, sobretudo a leste da linha Salamanca-Zamora- Astorga, e da romana via da Prata¹¹, outra das direções de movimentação de exércitos cristãos, mas, sobretudo, muçulmanos. Ultrapassada, para sul, a região das grandes montanhas, os rios vão constituir objetivos a alcançar por parte dos grupos cristãos, já a partir dos inícios de século IX. Os muçulmanos, por seu turno, embora tentando manter nos seus apertados vales os homens do Norte, não tinham grande interesse nas regiões acima da bacia do Mondego e, no centro da Península, na Meseta Norte¹². A partir de 775, o Sistema Central¹³vai construir a verdadeira fronteira que separa o Andaluz das regiões do Norte Durante o século IX, a linha de fronteira avança rapidamente na região ocidental¹⁴, a que estamos a estudar, chegando ao Baixo Douro em 868, e ao Mondego dez anos mais tarde, ligando-se daí, obliquamente, a esse outro limite que é o vale do Douro.

Não pretendemos apresentar, neste trabalho, a caracterização completa da região estudada, mas a sua estruturação militar, de um e de outro lado da fronteira (conceito que terá de ser definido), sobretudo no que diz respeito às defesas fixas, e como a guerra de movimento poderia aproveitar esse mesmo sistema. Estaremos do domínio do terceiro tema da investigação definido no colóquio de Madrid de 1985, sobre “Guerra, Fortificação e Habitat no mundo mediterrâneo”, enunciado como “A guerra e as suas Fronteiras”¹⁵.

Neste tipo de estudo, os marcos cronológicos apenas poderão ser indicativos. Se o limite inferior é a segunda metade do século IX, momento em que é ocupada pela primeira vez, pelas gentes cristãs, parte do que viria a ser o território de Portugal, teremos de recuar um pouco para perceber a forma como se irão desencadear os acontecimentos, e quais as suas causas mais profundas. Se, como ideologia, a “Reconquista” apenas nos aparece de forma clara no reinado de Afonso III das Astúrias

reentrâncias notáveis, que são as rias da Galiza, os estuários do Tejo (do Sado-Tejo) e do Guadalquivir. (Michel Drain, A Geografia da Península Ibérica, 2ª edição, Lisboa, 1975, pág 13.)

¹¹ A “Via da Prata” era mais extensa do que o tramo referido. Ela era o “*vinculo natural de antiquíssima origem entre las cuencas del Guadalquivir y las regiones mineras de nuestro noroeste*”. (Fernando Valdés Fernández “*Datos sobre el comer cio peninsular durante las primeiras taifas: el reino de Badajoz*” em V Semana de Estudios Medievales, Logroño, 1995, pág 168).

¹² “*Por outro lado, dois domínios climáticos permitem uma divisão fundamental entre Ibéria húmida e Ibéria seca. É verdade que a primeira é de pequena extensão: trata-se de uma estreita orla de cerca de mil quilómetros de extensão, que vai da Catalunha setentrional até à Galiza...*” (Michel Drain, Geografia da Península Ibérica, 2ªedição, Lisboa, 1975, págs. 17-18).

¹³ Constituído pelas serras da Estrela, Penha de Francia, Gredos e Guadarrama. Ver, por exemplo, Michel, Geografia da Península Ibérica, 2ª edição, Lisboa, 1975, 1975, figura 1, pág. 10, e Carlos Alberto Medeiros, Introdução à Geografia de Portugal, Lisboa, 1987, figura 3, pág. 33.

¹⁴ José Luis Martin, “*La perdida y reconquista de España a la luz de las Crónicas y del Romancero*” em Repoblación y Reconquista. Actas del III Curso de Cultura Medieval Madrid, [1993], pág 5.

¹⁵ *Castrum, nº 3, Guerre, fortification et habitat dans le Monde Méditerranéen au Moyen Age*, Mâcon, 1988, pág5 (apresentação do tema do Colóquio por André Bazzana).

(866-910), a guerra contra os muçulmanos ou, mais corretamente, contra o espaço asturo-leonês, a sul, tem as suas raízes em momentos anteriores¹⁶. E pensamos que esta nova ideologia poderá não ter tido efeitos práticos, a nível das elites, no período imediato à sua formulação por clérigos moçárabes fugidos das terras do Islão, e que só bastante mais tarde o terá, se é que teve, no que respeita aos grupos populacionais que constituem aquilo a que genericamente, podemos designar por “povo”. E isto, mesmo em relação às populações raianas¹⁷.

A agressividade das populações cristãs da segunda metade do século IX pode ser encontrada em momentos anteriores. Por vezes, as condições internas e externas são permitidas um rápido territorial, seja por oposição islâmica (ou das comunidades “entre raias”), seja pela não disponibilidade de força humana suficiente, a norte, para permitir outros aspetos, a chegada de uma linha de paragem temporária natural (rio ou sistema montanhoso), numa primeira fase, o domínio efetivo desse território, numa segunda fase, e a sua ocupação permanente, por fim, através da fixação de grupos de colonos, e de guarnições estáveis e efetivas em praças de segunda linha e na defesa de pontos estratégicos.

Sem sobra de dúvida que o reinado de Afonso III marca uma viragem importante nesta política de conquista, não tanto pela formação ideológica já referida (e que se traduz, entre outras consequências, na elaboração das primeiras Crónicas em território Cristão, que nos começam a fornecer importantes dados), mas igualmente pelo avanço territorial: a chegada à linha do Douro, em 868, e à do Mondego em 878, como já foi referido. A coincidência da afirmação do poder régio (entendida nos moldes da época), por um lado, e as perturbações na formação muçulmana, por outro, com as mais importantes revoltas internas anteriores à fitna dos inícios do século XI, de que vieram a resultar os chamados “Reinos das Taifas”. Permite que o reinado de Afonso III seja um marco importante na história das campanhas militares e de ocupação do território. O início do estudo será por isso, e basicamente, o reinado de Afonso III (866-910), época de maior expansão da Fronteira Inferior. É um momento no qual a pressão dos homens do Norte encontra, no Andaluz, um período de enfraquecimento do emirado, com a multiplicação das “fitnas” nas zonas fronteiriças, traduzidas, por exemplo no ocidente peninsular, pelas revoltas de Ibn Marwan e As-Surumbaqi¹⁸.

¹⁶ Podemos perguntar, contudo, se a restauração da Ordo Gothorum por Afonso II (791-842), ou seja, o retomar a hierarquia palatina e religiosa do “antigo reino de Toledo”.

¹⁷ Ch-E. Dufourq e J. Gautier-Dalché, *Histoire Économique et Sociale de l’Espagne Chétienne au Moyen Age*, Paris, 1978, pág 24, não representará, para além de uma clara tentativa de afirmação de poder e prestígio régios, uma certa ideia de ligação ao antigo reino visigodo. É um ponto que merece uma maior reflexão, e de importantes consequências na estratégia das conquistas. Mas confessamos que não podemos, nesta altura, emitir uma opinião fundamentada. Ver também Julio Valdeón Baraque, “Evolución Historica del Reinado de Alfonso III em La Epoca de Alfonso III” San Salvador de Valdedios, Oviedo, 1994, pág 22.

¹⁸ Também a importante contestação ao poder emiral por parte de Ibn Hsfsum, de Bobastro, continuado pelos hafsunidas, revolta que só terá o seu termo no reinado de Abd al-Rahman III.

Embora a fronteira não se expanda a partir de 878 (estamos a falar da zona ocidental da Península), não existe também retrocesso até aos finais do século X. É uma fase de consolidação após chegada a um “confim natural”, com algum poder ofensivo, concretizado, por exemplo, nas repetidas expedições em profundidade por parte de Ordonho II¹⁹ em território muçulmano.

Se a situação se começa a inverter com a subida ao trono de Abd al-Rahman III al-Nasir, em 912, só com Almançor em meados 1002 a agressividade muçulmana atinge o seu ponto culminante. Desta vez são dissensões no sistema cristão que facilitam as expedições punitivas²⁰, as divisões do reino asturo-leonês entre os descendentes do(s) monarca(s) e as conseqüentes lutas pelo poder, o reavivar de autonomias como aconteceu várias vezes com a Galiza²¹, a que temos de juntar a rebelião dos chefes de guerra da fronteira meridional. Estas circunstâncias são determinantes no seu conjunto e na sua interação, conjugadas com o fortalecimento da estrutura de poder islâmico (mesmo quando este poder não será exercido pelo califa, como acontece no “período” de Almançor e dos Amiridas). Mas este momento não pode ser visto., evidentemente, de forma linear.

Este período vai terminar nos inícios do século XI. O limite será 1009 (revolta de Córdoba contra o último Amíride, Abd al-Rahman Sanyul), ano que marca o início da fitna que vai conduzir, em 1031, à disposição de Hisham III. O aparecimento das “Taifas” vai redimensionar não tanto os sistemas defensivos e de agressão, mas sobretudo a sua utilização prática. Passado o perigo, para os Reinos do Norte, de novos ataques por parte dos Andaluzes, era tempo de sarar as feridas abertas pelas campanhas de Almançor e do seu filho Abd al-Malik al-Muzafar. Enquanto os reinos cristãos se recompunham, o Andaluz fragmentava-se, o que iria proporcionar um recrudescer das conquistas, alguns anos mais tarde, sob o reinado de Fernando Magno.

Quanto aos exércitos de campanha, pensamos que as modificações se podem ter verificado mais tarde, a partir do momento em que reforços francos começaram a entrar na Península, ou talvez mesmo anteriormente, através dos contactos de Navarra com a Gasconha, contactos que mais tarde teriam passado para Castela e para o Reino de Leão.

Mas sobretudo no que diz respeito ao armamento, já que a tática utilizada teria de se adaptar ao inimigo que tinham pela frente, muito diferente dos exércitos feudais

¹⁹ Ainda príncipe, em 910, vai atingir as imediações de Sevilha.

²⁰ Não defendemos, evidentemente, que tenham sido as dissensões internas entre os cristãos a provocar esta agressividade do Andaluz. Tal deve-se, como veremos, a vários factores internos (de ordem económica, política, organização do exército, entre outros), mas as lutas intestinais no reino cristão facilitaram a tarefa aos exércitos agressores e impediram, em certos momentos, uma eficaz resposta por parte dos agredidos.

²¹ Estas “revoltas galegas” não eram novidade. As primeiras ocorreram entre 757 e 783, e deverão “ser interpretadas não como revoltas, mas como resistência dos senhores locais à expansão do reino asturiano”. José Mattoso, Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros, Lisboa, 1982, pág 16).

de além Pirenéus, não obstante a inclusão de eslavos e mesmo de normandos nos corpos califais, sobretudo a partir de Abd al-Rahman III al-Nasir.

Podemos afirmar que, em termos de história militar, um novo período se inicia apenas com as campanhas de Fernando Magno, na segunda metade do século XI²², atingindo o seu clímax com a conquista de Toledo por Afonso VI, em 1085. A chegada dos Almorávidas à Península vem fazer com que se unifiquem, pela força, e sob o “comando” destes norte-africanos, os fragmentados reinos de taifas, e dar início ao período que corresponde, na nossa divisão puramente metodológica, à terceira fase. Nesta, é fundamental um conjunto de modificações, a nível militar (e é deste aspeto) que estamos a tratar), introduzido pela chegada de novos combatentes francos, com a consequente modificação dos sistemas de combate e armamento, capaz de responder eficazmente às táticas postas em campo pelos almorávidas²³. É o levantar de alguns desses múltiplos problemas iremos tentar fazer, de seguida com as limitações inerentes à existência de um vastíssimo núcleo de documentos que nos fornecem informações indiretas, que é necessário recolher, tratar e interpretar²⁴.

Sabemos, igualmente que as várias regiões colocam problemas diferentes no avanço cristão para o sul. Mas, julgamos que o grande “corte” se vai verificar com a expansão para o sul do Tejo, quando entram em ação corpos de “tropas regulares”, os combatentes das Ordens Militares, embora se consiga detetar um período intermédio (ou misto) nas campanhas militares de consolidação da “linha do Tejo”.

III - Dois sistemas em confronto no Ocidente Peninsular.

“Se os infiéis vos combatem, não tardarão em fugir, e não encontrarão nem protector nem socorro”.

Corão, surata II

²² Para o Território “Português”

²³ Evidentemente que os sistemas militares trazidos pelos novos contendores estavam de acordo com princípios utilizados fora do teatro peninsular, e é verosímil que, aos poucos, ambos os grupos comesçassem a modificar os seus esquemas-base, adaptando-os não só ao novo terreno onde evoluíam os combatentes, mas igualmente à utilização, em maior ou menor escala de tropas peninsulares, habituadas ao meio geográfico e a outros sistemas de combate. É certo que o grau de adaptação deve ter sido diferente, já que os almorávidas e os seus batalhões berberes constituíam o núcleo central do exército Andaluz, enquanto, os corpos francos se integravam no exército de Afonso VI.

²⁴ Como escreve José Mattoso, “Os historiadores portugueses têm uma tendência irresistível para se fixarem em certos momentos “altos” do passado nacional. Acumulam a esse propósito estudos, análises, interpretações, distinções, correcções, revisões, tentando sempre dizer a última palavra, e sobretudo descobrir os deslizes que os outros cometeram. Ao mesmo tempo deixaram completamente de lado grandes zonas inexploradas, mas essenciais, para compreender a nossa história. Aí, os raros aventureiros que tentam percorrê-las ficam, por vezes durante séculos, a pontificar em obras que deviam ter sido substituídas há muito. (“A ascensão da nobreza na origem do Estado Português” em História, nº 6 6, Abril de 1979, pág 45). Tentaremos não laborar nos mesmos erros.

“Aquele que viver no Al-Andaluz viverá feliz, e aquele que ali morrer será mártir”

Una Descripción Anónima de Al-Andalus, edição, tradução e notas de Luis Molina, vol. II (tradução e estudo), Madrid, 1983, pág 22.

“A piedade em favor de Deus não é crueldade. Fazei a guerra por zelo de justiça e não por impulso violento da ira. Ora a guerra justa, diz o nosso Isidoro, é a que se faz para reaver o que é nosso, ou para repelir os inimigos. (...) Quem mata os maus só no que eles são maus e o faz com justo motivo, é ministro do Senhor”.

(Discurso do Bispo do Porto aos Cruzados “Conquista de Lisboa os Mouros (1147). Narração pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco, ed. de José Augusto de Oliveira, 2ª edição, Lisboa, 1936.

Para enquadrarmos historicamente o processo, vejamos, de forma muito breve, as linhas gerais do conflito entre dois sistemas em confronto no Ocidente Peninsular.

A última metade do século IX assistiu à primeira grande investida cristã peninsular contra uma região ainda não dominada. Na realidade, conhecedor das fraquezas interiores do Estado Muçulmano, Afonso III aproveita as rebeliões e os problemas sociais para, através dos seus condes ou sob o seu comando, ocupar definitivamente territórios²⁵ que os muçulmanos insubmissos a qualquer das formações, e á sua organização através de legados régios, e não a uma “conquista” de território do emirado de Córdoba, pelo menos no que diz respeito ao grosso da região ocupada. Por isso não nos deteremos neste ponto. O Islão, ao ocupar a Península Ibérica a partir da invasão de 711, vai tentar dominar a totalidade dos seus territórios através da fixação de guarnições em cidades estratégicas e de pactos com antigos senhores hispano-visigodos a quem permitia, mediante condições, continuar a controlar boa parte das suas antigas propriedades, ou mesmo manter parte do seu antigo poder. É frequentemente citado o tratado (ou pacto) de Tudmir²⁶ pelo qual o senhor da região de Múrcia aceitou do filho de Muza ibn Nusair, “Abd al-Aziz”²⁷, a

²⁵ Exceptuando, para o futuro território português, a região de Coimbra entre Vouga e o Mondego, que escapa ao controle da formação cristã nos últimos anos do século X, para apenas regressar, plenamente, a partir de 1064, com a conquista da cidade do Mondego por Fernando Magno.

²⁶ A questão do “ermamento” está já suficientemente tratada pelo que não o iremos aqui discutir. Apenas quando for importante para a exposição faremos referência a este problema, que apaixonou e continua a apaixonar historiadores. Para a análise das diferentes posições e seus principais representantes, veja-se José Mattoso, História de Portugal, vol. I, Lisboa 1992, págs. 449-456, onde o autor expõe a sua posição com a qual estou de acordo.

²⁷ Em nome de Allãh, O Clemente, o Misericordioso. Édito de “Abd al-Aziz ibn Musa ibn Nusair a Tudmir ibn Abdush [Teodomiro, filho dos Godos]. Este último obtém a paz e recebe a promessa, sob a garantia de Allãh e do seu Profeta, de que a sua situação e a do seu povo não se alterará; de que os seus súbditos não serão mortos, nem feitos prisioneiros, nem separados das suas mulheres e filhos; de que não lhes será impedida a prática da sua religião, e de que as igrejas não serão queimadas nem desapossadas dos objetos de culto que existem nelas; tudo isso acontecerá enquanto satisfizerem as obrigações que lhes impomos. É-lhe concedida a paz com a entrega das seguintes cidades; Uryula (Orihuela) Baltana, Lakant (Alicante), Mula, Villena, Lawraka (Lorca) e Ello. Para além

dhimma ou proteção, mediante a submissão das populações cristãs da Região²⁸, continuando a gerir de uma forma semi-independente um território que compreendia parte das atuais províncias de Múrcia e Alicante²⁹. Mas não foram apenas as regiões do sul romanizado aquelas onde se verificaram pactos de submissão por parte das populações ou dos seus chefes. Mais a norte na Galiza, alguns (ou a maior parte) dos caudilhos locais concluíram tratados com os novos vencedores, como aconteceu em Lugo, onde os cristãos da região receberam a dhimma de Muça³⁰.

As faltas de referências às conquistas muçulmanas na antiga Lusitânia³¹ permitem pensar que, após a queda de Mérida, muitas foram as cidades que abriram as portas aos novos senhores. Lisboa³² teria sido eventualmente, um desses casos, o

disso, não deve conceder asilo a ninguém que fuja de nós ou seja nosso inimigo; nem produzir dano a alguém que goze da nossa amnistia; nem ocultar qualquer informação sobre os nossos inimigos de que tomem conhecimento. Ele e os seus súbditos pagarão um tributo anual de um dinar em moeda, quatro medidas de trigo, cevada, sumo de uva e vinagre, duas de mel e duas de azeite, por pessoa; quanto aos dependestes, pagarão uma só medida. Dado no mês de Rayab, ano 94 de Hégira [713], como testemunhas, “Uzman ibn Abi “Abda, Habid, Ibn Abi “Ubaida, Idris ibn Maisara e Abdul Qasim al- Mazali” (Ibn Adari (Séc. XIII), Kitab al-bayāb al-mugrib..., traduzido a partir do texto em castelhano.

²⁸ Muza chega à Península em 712, com um exército de 18.000 homens, para reforçar as tropas de Tariq. Após as primeiras vitórias, divide o seu contingente em duas colunas, uma das quais comanda, dando a chefia da outra ao seu filho, que dirige a ocupação da região leste da linha de avanço de Tariq. Esta linha dividia a Península em duas metades que dificilmente se poderiam comunicar e, eventualmente, coordenar esforços de resistência, a não ser pelo complicado e montanhoso extremo norte. Da Bética, onde conquista as principais praças, entre elas, Sevilha e Córdoba, e tomando a calçada romana, Tariq rumo a Norte, procurando atingir a estratégica cidade de Toledo, não só porque poderia, dali dominar um importante cruzamento de vias que se reuniam no centro (quase) geométrico da Península, mas igualmente porque representava um objectivo político e psicológico, como antiga capital dos reis visigodos. De Toledo rumo a Amaia e, por fim, a Astorga atingindo assim o antigo limes romano. É uma estratégia usada frequentemente pelos muçulmanos, mas que tinha sido já empregue em campanhas registadas ao longo da história militar, e que se continuou (e continua) a utilizar. Faz parte daquele princípio da doutrina militar que podemos designar por “bom senso”.

²⁹ José Luís Martín, *Lá Península en la Edad Media*, 2ª ed. Barcelona, 1978, pág 159; Pierre Guichard, *Lá España Musulmana. Al-Andalus Omeya (siglos VIII-XI)*, Madrid 1995, pág. 16. Sánchez-Albornoz (*La España Musulmana según los autores islamitas y cristianos medievales*, 4ª ed. Madrid, 1974, pág 56-57) transcreve o “Tratado de Tudmir”, a partir da tradução do texto de Al-Dabbi por Francisco Simonet na sua história de los Mozárabes de España.

³⁰ Carlos Estepa Diez, *História de Castilla y León*, vol. 3 *El Nacimiento de Leon y Castilla (siglos VIII-X)*, 2ª ed. Valladolid, 1986, pág 10.

³¹ AA VV, *España Musulmana. El Emirato*, vol. 5 da *Nueva Historia de España*, Madrid, 1980, pág 18.

³² Contudo, o caso de Lisboa ainda não se encontra bem estudado. Oliveira Marques (Portugal, das invasões Germânicas à “Reconquista”. Vol. 2 da *Nova História de Portugal*, Lisboa 1993, pág. 122) refere-se à conquista de Évora, Santarém, Lisboa e Coimbra por Abd-Aziz, em 714. Mas o texto do embaixador marroquino que visitou Espanha nos tempos de Carlos II, e publicou por Dozy (*Recherches sur l’Histoire et la Littérature de L’Espagne pendant le Moyen Age*, vol. 1, Leyde, 1860, pág 80), refere que “excepto três distritos, a saber, Santarém e Coimbra, no ocidente e... no leste, Muça repartiu entre os seus soldados as terras de todos os distritos conquistados pela força...” (Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, 2ª ed., vol. 2, Lisboa, 1989, pág 57, identifica essa comarca de leste, que Dozy refere estar alterada no manuscrito que consultou, com Ecija). Mesmo sabendo que este texto é tardio, embora baseado em fontes antigas, e admitindo que o autor copiou bem as indicações, podemos perguntar por que razão estas comarcas foram poupadas à distribuição de terras, tendo em conta que no que toca às duas “portuguesas” estamos perante zonas agricolamente ricas. Uma hipótese é o de estarem nas franjas da zona ocupada e, por conseguinte, longe das terras mais cobiçadas e, mesmo, mais romanizadas, e afastadas dos

que não é de estranhar, tendo em conta, entre outros fatores, a importante colónia de “sírios” que parece aqui ter existido.

Mas se a tentativa de controlo de todo o território é um facto, até por razões de segurança, não permitindo (ou procurando impedir) que se mantivessem bolsas de resistência, desde cedo que a ocupação muçulmana se dirigiu preferencialmente para as regiões fortemente romanizadas, onde se mantinham com alguma eficácia a organização tradicional Hispano-romana, na sua versão hispano-goda, e as principais linhas de comunicação. Estas eram, igualmente, e logicamente, os territórios mais prósperos³³. Algumas guarnições berberes garantiam uma cintura de segurança contra as incursões dos homens das montanhas, agora enquadrados por alguns visigodos rodriguistas que fugiram perante o avanço muçulmano.

O “reino” criado por “Plágio”³⁴, quem quer que tenha sido este chefe, não seria mais do que um território que se mantinha tenazmente refratário a qualquer submissão, sem uma política definida no que respeita à reação contra os muçulmanos, mas apenas com um interesse em pilhar terras para lá da cordilheira e, se possível, expandir o seu território, e talvez com alguma hostilidade em relação às forças do Islão.

Estas origens da Reconquista estão evidentemente, envoltas em lendas e a realidade é difícil de descortinar. A Lenda conta-nos que Plágio era conde dos espatários de Rodrigo (710-711), último rei Visigodo³⁵, e teria estado presente na batalha de Guadalete. Depois da derrota cristã ter-se-ia retirado para Toledo e, depois da queda da capital visigoda refugiara-se nas montanhas asturianas.

A tradição encontra-se também justificada para este “primeiro rei” do período asturiano³⁶, ideia que provavelmente terá surgido no reinado de Afonso III, ou no anterior, de Ordonho I, quando se começou a desenhar a ideia de que os reis

principais circuitos comerciais. Outra hipótese é uma rendição não correcta, que dava como fruto de conquista regiões que se tinham rendido aos invasores. A questão resta, pois, em aberto.

³³ Jesús Mestre Campi e Flocel Sabaté, Atlas de la “Reconquista”. La frontera peninsular entre los siglos VIII y XV, Barcelona, 1998, pág. 10.

³⁴ Pelaio ou Paio.

³⁵ Muito embora Àquila, filho de Vitiza, tivesse continuado a reinar na Septimânia até 716 (Pedro Gomes Barbosa), “O reino Visigodo Peninsular” em Pedro Gomes Barbosa e José António Godinho de Miranda, Marcas de Poder, Moedas Visigodas em Território Português, Lisboa, Banco de Portugal, 2006, pág 37.

³⁶ A crónica Albeldense refere este facto “*Primum in Asturias Pelagius rg. In Canicas na. XVIII. Iste ut supra diximus, a Uittilizanc rege de Toledo expulsus mAsturias ingressus. Et postquam a Sarracenis Spania occupata est, iste primum contra eis sumsit revellionem in Asturias, regnente luzep in Cordoba et in legione cibitate Sarracenorom iussa super Asturesmprocurante Monnuzza Sicque hab eo hostis Ismahelitarum cum Alcamane interficitur et Oppa episcopus capitur postremoque Monnuzza interficitur. Sicque ex tune reddita est libertas populo Xpiano. Tune etiam qui remanserunt gladio de ipsa oste Sarracenorom in Libana monte ruente iudicio Dei opprimuntur et Astororum regnum diuina providentia exoritur. Obiit quidem predictus Pelagius in locum Canicas era DCCLXXV*”. (editado em <http://www.ih.csic.es/paginas/fmh/a/albeldensia.htm>, 2007-08-27.

asturianos seriam descendentes dos monarcas visigodos, como já foi referido. Em apoio desta vinha a ascendência de Pelágio, e a sua ligação com Ramiro³⁷.

Uma das lendas relata que Vitiza terá matado com as suas próprias mãos, dois nobres que se lhe opunham: os irmãos Fávila³⁸ e Teodofredo³⁹. Estas personagens são referidas não só para poder apresentar o monarca como um cruel assassino, mas igualmente com uma função justificativa, por parte da fação contrária. Teodofredo seria Pai do futuro rei Rodrigo, o que explicaria a sua escolha para ocupar o trono, em detrimento dos filhos de Vitiza. Era a vingança pela morte brutal do Pai. Quanto a Fávila, seria Pai de Plágio ou Pelaio, o herói que, em Covadonga, impôs a primeira derrota ao infiel. Assim, a família Vitiza tinha traído não apenas o reino visigodo, mas toda a cristandade, ao aliar-se aos muçulmanos⁴⁰. E assim ficava exaltada a figura de Rodrigo, o atraído, que procurou, com sacrifício da sua vida, salvar o reino Godo, e o seu primo Pelaio, o iniciador da Reconquista, e de quem descendiam os reis asturo-leoneses⁴¹.

A moderna historiografia começa a aceitar que Pelágio talvez pudesse ter sido filho do duque da província das Astúrias, para onde teria fugido após o assassinato do pai, às mãos de Vitiza. Isto, apesar de ser ainda difícil de estabelecer uma lista tanto das províncias quanto dos condados neste final do reino visigodo.

Seja como for, parece que uma forte oposição ao domínio muçulmano não se terá esboçado antes de 722, ano em que as tropas islâmicas, depois de um primeiro combate vencedor, contra grupos asturianos e refugiados godos comandados por Pelágio, sofreram uma derrota no apertado vale de Covadonga. Qual a verdadeira importância de Covadonga. Podemos dizer que Covadonga, e mesmo Poitiers, não teriam significado muito sem a revolta berbere da década de quarenta do século VIII?

³⁷ Essa ligação entre o último rei (considerado) dos Godos e o primeiro (suposto) dos Cristãos resistentes, real ou não, foi aproveitada para efeitos de propaganda e legitimação da ideia de Reconquista, no tempo de Afonso III, como foi dito. Mas a tradição rodriguista assume-se ainda mais forte com outras ideias que vão ganhar corpo nesta altura. Por exemplo, a de que o rei godo não terá morrido em Guadalete, mas sim fugido para a região de Viseu, onde o seu túmulo teria sido encontrado. Pode ler-se na Crónica de Afonso III das Astúrias (ed. De Zacarias Garcia Villada, Madrid, 1918, pág 61): “Rudis manque nostris temporibus quum Viseo civitas et suburbana eius a nobis populata esset, in quadam basilica monumentum inuentum, ubi desuper epitaphion sculptum sic dicit: Hic requiscit Rudericus ultimus rex Gothorum”. É de ter em conta que Viseu era capital de uma importante região, cidade estratégica, como veremos mais abaixo, e povoada essencialmente por moçárabes. Aliás, a lenda de um Rodrigo que sobrevive à batalha de Guadalete (e era importante que não tivesse sido morto pelos infiéis) pode ser encontrada em Portugal, nomeadamente na região de Alcobça, associada a um abade de Cauliniana, Frei Romano, e à Senhora da Nazaré. Eu próprio abordei esta lenda em Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central. Séc. XII a 1325, Lisboa, INIC, 1991, págs. 49-50.

³⁸ Ou Fávila

³⁹ Ou apenas Fávila, conforme as versões da lenda.

⁴⁰ Não teriam sido apenas os três filhos, mas igualmente o irmão do rei, Oppas, bispo de Sevilha, fugido para Ceuta e que, segundo algumas versões, teria acompanhado as tropas islâmicas, e segundo outras teria traído Rodrigo, que lhe tinha confiado uma das alas do seu exército, em Guadalete, ao passar-se para o inimigo.

⁴¹ Pedro Gomes Barbosa, op. Cit. Na nota 34, pág 36-37.

Alguns historiadores têm defendido essa posição⁴², mas penso que não poderemos afirmar de ciência certa que tal tivesse acontecido.

É certo que esta batalha (ou recontro, como se quiser chamar) teve lugar depois de Pelágio ter fugido de Piloña acossado pelas tropas muçulmanas enviadas por Munuzza, senhor de Gijón, em 722, mas o novo ataque, ainda nesse ano, apenas nos demonstra que, para os novos senhores peninsulares, esta não era uma simples contestação feita por um grupo de montanhesees que não mereciam atenção maior. Aliás, as crônicas muçulmanas dão a entender isso mesmo. Al-Maqqari escreve que, depois da conquista da Península pelos exércitos islâmicos, *“não tinha ficado (por conquistar) senão a rocha onde se tinha alojado o rei chamado Pelágio, com trezentos homens. Os soldados [muçulmanos] não pararam de o atacar, até que os seus soldados morreram de fome, não ficando mais do que trinta homens e dez mulheres, e por fim [os muçulmanos] depreciaram-nos, dizendo: Trinta asnos selvagens, que mal nos podem fazer”*⁴³.

Não nego que as revoltas berberes, primeiro no Magrebe, estendendo-se logo à Península, tiveram um papel fundamental no retrair do aparelho defensivo muçulmano, nomeadamente com o abandonar, por parte das tropas berberiscas, das cidades que constituíam o antigo limes romano de contenção das populações montanhesas do Norte, limes este reaproveitado de seguida pelos visigodos⁴⁴. Mas entre a batalha de Covadonga e a revolta dos berberes peninsulares (741) passaram-se dezanove anos, e nove desde Poitiers.

Durante esse tempo, as tropas muçulmanas nada mais tinham feito, nestas paragens montanhosas, do que reocupar o antigo sistema defensivo interno dos romanos, colocando nele as tropas norte-africanas. Ora, se elas ali foram colocadas, isso queria dizer duas coisas: em primeiro, que havia um perigo real, que quanto a nós não era pelo combinar desses guerreiros profissionais (sobretudo cavaleiros) com as

⁴² *“Uma linha completa dos ducados visigodos não é possível, excepto na Septimânia e na Catalunha, onde coincidiram com os testemunhados no início Reconquista cristã”* (Luis A. Garcia Moreno, História de Espanha Visigoda, 2ª ed. Madrid, 1998, pág 327; ver também o mapa “O reino visigodo de Toledo no século VII”, na página 333).

⁴³ Covadonga e Poitiers pouco teriam significado sem a guerra civil que colocou frente-a-frente árabes e berberes a partir do ano de 739, e permite consolidar o reino Asturiano ao serem derrotados pelos Árabes os berberes das guarnições situadas na Meseta Norte que desguarnecidas, são atacadas por asturianos, tendo sido levados os povoadores cristãos do dizer dos cronistas até ao Norte” (José-Luis Martín, Reinos y condados cristianos. De Don Pelayo a Jaime I, Madrid. Edições Temas de Hoy, 1995, pág 9). “Os Franceses aumentaram a importância desta batalha de [Poitiers, 732] para disputar a Covadonga o freio à expansão islâmica na Europa. Na realidade nenhuma delas impediu o seu avanço, e têm antes um carácter simbólico” (Ferando Sánchez-Moreno del Moral, “Prologo” a Juan Castellanos Gómez, Geostrategia en la España Musulmana, Las Campañas Militares de Almanzor, [Madrid, Ministério da Defesa, 2003, pág 19). Estes são apenas dois exemplos.

⁴⁴ Citado por José-Luis Martín, op. Cit., págs. 8 e 9. Para melhor esclarecimento do texto acrescentei algumas palavras, que vão entre parênteses retos.

irrequietas e belicosas tribos montanhesas⁴⁵, em segundo lugar, que as tropas muçulmanas não conseguiam controlar o interior desse espaço, terreno em que estavam habituados a combater, mesmo contando que na sua constituição haveria rifenhos e berberes do Atlas. E não se pode dizer que aos muçulmanos não interessavam essas paragens (ou melhor, o controlo de todo o espaço peninsular), já que tinham chegado a Gijón, na costa cantábrica. Também noutros lugares se tinham apoderado de regiões montanhosas, estrategicamente importantes ou de interesse económico. As montanhas asturianas, para além de representarem um refúgio para esses grupos, era também a mais rápida passagem entre Gijón e a Meseta, através da via romana que saía desta cidade, passava por Oviedo e, fazendo uma curva para Ocidente a fim de aproveitar os melhores passos e portos, se dirigia a León.

O desdém com que é tratado episódio por parte dos cronistas muçulmanos é, quanto a nós, significativo da importância que lhe foi dada. É evidente que, para a facção cristã, a vitória sobre um contingente muçulmano, mesmo que pequeno, era um sinal de que os novos senhores não eram invencíveis”, e representou, ao longo de muito tempo⁴⁶, um símbolo e uma bandeira.

Não admira, pois, que Pelágio tenha sido arvorado em primeiro rei da nova cristandade hispânica, nem admira também a descrição desta batalha que podemos ler na Crónica Albeldense, do reinado de Afonso III.

“[Plágio] dirigindo-se para a terra montanhosa, arrastou consigo quantos encontrou a caminho de uma assembleia, e com eles subiu a um monte chamado Auseba, e refugiou-se na encosta da dita montanha, numa gruta que sabia ser segura e da qual brota um grande rio chamado Deva. A partir dela enviou mensageiros a todos os ástures para que se juntassem numa assembleia e o elegessem como rei. (...) Alqama⁴⁷ mandou então começar o combate, e os soldados pegaram em armas. Levantaram-se os fundibulários, prepararam-se as fundas, brilharam as espadas, encrespavam-se as lanças e incessantemente se lançaram setas. Mas logo foram mostradas as magnificências do Senhor: as pedras que saíam dos fundibulários e chegavam à morada da Santa Virgem Maria⁴⁸, que estavam dentro da gruta, voltavam-se contra as que tinham disparado, e matavam os Caldeus. E como Deus não necessita de lanças, mas dá a palma da vitória a quem entende, os cristãos saíram da gruta para lutar contra os Caldeus; estes empreenderam a fuga, as suas hostes

⁴⁵ Na realidade., a tão celebrada vitória das tropas romanas na Guerra Cantábrica no tempo de Augusto, não foi mais do que um acantonar das tribos Asture-cantábricas nos seus vales de montanha, construindo à sua volta uma espécie de limes interno.

⁴⁶ A propósito do papel destes grupos montanheses, nunca subjugados por romanos, visigodos e mouros, vert A. Barbedro e M. Vigil, sobre los Origenes Sociales de la Reconquista, Barcelona, Ariel, 1984 (1ª ed. 1974).

⁴⁷ E até mesmo no nosso século. Veja-se, por exemplo, o artigo publicado por Luciano López e Garcia José, Don Pelayo, el Vencedor de Covadonga, com o sugestivo comentário a seguir ao título “El símbolo de una sociedad, que träs su caída lucha por reconquistar la libertad nos sirve como modelo para reconquistar una sociedade invadida por otros bárbaros” ([http://www.arbil.org\(31\)pely.htm](http://www.arbil.org(31)pely.htm). 2007-08-27).

⁴⁸ Trata-se do chefe militar Al-Qama, que já tinha apossado Pelágio em Piloña.

*dividiram-se em duas, e ali mesmo foi morto Alqama e preso o bispo Oppas*⁴⁹. *No mesmo lugar morreram 125.000 caldeus*⁵⁰.

É evidente que o número de combatentes muçulmanos é claramente um exagero, normal nos textos de um e de outro lado, de modo a glorificar a vitória ou a explicar, por vezes, a derrota. De notar, contudo, a referência aos fundibulários, muito empregues pelos vários exércitos peninsulares. Embora fossem guerreiros muito especializados, o seu armamento era barato, e usavam-no fora das atividades bélicas, no exercício da caça. Se os mais conhecidos fundibulários foram os habitantes das Ilhas Baleares, pela sua própria natureza este era um instrumento bem difundido nas regiões montanhosas sobretudo, entre os povos pastores, que tinham de defender os seus rebanhos contra os predadores, sobretudo animais, mas também humanos. Até às campanhas levadas a cabo no reinado de Afonso III, as regiões periféricas à Cordilheira Cantábrica, com exceção da região da Galiza⁵¹, apenas haviam sido tocadas por expedições temporárias, que se retiravam após terem saqueado e depredado o território que se estendia para lá das fronteiras. Foi por isso mesmo o que sucedeu com as investidas de Afonso I⁵² sobre a linha do Douro, e em escala mais pequena, com as comunidades galegas de fronteira⁵³.

Estas comunidades galegas ocupavam um território montanhoso, de difícil controlo por parte dos poderes islâmicos. Se de início estas populações não opuseram uma tenaz resistência ao invasor, procuraram, contudo, manter alguma autonomia através de tratados, como referi. Na realidade, a presença muçulmana nessa zona⁵⁴ deve ter-se limitado à ocupação de centros urbanos e fortificações que faziam parte do antigo limes defensivo interno. O controlo do espaço rural, que era aqui dominante, deve ter sido escasso, se existente, sobretudo nas regiões mais agrestes da Galiza Norte.

⁴⁹ Segundo a lenda, nessa gruta onde Pelágio se tinha refugiado com os seus homens teria aparecido a Virgem ou, segundo outros, uma imagem da mãe de Cristo. Ainda hoje a gruta é local de peregrinação.

⁵⁰ Este bispo, apresentado por vezes como filho do rei Vitiza (na crónica de Afonso III, lê-se...”et IOppanem spalensis [de Sevilha] sedis mewtropolitanum episcum, filium Vuittizani regis...), outras como se irmão.

⁵¹ Citado por Julio Valdeón Baroque, *Lá Reconquista. El Concepto de España*. António Borges Coelho, Portugal na Espanha Árabe, vol. 2, História, 2ª ed. Lisboa, Caminho, 1989, págs. 65-67.

⁵² Para a formação muçulmana, a Galiza designava um território mais vasto do que a antiga província da Galaecia, ou do que a região da Galiza visigoda. Era todo o território ocidental do reino de Leão, à medida do avanço da sua expansão, e por vezes mesmo a totalidade dos leoneses, ou os cristãos da parte ocidental, no seu conjunto, eram assim chamados.

⁵³ Convém lembrar que a Galiza e as Astúrias (ou parte do território asturiano) formavam, no reino visigótico, uma província (cf. O já referido mapa publicado por Luis A. Garcia Moreno, opus cit. Pág 333), apesar das diferenças étnicas e culturais, verificadas não só entre as populações das duas regiões, mas também no interior de cada uma delas. A orografia, conquanto mais agressiva no sistema Asture-cantábrico, levantava problemas semelhantes (ou muito próximos) no que diz respeito ao controlo de ambas as partes.

⁵⁴ Referido por Amâncio Isla Frez, *La Sociedad Galleda en La Alta Edad Media*, Madrid, CSIC, 1992, pág 52.

Confirmando este domínio mais do que superficial. O Ajbar Maymu'a informa-nos que esta região, após a retirada das guarnições berberes, deixou de pagar tributo e Muitos dos que se tinham convertidos ao islamismo mostraram a superficialidade dessa conversão regressando ao seio do cristianismo⁵⁵.

Como refere Frez⁵⁶, *“a população autóctone permaneceria independente, regressando às suas tradições, à margem do poder islâmico ou astur, ainda que tivesse que suportar as campanhas depredadoras de ambos”*.

O sistema tribal celta, que em certa medida tinha sobrevivido, caracterizado por uma forte noção de liberdade e da ligação entre a comunidade e o seu território, reforçava-se, muito provavelmente também com a recordação de que um dia tinham sido um reino independente, governado por suevos, e que a sua metrópole, Braga, rivalizara com Toledo. Esta ideia de “reino galego” perdura, e muito embora, aos poucos, a Galiza tenha sido agregada ao espaço leonês por domínio sobre os seus grupos e chefes, não gozando da autonomia que teve Castela, reaparece várias vezes, ao longo desta primeira fase da Idade Média, como espaço autónomo e a requerer atenção especial por parte dos poderes dominantes. No século X, após a morte de Ordonho II (914-924), e durante o reinado do seu filho Afonso IV, é confiado ao irmão deste Ramiro, o futuro Ramiro II, o Território da Galiza, que tinha Viseu por Capital⁵⁷.

Mais tarde, na segunda metade do século XI, a repartição do reino de Fernando I Magno entre os seus filhos dava a Garcia o reino Galego.

Ao longo dos primeiros séculos do reino Asture e asturo-leonês, pelo menos desde Ramiro I (842-850), que a região Galega desempenhou um papel importante na definição do equilíbrio do poder nesse reino. Já que Ramiro reúne em Lugo um exército para contestar a ocupação do trono por Mauregato. E também Ramiro II consegue manter-se no trono leonês após o “arrependimento” do seu irmão, Afonso IV⁵⁸. E não foi o único rei leonês a necessitar desse apoio.

Mas antes destes acontecimentos, na segunda metade da última década do século VIII, os muçulmanos comandados pelo filho do primeiro emir, omíada, Abd- al-RahmanI, fez uma expedição contra Astorga, rebelde, e cinquenta anos depois, pela mesma razão, atacam e saqueiam León que abandonam em seguida, por não poderem

⁵⁵ Obra e lugar citados.

⁵⁶ Enquanto a fronteira cristã não ultrapassou o Mondego, Viseu continuou a ter importância fundamental neste ocidente peninsular, ultrapassando mesmo, em certas ocasiões, Coimbra, que funcionava como cidade de fronteira e defesa da via romana que de Lisboa se dirigia a Braga, e depois mais para Norte.

⁵⁷ Fernando Magno é rei de Castela a partir de 1035, e dois anos depois, pelo seu casamento com Sancha, filha de Afonso V de Leão, também rei leonês. Morre em 1065, tendo conquistado no ano anterior, como veremos, e definitivamente, a cidade de Coimbra.

⁵⁸ Este rei tinha abdicado para seguir a vocação religiosa, retirando-se para um convento, mas pouco depois arrependeu-se da decisão e procurou retomar o trono.

garantir o seu controlo definitivo⁵⁹. Nesta época, León não estava ainda sob domínio asturiano⁶⁰.

É, pois, para a região Galega, sobretudo a que confronta com o Mar cantábrico, que se dirige o movimento de anexação e de domínio por parte do Reino das Astúrias, num movimento de reorganização do espaço e imposição do domínio político e administrativo, que é o verdadeiro significado do termo “povoar” utilizado nos textos que chegaram até nós, como demonstrou Menéndez Pidal. De seguida, as atenções dos asturianos voltaram-se para terras mais a sul da cordilheira.

Entretanto, havia que inventar (ou fazer) Portugal:

Alberto Sampaio nas suas “Póvoas Marítimas” refere um documento do ano de 841 no qual já então se usa a designação de “província Portucalense”, mas refere que o topónimo “Portucalense” vinha de outra época, a de Afonso I - Rei das Astúrias? 739-757, anos em que se efetuaram “fulgurantíssimas vitórias” e a reconquista definitiva da atual região portuguesa ao norte do rio Douro. E aqui reside o verdadeiro embrião da futura autonomia Portuguesa (segundo Damião Peres) o mais remoto vagido do Portugal nascente.

Também Afonso III num documento do ano de 883, passado a favor da Sé de Santiago, se refere como Santiago nos “*extremi fines provincie Galicie*”.

É de 993 o primeiro documento em que o termo Portugal aparece citado por Paulo Merêa, incerto na separata da revista da faculdade de Direito de Lisboa vol. 1 de 1930, confirmando o facto de um documento de 959 conter expressões que traduzem a noção de que a Galiza é apenas a região ao norte do rio Minho, (observação de Leite de Vasconcellos na Etnografia Portuguesa II, 218).

Desde os primeiros anos do Século X, Ordonho II foi rei da Galiza entre 910 e 924 e Rei de Leão entre 914 e 924 e, desde que este rei estabeleceu a sede do reino da Galiza em Viseu, dá-se o engrandecimento de algumas famílias mais representativas da região, como Gonçalo Moniz e Gonçalo Mendes, que têm uma intervenção importante nos negócios políticos da Monarquia Leonesa. Assim a influência portuguesa na corte de Leão acentua-se. Com a menoridade de Afonso V, cuja educação fora confiada pelo pai, Bermudo II, ao Conde Mendes Gonçalves, neto de Mumadona, filho de Gonçalo Mendes. Afonso V, nascido no ano de 994 em Viseu, governou o reino de Leão entre 999 e 1028 com a regência de sua mãe. Em 1014(?) Mendo Gonçalves (Tutor de

⁵⁹ É possível que os muçulmanos não tivessem interesse em ocupar estas terras tão a norte, que não constituíam o seu “nicho ecológico” natural, para utilizar um conceito de Garcia de Cortázar. Mas será de recordar que o emirado passava por momentos de contestação, e a nova dinastia omíada deveria, a todo o custo, consolidar o seu poder.

⁶⁰ Amâncio Isla Frez, op. Cit. Págs. 53.54

Afonso V) casou a sua filha Elvira com este rei. Mendo Gonçalves viu assim acrescido o seu poder junto à corte Leonesa.



Mapa 3 - Divisão administrativa (reinos) da Península Ibérica pelos anos 900.
(Fonte: Coisas de História - Professor Ferdinando: Formação: Portugal-Espanha.
prof-ferdinando.blogspot.com)

Fernando I o Magno (1016 - 27 de dezembro de 1065) herdou o reino de Leão pelo casamento com Sancha, filha do irmão do Rei Bermudo III. Foi no seu reinado que conseguiu reunir os reinos de Leão e Castela tendo a autonomia da terra portugalense sofrido alguma redução pois, Fernando I aproveitando habilmente o enfraquecimento do poder Sarraceno proveniente da dissolução do califado de Córdova em vários pequenos estados -os reinos de taifas – Fernando I consegue trazer o domínio cristão até Coimbra. Mas com a sua morte em 1065 deixa todo o seu reino dividido pelos seus três filhos: A Sancho o reino de Castela, a Afonso o reino de Leão e a Garcia o reino da Galiza incluindo o Condado Portucalense. Longe do herdamento agradar aos irmãos, pelo contrário, afundaram-se numa guerra civil o que fez emergir a aspiração política dos grandes Senhores do Condado Portucalense. Foi assim que em janeiro 1071 se dá a sublevação de Nuno Mendes, contra Garcia.

Todavia Sancho rei de Castela acabou por vencer e destituir os irmãos Afonso e Garcia. Entretanto Sancho morre a 7 de outubro de 1072, no cerco a cidade de Zamora, onde se achava a sua irmã que seguira o partido do seu Irmão Afonso VI. Este, como seu pai, engloba sob o seu poder os reinos de Castela e Leão, incluindo as Astúrias, Galiza e Portugal.

Afonso VI a 23 de outubro de 1086 é esmagado pelo sarraceno⁶¹, Iúçufe Ibne Texufine na batalha de Zalaca a poucos quilómetros de Badajoz. Em tão grave emergência, tendo em atenção a angústia Peninsular, Afonso VI pede socorro aos Barões Franceses.

⁶¹ Sarraceno, nome que designava os árabes e muçulmanos. Em Português é usualmente aplicado aos árabes, todavia as palavras, Islão e Muçulmano só foram introduzidas nas línguas europeias durante o século XVII, antes usava-se as expressões “Lei de Maomé” Agarenos (descendentes de Agar, mulher egípcia esposa de Abraão), mouros etc.

Assim, a ajuda Francesa atravessa os Pirenéus em maio de 1087, para auxiliar Afonso VI a aliviar a pressão dos almorávidas. Nesta expedição veio o Duque de Borgonha Eudo, sobrinho da rainha Constança, mulher de Afonso VI. É assim que pouco mais tarde Henrique de Borgonha, irmão de Eudo e o seu primo Raimundo conde de Amous, ocupam lugares de destaque na política do reino de Leão. Mal sabia que com aquela vitória em Zalaca, lúçufe Ibne Texufine iria estar na origem da formação de Portugal.

D. Afonso VI Rei de Leão, Castela, Galiza e Toledo (intitulava-se rei de toda Hispânia) casa com Inês da Aquitânia, sendo que teve umas segundas núpcias com Constância de Borgonha e ainda teve uma filha, bastarda, com Ximena Moniz a quem deu o nome de Teresa, que irá ser a chave para a resolução do problema. Atalhando caminho e muito. D. Teresa com 13 anos casa com D. Henrique de Borgonha que já tinha com 24 anos (o tal que tinha vindo em auxílio de Afonso VI, para fazer frente ao lúçufe Ibne Texufine). D. Henrique que governaria “Portucale” a partir de 1095, que, até então, estava sob a autoridade de Raimundo que, entretanto, casara com a filha legítima de Afonso VI, D. Urraca.

A 27 de Novembro 1096 Henrique de Borgonha intitula-se “Conde Portucalense” e chama aos seus domínios “Província Portucalense” *“Ego Henricus comes portucalensis ... quia in nostro dominio et dictiono consisti omnis Portucalensis provincia [...]”*, D. Henrique morre em 12 de maio do ano 1112. – Em nota 1 Damião Peres na página 75 da sua obra “Como Nasceu Portugal” diz: – *“A gestação de Portugal ia começar”*. Mas... deixemos a morte de D. Raimundo e a emergência da sua mulher D. Urraca, filha única de Afonso VI, e o, casa, descasa (4 divórcios e quatro reconciliações) desta, com D. Afonso o “Batalhador” (Rei de Aragão), para trás.

Entretanto D. Teresa casa com o Fernando Peres de Trava *“um casamento sem Deus”* e desse casamento resulta uma meia-irmã a Afonso Henriques (futuro 1º rei de Portugal, Filho da Teresa e Henrique), (Afonso pela parte do Avô e Henriques por parte do Pai) nascido em 1109 (?)

Em 1122 ou 1223, com 14 anos ou pouco mais, sozinho, (contras as normas formais da época) Afonso Henriques na Catedral de Zamora, por sua iniciativa “veste armas” (arma-se cavaleiro). As divergências com a sua mãe Teresa estavam assumidas em definitivo, terminando nos campos de S. Mamede em 1128 em que Afonso Henriques manda para “casa” a sua mãe Teresa e o Conde Fernando Peres de Trava. Será, como disse, “Acácio Lino” a “primeira tarde Portuguesa”. Depois foi só esperar por 1139, em que D. Afonso Henriques se proclama Rei de Portugal. 1143 Tratado de paz assinado em Zamora com o seu primo Afonso VII de Leão, tratado que muitos historiadores consideram a independência de Portugal e, por fim, a Bula “Manifestis Probatum Est”, (que começa assim: *“Alexandre, Bispo, Servo dos Servos de Deus, ao caríssimo filho em Cristo, Afonso, Ilustre Rei dos Portugueses, e a seus herdeiros, in perpetuum”*), era o reconhecimento papal que só chegou em 23 de maio de 1179.



Mapa 4 - Península Ibérica nos séculos XI e XII, Já com Portugal implantado.

Os destinos da “Nação” estavam todos na região Norte do Portugal de hoje, que ia do Minho até Zamora, tendo como linha divisória a sul o rio Douro, com alguns avanços e recuos, naquela época, até Coimbra e por vezes até à linha do Tejo, mas a sul nada ainda estava consolidado.

Mas os poderes religiosos eram diferentes. Somente nos fins do século XIV, as Dioceses dos reinos de Leão e Galiza deixaram de prestar obediência a Braga. A área da Arquidiocese foi posteriormente reduzida com a criação das Dioceses de Miranda (1545), Bragança (1770), Vila Real (1922) e Viana do Castelo (1977) e ainda pela anexação à de Bragança-Miranda do Arcediado de Moncorvo (1881)⁶².

Com que influências nasceu a Ordem dos Templários? Terá sido devido à influência das (Ribāt al-jayl) ordens cavaleiros-monásticas Muçulmanas? Assim como, todas as outras ordens de “cavalaria/militar-monásticas” cristãs nasceram? Provavelmente.

O que eram estas Rábitas? - Os antecessores da ordem dos Templários?
A importância da instituição islâmica “Ribat” vem no seguimento da doutrina proferida pelo profeta Maomé. Assim; há cinco preceitos básicos que todos os crentes devem cumprir para se ser considerado um bom muçulmano.

Os cinco (ou seis) pilares do islão são:

- 1- Profissão de Fé – Manhã oração – “Sahada”.
- 2- Peregrinação a Meca e a outros lugares agrados do Islão (hágg)
Limosna – “Zakat” - Os Teólogos muçulmanos recordam as palavras do profeta “A Jihade para as mulheres está em satisfazer o seu marido”.
- 3- Jejum durante o mês do Ramadão: “Sawm”.
- 4- Jihade – “Ytād” Guerra Santa, também pode traduzir-se de outras formas para além da, militar, especialmente para as mulheres. Autores acrescem: A Jihade “Gihad” esforço, empenho, afame, glória na luta em defesa do islão.

⁶² Viterbo, Fr. Joaquim Santa Rosa de; pág 602

- 5- Eplaza (1989) – Refere que na instituição Ribât (Cavaleiros-militares) a salvação pessoal e colectiva se unem sem nenhum desequilíbrio na espiritualidade muçulmana, donde as suas normas islâmicas são os pilares da religião.

Eplaza (1989) – Refere que na instituição Ribât (Cavaleiros-militares) a salvação pessoal e colectiva se unem sem nenhum desequilíbrio na espiritualidade muçulmana, donde as suas normas islâmicas são os pilares da religião.

O mesmo autor na página 234 da sua obra, diz: “*Embora o papel das mulheres dentro das rábitas ser controverso (Al-Bakrf – ano 460, do calendário hegírico/1068, do calendário gregoriano), fala na existência de uma rábita feminina*”.

Dito isto, para qualquer muçulmano era um dever, uma obrigação, empenhar-se na defesa do Islão, lutando, para tal, de quatro formas: com o coração, em busca da purificação espiritual, com a língua, para difundir a sua doutrina e advertir sobre o que contra ela atenta, com as mãos, através do exemplo dessa doutrina e a correção dos seus desvios, e com a espada, levando o seu empenho até à prática da guerra considerada necessária.

El Ribát (Oliver Asin, 1928,359, diz) etimologicamente significa “*Professar numa instituição muçulmana implantada para defender e vigiar a fronteira contra os infiéis*”. J. Oliver Asin (1928,365-371) reporta-nos uma série de valiosos dados sobre a evolução do Ribát na Península Ibérica. No seu entender as Ribát mais antigas seriam as da fronteira noroeste com os cristãos, onde se registam os topónimos Rápita em Lérida e Albarracín, encontramos também uma Rápita em Salamanca, isto no século X. Também do mesmo século em Talavera e Toledo. No século XI com a entrada dos Almorávidas parece ter esta instituição, um momento culminante por acção das doutrinas religiosas destes povos magrebinos, cujo mesmo nome “*murābit*” (donde viria o nome morabitino, moeda de ouro batida pela primeira vez por Sancho I) tem o significado de moradores do ribát.

Segundo Sanches Franco, na página 96 do seu trabalho, afirma ser difícil fixar uma data em que o Ribát tomou uma aparência puramente religiosa, provavelmente no século XIII.

Possivelmente, a notícia mais valiosa, dá-nos Muqtabis de Ibn Hayyan, que menciona a data de 937 para a existência de um “*hisn Al-Munansür*”, fortaleza que estava num lugar fronteiriço junto ao reino cristão de Navarra (p.99 Sanchez 2004)

Assim, a primeira conclusão que se pode retirar é que a rábita (plural, rawābit) é um lugar donde se reuniam os “*piedosos muçulmanos que desejavam, cumprir com o preceito da guerra Santa*”. São numerosas as fontes árabes que aludem aos corpos de tropas formadas por voluntários que se uniam ao resto dos exércitos dos Califas quando havia guerra contra os cristãos. Também, como os Templário, uma tropa em “*prontidão*”, onde prevalecia, por certo, uma enorme disciplina militar.

Hixame I (Hixame ibne Abderramão Aldaquil), primeiro filho e sucessor de Abderramão I, governou o califado de Córdoba entre 788-796, terá sido o primeiro a

clamar por uma jihade contra os cristãos em 792 e provavelmente, o inspirador dos “Ribât”.

O Alcorão diz em 8:60 *“Assim, pois, preparemo-nos contra eles com todas as forças e guarnições de cavalos (Ribât al-jayl) que podeis reunir, para combater os inimigos de Deus”*. Isso implica estarem preparados com prontidão para a acção se for necessário, responder a uma ordem direta e de emergência (SANCHEZ, Espiritualidade, Las rábitas en Portugal). Este autor refere-se na página 62 a um trabalho de Helena Catarino, a iniciadora portuguesa deste tema que se refere a algumas Ribât detetadas pela conservação da toponímia árabe em Portugal. Assim refere, entre outros topónimos indicativos da existência de Ribât a Arrábida, onde ainda hoje existe o Convento de Nossa Senhora da “Arrábida” ou o portinho da Arrábida. Na região do Porto, diz-nos ainda que na margem esquerda do rio Douro existe um topónimo, Alumiará (Alimara) que com alguma segurança albergou um lugar de vigilância, contra os ataques normandos estando datada uma primeira investida dos normandos ao Porto em 868. As defesas da rota do rio Tejo também teriam tido uma particular atenção com o estabelecimento destas rábitas de vigilância, aponta por exemplo a Ribât de Saqabân (Sacavém); Almoster (al-munastir)⁶³.

Portanto temos como documento mais antigo a dar-nos notícias sobre esta organização militar-monástica muçulmana a data de 937, isto é, 176 anos antes do Papa Pascoal II ter dada bula em **1113** para o nascimento da Ordem de São João de Jerusalém, mais conhecida pela Ordem dos Hospitalários, que inicialmente, o seu objectivo era somente o apoio de ordem sanitária aos peregrinos que se dirigiam à Terra Santa. Ordem dos Hospitalários que ao receberem das mãos de Carlos V do Sacro Império Romano-Germânico a Ilha de Malta como doação, em 1530, mudando de nome, passando-se a chamar “Ordem de Malta”.

Seguiu-se-lhe no nascimento, mais temporão, a Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão (esta sim, monástico-militar), pela mão de Hugo de Payens e confirmada pela bula saída do concílio de Troyes assinada pelo Papa Honório II em 13 de janeiro de **1129**. 196 anos após a criação da “Ribât” monástico/militar muçulmana.

Muitas outras ordens religiosas se formaram, mas só pela sua antiguidade, referimos mais quatro: A Ordem de Calatrava com reconhecimento do Papa Alexandre III em **1164**. A Ordem Militar de Santiago, reconhecida por bula do mesmo Papa que reconheceu Calatrava, em **1175** e já no tempo de D. Afonso II em **1211** alguns frades

⁶³ A palavra “Arrábida” é interpretada como uma derivação do termo árabe “al-râbita”, que significa “o que ata, vincula, reforça”, de que deriva por sua vez o termo “ribât”, significando estar atado, ocupar posições e estabelecer-se num lugar. Assim, as arrábitas, ou rábitas, eram pequenos mosteiros-fortaleza, ou conventos fortificados, habitados pelos morábitos (monges piedosos), que tinham uma função religiosa de retiro e aperfeiçoamento espiritual, ligada ao conceito de Jihad (Guerra Santa), associada à função de vigilância e defesa das fronteiras marítimas e terrestres do al-Andalus. Também serviam para alertar (ribât) – daqui a expressão “tocar a rebate”. No caso de ataque dos inimigos, os monges, além de lançar o alerta, deveriam integrar as forças de defesa. As arrábitas situavam-se em lugares estratégicos favorecidos pela geologia, distantes das cidades, tais como no alto das serras, elevações do terreno ou arribas costeiras.

de Calatrava radicaram-se em Évora e o nosso rei doou-lhes a região de Avis, para aí fundarem a Ordem de São Bento de Avis, (inicialmente denominada “Milícias de Évora”) era Santidade em Roma Inocência III.

Todas também Religiosas-Monástico-Militares e com a mesma finalidade, defender a fé cristã contra o infiel muçulmano, ou melhor, contra os inimigos da fé Cristã.

Portanto bem se pode dizer que foram os cavaleiros monásticos Muçulmanos que serviram de inspiração para a criação das Ordens militares/religiosas Cristãs. Mas vamos à Ordem que nos interessa; a ordem dos Templários e a sua implantação no Nordeste Português. De referir, todavia, que a ordem dos cavaleiros/monástico muçulmanos ainda se encontravam bem ativas, pois somente renunciaram às atividades bélicas já no século XIII.

A Pré-Nacionalidade e a chegada da Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo, a Portugal (ao condado Portucalense) por mão de D. Teresa, pioneira no reconhecimento da Ordem dos Templários.

Começamos por esclarecer um problema que tem se tem levantado, em parte da historiografia, que se tem debruçado no tema da Ordem dos Templários – a data do seu reconhecimento Papal - Tendo o Concílio Provincial eclesiástico, donde saiu a decisão da criação da ordem do Templo, reunido na cidade de Troyes, esta cidade obedecia à contagem do tempo ao estilo Florentino da Anunciação ou seja pelo calendário da Anunciação Toscano⁶⁴.

Assim, o ano novo Toscano começou a 25 de março e não a 1 de janeiro, motivo pelo qual muitos historiadores, não levaram esse facto em conta. Assim, o concílio de Troyes teria acontecido, a 13 de janeiro do ano de 1129 (dia de Santo Hilário). Parecendo uma questão de somenos importância, não o é, e não só pelo rigor histórico, como veremos.

⁶⁴ Na Loggia dei Lanzi, localizada na Piazza della Signoria, há uma placa, conhecida por poucos, que comemora um evento verdadeiramente significativo para a vida civil dos habitantes do então Grão-Ducado da Toscana. A placa recorda como, em 22 de dezembro de 1749, o Grão-Duque Francesco III de Lorena impôs a mudança do calendário, movendo o início do ano civil para 1º de janeiro, o que já era em uso em muitos outros estados italianos e estrangeiros por pelo menos dois séculos. Desde a Idade Média, a Toscana usava a data de 25 de março como o primeiro dia do ano calendário civil. Por exemplo, o ano de 1635 iniciava no dia 25 de março e terminava no dia 24 de março do ano subsequente. <https://guiaflorenca.net/curiosidades/25-de-marco-o-ano-novo-florentino-2/>



Foto 1 - Placa localizada na Piazza della Signoria – Toscana

(Fonte: <https://guiaflorenca.net/curiosidades/25-de-marco-o-ano-novo-florentino-2/>)

A Península Ibérica, para além de Jerusalém, torna-se na área cristã onde era mais momentosa a ajuda Templária na guerra contra o Islão e, como tal, toma foros de sagrado, havia que acabar com o feudo Moçarábico na Península Ibérica.

Bernardo de Claraval. Patrono da Ordem dos Templários

“Bernardo de Claraval nasceu em França no castelo de Fontaine-lès-Dijon em 1090 e morreu em Ville-sous-la-Ferté, a 20 de agosto de 1153. Em 1129 Bernardo participou no Concílio de Troyes, que delineou a regra monástica que guiaria os Cavaleiros Templários e que rapidamente tornou-se o ideal de nobreza utilizado no mundo cristão”.

In: Bernardo de Claraval – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org)



Foto 2 – Figura conjectural de Fr. Bernardo de Claraval.

(Fonte: Wikipedia)

Nota da Redação dos Cadernos “Terras Quentes”:

Contrariamente ao espírito editorial dos Cadernos “Terras Quentes” de somente publicar artigos ou parte de artigos inéditos, tivemos que abrir uma exceção, atendendo ao interesse para o equilíbrio dos objetivos informativos deste artigo, “A Ordem dos Cavaleiros Templários no Nordeste Português”, a este subtítulo “A Luz e as Sombras” já publicado pelo Instituto Prometheus da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa na sua revista *Férula* nº 1 de Agosto de 2012 de páginas 13 a 20, autoria de um dos autores deste artigo sob o título “S. Bernardo e Guilherme de Saint-Thierry em torno de uma biografia”. Dá-se conta, também, que todo este subtítulo “A Luz e as Sombras” foi revisto, aumentado e retificado pelo seu autor.

A Luz e as Sombras

“Celui qui marchait dans les ténèbres des nuits observa les étoiles et alluma la lamp. Jusqu’au momento à la pleine lune dirigeant sa lumière, il délaissa les étoiles et attendit d’être au matin. Jusqu’au momento où l’obscurité s’étant entièrement dissipée et ayant vu l’aurore brilles à l’horizon, il délaissa les lampes, toutes les étoiles et la pleine lune, et guetta la lumière éclatante”.

Ibn Arabi, Profissão de Fé, cit, em *Le Livre des Sagesses d’Orient*, Paris, 2000, pág. 68.

“Nesse momento Deus visita Cister. Ele prova aos frades a sua profunda ternura. Na sua bondade, Deus conduz a Cister trinta homens de uma só vez. Entre eles vemos clérigos. São sábios e os notáveis da Igreja. Há também laicos, homens poderosos na sociedade, e filhos de noviços. Chegam cheios de ardor. Vêm lutar, com coragem, contra os seus defeitos e contra espíritos maldosos que os empurram para o mal. Estão decididos a continuar o seu percurso até ao fim. Dessa maneira, Bernardo e os seus companheiros dão o exemplo. Encorajam velhos e jovens, homens de todas as idades e de diversos países, a imitá-los”.
Le Petit Exorde [Exordium Paruum].

Em 1153 morria, com cheiro de santidade, Bernardo, que foi de Fontaines, e era agora de Claraval. Personagem ainda envolto em muitas interrogações. Mas não tanto quanto aos atos da sua vida, pelo menos desde que cerca de 1110, tinha ido professar naquele mosteiro perdido e quase deserto nos confins da Borgonha. As interrogações colocam-se mais sobre a sua intervenção no Século e na Igreja, que na formulação da doutrina. Amado por uns, odiado por tantos, já na sua época Bernardo não deixava indiferente quem com ele privasse ou, de qualquer modo, fosse atingido pelas suas palavras ou ações.

Não pretendemos, neste pequeno trabalho, resolver as questões levantadas pelo Santo, e que tanto têm ocupado historiadores mais especialistas do que nós neste particular capítulo. E, igualmente, não o poderíamos fazer neste local reduzido de espaço e tempo. O que apresentamos é uma reflexão sobre Bernardo, a nossa forma de ver o Homem e o Pensador, o Santo e o Político “A Luz e as Sombras” O título que se deu a este trabalho. A Luz é Bernardo, Doutor da Igreja, patrono da Europa. As sombras são projetadas por aqueles que, pensando conhecê-lo bem, lhe colocam “biombos interpretativos” que não deixam ver a claridade que dele brota. Bernardo tem de ser visto como um homem do seu tempo, mas também como alguém para lá do seu tempo. Só tendo em conta esta complexidade poderemos chegar mais perto dele, e tentar perceber um pouco de muito que ele foi. Vamos escalando o monte, com dificuldade, e com a certeza de que pouco passaremos do sopé.

Por aquilo que conhecemos da sua vida, através das muitas notícias que chegaram até nós, dos incontáveis estudos que sobre ele fizeram, e das suas imensas cartas e escritos, podemos dizer que Bernardo de Fontaines foi um homem duro e exigente, primeiro consigo e, logo, com aqueles que o rodeavam. Sobretudo com aqueles que mais amava, e que queria ver na via da salvação. Feito santo pela Igreja Romana, não corresponde àquela imagem que temos daquelas seráficas criaturas que, segundo os ensinamentos da Santa Madre Igreja, estão sentados à direita de Deus Pai. Aliás, não se consegue imaginar Bernardo sentado e quieto. Personagem polémico extremamente conservador, por vezes tocando as raias do integrismo. Mas o que é que uma religião que se afasta das suas raízes, que se modifica para se adaptar aos tempos em vez de modificar “os tempos” para a Ela se adaptarem?

Para além disso, era um brilhante orador, conseguindo arrastar multidões e convencer Hierarquias. Escritor fecundo, as suas ideias circularam por toda a Europa católica do seu tempo missivas que enviava a leigos e clérigos, a reis e papas. Mesmo se algumas das suas cartas, como aquela supostamente dirigida a Afonso Henriques levantam inúmeras dúvidas de autenticidade. Os seus sermões e os seus comentários serviram se referência e de modelo a muitos dos principais pensadores da Cristandade católica, abriu horizontes para uma nova forma de ver o Mundo real e concreto, não se perdendo em tortuosos e “barrocos” pensamentos.

Mas a sua influência foi para lá do catolicismo. Martinho Lutero considerava-o um dos maiores expoentes da cristandade⁶⁵.

Incansável na sua atividade, tanto pastoral como política, foi dos homens que mais influenciaram a sua época para o bem e para o mal⁶⁶.

⁶⁵ Franz Posset, “Divus Bernardus: Saint Bernard as Spiritual and Theological Mentor of the Reformer Martin Luther” em em *Acytas* do Congresso da Kalamazoo, Michigan, 10-13 de maio de 1990), Spencer (MA) e Saint-Nicolas-lés-Citeau (France), 1992, págs. 517-532.

⁶⁶ Porque o Santo não é perfeito. Embora se aproxime de Deus mais do que qualquer dos outros mortais, fica abaixo dos Anjos e Arcanjos.

Foi defensor de papas, como Inocêncio II, tendo atacado com tanto vigor quanto convicção o chamado “antipapa” Anacleto II. E foi Inocêncio II colocado, após vários anos de luta e deambulações, no trono de S. Pedro, tendo o apoio do Santo sido decidida pela análise do perfil moral do candidato. Veementemente pregou uma cruzada cujos resultados, a que se juntaram as críticas e as acusações, o deixaram muito abalado. Não houve assunto importante da esfera católica onde ele não estivesse metido, ou para o qual não fosse chamado ou pedida a sua opinião. Definia-se como “Quimera do seu tempo”, sendo-lhe interdito, pelas solicitações do Século, levar uma vida de monge, como desejava; mas devido ao seu amor pelo claustro, nunca assumido plenamente a atividade laica.

Mas a sua marca não se ficou apenas pelo mundo temporal, embora nele, e através dele, possamos perceber em boa parte o que foi esse admirável século XII. Monge por vocação, rigorista no seu modo de vida, praticou aquilo que recomendava a quem entrasse para a Ordem de Cister. “Se desejas viver nesta casa, deixa o teu corpo para trás; só espíritos podem entrar aqui⁶⁷. O seu pensamento, que moldou (e molda) gerações⁶⁸, é límpido e não admite segundas interpretações ou, sequer, modificações de percurso.

Para ele, o motor de tudo era a caridade em Cristo, e por Cristo, tal como Ele, através dos evangelhos, manda que faça. Contudo, poderia ver uma contradição entre a ideia da caridade defendida pelo Santo e alguns dos seus excessos coléricos e cegos ataques. É certo que os fazia, mas no muito claro intuito de defender a Igreja e, sobretudo, a fé e a doutrina cristãs, tal como ele os concebia, e que em vários momentos ele julgou ver ameaçados. Foi duro para com os seus adversários?⁶⁹

Sem dúvida! Mas fê-lo com a convicção de estar a defender a Verdade de Cristo e, na imitação de Cristo, procurava, com veemência, expulsar os (para ele) novos “vendilhões do Templo”

Tem-se escrito e dito, em várias ocasiões, que Bernardo condenava o Saber, e defendia a Fé cega e a vida no obscurantismo. Veremos, mais abaixo, que tal não corresponde à verdade, o que seria estranho à verdade, o que seria estranho ao homem que cita poetas latinos pagão⁷⁰, é criar no seu mosteiro de Claraval uma grande biblioteca. Onde que ele considerava desprezível ou, no mínimo, sem interesse

⁶⁷ Sainte Bernard of Clairvaux Abbot, Doctor of the Church – 1153 em <http://www.ewtn.com/library/MARY/BERNARD2.htm> em 2002,09,23.

⁶⁸ Bernardo é um pregador eloquente, mais pela natureza do que pela arte: “*está cheio de encanto e vivacidade, e sabe como atingir e comover os afectos*”, escrevia Erasmo de Roterdão (loc. Cit na nota anterior).

⁶⁹ Ou, pelo menos, para alguns dele.

⁷⁰ Nada direi da enorme altura, comprimento extravagante ou largura desnecessária das igrejas [dos clunienses] ... digamos que é tudo em honra de Deus. Contudo, tal como o poeta pagão Persius perguntou aos outros pagãos, assim eu, como monge, perguntarei aos meus companheiros monges: “*Dizei-me, oh! pontífices*”, disse ele, “*o que faz o ouro no santuário?*” *Eu direi (seguindo mais o tema do que a metáfora)* “*Dizei-me, pobres homens o que faz o ouro no santuário?*” (Bernardo of Clairvaux: Apology in; <https://www.fordham.edu/hlsall/source/bernard1.html>. 2002.09.06

ou utilidade, era o saber que não procurava diretamente Deus. Não aceitava o conhecimento pelo conhecimento, e duvidava que, apenas pelo raciocínio, o Homem conseguisse chegar à Verdade. Essa Verdade que ele, com esforço e procura sincera, ele poderia encontrar no seu interior. Porque conhecer-se é, para Bernardo, um ato religioso, pois implica conhecer-se como criatura face ao seu criador. E, como se poderia chegar a esse conhecimento?

São Bernardo escreveu o Sermão 36, sobre o “Cântico dos Cânticos”: Há os que querem saber sem ter outra finalidade que não o saber: essa é uma curiosidade vergonhosa. Há os que querem saber a fim de que se saiba que são sábios: é uma vaidade vergonhosa. (...) Há os que querem saber para vender a sua ciência, isto é, para amontoar bens e obter honrarias: é um tráfico vergonhoso. Mas há também os que querem saber para edificar os outros: é a caridade; e há aqueles que querem saber para se edificarem a si próprios: é a prudência. (...) Dir-se-á que falo mal das ciências, e parece que censuro os sábios. (...) Deus me guarde. (...) Para mais, li estas palavras num profeta. *“Porque haveis rejeitado a ciência, rejeitar-vos-ei diante de mim”*?⁷¹ E ainda: *“Aqueles que são sábios brilharão como luminárias no firmamento”*⁷². Mas sei também que li: *“A ciência intumescete”*⁷³. E, ainda: *“Aquele que adquire novos conhecimentos busca novas penas”*^{74 75}. No seu tratado da casa Interior, escreve ainda: *“Muitos procuram a ciência; poucos se importam com a consciência. Pois que se puséssemos o mesmo zelo e cuidado a obter consciência, como colocamos a adquirir uma ciência, encontrá-la-íamos bem depressa, e conservá-la-íamos com muito mais proveito”*.⁷⁶

A via para atingir⁷⁷ esse conhecimento era difícil, árdua e cheia de escolhos⁷⁸. Começava-se pelo despojamento do orgulho do século – a humildade, a verdadeira humildade, era o início do caminho. Mas também a ascese, que não era apenas, ou sobretudo, a mortificação da carne, mas a renúncia aos prazeres, e a aceitação dos males e sofrimento que Deus tinha enviado para pôr à prova aqueles que queriam servir a santa via.

⁷¹ Osías 6,6.

⁷² Daniel 12,3

⁷³ Coríntios 8,9.

⁷⁴ Eclesiastes 1,18.

⁷⁵ Cit. Por Jacques Berlioz em “Saint Bernard, le Soldat de Dieu”, AA.VV., Moines et Religieux au Moyen Âge, Paris, 1994, págs. 193-194.

⁷⁶ Cit. Por Jacques Berlioz em “Saint Bernard, le Soldat de Dieu”, AA.VV., Moines et Religieux au Moyen Âge, Paris, 1994, págs. 193-194.

⁷⁷ Ou pelo menos, e dada a dificuldade, tentar atingir.

⁷⁸ Fernand Comte, Dictionnaire de la Civilisation Chétienne, Paris, 1999, pág, pág. 281.

Tal como Job, cuja, cuja história foi das mais glosadas durante a Idade Média, Deus punha à prova a paciência, a resignação e a capacidade de suportar.

É a procura da imitação de Cristo, mas de Cristo homem e sofredor, que permite passa do estado carnal ao estado espiritual, e atingir a união com Deus?⁷⁹

Creio que a interpretação desta ideia deve ser examinada com alguma atenção, e não penso que o Santo defendesse a atitude “masoquista” da mortificação da carne como foi interpretada e exercida por vários místicos da Igreja. É verdade que Bernardo criticava os monges que compravam ou faziam porções curativas, ou procuravam médicos leigos para que os curassem (normalmente de malária⁸⁰ muito comum nessas “terras selvagens” onde se estabeleceram, de início muitos dos mosteiros mais rigoristas), defendendo Bernardo que a “medicina do corpo” era inimiga da saúde espiritual”.⁸¹ Ele próprio suportava estoicamente (ou santamente) as dores que lhe causava o seu crónico mal do estomago⁸², segundo a tradição hagiográfica apenas acalmado pelo leite que, milagrosamente, Maria lhe dá de seu próprio peito⁸³. Mas a sua estreita ligação aos monges e ao monaquismo irlandês, de raiz celta, ainda que já, não com o rigorismo primitivo⁸⁴, nomeadamente a sua forte amizade com S. Malaquias⁸⁵, o bispo irlandês que morre em Claraval, nos braços de S. Bernardo⁸⁶, podem permitir uma outra leitura. E apenas como hipótese a apresentarei.

O modo de vida dos monges de formação céltica, nomeadamente os irlandeses levou a que S. Bernardo considerasse a Irlanda *locus vere sanctus decundusque sanctorum, copiosissime fructificans Deo*⁸⁷. A admiração, tanto quanto podemos deduzir, vinha da total entrega dos monges e santos irlandeses ao trabalho espiritual de chegar a Deus, tanto pela meditação como pela ascese. Era a aplicação prática e vivida daquilo que Bernardo defendia para o monaquismo, e já referido acima: deixar o corpo do lado de fora, e entrar apenas com o espírito.

⁷⁹ Fernand Comte, Dictionaire de la Civilisation Chétienne, Paris, 1999, pág. 281.

⁸⁰ Os nossos pais (os abades) construíram os seus mosteiros nos lugares húmidos e insalubres para que os monges tivessem diante dos seus olhos, de forma acutilante, a incerteza da vida” S. Bernardo, citado em Saint Bernard of Clairvaux Abbot, Doctor of the Church. 1153.

⁸¹ Carole Rawcliffe, Medicine and Society in Later Medieval England, Stroud, 1997, pág 85.

⁸² Gastrite ou úlcera?

⁸³ O que tornava um colação de Cristo.

⁸⁴ Ver especialmente a obra de Elizabeth Rees, Celtic Saints: Passionate Wanderers, Londres, 2000.

⁸⁵ Maelmhaedhoe l’Morgair.

⁸⁶ S. Malaquias morre em Claraval em 1148. A grande admiração pelo santo irlandês fez com que Bernardo nos deixasse dele uma biografia (Dom Louis Gougaud, O.S.B., Gaelic Pioneers of Christianity, Dublin, 1923, pág 139.

⁸⁷ Referido na obra citada na nota anterior, pág 149, não obstante Bernardo considerar a massa dos irlandeses como bárbaros (idem, pág. 39)

Ora, os (para nós) violentos exercícios a que se dedicavam os monges irlandeses não tinham como objetivo mortificar o corpo, e atingir o êxtase pela dor, como aconteceu com muitos cristãos, mas também homens de outras religiões, mas sim controlar, pelo exercício do espírito, os sinais que são transmitidos pelo corpo. Ou seja, é uma busca da não-dor, do não-desejo.

Aliás, para Bernardo a vida monástica tem por finalidade a união com Deus, e o êxtase, que ele procura em duas etapas. A primeira etapa é a meditação, na procura gradual da verdade, o que pressupõe o exame da sua condição de homem, a purificação por orações e atos e a luta contra as tentações e o pecado. A segunda etapa, ultrapassada a anterior, é a da contemplação de Deus, o que vai requerer o recolhimento⁸⁸, a pureza de espírito a oração e a posse de todas as virtudes. Bernardo não afirmava possuir todas as qualidades desta segunda fase, mas incitava a que lá se chegasse (ou se chegasse perto), e uma das formas, provavelmente a única por ele admitida seria a vida monástica. Sobretudo se esse monaquismo fosse de Cister, mais próximo dos ideais dos Padres fundadores, especialmente, do espírito de S. Bento de Núrsia. Como escreveu Bernardo, “*a razão de amar, é Deus. A medida de O amar é amá-Lo sem medida*”⁸⁹.

Após a sua morte e canonização, que veremos abaixo, foram-lhe juntos uma série de atributos. Essas imagens, que geralmente acompanharam a representação plástica dos santos, e por vezes se apresentam isoladas como marca desse mesmo santo, não são apenas emblemas, mas sim indicativos que ajudam a uma melhor caracterização, por via do símbolo.

Os atributos iconográficos de Bernardo foram instrumentos da paixão de Cristo, uma mitra por terra, sinal de que recusou sempre honras episcopais, a visão da Virgem e um enxame de abelhas, entre outros menos frequentes. Desses símbolos, gostava de chamar a atenção para o enxame de abelhas. Ele é geralmente interpretado como uma indicação das doces palavras de S. Bernardo, também chamado *doctor Malifluus*. Mas não creio que possamos encontrar doçura e mel nas palavras, por vezes muito violentas, deste santo. Se, por vezes, começa um seu discurso com palavras doces é para, logo a seguir, defender violentamente o seu ponto de vista (que ele cria e queria coincidentes com os da igreja), ou atacar, com a mesma violência, o seu adversário. Fica-nos uma outra interpretação do simbolismo da abelha: desde que temos conhecimento da interpretação simbólica, que sabemos que a abelha simboliza, o saber, o verdadeiro conhecimento, e não o conhecimento superficial da aparência material.

⁸⁸ S. Bernardo queixa-se numa das suas cartas de que não consegue esse recolhimento, mesmo quando está no claustro. Em relação aos muitos que o procuravam, escreve: “não tenho poder para parar a sua vinda, e não posso recusar-me a vê-los, e eles não me deixam tempo sequer para rezar” (citado em Saint Bernard of Clairvaux Abbot, Doctor of Church - 1153 ; <http://www.ewtn.com/library/MARY/BERNARD2.htm> em 2002.09.23).

⁸⁹ De diligendo Deo: I, 1

Mas tem também um simbolismo solar, Cristo é Sol, é a Luz da verdade, e todos aqueles que se aproximam dessa luz eles são eles também um pouco desse sol. Mas a abelha, no conjunto da simbólica cristã significa também a diligência e a eloquência, características do Santo⁹⁰. Mas ela é para os Mistérios de Elêusis, e uma “apropriação” de símbolos feita pelo Cristianismo primitivo, um símbolo de ressurreição. A afirmação de Virgílio, segundo a qual a abelha contém uma parte da divina Inteligência, continua viva entre os cristãos medievais⁹¹.

Mas para o próprio S. Bernardo, a abelha é o símbolo do Espírito Santo⁹². Que simbolismo escolher. Para mim, será o do conhecimento, e do mel, se interpretarmos este símbolo não no sentido da doçura, mas sim no do conhecimento e da eloquência⁹³. Vimos, acima, que Bernardo era violento para com os seus adversários, embora por vezes pudesse ter uma surpreendente brandura. Mas surpreendente até certo ponto, porque ele diferenciava o que no seu julgamento, eram os erros próprios da condição imperfeita do Homem, daquelas afirmações que colocavam em perigo a unidade da Fé e da Igreja.

Foi isso que o levou a aceitar pregar a segunda cruzada⁹⁴ e a dizer, a respeito dos muçulmanos que “a melhor solução é matá-los”⁹⁵, o que não me parecem ser palavras cheias de mel, mesmo quando as lemos sob o prisma de uma guerra santa⁹⁶. Mas S. Bernardo justificava-se, e justificava a Ordem do Templo, que protegeu: a eliminação de um muçulmano não é um homicídio, mas sim um “malicidium”, porque quem pretende oprimir e eliminar, pelas armas, a Cristandade, nada mais é do que um apoiante do Mal neste mundo.

⁹⁰ Juan Eduardo Cirlot, Dicionário de Símbolos, Lisboa 2000, pág 55

⁹¹ Jean Chevalier e Alain Cheerbrant (dir.), Dictionaire des Symboles, vol. I, Paris, 1973, pág 3. Pelo seu mel e pelo seu ferrão, a abelha é considerada como emblema de Cristo: de um lado, a doçura e a misericórdia, do outro, o exercício da justiça enquanto Cristo-juiz (idem, Ibidem)

⁹² Idem, pág. 4

⁹³ Segundo a tradição, uma abelha teria pousado nos lábios tanto de Pitágoras como de Platão, estando ambos ainda no berço (Idem, pág2), o que significava a previsão futura não só da eloquência quanto sobretudo, da Sabedoria. E não de uma sabedoria qualquer, já que ambos tentaram perceber o mundo para lá das formas: Pitágoras, através da música e dos números, e Platão tentando quebrara as cadeias que o prendiam ao fundo da caverna, para tentar ver as realidades à luz clara de um Sol divino, e não com meras sobras projectadas nas paredes da gruta.

⁹⁴ Cujos resultados negativos o deixariam fortemente abalado. Foi qualificado de “falso profecta”, pelos seus inimigos, assim como Eugénio III, antigo monge de Cister, e papa, que tinha favorecido a empresa, não se livrou de ser qualificado como “Anticristo” (José Guadalajara Medina, *Las profecias del Anticristo en la Edad Media, Madrid, 1996 pág .111*). Não nos podemos esquecer de que, se a segunda cruzada foi um fracasso no Oriente, teve um resultado muito positivo que foi a tomada de Lisboa em 1147.

⁹⁵ Em louvor da Nova Milícia (apologia da Ordem do Templo) III, 4, citado por Georges Minois, *L'Église et la Science. Histoire d'un malentendu, I, De Saint Augustin à Galilée*, Paris, 1990, pág 160.

⁹⁶ Veja-se, por exemplo, a posição de Pedro o Venerável, abade de Clunt, sobre os conhecimentos e a ciência muçulmana (obra citada na nota anterior).

Uma das principais críticas que são dirigidas ao abade claravalense, é a da sua intolerância para com Pedro Abelardo e os seus discípulos, atacando-os sem misericórdia e sem razão. Aliás, não foi o único a atacar uma figura incómoda como foi Abelardo, ao ponto de ele próprio afirmar: *“Espalharam notícias tão sinistras tanto sobre a minha Fé quanto sobre a minha vida que voltaram contra mim até os meus melhores amigos, e aqueles que ainda conservavam algo da sua antiga consideração por mim eram obrigados a disfarçá-lo (...) Deus sabe que muitas vezes me afundei tanto no que estive pronto a abandonar o mundo cristão e ir para o meio dos pagãos, e pagar-lhes o tributo estipulado para que pudesse viver em paz uma vida cristã no meio dos inimigos de Cristo”*⁹⁷.

Penso que a análise que tem sido feita esquece, não raras vezes, não só o contexto da época quanto a visão não só religiosa e filosófica, mas também política de seria o mesmo que o Homem querer-se elevar à sabedoria de Deus. O conhecimento apenas pela razão humana pode conduzir à perfeição. Em *Os doze degraus do orgulho*, escreve *“O primeiro do orgulho é a curiosidade”*⁹⁸. Ora, Abelardo ousou usar a razão para interpretar os textos sagrados. O choque entre ambos era inevitável, já que representavam correntes de pensamento distintos, se não mesmo opostos. O cisterciense defendia a tradicional autoridade da Fé, não como uma opinião, mas como uma certeza; Pedro Abelardo defendia o livre exercício da razão humana.

Contudo, e ao contrário do que se tem propagado Bernardo só entra na contenda depois de ter sido alertado para o perigo dos escritos e dos ensinamentos do filósofo por Guilherme de Saint Thierry, e o pressionou como sendo a única pessoa com autoridade suficiente para contestar as teses abelardinas, e fazê-las condenar⁹⁹, o que aconteceu no concílio de Sens de 1141. Mas o que, geralmente se não refere é que Bernardo falou com Abelardo, por três vezes, e este prometeu retirar dos seus escritos as partes que pudessem parecer menos ortodoxas, ou serem mal interpretadas.

Mas tendo continuado com muitas das suas principais ideias consideradas não conformes à Doutrina e à Religião, vai ser considerado herege no referido concílio. Bernardo não queria ir a esse concílio, mas os partidários de Abelardo teriam espalhado que ele tinha medo de encontrar o filósofo cara-a-cara, em público. Esta

⁹⁷ Pedro Abelardo, História Calamitatum, <http://www.fordham.edu/halsall/basis/abclard-histcal.html>, em 2002.09.06

⁹⁸ Citando em Georges Minois, op, cit, pág 194.

⁹⁹ Guilherme de Saint Thierry não denunciou apenas Abelardo, mas outros pensadores não ortodoxos como, por exemplo, Guilherme de Conches (1080-1154). Este filósofo e teólogo era um platónico para o qual o mundo não é senão a imagem do mundo arquétipo pensado por Deus, mas regido por leis físicas independentes, queridas pelo Criador. Mas dizia mais: que o mundo é uma “natureza”, que pode e deve ser estudado sem recurso às Sagradas Escrituras. Guilherme de Saint Thierry vai então acusá-lo de ser um daqueles homens que explicam a Criação não a partir de Deus, mas sim a partir da Natureza, dos espíritos e das estrelas, o que era extremamente grave. Mas não foi apenas Guilherme de Saint Thierry. Absalão de S. Victor também se sentiu incomodado pelo facto de Guilherme de Conches ser daqueles que se dedicavam a coisas vãs, como a forma da Terra, a natureza dos elementos, o lugar das estrelas, a natureza dos animais, e outros assuntos sem importância (Georges Minois, obra citada, pág. 184).

ideia foi considerada ofensiva pelo Santo, e modificou a sua intenção primeira. Porque S. Bernardo não “mandava recados” ou usava meios indirectos. Ele próprio escreveu: *“Olhem para esse inteligente caluniador! Começa por causar profunda impressão, aparenta ser humilde, e põe um ar modesto, e com uma voz sufocada com soluços, tenta assumir uma falsa aparência sobre a calúnia que esta na ponta da sua língua, fazendo-nos crer que propositadamente assume um comportamento calmo e condescendente, porque quando fala contra o seu irmão usa termos cheios de compaixão”*¹⁰⁰.

Para ele, Abelardo representava um perigo, já que assentava a sua argumentação na dialética. Santo Anselmo distinguia a boa da má dialética, sendo que a boa era apenas uma arte de discussão, enquanto a má era aquela que pensava poder conhecer, sem recurso a mais nada, a natureza das coisas e, mesmo, divina. S. Bernardo era mais radical, e era por ser dialético que ele condenava Abelardo, já que essa sua posição equivalia, no entender do abade claravalense, a dizer “que é permitido a qualquer pessoa fazer uma escolha, segundo o seu capricho, entra as verdades que ela (a dialética) nos propõe”¹⁰¹.

Para S. Bernardo *“Abelardo trabalha para destruir a verdade da fé, defendendo que a razão humana é capaz de compreender Deus em toda a sua plenitude. Ele mergulha o seu olhar até às profundezas dos céus e dos abismos, pois nada há que ele não perscrute no céu ou nos infernos(...) É um homem pretensioso e inchado de orgulho, a quem nem mesmo a majestade de Deus inspira qualquer reserva...”*¹⁰² São Bernardo trabalhava, essencialmente, para defender a fé e a Igreja, mas sobretudo para engrandecimento da Cristandade, que ele sentia ameaçado não só pelas heresias¹⁰³, mas igualmente pelo perigo externo que atacava o mundo cristão a oriente, na Terra Santa, e a Ocidente, na Península Ibérica. Para defender esses valores, Bernardo não tem receio de recorrer a todos os meios, mesmo aqueles que nos poderiam parecer menos ortodoxos. Por exemplo, durante o seu combate à heresia cátara, numa aldeia do Périgord benzeu alguns pães, dizendo que assim os seus habitantes se curariam das doenças e da heresia. O bispo de Charteres, que se encontrava presente, quis suavizar essa “investida” de Bernardo, dizendo que se curariam se tivessem muita fé. Mas Bernardo insistiu no poder redentor do pão, devido à sua dúvida à sua bênção.

Figura controversa, é certo, mas fascinante, sem dúvida que estudada e julgada com demasiada paixão por um e por outro lado. S. Bernardo foi visto de ângulos

¹⁰⁰ 24º Sermão sobre o Cântico dos Cânticos, cit em Bernard of Clairvaux, <http://www.catholic-forum.com/saint08.htm> de 2022,09.11

¹⁰¹ George Minois, obra citada, pág 174.

¹⁰² Carta 191 cit por Georges Minois, ob. Cit., pág. 194.

¹⁰³ Recorde-se que S. Bernardo foi à Provença para pregar contra a heresia albigense, a pedido do legado do papa, o cardeal Alberico, em 1145.

sempre diferentes e apaixonados, o que indica que não se pode ficar indiferente frente à sua figura. No século XVI, louvou-se o monge rigoroso, apreciado por homens tão diversos com Martinho Lutero e Erasmo de Roterdão.

Mas no século XVIII a sua figura começou a sofrer contestação. Se, para uma corrente que vinha de tempos anteriores, se prolonga a interpretação mística do Santo, os “filósofos das Luzes” condenaram-no como um fanático que lançava os homens no massacre, a caminho das cruzadas. O século XIX recorda sobretudo Abelardo, o espírito que queria ser livre e acabou maltratado por esse representante da Igreja mais radical e retrógrada. Dom Jean Leclercq diz que ele é um ciclotímico passando por fases de depressão que alternavam com fases de hipomania¹⁰⁴.

Chegou-se mesmo ao ponto de se pretender, no congresso de Lyon, em 1990, psicanalisar o Santo. Bernardo foi um homem complexo. Não podendo negar que foi um homem do seu tempo do seu tempo, ele foi um visionário fora do seu próprio tempo. Percebeu a necessidade de uma Europa católica unida, à volta do poder espiritual do Papa.

S. Bernardo de Claraval tinha por direito ser o Patrono da Europa. Pois, percebeu que esta Europa, tendo muito que separa os seus vários povos, e nomeadamente a língua, tinha muito mais em comum. Mas percebeu também que o afrouxamento da doutrina da Igreja, a curto prazo, provocar a sua cisão e a quebra da sua força, o que teria efeitos perversos não só para a Europa como, sobretudo, para a referência de cada um dos homens.

Bernardo não desdenhava nem odiava os filósofos. Apenas tinha medo do mal que pudessem fazer se as suas ideias, bem ou mal compreendidas, se espalhassem pelo corpo da sociedade. E, também, a noção de que uma religião que se crê verdadeira, mas, acima de tudo, revelada, não pode colocar em causa essa Revelação.

O Concílio de Troyes:

Hugo de Payens após a fundação da Ordem do Templo em Jerusalém, alojada em casa do Rei Balduíno II (em parte da sua casa, considerando-a “casa do Templo”) no ano de 1118, conjuntamente com outros oito camaradas de (aventura) armas, entre os quais dois oriundos do condado Portucalense, Fr. Gondomare ou Gondemar e Fr. Pedro Arnaldo da Rocha, parte para a Europa em busca do reconhecimento da ordem, que passava por uma crise de crescimento, desejando promover sua extensão no Ocidente Cristão. Hugo de Payens convence o Papa Honório II a convocar o concílio para a cidade de Troyes, com esse fim, o reconhecimento da Ordem.

O concílio realizar-se-á a 13 de janeiro de 1129. Estiveram presentes no conselho Cardeal Mateo de Albano, Arcebispos de Reims e Sens, dez outros bispos, oito abades cistercianos das abadias de Vézelay, Cotex, Clairvaux (especificamente São Bernardo de Pontigny, Troisfontaines e Molesmes), e alguns personagens leigos entre

¹⁰⁴ Jacques Berlioz, “Saint Bernard, le soldat de Dieu”, citado, pág 51.

aqueles que destacam Tebaldo II de Champagne, André de Baudemont, o senescal de Champagne, o Conde dos Nuncas e alguns clérigos Cistercianos, que promoveram ideias reformistas e sem sua presença, que era altamente positiva, não poderia ter sido aprovado de sua Regra da Vida.

Hugo de Payens contou neste conselho o humilde início de seu trabalho, que na época tinha apenas nove cavaleiros, e destacou a necessidade urgente de criar uma milícia capaz de proteger os cruzados e, sobretudo, os peregrinos à Terra Santa.

Assim a Ordem do Templo é criada oficialmente e dotada da regra do "monge soldado": simplicidade, pobreza, castidade e oração. A Ordem tinha vários nomes: a "Milícia dos Pobres Cavaleiros de Cristo", os "Cavaleiros da Cidade Santa", os "Cavaleiros do Templo de Salomão de Jerusalém", a "Santa Milícia Jerosolimitana do Templo de Salomão". Com o tempo, o nome mais comum era o de "Templários". A vestimenta oficial era o manto branco ao qual, em 24 de abril de 1147, o Papa Eugénio III atribuiu-lhes o privilégio de usar no seu hábito uma cruz vermelha sobre o ombro esquerdo, adicionou a cruz Templária junto ao coração, dirigiu-se também aos serventes atribuindo-lhes os seus mantos pardos ou pretos.



Foto 3 – Cavaleiro Templário, conjetural. Imagem retirada da capa do livro de José M Capêlo.

É, por esta altura, que entram em cena os Braganções:

Teremos de ir ao princípio do aparecimento desta linhagem, para se compreender a sua importância, não só na construção do Portugal de hoje, como no nosso objetivo “Os Templários no Nordeste Transmontano”.

Assim, quando em 1096 o Conde D. Henrique chegou a “Portugal” e recebeu o seu condado, ainda não estava integrado nele, toda a zona geográfica que ia de Chaves

até Bragança e daqui até ao limite geográfico a sul o rio Douro. Também não integrava toda a área que ia desde o rio Távora até ao Côa. Portanto já no douro sul.

Para indagarmos a integração de toda esta zona, no território que se havia de chamar Portugal, temos, devido à escassez de documentação, seguir os dados extraídos da hierarquia nobiliárquica Portuguesa durante o período que vai desde o século XI ao século XIII e mormente a linhagem dos Braganções.

No livro de José Mattoso, livro de linhagem de Dião diz-nos que os Braganções, uma das quatro linhagens mais poderosas do Condado Portugalense, conjuntamente com os “Sousões” os “Maia”, e os de “Baião” as quatro famílias que mais intervieram na formação de Portugal.

Tudo começa com “D. *Alão que era “filho d’algo” e filhou (raptou) a filha do rei Arménio quando esta foi em oração a Santiago, - e foi “sa hospeda em Sam Salvador de Crasto de Avelães [...] e fege nela dous filhos donde vieram a linhagem dos Braganções”*.¹⁰⁵

Um destes filhos foi Fernão Mendes I, que casa com uma neta (que se desconhece o nome) de Afonso VI de Leão e Castela. Este casamento colocava Fernão Mendes em pé de igualdade com o Conde D. Henrique e com o Conde D. Raimundo. Um, porque tinha casado com uma filha ilegítima de Afonso VI e outro com a única filha legítima deste mesmo Rei.

Fernão Mendes I em 1072, recebe de Afonso V de Leão, a tenência “procuração com todos os poderes - para o ato - como se diria hoje” a região de Chaves. Em 1112 Fernão Mendes I encontra-se em Astorga junto do Conde D. Henrique, o qual viria a falecer pouco tempo depois, (1114, pensa-se). Em 1117 morre Fernão Mendes I e segundo Pizarro será o seu homónimo e neto, Fernão Mendes II (o seu pai Mendo Fernandes, claro, filho do Fernão Mendes I), que toma os poderes sobre todos os domínios do Avô. Segundo o mesmo autor a figura mais notável, para o bem o para o mal, da linhagem dos Braganções, devido ao seu carácter violento e colérico.¹⁰⁶

Fernão Mendes II casa em primeiras núpcias com Teresa Soares filha de Soeiro Mendes da Maia, uma das famílias mais poderosas do condado, mas enviuvou em 1130. Tendo casado em segundas núpcias com a Infanta D. Sancha, irmã de D. Afonso Henriques. São estas duas alianças que reforçaram de forma determinante a sua área de influência na corte de D. Afonso Henriques. D. Afonso Henriques ao dar a mão de sua irmã ao Braganção pretendia garantir a fidelidade e o apoio da linhagem dos Braganções que detinham tão grande e expressivo poder sobre um vasto território situado junto à fronteira com Leão. A primeira referência documental aparece num documento de 25 de julho de 1124, e é relativo à doação do couto de Faiões no

¹⁰⁵ Pizarro, José Augusto, O Regime Senhorial na Fronteira do Nordeste Português, Alto Douro e Riba Côa. (Séculos XI a XIII), pág. 4

¹⁰⁶ Diz-se (a documentação) que matou a mãe, embrulhou-a numa pele de urso e deu-a a comer aos cães. Cortou um dedo dele pelo facto de ter falhado um tiro, com ascuma a um urso. É este o Fernão Mendes II, o Bravo, o violento, o colérico, o Braganção.

concelho de Chaves feita pela rainha D. Teresa a favor da Sé de Braga e que Fernão Mendes II (Fernam Meendez, II, “O Bravo” – LL37B2) confirma, na qualidade de tenente das terras de Chaves, tradicionalmente governada pela sua linhagem.

Também a partir de 1128 até 1145 foi governador das terras de Bragança. Entretanto em 1130, Fernão Mendes de Bragança II, já viúvo do primeiro casamento, concede foral a (Freixo de) Numão. Que abrangia os atuais concelhos de Vila Nova de Foz Côa, e Figueira de Castelo Rodrigo.

De facto, o poder deste Braganção,¹⁰⁷ aliás de toda a sua linhagem, era tremendo, como se verifica na análise ao foral dado por D. Afonso Henriques em 1155 a Freixo-de-Espada-à-Cinta, onde se lê: “*uotorgo este foral per consilium de Fernam Melendis*”, isto é, com autorização do prócere Braganção. Só assim (D. Afonso Henriques) via legitimada as suas pretensões com a anuência do seu cunhado (Fernão Mendes II o Braganção). Com efeito são abundantes as referências às doações para o domínio tanto de castelos como terras às instituições monástico-militares tanto a Hospitalários como, e sobretudo, à Ordem dos Templários, como os castelos de Penas Róias, Mogadouro, Castelo Branco, Bemposta e Balsamão, todos a norte do rio Douro e no distrito, hoje, de Bragança como nos iremos mais à frente referir.

O nome na documentação sobre Fernão Mendes II desaparece a partir de 1169, todavia aparece-nos uma doação a seu filho, Pero Mendes¹⁰⁸ (com o cognome de Tyu), feita por D. Afonso Henriques do reguengo de Atenor e Palaçoulo, em 1172.

Entre 1237 e 1238 aparece-nos à frente do governo das terras de Bragança D. Fernão Garcia, filho de Garcia Pires, seria este o último Braganção fundador da estribe e por linha legítima que, com o reinado conturbado de D. Sancho II a linhagem acabaria por desaparecer, sendo o último representante Gonçalo Nunes, neto de D. Vasco Pires tendo vivido exilado na corte do Rei Afonso X de Castela.

Todavia a representação da linhagem foi reivindicada por Nuno Martins de Chacim, neto por via feminina e bastarda de Nuno Pires de Bragança, filho de D. Pedro

¹⁰⁷ Em nota 33 da página 8 do seu trabalho, Pizarro diz-nos; e transcrevemos: “*Portugaliae Monumenta Histórica, Leges at Consuetudines, vol. I Academia Real das Sciencias 1856-1868, pp 368-370. Segundo Luíz Gonzaga de Azevedo a postura de Fernão Mendes II, relativamente à sua adesão ao partido de D. Afonso Henriques, era ainda vacilante, pois que fez menção a Afonso VII de Leão – Regnante Rege Alfonso in Legione et in tota stemadura imperante portugal Infante domno Alfonso*”. O problema em nossa opinião é que naquele momento Fernão Mendes II se encontrava numa posição um pouco dúbia, isto é, se por um lado era, desde 1128 tenente de Bragança por Afonso Henriques e nessa mesma condição confirma o foral que outurgara – potestas in Bragantia et in Lampazas Fernando Menediz – Também é verdade que, por um lado, o território situado para leste do Távora se encontrava sob jurisdição Leonesa. Isso mesmo transparece pela própria invocação dois senhores a quem Fernão Mendes se encontrava ligado pelos domínios que detinha.

¹⁰⁸ Pizarro na folha 13 da sua obra e em nota 56, refere: “*A dispersão dos bens dos filhos de Pero Fernandes, deixa perceber como os domínios dos senhores de Bragança se espraiavam por todo o território transmontano e alto-duriense, desde Montenegro e Sabrosa, até Bragança, Mirandela, Miranda, já para não falar dos que ultrapassavam a linha do Douro até Trancoso e Pinhel. Por outro lado, o poder e o prestígio, da linhagem do Braganções, também ficam patentes perla categoria das suas alianças matrimoniais: Garcia Pires com uma Tougues; Fernão Pires com uma dona das Astúrias; Vasco Pires, com uma de Baião; Sancha Pires com um Riba Douro e Teresa Pires com o chefe da linhagem de Baião, depois de ter sido berrega do Infante Afonso de Molina, filho de Afonso IX de Leão.*”

Fernandes filho de Martim Pires de Chacim, mas isso será outra história. Mas o porquê todo este poder nas mãos de uma linhagem?¹⁰⁹

A Ordem dos Templários:

Em março de 1128, quando os templários ainda não tinham recebido a bênção Papal, pelos poderes eclesiásticos, como ordem monástica/militar, D. Teresa recebe em Braga o templário Raymond Bernard, um dos companheiros de Hugo de Payns o (principal) fundador da Ordem Militar dos Templários de Jerusalém, que, com ele e mais cinco companheiros tinham chegado nesse mesmo ano à Europa, onde vieram procurar apoios para a sua instituição.

Supõe-se que, os Templários já se encontravam no Condado Portucalense pelo menos desde 1126, mas este encontro foi o primeiro que ficou registado, com grande importância para a nossa história.

Na Sé de Braga em cerimónia de grande aparato e solenidade perante dezoito grandes senhores do condado Portucalense e da Galiza, entre os quais o Conde Fernão Peres e seu irmão Bernardo, o Conde Gomes Nunes de Toroño, Soeiro Mendes de Sousa (dos Sousões), Paio Nunes, Monio Rodrigues de Arouca, João Viegas “Ranha” e outros, possivelmente, Galegos. D. Teresa concede e doa o Castelo e o termo de Soure à Ordem dos Templários para além de muitos outros bens, incluindo um domínio em Fonte Arcada (Penafiel), onde se viria a constituir uma comenda. A importância e o reconhecimento deste diploma foram tal que é confirmado, depois em Zamora, por Afonso VII e mais tarde pelo seu querido filho D. Afonso Henriques, já na qualidade de rei de Portugal. Trata-se de um ato verdadeiramente surpreendente, (porque como refere o professor José Mattoso) em março de 1128, os templários ainda não tinham sido reconhecidos, o que viria a acontecer 10 meses mais tarde em janeiro de 1129, no concílio provincial de Troys. Para além disso, este ato constituiria uma novidade para o Mundo Cristão, particularmente para o Condado Portucalense. Até então as sociedades da Europa cristã estavam perfeitamente estatuídas. Havia os “Milites” (os

¹⁰⁹ Transcreve-se (CARVALHO, pp99): *“O poder do Estado medieval aplicava-se de modo desigual ao longo do território. Várias eram as terras nas quais o monarca tinha uma jurisdição mais limitada. Eram os “Senhorios” nome genérico que abarcava sobretudo os coutos. “Coutar” uma terra era uma tradição antiga que remontava aos séculos IX a XIII. Que com diferentes denominações se generalizara em toda a Europa Medieval. Foi o período de maior fraqueza do poder central/real no qual os monarcas perderam grande parte do seu poder para os senhores locais, de quem necessitavam para levar a sua autoridade aos mais remotos rincões dos seus reinos. Os Senhores locais eram assim o único esteio da ordem, da autoridade e da defesa do couto e dos seus moradores. Para legitimar este processo, era necessário que o rei passasse a respetiva “carta de couto”, contudo altos dignitários da Igreja também as poderiam passar, se os fizessem dentro dos seus limites. Assim, sendo o “Senhor” ficaria imune de cumprir certas obrigações para com a Coroa. Somente a partir do século XIII, por cá, mais com D. Dinis, e com o fortalecimento do poder régio com as inquirições e as confirmações, o poder senhorial vai enfraquecendo. Só assim se entende o grande poder, dos Sousões, Maias, Braganções, etc.”*. Para nós, interessa-nos, focar na linhagem dos Braganções. E, com estes tudo começa no final do século XI quando O braganção Fernão Mendes I recebe das mãos de Afonso VI de Leão a Tenência da região de Chaves e Bragança.

que combatiam) os “Oratore” (os que rezavam) e os “Laboratore” (os que trabalhavam).

Eram estruturas estanques e na altura consideradas respeitadas. O estado da vida religiosa, opunha-se, por natureza à profissão das armas. Por isso, era totalmente impensável a ideia de criar um exército de monges, ou seja, um convento de soldados. Simplesmente porque eram posições incompatíveis. Unir num só “estado” cavaleiros e monges parecia uma inovação absurda. Mas aconteceu. E aconteceu muito antes – como já vimos no mundo muçulmano – de ter sido aprovada num concílio Provincial muito antes de qualquer outro País. E isto foi uma novidade no mundo cristão.

Por outro lado, o poder Papal legitimava esses atos oferecendo indulgências e privilégios aos que neles se envolviam¹¹⁰.

Muito provavelmente já em 1126 terá recebido este primeiro Mestre da Ordem dos Templários, dezassete doações de terras (Viterbo diz que são dezoito)¹¹¹.

Algumas compras antes da Doação do Castelo de Soure e do concílio de Troys:

- *Em 31 de maio de 1122 D. Sicuva Aires e seus filhos vendem uma herdade que tinham na cidade de Braga, por dois morabitinos, a “vobis Iherosolimitani Templi militibus” Paio Gontemires e Martinho Pais, situada junto de um poço do hospital que os freires tinham.*

- *Em 1 de maio de 1123, Pedro Nunes vende, pelo preço de 4 “bracales” e um poçal de vinho, aos “fratribus” do Tempo, a saber, a Pedro Gralial e a Martinho Pais, em nome de “magistri domni Ugonis”, uma herdade em Vilar sob Monte Morgoto, termo de Braga, em direção ao Rio Este, acima do porto de Luso. Esta herdade localizava-se junto a uma outra não especificada, mas que já era do Templo.*

Em agosto de 1125 Egas Soares vende a “magister domno Ugo et fratres vestros de illo Temple”, uma herdade em Lourosa, sob Monte Souto em direção ao Rio Maior que passa a norte do castelo de Santa Maria da Feira, pelo preço de 23 morabitinos de ouro.

- *Em 21 de agosto de 1127, Pedro Godinho e Adosinda Pais, sua mulher, vendem a Fr. Pedro Dias e aos “militibus Templi”, uma herdade em Vilar, território de Braga, junto ao Rio Este sob Monte Espinho, pelo preço de 8 soldos.*

- *Por último, pelos anos de 1126-1128 D. Teresa doa Fonte Arcada (Penafiel) aos “militibus Templi Salomonis”¹¹².*

¹¹⁰ Fernandes, (2009) p48; Citando Luís Fonseca, chamando a atenção para a mudança de paradigma – “a guerra seja alheada da vida do homem, mas que surge agora subordinada ao serviço de Deus, numa luta continuada contra o mal. A guerra continua presente como via de obter a Paz e quando assim é, a guerra está plenamente justificada e é justa”

¹¹¹ Capêlo, José Manuel – Portugal Templário, a presença templária em Portugal, pág 42

Os Mestres da Ordem do Templo em Portugal:

São vários os autores que se abalançaram a indicar-nos a relação dos mestres da Ordem, mas poucos estiveram de acordo. Frei António Brandão, indica-nos a existência de onze, começando por D. Gualdim Pais acabando em D. Lourenço Martins, Segundo o Frei José de Brito a sucessão de mestres da Ordem entre 1125 e 1312 foram 24, começando em D. Guilherme Ricardo e terminando em D. Vasco Fernandes. Frei Lucas de Santa Catharina (1670-1740), fica-se pelos 22, sendo Gualdim Pais a iniciar em 1125 e terminando em D. Vasco Fernandes. Frei Bernardo da Costa supõe ter havido 24 personalidades a exercer o mestrado da Ordem, começando com D. Guilherme Ricardo e terminando em D. Vasco Fernandes. Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo no seu Elucidário dá-nos conta de 26 mestres portugueses, começando com D. Guilherme Ricardo (1128) terminado em D. Vasco Fernandes (1295-1311). Outros mestres da historiografia se seguiram com as suas análises; Vieira Guimarães, Francisco da Pina Lopes, Francis Gutton, André Jean Parashi, Mário Simões Dias, Pinharanda Gomes e José Manuel Capêlo (donde se extraiu esta listagem) entre outros. Será Mário Simões Dias que nos apresenta a relação mais extensa de mestres da ordem: 32 – Para equilíbrio do artigo iremos somente enumerar os seus nomes, datas e alguns casos como terminaram o seu mandato:

- 1- D. Guilherme Ricardo (1125-1128)
- 2- D. Raimundo Bernardo (1128- e seguintes)
- 3- D. Pedro Froilaz (1140)
- 4- D. Hugo de Martónio ou Martoniensis, ou Martins (1143)
- 5- D. Soeiro (1145)
- 6- D. Pedro Arnaldo (1156) – Morreu em combate.
- 7- D. Gualdim Pais (1158-1195)
- 8- D. Lopo Fernandes (1197-1199) – Morreu em combate
- 9- D. Pedro Nunes (1200)
- 10- D. Fernando Dias (1206)
- 11- D. João Domingos (1208)
- 12- D. Gomes Ramires (1210) – Morreu em combate.
- 13- D. Pedro Alvites (1213 ou 1214?) – Renunciou; (1º Mestre dos três reinos, Portugal, Castela e Leão)
- 14- D. Simão Mendo ou Mendes (1222)
- 15- D. Pedro Anes (1223)
- 16- D. Martim Sanches (1229) - Renunciou; 2º Mestre dos três reinos.
- 17- D. Simão Mendes (1229)
- 18- D. Estevão Belmonte (1229) – 3º Mestre dos três reinos.
- 19- D. Pedro Nunes (1237-1239) – Morto em combate

¹¹² Costa, Paula Pinto – Templários no Condado Portucalense antes do reconhecimento formal da ordem: O caso de Braga no início do século XII, p233.

- 20- D. Guilherme Fulcon (1239) – 4º Mestre dos três reinos
- 21- D. Rodrigo Dias (1242)
- 22- D. Martim Martins (1243) – Morreu em combate. - 5º Mestre dos 3 reinos
- 23- D. Pedro Gomes (1247) – 6º Mestre dos três reinos.
- 24- D. Paio Gomes Barreto (1250) - 7º Mestre dos três reinos - renunciou
- 25- D. Martim ou Martinho Nunes (1253) – 8º Mestre dos três reinos
- 26- D. Gonçalo Martins (1265)
- 27- D. D. Vasco Lourenço (1269)
- 28- D. João Anes (1271)
- 29- D. Beltrão de Valverde (1272 ou 1273)
- 30- D. João Escritor (1279-1282 ou 1283)
- 31- D. João Fernandes (1285) – 9º e último Mestre dos três reinos.
- 32- D. Afonso ou Alfonso Gomes (1288)
- 33- D. Lourenço Martins (1290) – renunciou.
- 34- D. Vasco Fernandes (1295-1312) (Que tinha mestrado em 1306 um ano antes do início do processo contra os templários).

Segundo André Jean Parashi terá existido um governo colegial “provisório” no início da existência da Ordem ainda no Condado Portucalense, entre (1123(?) e 1228) o que colide, com a maior parte da informação dos outros autores, pois o mestrado de D. Guilherme Ricardo teria decorrido entre 1125 e 1128 sendo março de 1128 a data de entendimento com D. Teresa, todavia supõem-se a existência dos membros da Ordem no Condado anteriormente a 1128 parecendo-nos, contudo, 1123 uma data muito temporã. Por outro lado, também a maioria dos autores regista a presença de mais dois mestres da Ordem; D. Simão Mendes e D. Pedro Nunes e os anos que se indicam encaixam nas falhas cronológicas de Mário Simões Dias.

Os primeiros membros da ordem dos templários, pensa-se, vindos da Borgonha, irão estabelecer-se em Braga em (1125,1126 ou 1128) em Fonte de Arcada, existindo dúvidas da localização deste lugar: Situada em Penafiel, como nos diz, Fr. Bernardo da Costa, na sua história militar da Ordem de Cristo, perto da Povia do Lanhoso e, por fim, perto de Penedono. Mas logo em 1128 com a doação do Castelo de Soure a Ordem fixa aí a sua sede de 1128 a 1147. Mas havia que defender a linha do Tejo e com a doação de Tomar a Ordem passa a sua sede entre 1147 e 1159 para Santarém. Com outras condições logísticas alteram novamente a sua sede durante 54 anos entre 1160 e 1214 para Tomar. Terminada a grande necessidade da defesa da linha do Tejo Tomar perde expressão e a Ordem dos Templários fixa pela mão do seu Mestre D. Pedro Alvites definitivamente, até à sua extinção, a sua sede em Castelo Branco, onde estiveram mais tempo sedeados, entre os anos de 1214 e 1319: 105 anos.

Presença dos Templários no Nordeste Português. O que verte do Elucidário de Santa Rosa de Viterbo:

A Bibliografia disponível é um pouco parca na informação sobre a implantação Templária na região que indicamos neste subtítulo, todavia encontrou-se sete notações na obra do Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, no seu Elucidário, que nos dão ideia da sua presença e entradas para podermos desenvolver este trabalho.

Na sua obra, Elucidário, na página 587, na nota 1, Viterbo informa-nos que: *“No ano de 1145 Fernão Mendez de Bragança e sua mulher a Infanta D. Sancha, filha legitima do conde D. Henrique, doaram à Ordem do Templo o seu Castelo de Langroiva.... “Et illud Castellum vocatur Langroiva habetque jecentiam in Territorio Bracharensi Metropóli, inter illud Castellum quod vocatur Nomam et aliud dicitur Marialba et Fluvium qui vocatur Coa”*.

Em tradução livre o documento diz-nos: *“E essa é Metrópole de Braga tem o castelo de Longroiva e tem também no Território, aquele que se chama Castelo do rio (Côa): e aquele que se chama Noma (Numão), e o outro se diz ser Marialva. (Fernão Mendes de Bragança pertencia à família dos Braganções)”*¹¹³.

Pedro Barbosa 2004, a página 12 da sua obra *“A Fronteira na Idade Média. O Caso de Trás-os-Montes”*¹¹⁴, dá-nos a conhecer melhor estes Fernão Mendes I e II. A família dos Braganções aparece mencionada nas regiões de Chaves e Bragança desde finais do século XI. Fernão Mendes, o primeiro nome documentalmente comprovado, era tenente da terra de Chaves em 1072 e em 1086. Aparece depois, ainda que, raramente, a confirmar documentos condais. O matrimónio com uma filha bastarda do rei Afonso VI de Leão e Castela, que a tradição lhe atribui, confere-lhe uma importância em situação de paridade com o conde D. Henrique. Em 1128 confirma dois documentos do infante D. Afonso sendo tenente da terra de Bragança.

Dois anos depois, em 1130, o mesmo Fernão Mendes, *potestas in Bragança et Lampasas*, outorga carta de foral aos habitantes da *ciuitate Noman* (Numão) no Alto Douro. A expansão para Sul da autoridade deste Braganção e o seu carácter autónomo parece ser de realçar. Por outro lado, o alargamento da sua autoridade nesta área, processa-se através do reconhecimento da autonomia das fortes comunidades do Alto Douro.

A mesma estratégia que o infante D. Afonso seguiu, e antes dele, seus pais, ao concederem e confirmarem forais às comunidades a Este de Viseu e vizinhas das de Numão. Fernão Mendes II, sucessor da linhagem e tenente da terra de Bragança

¹¹³ Capêlo, José Manuel – Portugal Templário, a presença templária em Portugal, pág 58.

¹¹⁴ Barbosa, Pedro Gomes; A Fronteira na Idade Média. O Caso de Trás-os-Montes, Caderno Terras Quentes, nº 1 página 12 em notas.

parece conservar uma autoridade não completamente subordinada na região a Sul do Douro.¹¹⁵

Em 1145 doa à Ordem do Templo o castelo de Longroiva que diz ter povoado na Extremadura, entre os castelos de Numão e Marialva e o rio Côa. Por outro lado, o foral de Freixo de Espada à Cinta é outorgado pelo rei D. Afonso Henriques àquela comunidade do Alto Douro (hoje Distrito de Bragança) entre 1155 e 1157 *per concilium de fernam melendis* também o foral de Trevões, outra comunidade do Alto Douro, é concedido em 1159 pelo rei conjuntamente com Fernão Mendes e sua mulher D. Sancha Henriques.

Nos anos de 1148 e 1153, a páginas 585 e 588 do Elucidário de Viterbo aparecem-nos duas anotações referentes a Aliste:

1ª: No de 1148 se concordaram o Mestre Gualdim Pais e Godinho Godins sobre a herdade de Bauça Mala, sita na ribeira de Aliste, afirmando o Mestre Gualdim que ela sempre fora de *Domo Templi, quae est in Bracharensi Civitate*.

2ª - No ano de 1153 (E.M.C.LX.I) se vendeu à casa do Templo, em Braga, uma herdade na ribeira de Aliste, onde se chama Vilar, sendo Mestre da Milícia do Templo D. Ugo.

Estas duas informações sobre Aliste, terra hoje em território Zamorano, encostado à fronteira com Distrito de Bragança, onde a Diocese de Braga tinha ascendente, económico, administrativo e pastoral, vêm demonstrar-nos os limites mais a oriente da Diocese Bracarense, sob influência Templária.

Aliás, consultando hoje a informação sobre esta terra encontramos (*in Aliste - Wikipedia, la enciclopedia libre*): Aliste é uma região da província de Zamora, Castela e Leão, Espanha, que faz fronteira com Portugal no oeste e no sul. A origem do nome Aliste aparece como *Alesti* em um manuscrito do século IX, referindo-se às árvores (*alders*) que podem ser vistas nas margens do que hoje é chamado de rio Aliste. Esta região tem vários exemplos de arte romana em suas igrejas. Há também locais históricos associados aos templários.

A páginas 594 da obra de Viterbo, diz: *“No ano de 1199 ... declarando se move a favor aos Templários esta mercê, pelo amor de Deus e pelos muitos serviços que desles tinha recebido e também pelas igrejas do Mogadouro e Penas Róias; “quas nobis dedistis bene paratas de omnibus quae pertinent ad ecclesasticum officium, para que eles as povoem e aforem como bem lhes aprover, mas com a condição seguinte: vos vero Nos, et cunctos, qui de genere nostro nobis in regno successerint quamdo cum que voluerimus, tamquam reges, et dominós vestros in ipso loco recipiatis”*. – Os dous castelos de Mogadouro e Penas Róias já os templários haviam recebido da coroa no ano de 1197, cederam igualmente os padroados; tradução parcial; Estabelecem-se as condições da doação: (*No entanto, aviso tudo o que é nativo de nosso sucesso que quando os reis que escolhermos, será o seu local real que se aposentará*)

¹¹⁵ O original deste documento encontra-se na TT gaveta 7, maço 10 nº 6 e copiado no livro dos Mestrados fol. 13



Mapa 5: Como se verifica no mapa dos limites geográficos da Diocese de Bragança do século IX, o arcediogo de Aliste que abrangia Alcanizes e Alba de Aliste, estava dentro da sua circunscrição. Note-se também a situação de Macedo de Cavaleiros como fazendo, parcialmente, parte das Terras de Ledra e Terras de Lampaças. (Gradíssimo, Caderno Terras Quentes, nº 12, pág 85)

“Na Idade Média a linha de fronteira não existia (e mesmo hoje não passa de uma abstração convencionadas pelos estados, só real a nível da cartografia). Era, portanto, um espaço amplo, de contornos indefinidos, ora em expansão ora em situação de defesa ou contenção, dependendo apenas das atitudes tomadas, das capacidades internas de cada um dos grupos. Expansão se havia necessidade de espaço vital, mas se está sempre presente a ideia de que a comunidade tinha capacidade demográfica suficiente para criar grupo ou grupos de colonos-soldados cuja missão era ocupar o espaço vazio e, se possível, expandir-se para além desses confins.”¹¹⁶

Vinte e quatro anos após as informações sobre a doação do castelo e igrejas do Mogadouro e Penas Róias chega-nos nova notícia em 1223 única informação do décimo terceiro Mestre da Ordem em Portugal “D. Pedro Annes” uma concordata, espécie de foral, que obrigava os do Mogadouro a pagar pão, vinho, linho, e gado de criação. Documento de Tomar do mês de julho de 1223.

¹¹⁶ Barbosa, Pedro; Caderno “Terras Quentes” nº 1, pág 117



Foto 4 - Castelo de Mogadouro (Foto: Cláudio Pereira).



Foto 5 - Castelo de Penas Róias (Foto: Cláudio Pereira).

A páginas 598, Viterbo dá-nos a seguinte notícia: “[...] Já esta senhora, D. Fruilla Ermiges, Dona, Viúva e Familiar do Templo, havia doado à Ordem do Templo todos os seus bens no ano de 1228 como acima fica dito. Agora, ficando herdeira universal, de sua mãe, segunda vez, torna a doar muitas terras, herdades e igrejas à dita Ordem, assim no bispado de Coimbra, como de Lamego (em que nomeia Thoutam de Suso e Thoutam de Juso e a Faya, em Caria) e no Arcebispado de Braga e mesmo em terras de Bragança, Montenegro e Ledra. E faz isto por sua alma e pelas almas dos seus pais marido e filho”.

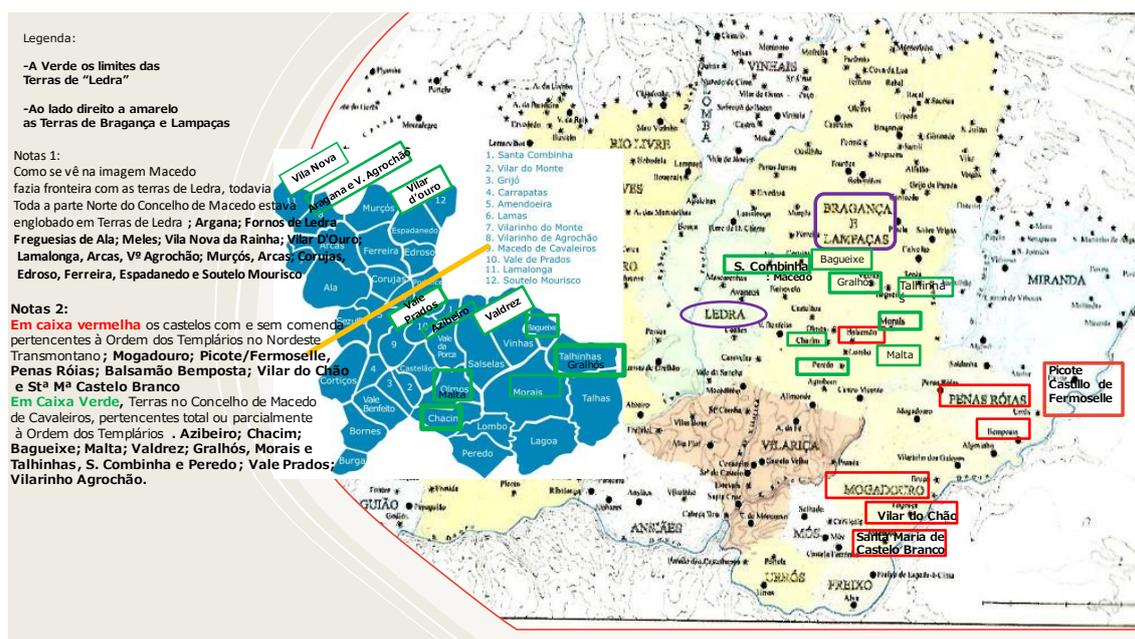
Terminamos as anotações de Viterbo referindo o que ele nos trás na página atrás referida e na página 601 do seu Elucidário, assim diz: “No ano de 1239 e a 22 de Julho, era D. Guilherme Fulcon Mestre da Ordem dos Templários, nos “trez reinos” e Comendador da Ordem do Templo em Portugal D. Pedro Costem, como consta da composição que, neste dia, mês e ano se concluiu entre as comendas de Mogadouro e Penas Róias que era dos Templários e a de Algozo que era da Ordem do Hospital”.

(Vide Figueiredo tomo I, Paragrafo 229, fol. 409 da 1ª edição). Aqui dá-nos a conhecer que tanto Penas Róias como Mogadouro eram possuidoras de comenda, confirmando a sua pertença à Ordem do Templo e em contrapartida o Castelo de Algozo era propriedade da Ordem do Hospital.

Começámos com notícias do primeiro Mestre da Ordem e acabamos com notícias do último Mestre (XXVIII) da Ordem, D. Vasco Fernandes que no ano de 1296 nos apresenta outra composição com D. Fr. João Martins, Bispo da Guarda. Neste ano lhe doaram e à sua ordem, el-rei D. Dinis e a rainha Santa Isabel umas casas que tinham junto à porta da vila do Sabugal, e no de 1297 lhe doaram os padroados de Mogadouro e Penas-Róias.

A Implantação da Ordem dos Templários em Macedo de Cavaleiros

No século XIII, a área geográfica do Concelho, hoje de Macedo de Cavaleiros abrangia parte, a leste das terras de Ledra, (com as freguesias de Ala, Lamalonga, Arcas, Vº Agrochão, Murçós, Arcas, Sezulfé, Corujas, Edroso, Ferreira, Espadanedo e Soutelo Mourisco e a parte sul das terras de Bragança e Lampaças, com as restantes freguesias.



Mapa 6: Terras de Ledra e Lampaças/Bragança, até à linha do rio Douro, onde se indica a localização dos castelos, comendas e lugares (estes pertencentes ao Concelho, hoje, Macedo de Cavaleiros) onde se implantou a Ordem dos Cavaleiros Templários

No mapa que se apresenta está incluso, a verde, as terras onde a Ordem dos Templários possuía propriedades no século XII/XIII. Freguesias de: Argana; Azibeiro; Bagueixe; Chacim; Fornos de Ledra; Gralhós; Malta; Meles; Morais; Peredo; Talhinhas; Valdez; Vale Prados; Vila Nova (da Rainha); Vilar d'Ouro e Vilarinho (de Agrochão). A

vermelho, já fora das terras do hoje concelho de Macedo de Cavaleiros, à excepção do castelo de Balsemão, mas, dentro do distrito de Bragança, os castelos, em linha de fronteira, pertença da Ordem dos Templários.

Relação das terras (**a negrito**) pertencentes à Ordem dos Templários, sem negrito a outros proprietários, situadas no concelho, hoje, de Macedo de Cavaleiros. Informação retirada das memórias Históricas e Arqueológicas do Distrito de Bragança, Tomo I a XI; “Gradíssimo”; Macedo de Cavaleiros na Idade Média: a região, as famílias e os homens (século XIII a 1325). Da obra de Balcão Vicente, Macedo de Cavaleiros, Da Terra de Lapaças ao Concelho; Os forais e a sua época, também partir das Inquirições Afonsinas e Inquérito Dionisiano, assim como análise à documentação foraleira da época e Nova História da Militar Ordem de Malta por José Anastácio de Figueiredo Tomos I, II e III, 1793. (MOM).

Propriedades no Concelho de Macedo de Cavaleiros:

Localidade	Proprietário	Observações	Bibliografia
Argana	Ordem dos Templários	Abade de Guide dada a Algoso que à data era O. Templários 1185-1211	MOM Tomo I p 233
Ala Ala	Afonso Lopes Baião Ordem de Cristo	Localidade <i>Fructos eclesiásticos Abade de Guide</i>	-Gradíssimo “opus cit” p. 147 – MOM tomo I, p244
Amendoeira	Rei, Vilãos, Sé Braga e Mendes Gonçalves.	Vila ½ rei, ½ Vilãos + 1 casal Mendes Gonçalves	Gradíssimo “opus cit” p. 147
Azibeiro	Ordem Templários -Ordem Hospital	Abade de Guide dada a Algoso que à data era O. Templários 1185-1211 -Tinha aqui propriedades	MOM Tomo I p 412*`a f.117 liv II. Inq afonso II lê-se; vieram a Mãi de Nuno Martins de Chacim que eram da O. Templi e Ospitalis -Ver tomo IV p.80

Bagueixe	Ordem Templários	Tinha aqui propriedades	Ver tomo III p.352 e MOM Tomo I p436. Lê-se: 1º que os Freires da Ordem do Templo deveriam ter hum daquelles Casaes com a sua posse
Banrezes	Ordem Hospital	Tinha bens no seu termo	Ver Tomo I p.366
Bornes	Arcebispos de Braga e Mosteiro Castro Avelãs	Tinham aqui bens	Ver Tomo III p. 60 e 84
Carrapatas	Arcebispos de Braga, Mosteiro de Castro de Avelãs e Mosteiro de Refoios	Tinham aqui bens	Ver Tomo II págs. 84,353,358
Castelãos	Cónegos de Miranda	Possuíam aqui terras	Ver Tomo I p.370
Castro Roupal	Ordem do Hospital	Tinha aqui fazendas	Ver Tomo III p.347
Cernadela	Mosteiro de Moreirola	Tinha aqui terras	Ver Tomo IV p. 26
Chacim	Ordem Templários Ordem hospital	Tinha aqui bens Também a O. H. tinha bens	Ver Tomo III p. 366 MOM tomo I p413
Cortiços	Mosteiro de Moreirola	Tinha aqui propriedades	Ver Tomo IV p.35
Espadanedo	Cónegos de Miranda,	Possuíam aqui propriedades	Ver Tomo I p.68, Tomo III

	Mosteiro Castro Avelãs e Ordem do Hospital		p.84 e 329
Fornos (Ledra?)	Ordem Templários	Abade de Guide dada a Algoso que à data era O. Templários 1185-1211	MOM Tomo I p 233
Gradíssimo	Cónegos Sé de Miranda	Tinham aqui bens	Ver Tomo I p. 370
Gralhós (S. Cipriano de Graloes)	Ordem Templários e Ordem Hospital	Tinham aqui fazendas	Ver Tomo III p. 334 e MOM tomo I p485
Grijó de Vale Benfeito	Colégio Jesuíta de Bragança	Possuía aqui fazendas	Ver Tomo VII p. 741
Lamas de Podence	Cónegos da Sé de Miranda e Mosteiro de Castro Avelãs	Tinham aqui bens	Ver Tomo III p.84
Lama Longa	Ordem Hospital	Doação D. Mór Garcia	MOM tomo I p195
Macedo de Cavaleiros	Nuno Martins de Chacim e Mendes Gonçalves	Tinham Bens – Em 1258 não é indicada como freguesia ou paróquia, mas em 1290 é referida a primeira designação o que deixa entender a existência anterior	Gradíssimo opus cit p.148 e tomo III p.336
Malta	Ordem Templários e Ordem Hospital	Tinham aqui bens	Ver Tomo III p.367
Meles	Ordem Templários	Abade de Guide dada a Algoso que à data era O. Templários 1185-1211	MOM Tomo I p.244
Morais	Ordem Templários e Ordem do	Tinham aqui bens, metade que era foreira Dona Frolhe e de Martins Pires	Ver Tomo III p. 363 MOM Tomo I

	Hospital		p.414
Nuzelos	Ordem Hospital	Doação D. Mór Garcia	MOM tomo I p195
Peredo	O. Templários e Afonso Mendes de Bornes	Vilar	Balcão; pág. 17
Pinhovel	Arcebispos de Braga	Havia no seu termo fazendas	Ver Tomo III p. 353
Salselas	Cónegos de Miranda, Mosteiro Castro Avelãs e Ordem Hospital.	Tinham propriedades no seu termo.	Ver Tomo III p.323 e MOM Tomo I, p.487
Santa Combinha	Ordem Templários e Afonso Mendes de Bornes	Vilar	Balcão; pág. 17
Sesulfe	Arcebispos de Braga e Mosteiro Castro de Avelãs	Há sítio no termo chamado Lameira da Courada e nele tinam propriedades.	Ver Tomo III p. 84
Soutelo Mourisco	Mosteiro de Castro de Avelãs	Tinha aqui fazendas	Ver Tomo IV p.24
Talhas	Nuno Martins de Chacim e Ordem do Hospital e Cavaleiros (filhos e netos de Pedro Aires de Moraes)	Tinham aqui Bens	Gradíssimo opus cit p. 149
Talhinhas	Ordem Templária e Nuno de Chacim	Vila 2/3 O. Templários	Gradíssimo p. 150 Balcão, pág. 17
Travanca	Arcebispos de Braga	Tinha bens no seu termo	Ver Tomo III p.61
Valdrez /Baldrêas)	Ordem Templários	Abade de Guide dada a Algozo que à data era O.	MOM Tomo I p 412*`a f.117

		Templários 1185-1211- Quinhã o de Baldrêas	<i>liv II. Inq afonso II lê-se; vieram a Mãi de Nuno Martins de Chacim que eram da O. Templi e Ospitalis</i>
Vale Benfeito	Mosteiro de Moreirola	Tinha bens no seu termo	Ver Tomo III p.324
Vale de Prados	Ordem Templários; São Vicente de Bragança; Cónegos de Miranda; Mosteiro de Castro de Avelãs e Ordem do Hospital	Abade de Guide dada a Algo que à data era O. Templários 1185-1211 Restantes tinham bens no seu termo	Ver Tomo IV p. 385 MOM Tomo I p244 e 412**`a f.117 <i>liv II. Inq afonso II lê-se; vieram a Mãi de Nuno Martins de Chacim que eram da O. Templi e Ospitalis</i>
Valongo	Cónegos Sé de Miranda	Tinha no seu termo bens	Ver Tomo I p. 84
Vila Nova (Rainha?)	Ordem Templários	Abade de Guide dada a Algo que à data era O. Templários 1185-1211	MOM Tomo I 244
Vilar Douro	Ordem Templário	Abade de Guide dada a Algo que à data era O. Templários 1185-1211	MOM Tomo I 244
Vilar do Monte	Jesuítas de Bragança	Tinham aqui bens	Ver Tomo II p. 331
Vilarinho (Agrochão?)	Ordem Templários	Abade de Guide dada a Algo que à data era O.	MOM Tomo I p 412*`a f.117

		Templários 1185-1211	<i>liv II. Inq afonso II lê-se; vieram a Mãe de Nuno Martins de Chacim que eram da O. Templi e Ospitalis</i>
Vilarinho (Monte)	Jesuítas de Bragança	Tinham aqui uma quinta que hoje pertence à família Pimentel	Ver Tomo IV p. 385
Vinhas	Ordem do Hospital	Há sítio no termo chamado Couto e naquela tinha propriedades	Ver Tomo III, p.335

Impacto na História de Portugal: a presença Ordem do Templo no Nordeste Português.

- O armamento medieval no Nordeste Transmontano.

É certo que as notícias históricas são escassas. Um célebre historiador do Século XIX dizia que *“pas de document pas d’histoire”*, ao que o nosso Gago Coutinho se interrogava – *“se não há documentos não há história?”* - *“É claro que há”*. E José Mattoso, no seu livro Afonso Henriques, chama a atenção para este facto e acrescenta que na ausência de documentos torna-se necessário apanhar as “pontas soltas” e num exercício de lógica reconstituir os factos com a maior exactidão possível. Mas o conceito de documentação, como todos sabemos, não pode resumir-se a pergaminhos escritos ou iluminados. Há muitos outros documentos, também eles de grande “peso” histórico que podem conduzir-nos às tais conclusões “surpreendentes”. Trata-se no fundo de preencher lacunas, descodificá-las e projetá-las. É esse trabalho que nos propomos executar. E com ele projetar mais uma página inédita da nossa história, da história dos Templários e do Nordeste Transmontano.



Foto 6: Fotografia de archeiro e besteiro (tiro com braços esticados)
Retirado do Livro das Aves. Mosteiro do Lorvão, século XII - ANTT.

Século XI – Dos fossados à reconquista:

Até ao século XI a guerra era olhada como uma atividade que não tinha como objetivo de fundo a conquista dos territórios. Nesses tempos as atividades bélicas desenvolviam-se com o nome de fossado. O que era um fossado? Basicamente era uma expedição que tinha lugar sobretudo na primavera e cujo objetivo era o saque de guerra – captura de prisioneiros, apropriação da riqueza, bens móveis e gado. No fundo era uma forma rápida que assegurava ricos e indispensáveis dividendos, tão necessários à manutenção da vida dos nobres em nome do Rei. Geralmente os fossados revestiam-se de grande aparato militar pelo que esses dividendos eram quase sempre elevados. Mas o objetivo dos fossados não era a subjugação de um determinado território de forma estável e duradoura. Foi isso que aconteceu em 798 com o fossado que Afonso II organizou sobre Lisboa ou em 913 o fossado que Ordonho II lançou sobre Évora. Ambas foram operações executadas com grande rapidez, sob o efeito da surpresa e uma retirada do território inimigo antes que houvesse tempo de se organizar uma resposta contrária.

Foi este o pensamento que na área militar prevaleceu até meados do século XI altura em que Fernando Magno iniciou a reconquista como uma forma de expansão territorial.

Temos assim dois períodos distintos no que toca à ocupação muçulmana na Península:

- 1- O tempo dos fossados.
- 2- A época da reconquista.

Esta viragem dos fossados para a reconquista, consuma-se com a campanha das Beiras que se iniciou em 1055-1057, com Fernando Magno e se prolongou por oito anos tendo culminado com a conquista definitiva de Coimbra em 1064, onde se

celebrizou Rodrigues Dias de Bivar (Vivar) – o “El Cid” o campeador, que ali foi armado cavaleiro na Mesquita Maior. O resultado foi a incorporação na cristandade de enormes espaços territoriais pelo que a fronteira avançou do Vale do Douro para onde tinha recuado nos fins do século X com as operações do Al-Mansor) até ao Vale do Mondego, onde estagnou.

Perante tudo isto e em face ao enorme aumento do território, houve necessidade de reformular todo o sistema administrativo incapaz de responder às necessidades das novas incorporações. Até então dominavam as “civitates”. Mas como as áreas territoriais aumentaram enormemente, esse sistema administrativo, começou a mostrar-se pouco eficaz.

Havia que o reformular. E os enormes territórios condais começaram a fracionar-se, dando lugar a territórios mais pequenos de mais fácil administração. Essas unidades que por vezes, também elas atingiam enormes dimensões, começaram a ser entregues a uma nobreza que se distinguira em ações de guerra e por isso tinham ascendência na escala social.

Foi esta nobreza que até meados do século assumiu uma relativa importância de cariz meramente local ou regional, ascendeu rapidamente ao topo da hierarquia social.

Foram esses cavaleiros obscuros que no século XII deram origem aos ricos-homens e a algumas das mais importantes linhagens. Riba-Douro; Maia; Sousa; Braganções; Baião; a quem o rei confiou territórios muito distantes da sua autoridade.

Essa nova administração, acabou por impor um novo modelo territorial. Em contraste com o “velho modelo condal, da velha “civitate” o novo modelo Senhorial, surgia na base das terras do castelo e do Tenens que se impunha com plenos poderes territoriais.¹¹⁷

E os velhos Castelos erguidos ao longo dos finais do século XI, início do século XII pelas populações, muitos deles apoiados pelas civitates e pela nobreza condal cobrindo vastíssimos territórios, deram origem ao castelo-cabeça-de-terra garantindo as condições económicas para o aparecimento do castelo românico com as suas estruturas pétreas altamente dispendiosas, mas plenamente eficazes. Esses castelos só podem ser compreendidos num quadro onde se verifica uma redução de estruturas fortificadas. De outra forma o reino não teria possibilidades de empreender as reformas dos seus sistemas defensivos.

Foi este o sistema defensivo que dominou o “amanhecer de Portugal”. E foi neste quadro que se evidenciaram os Castelos do Nordeste Transmontanos, alguns

¹¹⁷ Neste quadro importa realçar a figura de Fernão Mendes II, “O Bravo” o Braganção. Tenente das terras de Chaves, foi a partir de 1128 até 1145 governador das Terras de Bragança. Foi talvez o mais celebre membro da sua família, ficando conhecido sobretudo pelos actos violentos bastante referidos no livro de linhagem do Deão. Mas é a ele que Portugal deve a maior parte da região de Trás-os-Montes.

deles totalmente desaparecidos. E, com eles, o armamento mais sofisticado da época como iremos ver no capítulo respetivo.

O povoamento Transmontano e os contactos com o Oriente

A partir de meados do século XII começaram a entrar e a fixar-se em Portugal colonos vindos da Terras Santa e trazendo com eles conhecimentos e tecnologias avançadas, não só na área bélica, como nos mais diferentes domínios. Esses colonos que privavam de perto com as civilizações orientais rapidamente se aperceberam que em certos domínios os povos orientais estavam muito mais avançados que os do ocidente peninsular apesar dos muçulmanos ocuparem a maior parte da Península Ibérica. Toda a zona da Andaluzia era tida e reconhecida pelos seus conhecimentos, mas o norte da Península, ocupado pelos reinos das Espanhas estava imbuída num enorme atraso. Por isso, a vinda e a fixação em Portugal de colonos estrangeiros a quem se deram enormes “benesses” atesta a abertura de Portugal a essas imigrações especializadas.

Em 1158 Afonso Henriques fez a doação de Atouguia a Guilherme Descornes, um dos capitães dos cruzados que o haviam auxiliado na tomada de Lisboa em 1147.

Guilherme povoou o território doado distribuindo uma parte pelos homens da raça estabelecida no norte de França, os “Firanci”, e a outra parte pelos homens vindos do Sul do mesmo país, gallioi, galleci¹¹⁸.

Jourdan, outro capitão dos cruzados estabeleceu-se na Lourinhã, com a anuência de Afonso I¹¹⁹.

Em 28 de Maio de 1199 D. Sancho I participa aos alcaides, Alvazil e homens-bons de Santarém, Lisboa e Alenquer que “Isti ffranci” vieram habitar a terra Portuguesa para utilidade d’elle rei, dos nossos sucessores e do reino¹²⁰.

No ano seguinte D. Sancho I fez doação da terra Vila Franca/Azambuja a Raolino a todos os flamengos quer ali habitam¹²¹. Mas ao que parece a vinda de combatentes da Terra Santa para Portugal remonta ao tempo de D. Henrique, isto é, após a primeira cruzada. Em Guimarães ao tempo do Conde havia uma rua que se chamava dos Francos¹²². Nas Inquirições de 1258 descobre-se também rasto Entre Douro e Minho e na Beira, de colonizadores que não eram oriundos do País.

Como explicar tudo isto? Qual o papel do Nordeste Transmontano em todo este movimento? E sob o ponto de vista militar em que é que ele se traduziu.

¹¹⁸ Herculano, Alexandre – História de Portugal Vol. II pp 118-151

¹¹⁹ Idem; Vol. IV, pág. 378

¹²⁰ Idem, Vol. IV, pág380.

¹²¹ Idem. Vol. II pág 93 a 95 e nota.

¹²² In, Figueiredo, Nova Malta, parte 1, pág 16

Olhando atentamente para a história desse período, mormente no que concerne à imigração para Portugal podemos concluir, com alguma exatidão que os principais fluxos se situavam na área Atlântica e no Nordeste Transmontano. O sul estava dominado pelos muçulmanos o norte pelos reinos de Espanha por conseguinte temos à partida duas entradas para Portugal. Uma que se interligava com a Europa marítima, Grã-Bretanha e países nórdicos e outra que absorvia os povos que vinham do médio oriente. Todos estes movimentos se refletiram de forma marcante na evolução do armamento em Portugal.

A Liga Hanseática:

Durante o reinado dos nossos três primeiros reis, centram-se, como já referimos, quatro grandes influências no campo da armaria no nosso país: Uma proveniente do Norte e da Europa Central a que foi a chamada influência Atlântica e continental que deriva fundamentalmente dos avanços técnicos dos países da Liga Hanseática principalmente nos países nórdicos e da área germânica.

A segunda dirigida do Sul da Europa, principalmente via Andaluzia e Itália, denominada influência mediterrânica, uma terceira conhecida por influência muçulmana que teve os seus principais progenitores nos muçulmanos estacionados na península. E, finalmente, uma influência do médio oriente, então dominado pelo movimento das cruzadas.

Vamos então debruçar-nos sobre os principais sectores que atuaram no campo da evolução do armamento em Portugal.

A partir de 1250, o comércio e o desenvolvimento da Liga Hanseática no norte da Europa começam a trazer para Portugal, através do Atlântico uma nítida influência da Europa Central em detrimento da influência oriental que em toda a orla Atlântica de Portugal acaba por se esvaír gradualmente. E porque é que a Liga Hanseática teve tanta importância para o desenvolvimento do armamento em Portugal?

A Liga Hanseática foi a mais importante organização comercial do século XIII. Fundada em 1241 por duas das mais importantes cidades mercantis alemãs, Hamburgo e Lubeck, que assinaram entre si um tratado de aliança e proteção mútua com objetivos comerciais, a Hansa cresceu desmesuradamente e, poucos anos depois abrangia cidades desde Reval e Riga, na atual Rússia até Colónia junto ao Reno.

A Europa Medieval era, na altura predominantemente católica e os frequentes dias de jejum e abstinência de carne davam azo a um imenso mercado de peixe que os mercadores se apressaram a explorar. Salgado e fumado o arenque era exportado com o trigo e o centeio da Polónia e da Rússia por via fluvial até aos portos da Hansa, como Danzing ou Riga. Para o regresso os mercadores carregavam vinhos, têxteis e outros produtos.

Para conservar o arenque, necessitavam de sal que iam carregar às minas de Salzburgo. Como na travessia fluvial tinham de passar por diversos reinos, principados

ou condados onde tinham de pagar elevadas taxas, o sal chegava aos portos de origem por um preço exorbitante tornando o arenque quase inacessível.

Então, as cogas hanseáticas começaram a derivar para o sul em direção a Portugal onde carregavam sal, no sado¹²³a preços incrivelmente mais barato- A partir daí começaram a considerar o nosso país um parceiro privilegiado e os navios que aportavam a Portugal estabeleceram connosco um contacto comercial importante em que as armas desempenhavam uma posição de relevo.

Os Países nórdicos eram famosos pela produção de aço de elevada qualidade e pelos produtos que saíam das mãos de alguns dos seus consagrados espadeiros e mestres fabricantes de armas. Foram essas trocas comerciais que permitiram que a orla Atlântica portuguesa se afirmasse pela qualidade das suas armas que, apesar de tudo não eram inferiores à do Norte da Europa.

Temos assim numa superficial observação a orla atlântica portuguesas dotada de equipamento militar evoluído para a época, não só, fabricado localmente, como também o proveniente do comércio com os países nórdicos. Mas, para além disso e à medida que a reconquista se projetava para sul a presença de homens de armas de outros países que aqui aportavam antes de ir para a Terra Santa ou para nos apoiar na cruzada do ocidente, trouxeram com eles inovações técnicas no armamento ligeiro e nos engenhos de assédio que importa realçar.

Temos em mente o papel das Ordens religiosas na conquista de Lisboa e Alcácer do Sal entre várias outras cidades. As novas tecnologias tanto no que respeita às máquinas de cerco como a todo o armamento ligeiro foram um contributo de monta que tiveram a maior importância para os Portugueses na luta contra os muçulmanos. Vimos em capítulos anteriores que muitos desses combatentes estrangeiros acabaram por se fixar no nosso país e com eles os seus conhecimentos e a sua tecnologia.

Por Terras Transmontanas:

Vimos que, em matéria de armamento a costa portuguesa atlântica mercê dos seus contactos com os países nórdicos, Grã-Bretanha, Flandres, Bruges, Montpellier, mas sobretudo através das suas relações privilegiadas com a liga hanseática, detinha um avanço técnico notável para a época. Havia muitos e bons “mestres de fazer armas” magníficos produtos e não faltavam locais de armazenamento em castelos da coroa ou da alta nobreza.

¹²³ As mais antigas notícias e salinas em Portugal apareceram nos princípios do século X. Houve-as em todo o estuário do Minho ao Douro. No território há referências a inúmeras outras salinas para além destas; por toda a orla da Ria de Aveiro, no Baixo Mondego, seguramente desde 1092; na concha de São Martinho do Porto e nos esteiros dos coutos de Alcobaça: vários centros salineiros no estuário do Tejo a partir do século XIII com especial referência para os da margem sul.

E, pelo que toca às zonas do interior nomeadamente por terras transmontanas e de Riba Douro, ou seja, nas terras a norte e a sul do Douro? Aí a situação merece uma bordagem diferente, porque ela também era diferente.

Quando em 1096 o Conde D. Henrique recebeu o seu condado, nele ainda não estavam integradas as terras que iam de Chaves até Bragança e daqui até aos limites geográficos a sul do rio Douro. Também ainda não integravam ainda a área que ia desde o rio Távora até ao Côa. Portanto já no Douro Sul. Era um território enorme, fortalecido por castelos como o de Penas Róias, Mogadouro Balsamão, Castelo Branco, Picote e Bemposta, todos a norte do rio Douro e no distrito, hoje de Bragança.

Este imenso território era tido e administrado por um Tenente em nome do Rei de Leão, dando origem aquilo que ficou conhecido por tenência (v. cap. anterior). Essa tenência que açambarcava quase toda a área geográfica do condado estava entregue, como vimos também, a famílias nobres que, na altura, detinham um enorme poder, como os “Sousões”, os “Braganções” os “Maias” os “Riba d’Douro” e os de “Baião”. E foram estas cinco famílias que tiveram uma intervenção de monta na constituição do Condado Portucalense.

Dessas cinco linhagens, aquela que mais se destacou para o estudo do Nordeste Transmontano, foram os Braganções que a seguir aos Sousões constituíam o maior poder no condado de então. Desses Braganções emerge Fernão Mendes II o “Bravo”, famoso pelo seu carácter violento e colérico e pela sua figura aterrorizante. O poder deste Braganção como aliás toda a sua linhagem era tremenda ao ponto de no foral dado por D. Afonso Henriques em 1155 a Freixo-de-Espada-à-Cinta, a ponto de o Rei mencionar que outorga este foral “per consilium, de Fernam Mendês”, isto é, com autorização do Braganção.

A manutenção e posse destes enormes domínios obrigavam a um povoamento de monta e uma atenção especial à sua defesa. Com efeito, toda a região do Nordeste Transmontano estava “entalada” a sul pelos muçulmanos e a oriente pelos reinos de Espanha. Conquanto fosse a área mais povoado do Condado Portucalense, havia que atender à sua defesa. E é aqui que as armas vão desempenhar um papel crucial. Mas para entendermos a verdadeira dimensão da armaria no Nordeste Transmontano, temos de recuar no tempo até à época da Romanização.

VAE VICTIS (*aí dos vencidos*)

Pode parecer inverosímil recuarmos tantos anos, até ao século II a.C. Mas não é. Vamos então começar pelo princípio.

Se estudarmos com atenção a história da Península Ibérica, mormente a do Ocidente Peninsular, entre os anos 155-138 a.C., ou seja, durante as campanhas de “Viriato”, não podemos deixar de ficar atónitos como foi possível a um povo composto por inúmeras tribos dispersas, sem coesão, sem disciplina, sem espírito de corpo e sem

treino militar de conjunto, destroçar e, o que é pior ainda, humilhar a mais fantástica máquina de guerra de então: as famosas legiões de Roma.

Calcula-se que durante aquele período, de tempo, as formações Lusitanas tenham matado cerca de 25.000 legionários, para além daqueles que gravemente feridos ficaram incapacitados de voltar às fileiras.

Face a esta realidade e perante a dimensão de um conflito que opôs uma estrutura organizada, disciplinada e dotada de uma já longa e vasta experiência, a uma outra estrutura, sem disciplina, sem unidade e desprovida da prática de atuação em conjunto onde dominavam as tribos a que os Romanos chamavam de “populi” cumpre-nos entender o que é que esteve na base de todo este fenómeno, interrogando-nos como foi isso possível.

Torna-se evidente que a presença de “Viriato” foi, nestas circunstâncias, crucial. Embora a sua figura esteja ainda deficientemente estudada por falta de elementos documentais ou arqueológicos que nos permitam ajuizar com fundamentos os verdadeiros contornos daquele cabo-de-guerra, desligando-o das ficções e dos mitos, o certo é que não chega para justificar a dimensão de um feito desta envergadura. Por maior que seja qualquer chefe militar se não tiver por detrás uma máquina bem “oleada” armada e convenientemente disciplinada nada pode concretizar.

Foi essa uma das razões que nos levou a debruçar sobre esta problemática e, durante muitos anos, analisá-la nas suas múltiplas vertentes procurando, quer na arqueologia quer nos elementos documentais as provas irrefutáveis que nos permitissem com o máximo de rigor e exatidão concluir da superioridade dos “povos” lusitanos sobre as legiões de Roma. E a partir daí tentar uma extrapolação projetando esta realidade para a Idade Média no Nordeste Transmontano.

Os resultados foram surpreendentes. A sumula que apresentamos mais não é do que um resumo, ou talvez melhor, parte de uma síntese analítica das nossas pesquisas.

Uma análise atenta à problemática das guerras Lusitano-romanas, no tempo de “Viriato” levou-nos a concluir serem três as razões de fundo que ditaram a superioridade das formações lusitanas.

- 1- Muito bons cavalos e magníficos cavaleiros.
- 2- Armamento diferente, altamente sofisticado.
- 3- Uma nova tática de guerra “relâmpago” – (guerra de guerrilha).

Não nos vamos debruçar sobre os cavalos nem sobre as táticas das guerras lusitano-romanas. Está fora do âmbito do nosso estudo. Mas vamos assentar num particular, extremamente importante para o estudo do armamento na região Trans-Duriense: o avanço técnico em matéria de armamento dos lusitanos em relação ao mundo da época.

Hoje não restam quaisquer dúvidas que os romanos o reconheceram. Aliás os romanos eram um povo muito pragmático que não hesitava em adoptar o equipamento e as práticas dos povos subjugados se nisso vissem alguma vantagem. E assim o fizeram com o equipamento usado e utilizado pelas tribos lusitanas, muito superior ao seu próprio equipamento. Mas, o que realmente aconteceu é que eles copiaram a forma, mas nunca conseguiram alcançar a qualidade do seu aço, nem o seu nível técnico. Foram segredos muito bem resguardados. E os povos da “Lusitânia” continuaram a manter uma superioridade que os romanos nunca conseguiram ultrapassar.

E foi essa superioridade dos povos locais, que se manteve sempre ao longo dos séculos que acabou por ter um papel fulcral no espaço do Nordeste Transmontano no início da nossa fundação.

Não vamos analisar todo o armamento utilizado nos séculos XII e XIII. A variedade e extensão de tal estudo a ser publicado seria incompatível, para já, com os nossos objetivos. Cavalos, armamento ligeiro, táticas e estratégias, terão de ficar para uma posterior abordagem. Entendemos dever abordar neste número do nosso caderno “Terras Quentes” as armas ligeiras neurobalísticas e o papel que elas desempenharam nesse período. E porquê as armas neurobalísticas, o arco e a besta?

Uma herança desconhecida:

1064. Nas Espanhas reinava Fernando I de Leão o “Magno”. Estamos em plena reconquista *“El Rey dom Fernando sendo boom andante e seguro em seu reino, ajûtou uma hoste muy grande e foi a terra de Mouros que convem a saber: a Portugal e a terra de Bitinya, aquela que agora chamam Merida e Badalouce. E depois que assi entrou em Terra de Portugal, ganhou logo Sea e Gouvea e outros castelos d’arredor pero com tal preytesy que ficassem os mouros com seus vassalos. E deronlhe as fortalezas”*

“E depois que tomou este logares, foi sobre Viseu e cercoulho. E essa villa avya boõ cavaleiros e beesteiros e avyã assi boas beestas que quando tirava, nom prestava armadura nem hua. E por esto mandou el-rei que pregassem távoas nos escudos por serem mais fortes, por que as sectas fazia muy mal. E mandou guardar as portas que não sayssem fora. E esto fazia elle por tomar deles vingãça, porque ali fora morto el rei Dõ Ramiro, seu sogro”.

“E tanto os combatya rijamente que entrou per força a cidade. E mataram e cativaram muytos mouros e tomaram preso o mouro besteiro que matara el-rei. E el-rei Dõ Fernando mandou-lhe tirar os olhos e cortou-lhe os pees e as mãaos” “Em todos estes feitos foi Rodrigo de Bivar (El Cid o campeador) huu dos que hy mais fizeram”.

Este texto, inserto na Crónica Geral de Espanha de 1344, Vol. III pág. 312 (ed. I.N.C.M.) é extremamente importante para a compreensão da história do armamento

em Portugal e do seu avanço técnico e, enaltece uma arma que teve um papel decisivo na nossa história: a besta.

Basicamente a besta, mais não era do que um arco montado numa coronha. Esse arco podia ser feito em madeira simples (geralmente teixo) ou composto por vários materiais, como iremos ver em detalhe no capítulo referente às bestas. Entre os dois tipos de arco ou melhor entre os dois modelos de besta havia uma diferença abismal. É que a besta de arco composto era muito mais potente do que a besta com arco de madeira. Para se ter uma ideia, basta referir que um arco em madeira montado numa besta podia ter no máximo cerca de 80 libras de potência o que à época era uma força enorme a ponto do Papa Urbano II em 1097 ter condenado o seu uso (bestas com arco em madeira) entre os cristãos. Se fosse contra muçulmanos isso não tinha importância, pois acreditava-se que os muçulmanos não tinham alma.

Mas uma besta de arco composto era muito mais potente. Podia ir até às 350 a 450 libras. Só assim se compreende que em Viseu Fernando o Magno tenha dado ordens para reforçar os escudos com tábuas para fazer frente às bestas muçulmanas, essas de arco composto.

O que é que isto significa? E qual a importância do texto sobre a conquista de Viseu para o estudo do armamento no nosso País? Há aqui três pontos a ter em consideração: o primeiro prende-se com o facto de ser mencionado uma arma com um poder de penetração até então desconhecido. Atente-se que quando da conquista de Viseu ninguém estava à espera de uma arma com tal poder de penetração.

Os escudos da época, denominados escudos de “cometa” (os Ingleses davam-lhe o nome de Kite-Shape) devido à sua forma amendoada, tinham cerca de 1,5 metro de altura e era feito de uma maneira geral de madeira de choupo e tinha de 3 a 3,5cm de espessura. Essa espessura era mais que suficiente para parar um virote lançado por uma besta equipada com arco de 80 libras de potência, ou seja, com arco de madeira. Ora eles foram obrigados a acrescentar tábuas ao escudo só podia significar que a espessura dos seus escudos era insuficiente para deter um virote de um arco composto com mais de 250 libras de potência.

O segundo ponto que importa focar é que as tropas de Fernando I não estavam preparadas para enfrentar armas com aquela força e, por isso, tiveram rapidamente de suprir este particular. Por outras palavras: desconheciam esta nova tecnologia. Conheciam a besta de arco de madeira, mas desconheciam o arco composto e o seu poder. Era uma inovação. Um enorme avanço técnico.

Finalmente, um particular que importa ter em consideração: o mouro besteiro. Em primeiro lugar dá-nos a entender com alguma base de certeza que a nova tecnologia era já sobejamente conhecida e utilizada pelos muçulmanos naquela região. Depois o facto terem matado barbaramente o mouro besteiro, ter merecido destaque nesta crónica, indica-nos ele tinha utilizado uma arma barbara e desconhecida, dos cristãos do rei D. Ramiro.

O certo é que, só muitos anos, em 1097, ainda no tempo do arco em madeira, e mais tarde no II concílio de Latrão em 1113, já no tempo do arco composto, os Papas Urbano II e Inocêncio II proibiram o uso desta arma.

A confirmar a barbaridade das bestas, Ana Commena, dá-nos a conhecer, com horror, esta arma.

Ana Commena foi uma princesa bizantina, filha do imperador Alexis I. Ana Commena tornou-se uma das primeiras mulheres historiadoras ao escrever a “A Alexiade” uma crónica sobre o reinado de seu pai durante o qual ocorreu a primeira cruzada. A sua obra foi concluída em 1148, ou seja, um ano após a conquista de Lisboa aos mouros e constitui, ainda hoje, uma das principais fontes sobre a história do Império de Bizâncio no final do século XI e a primeira metade do século XII.

Sendo um documento credível e da época, vale a pena olharmos para a sua visão e descrição sobre as bestas como armas avançadas de guerra.

“A besta é um arco dos bárbaros, praticamente desconhecido dos gregos: não é armado com um braço direito que puxa a corda enquanto o esquerdo empurra o arco em sentido contrário. Transportam a arma às costas e armam-na colocando os dois pés sobre o semicírculo do arco e com as duas mãos puxam a corda em sentido contrário. A meio da coronha tem um pequeno cilindro que engata a corda no mesmo tamanho da flecha, cujo comprimento vai da corda até ao meio do arco. As flechas utilizadas neste arco eram muito curtas em comprimento, mas muito grossas e terminavam à frente com uma ponta muito pesada. E ao disparar a corda vinha à frente com grande violência e força e fossem quais fossem os virotes utilizados acertavam sempre e nunca caíam ao sair da arma. Ao atingirem os escudos perfuravam-no e o mesmo acontecia com qualquer outra protecção de ferro dos combatentes. A sua força era tal que atravessava o inimigo lado a lado e continuava, tal era a violência do tiro destas armas. Tivemos conhecimento de uma flecha (virote) que atravessou uma estátua de bronze e atingiu uma grossa parede ficando a sua ponta ali cravada.

Esta é a monstruosa arma chamada besta e é verdadeiramente uma invenção diabólica. E o desgraçado que fosse atingido por um virote morria imediatamente sem sentir nada, nem mesmo o impacto do virote fosse qual fosse a sua força” (The Alexiade, traduzido por Elisabeth A.S. Daves)

Embora com alguma dose de exagero, este texto torna-se fundamental para a compreensão da nossa tese sobre a evolução do armamento no Nordeste Transmontano.

Ana Commena faz esta descrição e termina o seu livro em 1148. Ora a besta a que ela se refere como sendo uma arma diabólica e dotada de uma tremenda força tinha, sem qualquer espécie de dúvida um arco de madeira por três motivos;

- a) Commena relata-nos logo no início do texto que o besteiro tinha de pôr os dois pés sobre o arco para o armar. Isso de facto acontecia não com as bestas de arco composto. Para essas era necessário um aparelho para puxar as cordas tal

era a sua força. Por outras palavras: nenhum homem era capaz de armar à mão um arco composto.

- b) Commena refere-se à forma do arco como um semicírculo. Isso era comum nos arcos de madeira, mas os arcos compostos, muito mais pequenos e grossos, eram retos. Não faziam qualquer curvatura.
- c) Experiências por nós levadas a cabo com reconstituição de bestas com arcos de madeira de 80 libras e arcos compostos de 400 libras, demonstraram-nos quão exageradas eram as descrições de Ana Commena na relação à força e potência dos arcos a que alude.

Desta descrição podemos extrair uma conclusão assaz sólida. Mesmo tendo em atenção que os Bizantinos/Turcos eram grandes mestres no fabrico de armamento durante a Idade Média (esta descrição é feita por alguém que conhecia profundamente os contornos da guerra nesse período), e o facto de na mesma altura, se utilizarem já arcos compostos nos contrafortes montanhosos do então Portugal, prova, sem qualquer espécie de dúvida que já então detínhamos cerca de 60 anos de avanço técnico em relação ao armamento da altura¹²⁴.

Pelo que toca no ponto 1, tivemos já oportunidade de o abordar pelo que não vamos repeti-lo.

E no que respeita ao ponto 2. Vale a pena debruçarmo-nos um pouco sobre este particular e visualizarmos qual o papel das Ordens monástico-militares, nomeadamente dos templários no Nordeste Transmontano.

O movimento das ordens monástico-militares no Nordeste Transmontano dividiu-se em duas linhas de força: A guerreira que permitiu acompanhar o processo da reconquista e impedir a contraofensiva dos sarracenos. E a do povoamento do território.

Essas ordens tomaram a peito a colonização das zonas mais necessitadas, criando focos de povoamento e estimulando a exploração da terra. E embora o Nordeste Transmontano, fosse já bastante povoado, o certo é que ainda havia zonas a necessitar de um apoio superior.

Muitos conventos do Nordeste Transmontano, bem como outros de Entre Douro e Minho e das Beiras contribuíram para esta colonização. Não se torna possível estudar o papel de todos os mosteiros bastando referir o de S. Salvador de Castro de Avelãs que deixou uma marca na região de Bragança; a Abadia de Pendorada na confluência dos rios Douro e Tâmega, O mosteiro de Balsemão que teve um papel fulcral na cultura de cereais, frutas, oliveira e vinho, entre muitos outros que

¹²⁴ A mais antiga referência expressa a bestas no território que depois viria a ser Portugal, data de 1104 (DMP, D.P. III, 171) E por que razão aparece este avanço técnico?

Este avanço técnico deve-se basicamente a duas razões:

- 1)-A existência em todo o território Transmontano de uma técnica avançada já desde os primórdios do século II a.C. com as guerras Lusitano-Romanas.
- 2)-A vinda para Portugal dos Templários.

orientados pelas ordens souberam imprimir um cunho humano e cristão aos territórios do Nordeste Transmontano.

Mas a grande contribuição dos Templários centrou-se na sofisticação do seu armamento. Houve outras razões, decerto, que os creditaram como uma fantástica máquina de guerra: a disciplina, a experiência em combate e obediência cega entre muitos outros predicados que, na época não eram vulgares.

Os templários não eram muitos, mas eram na verdade de uma tremenda operacionalidade e de uma eficácia brutal.

Os contactos com os povos do médio oriente, então os grandes mestres no fabrico de armamento, deram-lhes a possibilidade de, embora poucos, se tornarem temíveis.

Quando vieram para Portugal, uma parte através do atlântico – conquista de Lisboa, Alcácer do Sal, entre outras, e muitos pela via romana XVII que liga Astorga a Braga, que passa por Macedo de Cavaleiros, por exemplo, trouxeram consigo essas inovações.

No Nordeste Transmontano já se utilizava então armamento sofisticado para a época. Mas as inovações trazidas pelos templários de terras muçulmanas vieram alterar completamente o “satus quo” então implantado.

E é sobre essas inovações no arco e na besta como as duas armas mais mortíferas de então que vamos agora falar.

A Besta:

Foi a arma mais mortífera de toda a idade média e de tal ordem que, como vimos os Papas Urbano II e Inocêncio II as proibiram nas guerras entre cristãos (mas não contra os muçulmanos).



Foto 7 – Réplica de Besta com arco de madeira, século XII.

Os templários usavam esta arma muito possivelmente com as técnicas dos muçulmanos que eram seus mais exímios fabricantes.

Que arma era essa, como evoluiu e como chegou ao nosso território? Uma besta mais não era do que um arco montado sobre uma coronha. Mas tinha grandes vantagens sobre o arco, nomeadamente poder estar armado e disparar em qualquer

momento,¹²⁵ com enorme força e precisão. Correndo o risco de nos repetirmos, é interessante olharmos com atenção para a descrição de uma besta da primeira cruzada, escrita por Ana Commena (ver capítulo anterior) que atribui a sua invenção aos Franceses. Commena não só nos faz um relato preciso sobre esta arma refere também quando foi pela primeira vez vista em combate.

A besta mais potente dessa época conhecida por “Arbalista ad duos Pedes” só podia ser armada através de um estribo colocado no centro do arco. Esse estribo, era em tudo semelhante ao estribo da sela de um cavalo embora mais largo para permitir a entrada dos dois pés permitindo que o atirador tenha a arma fixa para poder puxar a corda com as duas mãos.



Desenho 1 – Armando uma besta com estribo. Este estribo permitia uma mais rápida cadência de tiro e um carregamento mais célere mesmo com o chão empapado pela chuva.

Mas havia uma besta mais pequena, também com arco em madeira conhecida por “Arbalista ad unum Pedem” Era uma arma mais ligeira, embora com muito menos poder que a anterior. Por este motivo era suficiente o atirador usar só um pé no estribo quando queria armar a besta puxando a corda para cima.

Os viotes para besta de dois pés tinham por isso, de ser maiores e mais grossos do que as de um pé. Mais ligeiras e menos potentes.

¹²⁵ A besta com arco em madeira pode ser rapidamente reconhecida nas pinturas e iluminuras por não terem estribo e pelo comprimento e curvatura do arco. Em documentação do século XIII e início do século XIV encontramos muitas alusões a viotes para besta de “um pé” e viotes para besta de “dois pés”. Pela descrição ficamos com a ideia de que de que um pé e dois pés se referem à medida da arma destinada aos viotes de “um pé” ou “dois pés”. Mas não. Após uma investigação cuidada concluímos que as palavras “um pé” ou “dois pés” de comprimento se referem ao poder das bestas, já que o seu comprimento nunca poderia ser 1 ou 2 pés.

Quando um besteiro armava a besta com as mãos – no caso das bestas mais fracas – utilizava uma proteção do couro em cada mão para evitar que os dedos se cortassem. Esta pequena guarda de couro só protegia o interior dos dedos quando o atirador enganchava e puxava a corda.



Desenho nº 2 – Armando a besta com arco em madeira sem ajuda de qualquer aparelho. Os pés apoiavam-se diretamente no arco, como nos relata Ana Commena.

Estas primitivas bestas, que eram armadas desta maneira, tinham um fraco poder se as compararmos com as bestas mais tardias e muito mais potentes que necessitavam de um engenho mecânico para serem armadas: Eram as bestas de arco composto, como iremos ver. No entanto estas bestas mais primitivas tinham não só uma precisão muito maior do que o arco dessa época, como também eram muito mais perigosas pela sua força e peso do projétil.

As vantagens de utilização da besta sobre o arco eram nítidas. Para se distender um arco forte, era necessário efetuar movimentos esforçados que de uma forma geral eram detetados pelo animal ou pelo inimigo. Com a besta, isso não acontecia, pois podia fazer-se a aproximação com o arco já distendido e pronto a disparar evitando desta forma, aqueles movimentos que um arceiro tinha de fazer previamente. Por outro lado, se o arco fosse muito forte ninguém conseguia mantê-lo distendido durante muito tempo. Isso já não acontecia com a besta, que permitia que o atirador pudesse visar calmamente a sua presa, ou o seu inimigo sem a espantar e sem ser detetado. E tudo isto com grande precisão. Na caça, a sessenta passos. Dizia Guar Mateos *“res parada tierra limpia”*.

Para além disso, a besta era uma arma imensamente mais potente, do que o arco. Enquanto um arco muito potente podia ter 80 libras e em certos casos 100 libras

de potência, uma besta equipada com arco composto como iremos ver podia ter 220 ou mesmo 250 libras de potência.

Geralmente o arco destinava-se a ser disparado com uma inclinação de 45 graus de modo a constituir uma barreira que parasse a cavalaria inimiga. Mas a besta era sempre utilizada para tiro tenso, isto é, disparava a direito contra o inimigo. Por isso se dizia que o arco atingia mais longe, mas não é verdade que fosse mais potente. Tinham era finalidades diferentes e bem mortais quando juntas.

Apesar de tudo a besta tinha desvantagens sobre o arco. Era mais pesada. O seu peso oscilava entre os 5 e os 6 Kg e, por isso, era mais difícil de manejar. E enquanto um arceiro podia disparar 10 a 12 flechas por minuto, a besta raramente disparava mais do que um virote no mesmo tempo. Para além disso a corda, contrariamente à do arco não podia ser retirada em caso de chuva ou em noites húmidas o que tornava a arma frequentemente inútil. Já o mesmo não acontecia com o arco. A corda era geralmente transportada em redor da cintura, enrolada no antebraço ou debaixo do gorro e só era colocada no momento oportuno. Preservando-a assim do mau tempo e respetivas consequências.

A Superioridade sobre o arco fez com que a besta se tornasse numa arma praticamente grata entre os atiradores portugueses, tanto mais que era como dizia Espinar, *“é uma arma que mata e não espanta”* tendo em conta estas vantagens os portugueses tornam-se exímios fabricantes de bestas. Há razões de ordem vária que explicam este ato. Enquanto por toda a Europa prevalecia o feudalismo, em Portugal as estruturas assentavam sobre os Municípios. Isto significa que enquanto o feudalismo era o Senhor que tinha de armar os seus homens para a guerra, em Portugal, as cartas forais, ao determinarem as obrigações militares dos Concelhos, obrigavam a que cada homem possuísse as suas próprias armas. Em 1317, por exemplo, D. Dinis escreveu ao Concelho de Lisboa, determinando o armamento que havia de ter cada individuo na proporção dos valores que possuía. E curiosamente a besta era a arma que era exigida aos peões mais pobres. Não admira, portanto, que a besta fosse a arma de guerra e de caça, por excelência dos Portugueses e a preferida pelas “gentes” Transmontanas. É por essa razão que os besteiros do Norte, tantas vezes mencionados nos documentos coevos, mais não eram que caçadores muito experimentados que prestavam tanto serviços tanto na guerra como na caça.

Já vimos que, nas bestas primitivas o arco feito de madeira de ácer ou teixo, tinha o grave inconveniente de, em dias de chuva ou muita humidade, as cordas e a madeira ficavam muito lassas e deixavam de funcionar. Foi aliás isso que aconteceu mais tarde aos besteiros genoveses que alinharam ao lado dos Franceses na batalha de Crécy (1346) acabando por ditar a vitória dos Ingleses e dos seus “Long Bows”. Vimos também que como o arco das bestas era ainda relativamente fraco, as cordas podiam até serem distendidas à mão. Nesse período arcaico a coronha era ainda muito curta. O besteiro encostava a ponta da coronha que terminava numa bolar ao peito e distendia o arco puxando a corda para si. Sendo a coronha muito curta, (como se pode

apreciar, nas iluminuras incertas no livro das aves do mosteiro de Lorvão ANTT) (ver foto 6) o besteiro disparava com os dois braços estendidos. Só a partir da segunda metade do século XII se começou a divulgar uma coronha mais comprida que permitia ser encostada e apoiada à cara.

Esta arma esteve certamente em uso no nordeste transmontano bem como, estamos de crer em todo o Portugal de então. Nessa época era considerada uma arma terrível e os seus efeitos, quando bem manejada aterradores.

Todavia, as grandes inovações introduzidas pelos muçulmanos, cá dentro e mais tarde, trazidas para o nordeste transmontano pela ordem templária, da terra santa alteraram completamente a “arte da guerra”, colocando esta região com 60 anos de avanço, em matéria de armamento em relação a todo o restante território.

Vamos ver o que então aconteceu e como.

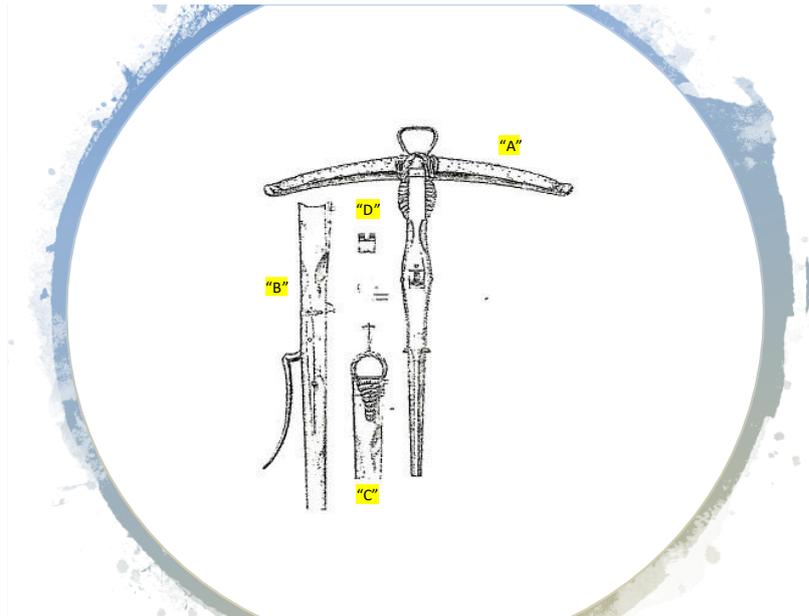
A Besta de arco composto:

Foi a grande inovação que surgiu em meados do século XI e revolucionou completamente toda a “arte da guerra” de então.

A besta equipada com um arco de madeira tinha, à partida, um grave inconveniente: estava sujeita a quebrar-se, deformar-se ou empenar-se com o uso. Por isso as bestas utilizadas em climas muito quentes ou em regiões frias ou húmidas enfermavam de graves problemas. Pensa-se que a solução teve lugar no médio oriente após o que transbordou para a Ibéria muçulmana, tendo por razões que se prendem com o seu fabrico e materiais disponíveis, tido o seu ponto alto no nordeste transmontano. E na segunda metade do século XI começam a surgir referências de um novo tipo de besta: a besta de arco composto.

Este tipo de arco detinha sobretudo a vantagem sobre o arco de madeira: era mais leve, elástico poderoso e detinha sobretudo a vantagem de não se deformar com o clima. Na iconografia é nítida a sua presença: pequeno comprimento do arco, grande espessura, contornos suaves, um estribo no final da coronha a meio do arco e, sobretudo um arco que não era curvo como o arco de madeira, mas retilíneo.

Esses arcos, eram compostos por vários materiais (daí o seu nome) e a sua manufatura era complexa. O interior do arco era composto por cerca de 20 tiras muito finas de cifre de boi colocados lado a lado e colados umas às outras de maneira a formar um bloco sólido.



Desenho 3: Besta de arco composto
 A besta de arco composto e as suas partes:
 A) Besta completa
 B) Coroa e gatinho
 C) Nós feitos de chifres
 D) Sistema de fixação do arco à coroa

Essas vinte tiras eram colocadas de gume e não horizontalmente quando o arco era usado. Na frente e na retaguarda do bloco de chifres no sentido longitudinal que formava a mola principal ou o “coração” do arco era sobreposta uma faixa de madeira de teixo. Um espesso revestimento de tendões de pescoço de cavalo o “ligamentum colli” ou de boi devido à sua elasticidade era depois revestido à volta de todo o arco de forma a unir todas aquelas tiras de chifre e teixo e proporcionava grande elasticidade ao arco. Finalmente o arco era revestido com pele de gamo (única que não deforma com a chuva, calor ou humidade) coberto com cola de peixe, envernizado e, finalmente fixo com tendões de pescoço de cavalo. Isto permitia que o interior do arco ficasse hermeticamente selado impedindo a sua alteração com o clima e mantendo uma grande elasticidade.

Este arco composto ou besta de corno, como também era conhecida, deu-lhe um poder quatro vezes maior que os tradicionais arcos de madeira. Atente-se que muitos arcos compostos incorporavam fasquias de ossos de baleia. Tanto a cola dos arcos compostos como os de madeira eram colados com a cola-peixe, que era muito forte e resistente ao clima e de fácil obtenção. Os arcos compostos com ossos de baleia eram em Portugal, mais utilizados na costa atlântica ou exportados pelas “cogas” Hanseáticas da Escandinávia ou do norte da Alemanha. No caso do nordeste transmontano e por influência do Médio Oriente o núcleo era de tiras de chifres de boi. Esses arcos eram muito grossos porque as fasquias eram colocadas de gume e curtos pelo facto de os chifres terem comprimento reduzido. Como os arcos

compostos eram muito fortes e curtos o comprimento da tensão caiu de 80/90cm para os 15/ 20cm, como resultado a coronha teve de ser mais grossa (por vezes reforçada) para aguentar as pressões.

No nordeste transmontano, utilizarem também os chifres de cervos, menos eficazes do que os de boi, mas tinham a vantagem de haver em quantidade e de serem muito rijos e, resistentes ao clima.

Estes arcos compostos eram extremamente fortes pelo que necessitavam de uma corda adaptada à sua força. Essa corda era feita geralmente de dezenas de finas tiras de cânhamo ou de linho, reforçadas no laço das pontas e ao meio. A fim de reduzir a enorme fricção a que estavam sujeitas era-lhes de tempos a tempo aplicada uma cera especial. No nordeste transmontano feita à base de cera de abelha e banha de porco. Essa corda tinha necessariamente de ter a espessura do virote, ou seja, nunca menos de 1 cm.

Os virotes eram grossos e curtos (25x30x1cm) geralmente feitos em madeira existente no local da sua utilização e, pesavam, cerca de 2.5 onças de peso.



Desenho 4: um virote de besta:

Virote de besta vista de frente e de lado. Geralmente os virotes de guerra eram equipados com duas retrizes. Enquanto para a caça possuíam três retrizes com um comprimento variável entre os 25 e os 30cm, podiam estar equipados com vários tipos de ponteiros conforme a sua finalidade/objetivo.

O termo virote do verbo virar provém da existência na sua extremidade de retrizes colocadas em ângulo com mais ou menos cinco graus de inclinação que obrigavam o virote após o disparo a um movimento de rotação (tal como o efeito das estrias de uma arma de fogo num projétil) garantindo-lhe maior estabilidade e precisão. Ainda hoje utilizamos a expressão “anda tudo num virote” quando queremos designar uma situação rápida e movimentada.

As ponteiros podiam ter feitios diversos, conforme a sua utilização. Na caça, pontas para caça ligeira ou caça grossa. Na guerra, pontas para perfuração, contra

jarretes dos cavalos, incendiárias e outros formatos, conforme a sua utilização¹²⁶. As ponteiros dos virotes de guerra não eram fixas às madeiras. O pedúnculo era cheio com cera derretida e introduzido o pau, de forma que se tirassem o pau a ponteira ficava dentro do corpo. Os da caça não. Esses eram fixos para causar mais danos ao animal em movimento, pois produziam venenos poderosíssimos

As viras podiam ser feitas em penas de ganso selvagem, madeira ou pergaminho, sendo que os virotes de guerra podiam ter duas viras (ou até, nenhuma) e os de caça 3 viras. Em caso de guerra essas viras eram muitas vezes utilizadas para enviar mensagens escritas, à distância.

Ervar significava, envenenar as pontas dos virotes e das flechas com substâncias de origem vegetal. A essas ervas deu-se o nome de ervas-besteiras. Eram elas:

1 - Acónito: Era extraído de uma planta muito bonita de tonalidade azul e branca existente nos contrafortes montanhosos de Trás-os-Montes. (Aconitum Nappellus) cujo veneno poderosíssimo era a aconitina.



Foto 8: Acónito (Fonte: Bing Images)

2 - Cebola Albarrã – Existente na orla marítima do país (Urginea marítima).



Foto 9: Cebola Albarrã (Fonte: Bing Images).

¹²⁶ Ano 1125, vide nota anterior, cantigas de Santa Maria...” hua baesta... com seu cinto e com coldre... tudo theo saetas” CSM 154. Os projecteis da besta podiam receber diferentes designações a mais remota parece ser “sagita”, ou seja, seta. Ano 1109 ... “Sellhas, frenos, sporas, spatas, et sentos, lanceas, ballestas, sagitas” ... DMP, D.R. III, 316 de 1109.

Ano 1125... “Duas balestas de corno cum suis carcaxos plenos de sagitis” ... Viterbo Elucidário II p.261.

- 3 - Heleboro – (Helleborus Niger) extraído de uma planta, também ela muito bonita, rosa e branca chamada “Bela Dona” ou (Beladona).



Foto 10: Beladona (Fonte: Bing Images).

O processo de fabrico desse veneno era muito simples e altamente eficaz. Extraíam-se os bolbos sujeitavam-se a uma cozedura durante bastante tempo até se obter uma pasta negra ou enegrecida, conforme a planta. Depois com muito cuidado embebiam-se as ponteiros e a pasta ficava lá agarrada.

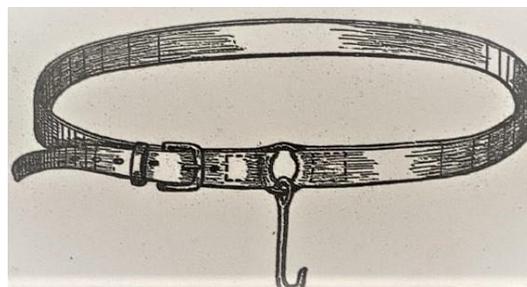
Os virotes eram geralmente transportados numa bolsa a que se dava o nome de carcaxos ou coldres (aljavas mais curtas para bestas).

Já vimos que a potência do arco destas bestas era enorme, não havia forças humanas capazes de puxar e armar um arco de 300 a 400 libras de potência.

Começaram então a aparecer engenhos para esse fim. Para o arco de madeira, mas sobretudo para o arco composto, foram utilizados dois engenhos:

- 1- Garrucha.
- 2- Polé.

A garrucha mais não era do que uma peça metálica em forma de garfo com dois dentes curvos suspensos por uma tira de cabedal ao cinto. A corda da besta era enganchada na garra e o besteiro com o pé no estribo fazia pressão para baixo, armando a besta.



Desenho nº 5 – 1º modelo de aparelho de armar. O segundo modelo, mais avançado tinha duas garras e geralmente era suspenso ao cinto por uma tira de cabedal.

Quando o arco aumentou substancialmente a sua força, o aparelho de armar também se alterou e apareceu então o polé que consistia numa corda ao longo do qual corria um gancho engatado a uma roldana e fixa a um cinto, na ponta da mesma corda

outro gancho engatava-se a uma saliência na coronha. O besteiro apoiava a corda no gancho e na roldana, fixando a outra extremidade na coronha. Depois fazendo um movimento para cima puxava a corda até a fixar na noz.



Desenho 6 – Foi o segundo modelo de aparelho de armar, já dirigido ao arco composto, mais forte e resistente.

Vimos até agora o armamento ligeiro neurobalístico utilizado no nordeste transmontano. Não vamos para além disto. A máquina de guerra, os besteiros, besteiros do conto, a sua formação, etc., terá de ser trabalhada para uma abordagem posterior – Não será por acaso que a escassas centenas de metros do Castelo de Balsemão, há uma localidade chamada Paradinha de Besteiros –

Para já, fica-nos uma certeza: a de que estávamos 60 anos avançados no fabrico de armamento. E no centro desse avanço, em destaque, o nordeste transmontano.

O Arco:

A par da besta, o arco foi a arma ligeira neurobalística de eleição durante toda a Idade Media.

Até ao fim do século XV, as armas utilizadas para a guerra eram as mesmas que as utilizadas na caça. Só a partir de então (século XV) se começaram a fazer armas explicitamente para a caça. Por conseguinte, até aquele período uma besta ou um arco eram utilizados indistintamente na guerra e na caça. A única coisa que alteravam eram os virotes, ou as flechas. Aí sim, havia virotes concebidos só para a guerra com ponteiras específicas e flechas também elas eram feitas para a guerra e para a caça.

Em tudo o mais, repita-se, não havia diferença alguma entre as armas feitas para a guerra e as armas feitas para a caça.

Postas estas considerações que reputo importantes para o estudo das armas medievais, vamos agora debruçarmo-nos, embora superficialmente sobre o arco de guerra a sua utilização na Idade Média.

Para o entendermos melhor temos de recuar no espaço e no tempo até às cruzadas no Médio Oriente. Ali a cavalaria cristã nomeadamente as das ordens

monásticas, em combate, aplicavam cargas de grande violência e muito difíceis de serem paradas.

Já no século XI, os exércitos de Bizâncio, no sul da Itália, foram incapazes de parar as cargas pesadas dos cavaleiros normandos, que mesmo em número mais reduzido acabaram por esmagar completamente a cavalaria ligeira Bizantina.

Os Sarracenos tinham cavalaria em quantidade suficiente para defrontar o inimigo. Mas era uma cavalaria ligeira impotente para enfrentar e parar o choque da cavalaria pesada Normanda que esmagava completamente tudo por onde passava.

Então os sarracenos, apoiados na mobilidade das suas montadas, começaram a utilizar uma tática que rapidamente se estendeu à Terra Santa. Utilizando archeiros a cavalo batiam a frente cristã incessantemente mantendo-os à distância com chuvas de flechas, até que os exércitos cristãos, completamente desorientados deixavam-se arrasar pelos ataques inimigo. Esta estratégia mortal, foi rapidamente assimilada pelos militares cristãos no Médio Oriente que, em contacto com os sarracenos se aperceberam das vantagens desta nova tática. Perante esta situação os cruzados começaram a organizar forças de cavalaria ligeira ou “Turcoples” (filhos de turcos) destinados a fazer frente à cavalaria ligeira muçulmana. Essa cavalaria estava também ela equipada com um arco que, embora curto era extremamente potente e que ficou conhecido pelo nome de arco Turco ou Turquês.

Na Europa, todavia, a cavalaria cristã não tinha de enfrentar a cavalaria ligeira muçulmana equipada com archeiros a cavalo. Mas na Península Ibérica dominada pelos muçulmanos isso já não acontecia. Aqui manteve-se a par da cavalaria pesada, uma cavalaria ligeira muito bem montada, equipada com arcos Turqueses de superior qualidade e dotados de uma eficácia extrema.

Temos aqui uma Europa “agarrada” às velhas táticas feudais e na Península Ibérica, bem mais evoluída, onde uma nova visão de guerra começava a ganhar forma. E dessa visão fazia parte o arco “Turco” “Turquês” e com ele, novas táticas de combate.

O Arco Turquês

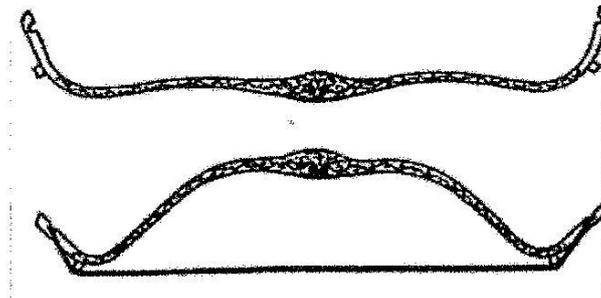
Durante toda a Idade Média aperfeiçoaram-se dois tipos de arcos. O arco Oriental, ou arco Turquês, também conhecido por arco de duas voltas e o arco Inglês, conhecido por Long-Bow, ou arco comprido utilizado nas Ilhas Britânicas a partir do século XIII e afamado em toda a Europa durante o século XIV e decisivo em Aljubarrota.

A partir do século XIII começou a divulgar-se na Península Ibérica, provavelmente por influência árabe, um tipo de arco de curvatura dupla que prevaleceu em Portugal até praticamente finais do século XII. Tratava-se de um arco de enorme elasticidade e grande poder perfurante destinado a ser usado a cavalo ou a pé.

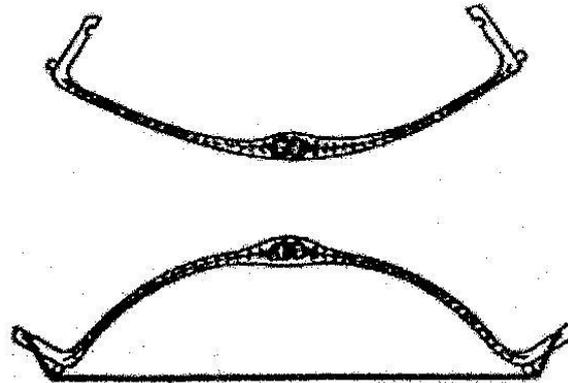
No calendário de Córdoba que Reinhart Dozy (Dozy, Reinhart Peter; *Histoire des Musulmans d'Espagne pendant le Moyen Age*”, 1961 – p. 104) atribuía ao ano de 961, se registava no mês de julho:

“[...] É durante este mês que se enviavam aos agentes provinciais do fisco as cartas prescrevendo a recolha das hastes dos cervos e os cornos dos carneiros machos para a confecção dos arcos”.

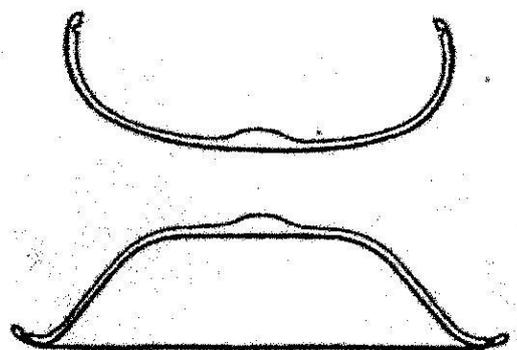
Modelos de arcos de curvatura dupla na sua posição normal e armados) mais utilizados na Península Ibérica.



Desenho 7 – Arco Persa (desarmado e armado).



Desenho 8 – Arco Indiano (desarmado e armado).



Desenho 9 – Arco Turco (desarmado e armado).

Esta era considerada uma arma magnífica, tanto para as lides de guerra, como para a caça, e por isso, teve tanta aceitação naquela época até ser suplantada pela besta.

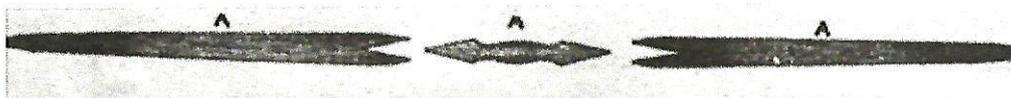
“[...] a uns davam azagiadas, ós outros de lançadas a manteneinte e ós outros as espadadas, e ós outros de frechadas d’arcos Torquies” (LL 21 E15 p.245).

Havia, na época diversos tipos de construção de arcos, conforme os materiais disponíveis na região. Mas havia também os arcos que eram importados, quer do médio oriente quer da Espanha muçulmana, sendo que estes eram, provavelmente os melhores de todos eles.

A manufatura de um arco composto era quase tão complicada, como fazer a lâmina de uma espada. As diferentes fases da sua laboração eram influenciadas pelo tempo e podiam demorar um a dois anos a concluir. Tipos diferentes de madeira, cola, chifre ou tendões eram usados em diferentes regiões, dependendo das suas disponibilidades e do clima em que o arco era usado.

Na Espanha muçulmana usavam muitas vezes bambu, madeira, chifres de boi, tendões de pescoço de cavalo e cola-peixe. Na Ásia Central, eram chifres de carneiros e no Médio Oriente chifres de búfalo de água e tendões dos calcanhares dos mesmos animais. Os arcos tinham também diferentes formas e forças dependendo ser arco de caça, de treino ou guerra.

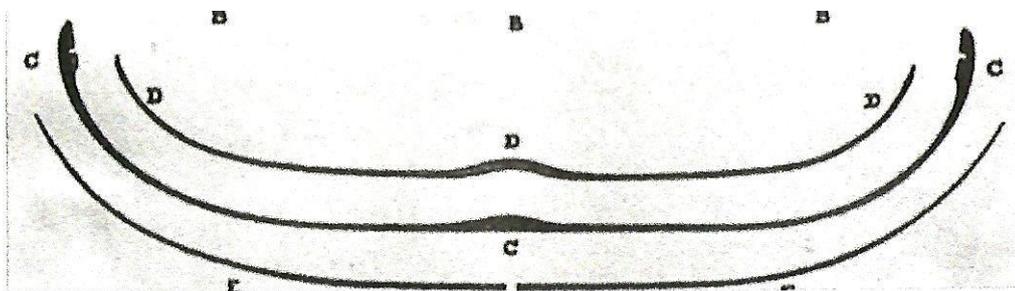
Construção do Arco Turquês:



A) Desenho 10 Tiras de madeira que irão constituir o centro do arco.



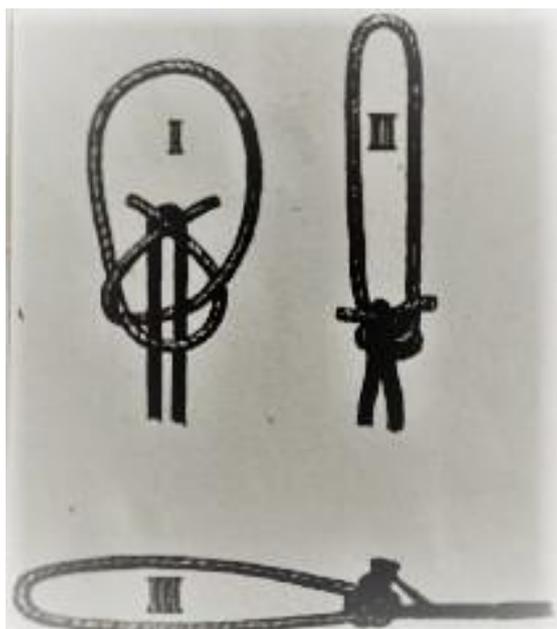
B) Desenho 11: Junção das Tiras de madeira que irão constituir o centro do arco.



c) Desenho 12: As tiras já unidas vistas de lado;

d) Desenho 13: Tira de tendão que é colada a madeira e que forma as costas do arco quando está armado.

e) Desenho 14: Duas tiras de chifre, já naturalmente curvas, que são grudadas à madeira e que formam o interior do arco quando está armado.



Desenho15: Um dos tipos de nó de fixação da corda no arco de curvatura dupla.

Adad al-Harb descrevem o arco usado pelos Khwarazmi na Ásia Central como tendo hastes curtas, um punho longo e uma corda grossa feita com tendões de cavalo. Este tipo de arco era considerado ineficaz, por ser vacilante pouco seguro e muito sujeito a alterações climáticas. Talvez por isso afamaram-se entre os comerciantes e os especialistas, os arcos feitos pelos Parvanchi, Ghaznachi, Karurí e Lawhuri do Afeganistão e do Paquistão, celebrados na orla mediterrânica e na Península Ibérica.

As flechas eram geralmente feitas de álamo, choupo ou salgueiro, sendo que as primeiras, mais pesadas, eram utilizadas a curtas distâncias e as últimas a longas distâncias. As flechas feitas de canas (caniços ou juncos) eram as que tinham maior alcance.

Uma vez que as ponteiros tinham um pedúnculo a haste era perfurada para entrar esse pedúnculo, fixa e reforçada com tiras muito finas de junco sobre o qual se sobrepunha uma camada de forte verniz.

No século XIII era tido como assente (e os textos assim confirmam) que as flechas de um archeiro tinham de ter o comprimento entre o topo do seu ombro até à ponta do seu dedo polegar.

Todavia estes arcos não foram muito usados na orla mediterrânica e na Península Ibérica. Aqui prevaleceram o “quebad” feito de três peças, ligadas com tendões de animais e numa só curva. Usava-se também para isso o bambu a madeira e uma goma especial elástica, formada de resina extraída por meio de incisões feitas na árvore chamada “Neba”, misturada com vinagre da síria e raspas de chifre de veado, tudo constituía uma massa que envolta em tendões de animais, ficava com uma consistência superior à madeira. As cordas deste arco eram feitas de seda, algodão, tiras de pele ou tripas.

Estas técnicas trazidas pelos muçulmanos para a Península Ibérica foram aqui moldadas e adaptadas às circunstâncias e aos materiais existentes.

Tivemos ocasião de analisar um arco Turquês do século XIII-XIV encontrado numa casa particular cerca de Bragança. Os resultados foram espetaculares. Este arco era constituído por três tipos de materiais: Uma régua ou fasquia de madeira, muito delgada, com uns 2,5cm de largo e 2 a 4 m/m de espessura, curvada, provavelmente a vapor nas extremidades.

Esta régua não dava força, mas servia unicamente como base sobre a qual era armado o arco. Sobre uma das faces grudavam-se ao comprido duas peças que eram unidas ao centro e formavam o lado interior do arco, aquele que se volta para a corda. Sobre a outra face da mesma régua moldava-se e grudava-se depois uma tira de um tendão de animal ou tripa tendo sobrepostas tiras muito finas de cifre de boi. Estas três camadas, cifre, madeira e tripa representavam a parte essencial da construção do arco e requeriam o maior cuidado no seu ajustamento.

É hoje um mistério saber como eram tão firmemente ligadas as diferentes partes de um arco de curvatura dupla, como era tratado o tendão ou tripa que dava ao arco a sua força e elasticidade e especialmente como era fabricada – na época – a chamada cola-peixe ou grude que resistia a tamanho esforço quando o arco era utilizado. E tudo isto a despeito das técnicas científicas ao nosso dispor. Este arco muito provavelmente divulgado no norte do país onde era então conhecido por Kansul'Arab (cauçalarab). Outra das misteriosas características era o do espesso e elástico polimento que até hoje permanece um mistério que parece indestrutível e que era aplicado em toda a superfície exterior do arco para o defender da humidade e da ruína. A sua resistência era enorme e permanecia sem estalar às suas flexões consideráveis durante muito tempo. As análises por nós levadas a cabo foram inconclusivas. Além disso o arco tinha uma forma reversa que lhe dava uma grande parte da sua força extraordinária. Um Long-Bow do século XIII-XIV, por exemplo, é quase retilíneo e só se curva quando é tendido para o tiro. O arco do tipo oriental, pelo contrário já está curvado, mas ao revés quando fora de uso. Quando se engata a corda nas suas extremidades, o arco é obrigado a vergar-se em sentido contrário, adquirindo uma tensão que se mantém até ao momento em que a corda abandona a flecha.

A destreza dos orientais e estamos convencidos dos Ibéricos em geral e dos Portugueses em particular, excedia tudo quanto se possa imaginar. Os manuscritos e livros antigos, bem como uns célebres pilares de mármore que se erguiam junto a Constantinopla na antiga carreira de tiro ao arco provam que o alcance obtido por um arco Turquês fora de 600m a 650m.

Isto, é certo, usando flechas leves, mas vê-se que mesmo as de guerra iam decerto muito mais longe que as dos célebres frecheiros Ingleses do século XIV. Experiências por nós levadas a cabo com esses arcos lançaram flechas até uns 400metros, ou pouco mais.

A força maravilhosa desses arcos tão bem conhecidos no nordeste transmontano, provinha sobretudo da sua grande elasticidade. Basta referir que, em caso de necessidade, um arco destes se pode conservar tenso por três dias consecutivos sem se deformar. Quando desarmada a corda podemos ver as pontas voltarem lentamente à forma primitiva, ficando, por fim tão forte como era. Um arco comprido feito de uma simples vara de madeira de teixo, assim tratado, ficaria inutilizado sem remédio.

Devido à sua força era difícil armar a corda de um destes arcos de curvatura dupla. Mas, dando-lhe um certo jeito que depressa se prendia, essa tarefa tornava-se relativamente fácil. Em ação o arco andava sempre com a corda armada e metido numa bainha ou estojo à tiracolo ou à cintura.

Os Portugueses utilizavam um sistema de saliências nas selas dos cavalos que lhes permitiam armar os arcos Turqueses, já montados, sem ser necessário apearem-se.

A Flecha:

As flechas ou seta – conhecidas entre os muçulmanos por “céamé” ou “nível” era geralmente feita de cana, bambu ou madeira da região e podia ter duas utilizações distintas:

- 1) Flechas de Guerra
- 2) Flechas mistas (guerra e caça)

As flechas de guerra eram mais pesadas e com ponteiras que tanto serviam na guerra como na caça maior. As flechas mistas eram geralmente utilizadas para caça menor e, muitas vezes não tinham “cabeça”.

Com um comprimento de cerca de 80 cm, espaço que vai do braço que segura a arma até ao peito do arqueiro sendo as retrizes feitas com penas de ganso ou de aves selvagens de envergadura.

Sendo o arco uma “ferramenta” bélica que escreveu páginas de ouro na história do mundo e, no nosso caso na história de Portugal, impunha-se um estudo apurado da sua utilização.

Os arcos eram feitos de materiais perecíveis pelo que, tanto quanto se saiba só existe um exemplar em Portugal em mãos particulares, dos modelos que já no debruçamos, sendo que existe um exemplar de um Long-bow, que se encontra no Museu Martim Gonçalves de Macedo em Macedo de Cavaleiros.

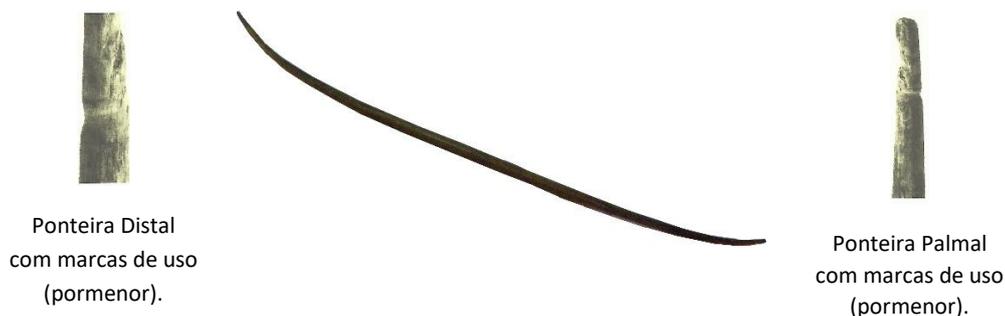


Foto 11: Modelo de arco Inglês, séc.: XII/XIV Long-bow espólio do Museu Martim Gonçalves de Macedo em Macedo de Cavaleiros – Associação Terras Quentes.

Mas as flechas também eram perecíveis e à exceção das ponteiras, já nada existe que possa ser estudado.

Foi essa a razão por que os autores deste artigo, dois deles representantes dos corpos sociais e outro associado, logo após a fundação, da Associação “Terras Quentes”, doaram à instituição um vasto património, do qual se destaca uma colecção de envergadura de ponteiras de flechas, réplicas feitas por si e em exposição no Museu Martim Gonçalves de Macedo, entenderam encetar o seu estudo, criando a primeira tentativa de tipologia sobre pontas de setas, conhecidas, conducente à criação de uma metodologia classificativa com o objetivo de mais tarde se aprofundar o estudo para melhor conhecimento do arco medieval. Sendo a primeira que se conhece, obviamente, que tivemos de nos socorrer não só à nossa experiência pessoal em armamento medieval como todas as experiências feitas no seu fabrico e utilização e também aos apontamentos que fomos colecionando ao longo dos anos de estudo, trabalho que por certo, terá as suas debilidades, mas pensamos que num futuro próximo nos será possível retificar as suas fragilidades como aumentar a análise a um maior número de espécies.

Ponteiras das flechas dos arcos medieval: Tipologia e metodologia classificativa.

A Tipologia que os autores se propuseram estudar, assenta na colecção privada da Associação Terras Quentes à qual foi acrescida de mais exemplares em posse particular. Do conjunto destacou-se 28 exemplares que consideramos mais representativos e dividimo-los em quatro grandes grupos:

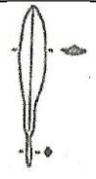
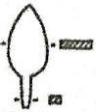
- 1) Com Espigão.
- 2) Destinados a fins vários (multiusos).
- 3) Fins Militares.
- 4) Caça.

Cada grupo inclui tipos diferenciados, mas todos com a mesma função. Cada exemplar foi estudado, individualmente, de acordo com a sua função e datado. A variação das ponteiras dentro de cada grupo pode parecer considerável. No entanto,

as ponteiros dentro de cada grupo possuem todas as mesmas características básicas e o mesmo perfil o que nos permite distinguir funções, tipo e datação.

Grupo A – Ponteiros com espigão:

Eram geralmente manufaturadas a partir de uma barra de aço achatada. Recortadas e afiadas requeriam menos trabalho de manufatura que as ponteiros do século XII-XV, equipadas com pedúnculos.

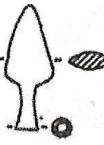
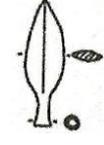
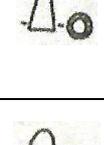
Grupo A	Configuração	Observações
1		Séc. IX-XI; funções: Guerra/Caça Dimensões: Comp: 102-155m/m; Largura: 10-13 m/m; 20-21m/m.
2		Séc. XI-XII; Funções; Incertas Dimensões: Comp: 40-45m/m Largura: 15-25 m/m.
3		Séc. XII-XIII – Funções Caça/Militar Comp: 40-55 m/m Largura: 15-28 m/m

Grupo A:

- 1- Século IX-XI – Esta ponta é composta por uma lâmina fina em forma de folha, triangular numa secção em cruz. A lâmina forma um ligeiro ombro que liga ao espigão com um formato redondo ou circular.
- 2- Século XI-XII – Trata-se de uma ponta em forma de folha com um espigão de secção retangular.
- 3- Séculos XII-XIII – A forma desta ponta é o desenvolvimento da ponta nº 2. A lâmina é de formato triangular com um corte transversal oval e com espigão retangular afunilado.

Grupo B - Ponteiros multiusos destinadas a fins vários:

Destacamos 10 tipos de ponteiros que classificamos como multiuso. Neste grupo incluímos ponteiros destinadas quer para a guerra, quer para a caça, porque serviam indistintamente para ambos os fins. Todos os tipos classificados neste grupo possuíam pedúnculos, o que lhes garantia uma muito maior vantagem sobre qualquer dos tipos do grupo A.

Grupo B	Configuração	Observações
1		Séc. XI-XV; Funções: Caça Dimensões: Comp: 40-120m/m; Largura; 20-45m/m
2		Séc. XI-XIV; Função Incerta. Dimensões: Comp: 45-60m/m; Largura 20m/m.
3		Séc. X-XVI. Função: Militar/Caça Dimensões: Comp: 50-70 m/m; Largura: 20/30m/m
4		Meados do séc. XIII. Função incerta; Dimensões: Comp: 60- 75m/m; Largura: 10-20m/m
5		Finais do séc. XI; Funções: Caça/Militar; Dimensões: Comp: 40-60m/m; Largura 15 a 25m/m
6		Meados séc. XII; Funções: Caça/militar; Dimensões: Comp: 35-60m/m; Largura: 15-30m/m
7		Inícios séc. XIII; Funções: Caça/militar Dimensões: Comp: 40-60 m/m; Largura 18-30m/m
8		Meados do séc. XIII – Funções Caça; Comp. 35-50m/m; Largura: 15-25m/m
9		Séc. XII-XV; Funções: Treino Militar; Dimensão: Comp. 15- 35m/m; Largura 7-13m/m.
10		Séc. XVI? Funções: Treino Militar; Dimensões: Comp: 15- 35m/m; Largura 7-13m/m

Ponteiras multiusos destinadas a fins vários:

Tipo 1 – Século XI-XV – Esta ponteira tem uma lâmina triangular com corte em diamante e pedúnculo oco.

Tipo 2 – Séc. XI – XIV - Esta Ponteira é semelhante à nº 1. A lâmina possui uma forma triangular com corte em diamante, mas o pedúnculo oco é mais cumprido.

Tipo 3 – Séc. X-XVI - Era uma forma muito comum para a época. A lâmina tinha um formato triangular, mas os “ombros” arredondavam. A lâmina era de secção de diamante ou oval, possuía pedúnculo oco.

Tipo 4 – Meados do século XIII – Nesta ponteira a lamina tem a forma de uma folha com secção em diamante e pedúnculo oco curto.

Tipo 5 – Finais do séc. XI - Esta ponteira tem o pedúnculo oco e lâmina de feitio triangular terminando na base em corte de angulo obtuso.

Tipo 6 – Meados do século XII - Ponteira triangular com pontas na base salientes curvando para baixo. Tem pedúnculo oco e a lâmina de secção triangular ou oval.

Tipo 7 – Inícios do séc. XIII - Ponteira barbelada de secção oval ou em diamante. Possui pedúnculo oco. Há uma enorme variedade de ponteiras barbeladas com os mais diversos formatos e comprimentos do pedúnculo.

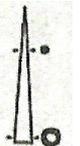
Tipo 8 – Séc. XII-XV - A forma desta ponteira é idêntica à nº 7. Tem, todavia, uma expunha central a todo o comprimento da lâmina de formato triangular, terminando em bicos para baixo que podiam variar de comprimento.

Tipo 9 – Séc. XII-XV - Esta ponteira possui a forma de um pequeno pedúnculo concoidal. Uma versão atarracada do nº 6.

Tipo 10 – Século XVI (?) – Esta ponteira é idêntica à nº 9. É um pedúnculo oco com a forma de um projétil.

Grupo – C – Ponteiras para fins militares:

Grupo C	Configuração	Observações
1		Finais séc. XIV; Funções: Ponta de guerra; Dimensões: Comp. 25-45; Largura; 10-20mm
2		Séc. XV; Funções: Ponta de guerra; Dimensões: Comp: 20-35m/m; Largura 10-20m/m

3		Finais da Idade Média; Funções: Ponta de Guerra; Comp: 22-40 m/m; Largura: 14-20m/m
4		Séc. XIV; Funções: Ponta de guerra; Dimensões: Comp. 25-40m/m; Largura 12-20m/m
5		Séc. XIII; Funções: Ponta de guerra contra armaduras; Dimensões: Comp: 35-50m/m; Largura 7-14m/m
6		Séc. XI-XIV; Funções: Ponta de guerra contra armaduras; Dimensões: 50-50m/m, Largura; 7-12 m/m
7		Séc. XI-XIV; Funções Ponteira de guerra. Perfurar armaduras – Dimensões; Comp: 140.200m/m; Largura; 8-12m/m.
8		Meados séc. XIII-XV; Funções Ponteira de guerra – Perfurar armadura; Dimensões: Comp: 80-170m/m; Largura: 8m/m-13m/m.
9		Meados do séc. XIII-XV: Funções: Ponteira de guerra –Perfurar amaduras; Dimensões; Comp. 100-140m/m
10		Funções: Ponteira de guerra. Perfurar armadura. Dimensões: Comp: 30m/m-80m/m; Largura 8-16m/m

Tipo 4 – Meados do século XIV - Esta ponteira tem uma forma pequena e composta terminando em duas barbelas. A lâmina é em corte de diamante ou oval com pedúnculo.

Tipo 5 – Meados do século XIII – Esta ponteira tem um pedúnculo que termina no fim da lâmina em secção triangular.

Tipo 6 – Século XI-XIV – Esta forma de ponteira é longa e estreita com uma ponta cónica e pedúnculo.

Tipo 7 - Séc.: XI-XIV – Esta ponteira tem um pedúnculo curto e circular que estreita ao longo de uma lâmina comprida com secção e corte em diamante.

Tipo 8 – Meados do século XIII-XV - Esta ponteira possui uma lâmina de secção em diamante estrita e comprida que pode terminar no pedúnculo suavemente ou em “ombros” pronunciados.

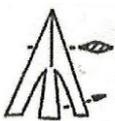
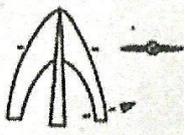
Tipo 9 – Esta ponteira é semelhante à nº 8. Possui uma lâmina espessa de secção em diamante com um largo pedúnculo.

Tipo 10 – Ponteira curta com lâmina estreita de secção em diamante.

Grupo D – Ponteiras para caça.

Os tipos 1 e 2 eram conhecidos como “forquilhas” devido as suas pontas barbeladas em meia-lua e em “V”. A sua exata função é ainda hoje desconhecida supondo-se, no entanto que eram utilizadas para a caça de aves de rapina. As ponteiras maiores (nºs 3 e 4) eram conhecidas por “ponteiras de cabeça larga”. As suas enormes barbelas produziam feridas terríveis que originavam grandes perdas de sangue e que por isso tinha enormes vantagens na caça e perseguição de animais de grande porte.

Na iluminura do besteiro do “livro das aves” do mosteiro do Lorvão a besta está equipada com um virote de mesmo tipo de cabeça barbelada, já que essas ponteiras podiam ser utilizadas, tanto em arcos como em bestas. No que diz respeito ao tipo D-5, ou seja, ponteira destinada a caça menor, não há nenhuma evidência arqueológica da sua existência. Por outras palavras: não se conhece nenhum exemplar, provavelmente porque eram feitas de materiais orgânicos, como madeira ou cabedal e, por isso, perecíveis. No entanto justifica-se a sua inclusão nos tipos do grupo D devido ao facto de estarem expressas em iluminuras de manuscritos medievais. Tanto quanto se sabe eram utilizadas para caçar pequenas aves sem danificar a sua plumagem.

Grupo D	Configuração	Observações
1		Séc. XIII; Função: Caça; Dimensões: Comp: 30m/m-60m/m; Largura 25-40m/m
2		Finais séc. XIV – Função: Caça; Dimensões: Comp: 30m/m-50m/m; Largura: 25-40m/m.
3		Meados séc. XIII; Funções: Ponteira de caça; Dimensões: Comp: 50- 100m/m; largura 45- 100m/m
4		Séc. XIV; Funções: ponteira de caça; Dimensões: Comp, 35- 80m/mm; Largura: 50m/m/100m/m
5		Séc. XII-XIII; Função: Caça. Dimensões: Comp: 35- 80m/m; Largura: 50- 100m/m.

Grupo D:

Ponteiras para Caça:

Tipo 1 – Séc. XIII. Ponteira em meia-lua com pedúnculo curto. O interior de meia-lua é afiado.

Tipo 2 – Finais do século XIV – Esta ponteira é da mesma família da do tipo 1. A lâmina já não é meia-lua, mas em “V” com pedúnculo. O interior do “V” é afiado.

Tipo 3 – Meados do séc. XIII. Este tipo de ponteira possui um pedúnculo central a partir do qual se projectam duas largas rectas e afiadas barbelas. Lâmina de secção em diamante.

Tipo 4 – Século XIV – Esta ponteira pertence à mesma família do tipo 3, mas as laminas não são direitas, mas encurvadas com longas e afiadas barbelas.

Tipo 5 – Séc. XII – XIII – Ponteira embotada com pedúnculo.

Memórias de tempos idos: Uma estória para a História.

Contada pelo protagonista, um dos autores deste artigo “Miguel Sanches de Baêna”. Estória que nos enche de orgulho podê-la compartilhar com os nossos leitores e que faz todo o sentido e oportunidade, pois vem na sequência da explicação sobre uma das armas que falámos: a Besta.

“Há talvez mais de 50 anos, fui com objetivos profissionais “dar uma volta” ao Norte do País. Dessa volta fazia parte uma passagem por Bragança e um dia em Castro de Avelãs. Como nessa altura eu estava a preparar a minha tese de mestrado, quis sentir todo o ambiente que no século XII tinha sido gerado em redor do Braganção, o “Bravo”. E perceber o pensamento (se tal fosse possível) das “gentes” e dos seus, então, vastos domínios transmontanos.

Depois de uma agradabilíssima estadia em Bragança, durante a qual tive a ocasião de estudar em detalhe o seu incomparável Castelo, que, diga-se de passagem, “me encheu o olho” praticamente durante todo o dia. Então no dia seguinte pus-me a caminho de Castro de Avelãs. Recordo-me que a estrada estava péssima, a ponto de quase desejar voltar para trás e sentir de novo o palpitar da história quase que ao vivo.

Mas, felizmente, que isso não aconteceu. Na realidade Deus escreve direito por linhas tortas e a minha ida a Castro de Avelãs iria ter um desfecho absolutamente surpreendente e da maior importância sob o ponto de vista científico. De tal forma que cinquenta anos depois, ainda me recordo com nitidez os contornos de toda aquela “aventura”.

Em Castro de Avelãs, ainda pela manhã, relativamente cedo, chamou-me a atenção as umas obras de manutenção que estavam a fazer naquele mosteiro beneditino. Entabulei conversa com alguns operários, gente simples, mas muito simpática e, para minha grande surpresa, cultos, quando se aproximou um homem de elevada estatura, mas com aspecto assaz simpático. Depois de uma breve conversa onde lhe expliquei todo o meu empenho e curiosidade na história daquela região, o encarregado, atalhando as minhas palavras, retorquiu com ar sério e num gesto de mão elucidativo: - Já vi que gosta disto. Tenho ali uma coisa encontrada ontem dentro daquela parede e apontou para o local de forma incisiva - que, estou certo lhe vai interessar. Não sei o que é, mas, pelo aspecto julgo que se trata de algo que tem a ver com a sua investigação. Se assim for tenho muito gosto em lhe oferecer (palavras textuais). E voltando-se para um operário gritou: Ó Traz aí aquele pedaço de madeira para o Doutor ver...

Três minutos depois aparece o operário segurando na mão uma besta dos inícios do século XII em muito mau estado, mas ainda perfeitamente estudável. Reconhecia-a imediatamente. Os olhos saltaram-me da cara. Não podia acreditar no que estava a ver. Embora num estado deplorável, sem gatilho, a noz do osso completamente recolhida, percebi de imediato a sua raridade, o seu valor histórico para a região e para Portugal. Não tinha conhecimento de mais nenhum exemplar

daquele período existente em qualquer parte do mundo e o seu estudo podia decodificar muito dos enigmas referentes ao armamento do século XII naquela região.

Recordo-me ter feito um esforço enorme para não mostrar o meu entusiasmo e lembro-me de balbuciar.... Interessante, muito interessante!...

Olhe Doutor, referiu com um gesto simpático e elucidativo - Se gosta disso leve-a. Estou certo, que, nas suas mãos, terá mais utilidade do que aqui. Não sei o que é isso, mas leve-a, leve-a.

Agradei-lhe muito, depois de uma “sandocha” que mastigamos com prazer (as sanduiches no Nordeste eram e ainda hoje são, magnificas), despedi-me agradecendo-lhe toda a sua simpatia e generosidade.

No caminho dei largas à minha alegria. Nunca tinha visto nada assim. E, apesar do seu estado senti que iria deparar com conclusões surpreendentes.

Já em Lisboa e após uma limpeza muito cuidadosa do pó e da sujidade que cobria a arma, dispus-me a estudá-la em detalhe. Uma observação superficial e deu-me a entender tratar-se de um raríssimo exemplar de uma besta de arco composto que, pela sua forma e composição seria, provavelmente dos últimos anos do século XI.

No arco ainda se vislumbrava restos do cabedal com parte dos tendões que o fixavam e a coroa muito curta e estreita dava claramente a entender que à época atiravam com os braços esticados (como a iluminura do besteiro do livro das aves do ANTT). E por lá ficou, em cima da minha secretária aquela preciosidade para a qual não me cansava de olhar sem saber o destino a dar-lhe. Ou melhor sabia, mas confesso que não atinava com a ponta por onde começar. Até que um dia decidi... Mas, para isso precisava de uma análise científica aos materiais que pusesse a arma a “falar” com rigor e certeza.

Felizmente, para mim, o diretor do LNETI, (Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial) era um Prof. Eng.º Indiano (de quem já não me recordo o nome) pessoa muito recatada, muito simpática e sabedora, que não parava de elogiar os meus trabalhos e as minhas investigações. E logo se dispôs a apoiar-me, oferecendo-se ele para acompanhar os trabalhos e os relatórios finais. Pouco tempo depois chegaram-me às mãos os relatórios circunstanciados das análises de carbono 14, metalografia e espectrografia, entre outras, que vieram a confirmar em pleno as minhas débeis certezas. Agora sim, senti que podia trabalhar com certezas.

Estudei atentamente esses relatórios cada palavra e cada frase, procurei inteirar-me de tudo para não haver “buracos negros”. No final as conclusões foram surpreendentes e confirmaram tudo o que estava na base da minha tese.

*A composição dos materiais apontava que fossem todos (com grandes probabilidades) do nordeste transmontano, desde a pele de gamo que cobria o arco até as tiras de chifre e a madeira de carvalho negral (*Quercus Pyrenaica*, existente, pelo menos desde tempo romano em Macedo de Cavaleiros, conforme estudo paleobotânico das estruturas arqueológicas da Terronha de Pinhovel; [TERESO; 2009], Cadernos Terras Quentes nº 06) de que era feita a coroa. A data de fabrico*

determinada pelo radiocarbono localizava-a cerca dos finais do século XI aos inícios do século XII.

Não vamos perder tempo em detalhes que sendo do maior interesse sob o ponto de vista científico se tornaria fastidioso sob o ponto de vista histórico. Seja como for vale a pena apoiarmo-nos na área científica para concluirmos uma tese sobre factos históricos. Como sabemos, hoje, fazer história, hoje, passa para além da interpretação da documentação disponível, pela arqueologia, como pela transdisciplinaridade, isto é, qualquer disciplina científica que possa ajudar a esclarecer dúvidas.

Queremos, contudo, informar que a referida besta desta estória/história verídica, foi oferecida há muitos anos ao Museu Militar de Lisboa, onde se deve encontrar nas suas reservas.

Foi o resultado da nossa tese apoiada pela ciência que a tornou verdadeiramente surpreendente confirmando tudo aquilo que esteve na base dos nossos pressupostos: o avanço técnico no campo da armaria, da região transmontana nos séculos XII e XIII. Com efeito esses avanços técnicos que se fizeram sentir antes do século II a.C., fundido com a influência da tecnologia muçulmana do sul da Península e a trazida pelos templários do Médio Oriente permitiu que “as gentes do nordeste transmontano, mas sobretudo as hostes templárias conseguissem fazer valer a sua presença. Só assim se explica que os templários a quem em 1145 Fernão Mendes II o “Bravo” Braganção tivesse doado vários castelos e territórios à Ordem Templária que embora com efetivos exíguos tinha um poder brutal. E tudo, graças a uma disciplina férrea e a armamento altamente sofisticado, resultante de uma longa experiência em combate no Médio Oriente”.

O Castelo de Balsemão

Paulo Dordio Gomes, no seu trabalho Povoamento Medieval de Trás-os-Montes na página 185 e em nota 11 afirma, citando Alexandre Herculano – Trás-os-Montes conhece de novo em 1212 e depois em 1220-1223 a intervenção militar do rei de Leão Afonso IX, no contexto do conflito entre o Rei D. Afonso II de Portugal e suas irmãs D. Teresa, D. Sancha e D. Mafalda. As infantas aceitaram a defesa do rei de Leão que, em junho de 1212¹²⁷ (na primeira investida) invade Trás-os-Montes e toma diversos castelos e terras – Castelos de Algoso, Balsemão, Freixo, Urros, Mós, Alva, Picote, e Sicoto e as Terras de Barroso, Vinhais, Montenegro, Chaves, Laedra, Lampacas, Aguiar, Panoias e Miranda.

A situação parece ter acalmado ainda em novembro de 1212 e um tratado de paz é assinado na Primavera de 1213, segundo o qual Afonso IX de Leão, restitui a Portugal os castelos tomados (Alexandre Herculano s/d IV, 14 e segs e nota I; doc. ML, vol. VI, pág. 515, escritura VI).

¹²⁷ Moraes, 1717; pág 44



Foto 12 e 13 - Marras situadas no termo do antigo concelho Chacim com o símbolo da Ordem dos Templários na face e no verso o símbolo da Ordem de Cristo; Todavia os monumentos não se encontram suficientemente limpos podendo haver confusão com os símbolos Ordem do Hospital/Malta que também possuíam propriedades nessa freguesia (Créditos: Grupo 5 da carta arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros).

Alexandre Herculano, não nos merece a mínima das desconfianças sobre o respeito e a sua integridade tanto como pessoa como historiador. Assim, trata-se de uma informação de extrema importância, quando se refere à existência em 1212 do Castelo em Balsemão e à tomada das terras de Ledra e Lampaças pelo Rei D. Afonso IX de Leão 1212, que iríamos também confirmar na obra *Monarchia Lusitana*.

Da informação retirada da carta arqueológica do concelho de Concelho de Macedo de Cavaleiros, publicada no caderno *Terras Quentes* nº 2 [Mendes pp 5 a 53], retiramos a seguinte informação sobre as evidências arqueológicas existentes no monte do carrascal onde se situa o Convento de Balsemão.

Da Carta arqueológica de Macedo de Cavaleiros

O Castelucho:

A primeira referência no Monte onde se situa hoje o Convento de Balsemão diz respeito ao “Castelucho” povoado fortificado da Idade do Ferro, que se situa num esporão, de baixa altitude, a leste do monte onde se implanta o castelo e Convento de Balsemão. Apesar de ter boas condições naturais e artificiais de defesa tem um fraco controlo estratégico da paisagem envolvente. São visíveis em todo o local, vestígios das muralhas de xisto que circundavam o povoado, bem como um forte torreão circular. O que corresponderia ao interior do povoado está intensamente ocupado por vegetação.

O Castelo de Balsemão:

Quanto às evidências da existência de um castelo no monte (carrascal) de Balsemão/Chacim a informação que retiramos da carta arqueológica do Concelho de Macedo, é a seguinte:

“Situa-se no cume de um esporão sobranceiro ao rio Azibo, tendo óptimas condições naturais de defesa. Possui um grande domínio visual da paisagem envolvente. O actual convento de Balsemão assenta sobre este povoado fortificado da Idade do Ferro, a comprová-lo estão troços de uma antiga muralha que deveria rodear todo o cume.

Aquando da reconstrução do actual convento, em 1954, encontraram-se túmulos com esqueletos e moedas datadas do período romano, algumas, pensamos, ainda em mãos dos responsáveis marianos pelo convento de Balsemão.

*Existem no cume restos de um castelo medieval e troços de muralhas e torres que devem remontar à época medieval. Parte delas foram reconstruídas recentemente. Para esta cronologia aponta-se a data de **1212**, encontrada no local e, também, a lenda que está associada a este local. Deste modo, a sua cronologia vai da Idade do Ferro até à Época Medieval.*

Esta área é agora propriedade privada dos irmãos Marianos. A sua acessibilidade é feita pela estrada municipal “João Segundo”, que liga Chacim com as povoações de Paradinha de Besteiros”.



Foto 14 - Monte do Carrascal / Balsemão – Freguesia de Chacim (Créditos grupo 5 (CA)).



Convento de Balsamão, onde Frei Casimiro, em 1754, fundou a primeira Comunidade dos Marianos, em Portugal

Foto 15 - Foto Convento de Balsemão - Retirada do Livro Venerável Frei Casimiro, p.19.



Foto 16 - Torre e um fragmento de pano de muralha, reconstruída, existente em Balsemão (Créditos: Grupo 5 (Carta Arqueológica)).

Também, Francisco Manuel Alves, na sua obra “Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança”, no tomo IX a páginas 184 se refere à existência de um castelo neste lugar, mas, em termos de lenda, diz este autor: *“A três quilómetros de Chacim em um monte agreste chamado carrascal, existia de muitos anos uma ermida dedicada a Nossa Senhora de Balsemão que é tradição ter sido mesquita. Junto a esta capela, um frade de nação polaca chamado Casimiro de S. José Wizinsky fundou em 1750 um convento de frades marianos. É tradição que no lugar onde está hoje o*

convento existir no século IX ou X o castelo de um rei mouro, o qual entre outras opressões que fazia aos seus vassallos, era possuir todas as noivas no primeiro dia do seu casamento”¹²⁸.

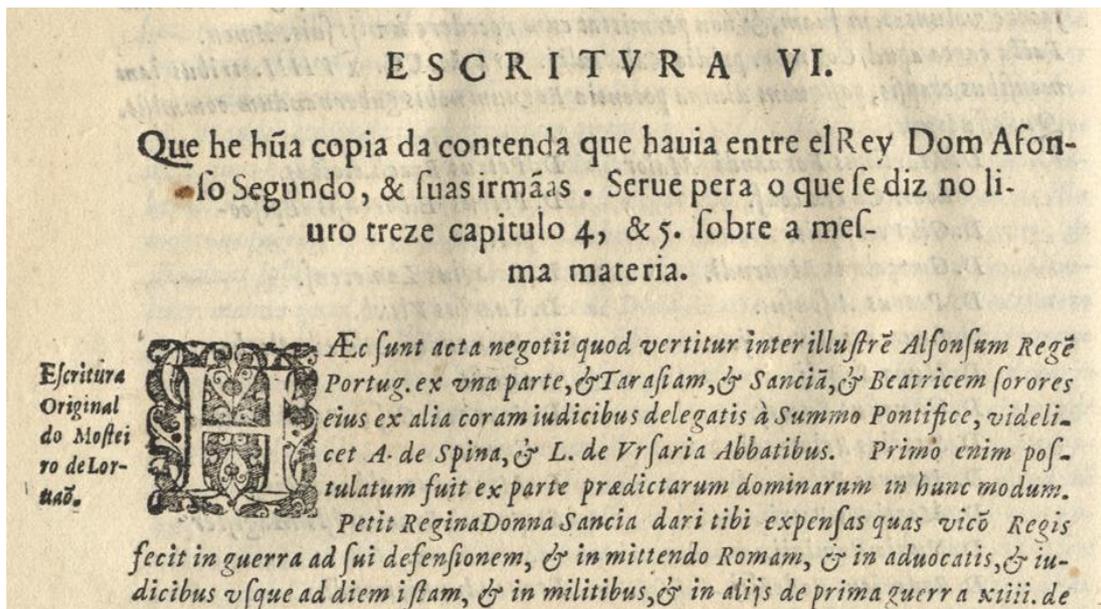
Mas, o argumento definitivo, vamos encontrar na Quarta Parte da “Monarchia Lvsitana”, obra de Frei António Brandão Cronista-Mor de Portugal datada do anno 1632 na escritura nº VI, referida por Alexandre HERCULANO, [TOMO II 2ª edição de 1852 pp162 a 173] que nos esclarece documentalmente a existência do Castelo de Balsamão, operacional e nas mãos da Ordem dos Templários em 21 de maio do ano 1213.



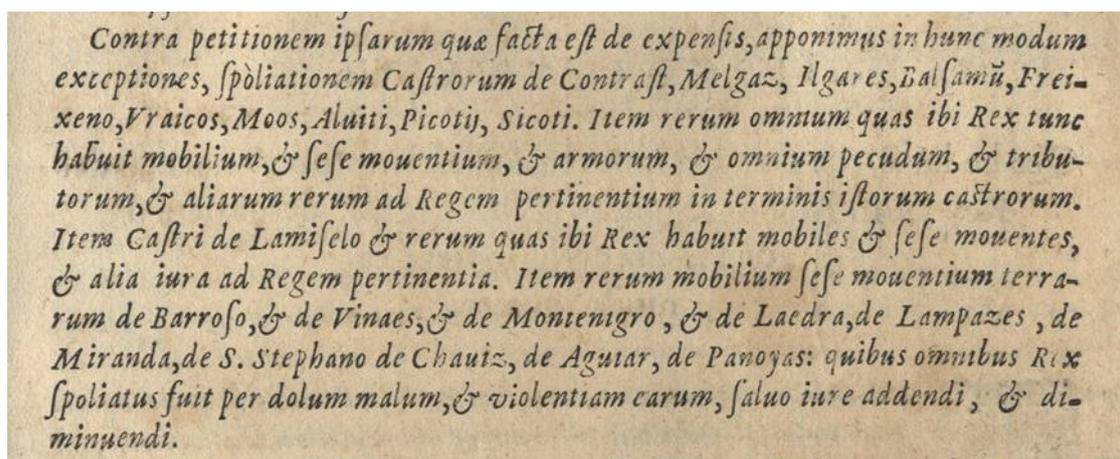
Capa da “Monarchia Lvsitana” quarta parte, editada no ano 1632.

Assim na página 263, relata-nos que um dos castelos que, Afonso IX de Leão tomou, quando invadiu Trás-os-Montes em 1212 foi o Castelo de “Balsamã” – Balsamão – assim como as terras de Laedra “Ledra” e Lampazes “Lampaças”, sendo que o original se encontra nos arquivos do Mosteiro de Lorvão. Em data mais recente, segundo carimbo da capa a obra encontrava-se na Biblioteca Nacional de Lisboa.

¹²⁸ Alves, Francisco Manuel (Abade de Baçal) – Memórias arqueológicas e históricas, tomo IX pág. 184



Início da escritura VI a que faz menção ao castelo de Balsemão (Quarta parte da Monachia Lusitana do Fr. António Brandão, pág 74 e 74V).



Escritura VI a que faz menção ao castelo de Balsemão (Quarta parte da Monachia Lusitana do Fr. António Brandão, pág 74 e 74V).

Lê-se, quase no final da segunda linha do texto, os nomes dos castelos, que Afonso IX de Leão tomou em 1212 na sua investida por Trás-os-Montes, entre eles, Balsamão e na oitava linha as terras de Ledra e Lampaças.

A pena corrida, na mesma obra, o autor faz-nos a tradução, (dá-nos conta do entendimento entre D. Afonso II e as suas irmãs), de uma “Breve” que Inocêncio III exarou na Basílica São João de Latrão, (no decorrer do quarto concílio Laterano), em Roma, a 12 das calendas de junho do ano 16 do seu pontificado – ou seja a **21 de Maio do ano de 1213** – onde absolve da excomunhão Afonso II. Assim, o autor relata-nos também, na página 74V, um parágrafo da “breve” que se refere ao “acordo” entre as partes informando-nos que os castelos eram entregues à Ordem dos Templários, para que estes os governassem, assim como, a obrigação, das Infantas (irmãs de Afonso II, o Pai D. Sancho I tinha falecido em 1211), D. Sancha e D. Tereza “pagassem a elRey os

reaes direitos daquelas villas". "Breve" que se conserva na Torre do Tombo no livro de pasta vermelha do Rei D. Afonso III às folhas 25. Resumindo esta "breve" Papal, **não só entrega o castelo de Balsemão, como todo o Concelho (Terras de Ledra e Lampaças) nas mãos da Ordem dos Templários. Podemos, portanto, afirmar que toda a área geográfica, hoje, Concelho de Macedo de Cavaleiros É/Foi um Concelho Templário.**

74✓

Liuro XIII. da Monarchia Lusitana.

diēti sententias quibus p̄afatus Rex & eius Regnum excommunicationis, & interdiēti vinculo tenebantur. Datum apud Colimbriam, Dominica in septuagesima. Era M.CC.LII. Traduzida diz así.

Em nome de Deos. Saibaõ todos os presentes, & futuros, que nos Lourenço, & Afonso chamados Abbades de Osseira, & Espina, Iuizes delegados pello senhor Papa na causa que corre entre D. Afonso illustre Rey de Portugal de hũa parte, & de D. Tareja, & de D. Sancha suas irmãas da outra, tomando o mesmo Rey corporalmente juramento, que nos lhe recebemos na forma do rescripto Apostolico, absoluemos o mesmo Rey, & denunciãmos q̄

pagar a condenaçaõ sobredita, o tornauão a excomũgar, & punhaõ interdito no Reyno. Appellou el Rey da sentença pera a Sē Apostolica, aonde mandou seu procurador, que era hum grande Iurista Milanes, chamado Leonardo. Foy por parte das Infantas Frey Rodrigo Monge de Cella noua. Propos com taõ bons termos o Procurador del Rey sua causa, q̄ anulou o Summo Pontifice a sentença dos Abbades, & declarou q̄ não ligaraõ a el Rey suas censuras. No principal negocio ordenou, que as villas, & castellos da contenda se entregassem aos Templarios, pera que as guardassē em nome das Rainhas, & dellas se não fizesse agrauo ao Rey, & ao Rey-

Lê-se no último parágrafo da coluna da direita deste excerto da pág 74V: "**No principal negócio ordenou que as vilas & castelos da contenda se entregassem aos Templários para que as guardasse em nome das Rainhas, & delas se não fizesse agravo ao Rey e ao Reyno**".

A "breve" Papal foi trazida de Roma pelos "Abades de Espina e Osseira" que para além das condições de entendimento traziam procuração papal, para levantar a sentença de excomunhão que o Papa tinha mandado executar, por legado, ao Arcebispo de Santiago e o Bispo de Zamora no Rei D. Afonso II. Levantada a sentença de excomunhão passou-se então ao entendimento entre as partes. Mas o que foi/é, e esperemos que continue a ser, por muito tempo "Balsemão": Pois os seus "olhos", tem visto, o que se tem passado desde, provavelmente, muito antes do tempo de "Maria" neste pedaço da região transmontana.

A Ordem de Cristo

A extinção da Ordem dos Templários teve como causa próxima a debilidade económica e financeira vivida em França no tempo do rei Filipe IV (O belo). Este rei ajudado pelo Papa Clemente V faz publicar em 12 de agosto de 1308 a bula "*Regnans*

in caelis”, enviada a todos os reis da cristandade, comunicando os horrores (!!)

praticadas pelos membros da Ordem dos Templários a exemplo: pratica de homossexualidade, feição e sodomia, crimes de veneração e a utilização de falsos símbolos, como o diabo. O que se passava era que, tendo a Ordem amealhado um poderio económico e financeiro muito grande, Filipe IV via ali um consolo para a resolução da catástrofe que se vivia em França. Havia que deitar a mão a esse “Tesouro”.

Mas a ordenação papal não chegava a toda a cristandade, (ou por certo, muitos reis católicos, não a queriam cumprir) assim, no final desse ano de 1308, mais propriamente em 30 de dezembro, Clemente V exara nova bula *“Callidis serpentis vigil”* na qual sua Eminência o Papa Clemente V exigia a prisão de todos os membros da Ordem dos Templários.

É nessa altura que o Rei D. Dinis toma conhecimento. D. Dinis não entendia essa diretiva papal de extinguir a Ordem dos Templários que tão bons serviços tinham e estava a prestar à coroa e a Portugal, por isso, somente no ano de 1314, deu resposta ao Papa sendo que a bula da fundação da Ordem de Cristo é datada de 1318. Será a partir dessa data que se deve entender a extinção da Ordem dos Templários. D. Dinis muda-lhe somente o nome. “A Ordem dos Templários, passou-se a chamar a Ordem dos Cavaleiros de Jesus Cristo”, assumindo esta, todos os bens, poderes, direitos e deveres que tinha a Ordem dos Templários até então em território Português¹²⁹, e que se extinguiria em 1834.



Foto17- Moeda (coleção particular- cópia) cunhada no início do reinado de D. Dinis (1279-1325) tem no anverso uma cruz composta por cinco escudetes e, no verso, uma cruz dos Templários. Na obra “Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal” Teixeira de Aragão refere que apresenta as inscrições *“DionisII Regis Portugalie et Algarbi”*, *com as quinias*, *“com as cinco arruelas cada uma”*, e *“Adiutorium Nostrum In Nomine Domin-Qui Fecit Celum Terram”*, esta *“escrita em dois círculos, orlada com dois filetes; no centro uma cruz equilátera”*

Quem nos explica bem, todos os passos dados nessa transferência é o Frei Fernando Moraes (Prior Geral) no seu livro editado no ano de 1717 “Deffiniçoens & Estatutos dos Cavalleyros e Freyres da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo, com a história da origem & princípios della”

¹²⁹ Este silêncio de D. Dinis, às ordens do Papado, compreende-se, ou não, o que é certo é que por esta altura D. Dinis Manda cunhar uma moeda, o Tornês, 1ª moeda de prata Portuguesa que tinha no verso a cruz da Ordem dos Templários.

Começa por nos contar a ida dos embaixadores, Petrus Petri, canónico em Coimbra e o Nobre Joannes Laurentii, enviados a Roma pelo Rei D. Dinis com uma carta para ser lida ao Papa. Não estando essa carta datada, mas por certo anterior à data da “Bulla Foundationis”, ou seja, a 14 de agosto de 1318, dizia¹³⁰:

“Fazendo o Senhor Rey D. Dinis, de boa memória por meyo de seus embaxadores, & Procuradores, que para esse efeito enviou a Roma, as diligências necessárias para conseguir o intento, que tinha, de alcançar do Papa João XXII que então presidia na Igreja de Deos, a instituição da Ordem & Cavallaria de nosso Senhor Jesu Christo, em lugar da que se extinguiu dos irmãos do Templo para que ficasse com os mesmos bens que possuiaõ & por ela vagaraõ & por qualquer outra Militar depois de considerado bem seu requerimento por Sua Santidade, parecendo-lhe justo & necessário ao bem da igreja & exaltação da Santa Fé Catholica como na verdade era...”

Na bulla outorgada aos catorze dias do mês de agosto de 1318 a Portugal por sua Santidade João XXII e que a dirige ao Senhor Rey D. Dinis, sobre a Instituição da Ordem de Cristo.

Da bulla Foundationis emitida pelo Papa João XXII, resumizou o autor:

- 1 Ordena o Papa que a cabeça da Ordem de Christo seja na Villa de Castro Marim.*
- 2 Faz doação à Ordem da Igreja de Santa Maria da dita Villa, com seus direitos & Pertenças.*
- 3 Que os cavalleiros desta ordem professem sob a regra de Calatrava & que se chame para sempre a Ordem de Christo dando-lhe por Mestre Gil Martins, que foi mestre de Calatrava da casa de Aviz.*
- 4 Que a dita ordem, Mestre & freyres della gozem dos mesmos privilégios, liberdades & indulgências, que gozam o Mestre & Freyres da Ordem de Calatrava.*
- 5 Faz doação a esta ordem de todos os bens moveis & de raiz, Castelos Villas & lugares com suas jurisdições & direytos Ecelesiasticos & seculares, que a ordem do Tempo tinha nestes Reynos de Portugal & Algarve.*
- 6 Doação que os procuradores do Senhor Rey D. Dinis fizeram em seu nome do castello & villa de castro marim & assim do direyto que o Senhor Rey tinha ou podia ter dos Castelllos villas, lugares, fortalezas & todos os mais que foraõ da Ordem do Templo que o mesmo Papa unio aqui à dita Ordem.*
- 7 Que os abades de Alcobaça tenhaõ o officio de visitadores da Ordem assim em a cabeça, como nos membros, com poder de reforma, ordenar & castigar, segundo a ordem de Cister, na ordem de Calatrava.*

¹³⁰ Moraes, 1717; pág 2, Prólogo

- 8 *Quer os abaddes de Alcobaça ou administrador que estiverem em seu lugar receba do mestre, que novamente vier à Ordem, em nome do Papa & Igreja Romana, o juramento de fidelidade & que o envie à Sé Apostólica.*
- 9 *Que o Mestre faça outro juramento ao Rey destes reynos de Portugal, antes que comece a administrar & a forma como se fará.*
- 10 *Que o Rey seja obrigado a receber o dito juramento ao Mestre dentro de dez dias, depois que por elle lhe for oferecido & que se dentro deles lho não recedber possa sem o dar & sem licença do dito rey, exercitar livremente o officio de Mestre.*
- 11 *Que o mesmo juramento, fação os preceptores inferiores, que novamente entrarem, em suas preceptorias.*
- 12 *Que o Mestre, Commendador-mor & mais Commendadores destes Reynos serão obrigados fazer aos Reys deles, tudo o que a Ordem do Hospital de S. João de Hierusalem lhes costumam fazer.*
- 13 *Que vagando o Mestrado por qualquer via que seja, os Freyres desta nova Ordem elejaõ huma pessoa que seja expressamente professa nella para Mestre.*
- 14 *Põem obrigação ao Mestre em cada três anos de visitar per si, ou por outrem as Igrejas de S. Pedro & S. em Roma a ij Joannes.*

Como se verifica nos pontos 7 e 12 desta súmula, o pedido ao Papa do Rei D. Dinis, foi bem mais longe do que o pedido da criação da Ordem de Cristo com a transmissão para esta de todos os bens da Ordem dos Templários. Agora o rei tinha poderes de nomeação sobre todos os mestres de todas as ordens eclesiásticas existentes em Portugal.

Também, como é fácil de entender, a decisão papal criou de imediato uma grande tensão entre a nova Ordem de Cristo e a sua quase subjugação à Ordem de Calatrava, o que também não colhia muito ao Rei D. Dinis. Todavia D. Dinis “*Acceptatio, et ratificatio; Domini Regis Dionysii*” aceitou e ratificou as exigências Papais¹³¹.

E diz assim o início do documento de aceitação: “*Nos ElRey, que com vigilante cuydade solícitos continua & affectuosamente nos dobramos às comodidades de nossos súbditos & tomamos voluntários trabalhos para que preparando aos mesmos quitação com que a Fé Catholica mais se arreyga em considerar riquezas, mas com entendimento alegre & fervoroso zelo da Religião Christã, com toda a providencia os conservemos ilesos; havendo entendida todas aquellas cousas & cada huma dellas conteúdas na dita nota da Bulla, ... depois de eficazmente examinadas & havida diligente deliberação acerca dellas considerando Nós que a dita instituição da nova Ordem da Milicia de Jesu Christo como santa & providamente instruída se encaminhava ao serviço & honra de Deos & aumento do culto divino, exaltação da Fé Catholica & para estado pacifico & quieto do Reyno do Algarve & dos nossos súbditos &*

¹³¹ Moraes, 1717, pág 44

para que por meyo destes defensores de Christo, como um muto inexpugnável se evitem as insolências dos inimigos infiéis.

Temos por muy grata & reputamos por muy louvável a Ordem instituída pelo Summo Pontifice nosso Senhor & conformando-nos com o mesmo approvamos, artificamos & havemos por firmes & valiosas & agradáveis as doações & as concessões sobreditas feitas em nosso nome... aos cinco dias do mez de maio da era de mil trezentos e cincoenta & sete anos. & do nascimento de Nosso Senhor de mil & trezentos & dezanove.”

Mas as dissensões entre as ordens foram-se agravando com o decorrer dos tempos e será, duzentos anos mais tarde já no reinado de D. Manuel que o poder papal de Julio III, exara uma bula que vem por alguma ordem as desavenças: Assim; dizia a *“Bulla da Uniam dos Mestrados de Christo, Santiago & Aviz à Coroa in perpetuum”*.

Dada em Roma na basílica de S. Pedro no *“anno da Encarnação de nosso Senhor de 1551 aos 4 de Janeyro, no segundo ano do nosso Pontificado”*. (Papa Iulius Tertius – Julio III 29 de novembro de 1549 a 29 de março de 1551)¹³².

Resumo do texto da bulla da União:

“Julio, Bispo servo dos servos de Deos. Ad perpetuam rei memoriam. Os grandes merecimentos do chatíssimo em Christo filho nosso João Rey illustre de Portugal & dos Algarves & de seus antecessores nos mesmos reynos para com esta Sé Apostólica. Outrossim a fincera Fé & singular devoção em que o mesmo João Rey se conhece aventajar-se em nossa vista & mesma fé apostólica merecem & ainda em certo modo nos obrigaõ que concedamos favoravelmente ao dito Rey & aos que adiante forem de Portugal & e dos Algarves aquellas cousas pelas quaes se atalhem as dissensões & ódios que podem suscitar-se entre pessoas dos mesmos reynos & pelas quaes se procure a quietação % sossego dos ditos reynos. He, pois, de saber que sendo vagos os Mestrados das Milícias de Santiago da Espada & de Aviz que vivem nos ditos reynos debaixo das regras de Santo Agostinho & e S. Bento por morte de Jorge, mestre que foy das ditas milícias, ou administrador delas & e que morreo fóra da curia romana: Nós considerando que os ditos Mestrados tinham diversos castelos, lugares & fortalezas, dados pelos reis de clara memoria de Portugal & por outras pessoas commumente seculares & os que pelo discurso do tempo tem estes mestrados exercizaõ e jurisdição & tem a data muytas comendas & doadas de grossíssimas rendas & que pelo tanto convinha muyto assim para boa administraçaõ de justiça dos mesmos castelos, villas, terras & lugares como para guardar diligentes & fielmente as mesmas fortalezas & defender os ditos reynos dos rebates dos infiéis & os conservar na doçura da paz & para bem dos mesmos comendadores & pessoas beneméritas, principalmente os que pelejam contra os inimigos do nome Christaõ. D. Dinis 16 de fevereiro de 1279 a 7 janeiro de 1325”

¹³² Moraes, 1717, pág 31

A “Bulla da União” é exarada no dia 29 de março de 1551, durante o reinado de D. João III, que reinou entre 13 de dezembro de 1521 e 11 de junho de 1557. Rei que libertou em definitivo as Ordens militares do território nacional das influências de congêneres estrangeiras.

D. Dinis, O Pai da transmissão da Herança da Ordem dos Templários para a Ordem de Cristo.

Notas sobre a abertura do seu túmulo em 1938

“O Rei D. Dinis escolheu a Igreja do Mosteiro Cisterciense de Odivelas para sua última morada. Indicou mesmo o local – a meio, entre a capela-mor e o coro. Para que a sua vontade fosse cumprida, fez essa declaração no seu testamento. Assim se cumpriu. Naquele local e naquela Igreja foi depositado o seu corpo quando o cortejo fúnebre chegou, vindo de Santarém. Era um mausoléu majestoso.

*O primeiro a ter uma estátua jacente. O primeiro a ficar dentro de um lugar sagrado. Estava cercado de grades altas de ferro terminando em escudetes nas pontas dos balaústres com as armas de Portugal, e **cruzes da Ordem de Cristo**. Um dossel cobria-o em toda a sua dimensão”.* (Barbosa, 2011)

O sismo de 1755 precipitou sobre o túmulo do Rei D. Dinis a abóbada da Igreja do Mosteiro Cisterciense de Odivelas deixando-o gravemente arruinado.

Reconstruída a Igreja, foi o túmulo encostado a teia do corredor lateral direito e ali esteve até 1938, ano em que se fizeram novamente obras na igreja. Em consequência dessas obras, foi necessário mudá-lo de lugar e para facilitar o trabalho transportaram primeiro a tampa, pelo que, logo que a levantaram ficaram à vista os restos mortais do Rei.

Removida a tampa viu-se um manto de brocado vermelho a cobrir o corpo do Rei, da cabeça aos pés. Este manto era tecido com fios de ouro. A todo o comprimento tinha faixas alternadas, separadas com fios dourados e onde se tinham executados bordados com os seguintes motivos: numa das faixas estavam bordadas pinhas em toda a sua extensão; na faixa seguinte bordaram “açores” e na última viam-se flores de Liz.



Foto 18 - Coroa do Rei Afonso X “O Sábio” avô de D. Dinis, descoberta no túmulo de D. Sancho IV o Bravo, seu primo.



Foto 19 – Abertura do tumulo 1939.

Foto 20 – Corpo coberto manto de brocado carmesim.

Foto 21 – Como se encontrava o esqueleto

(In, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, série 61 de 1943, abertura do tumulo D. Dinis por Ferreira de Simas)

“Transcrição das declarações do Coronel Ferreira de Simas (com algumas adaptações): “Eu era director do Instituto D. Afonso instalado no edifício do convento de Odivelas e por esse facto observei de-visu tudo o que se passou: D. Diniz determinara que o seu túmulo ficasse guardado na igreja do Mosteiro das freiras Bernardas que fundara em Odivelas e à guarda das mesmas religiosas, mas o terremoto de 1755 pouco deixou de pé; Ficava o túmulo no coro que era no rés-do-chão e não no alto como se acha agora. Retirada com dificuldade a cobertura do sarcófago vi no fundo um grande manto de brocado carmesim que ocultava o que devia ser o esqueleto de D. Diniz do qual apenas se notava os ossos dos pés espalhados na região onde deviam ter ficado dentro das botas como indicava a estátua jacente.

O manto era entretecido com fios de ouro ou metal dourado o que lhe dava consistência. A todo o comprimento faixas alternadas com fios de trama formavam desenhos da seguinte maneira: um reproduz a toda a largura uma série de pinhas, outras açores, a terceira contém apenas várias flores de Lis.

Os desenhos são perfeitos e não podem iludir quem quer que os tenha visto. As faixas de pinhas querem evocar a plantação do Pinhal de Leiria ordenado por D. Diniz; os açores sintetizam seu gosto pelas caçadas de que iam sendo vítima como se representa numa figura que suportam o tumulo. As flores-de-lis são uma alusão à sua ascendência pois pertencia à Casa de França.

Levantando o manto que, como disse, encobria o esqueleto da cabeça aos pés reconheceu-se que a cabeça se encontrava de lado sobre uma almofada na atitude de quem dorme e o corpo também ligeiramente inclinado sobre o lado esquerdo.

A barba ruiva e longa atestando a sua origem nórdica estava colada à pele que se separava um pouco dos maxilares. Na cabeça cresciam tufo de cabelo também ruivo de onde em onde presos pela pele que não se deslocara como os maxilares.

Os dentes, apesar do rei ter falecido com 62 anos estavam bem conservados e nenhum caído ainda. O tronco estava revestido duma espécie de colete de lã branca parecendo de flanela. O braço direito conservava-se dobrado sobre o peito e o esquerdo descaído para o lado. Os ossos dos membros inferiores estavam desmanchados, naturalmente pelo torsão que sobre os pés exerceram. Quem quis tirar as botas do rei pelo buraco relativamente pequeno aberto no canto superior do túmulo. Os profanadores com certeza soldados da invasão Francesa vendo que na estátua jacente o rei estava de botas. Calcularam que estas teriam esporas de ouro e resolveram partir o túmulo naquela parte dali as puxaram, resultando disto haverem espalhado os ossos dos pés”.

Mestres da Ordem de Cristo.

O primeiro Mestre da Ordem de Cristo foi D. Gil Martins (1319–1321), tendo sido primeiramente mestre na ordem de Aviz em que era professo, quem o transferiu foi o Papa João XXI, faleceu no ano de 1321, não chegou a viver 3 anos nesta ordem de cristo. Após D. Gil Martins, foram mais sete eclesiásticos que passaram pelo Mestrado da Ordem, sendo D. Lopo Dias de Sousa (1373–1417) que era sobrinho de D. Leonor, mulher do rei D. Fernando e foi por este nomeado. Mas por ser de pouca idade o Para Gregório XI (30 dezembro 1370 a 26 março de 1378) não o confirmou havendo uma vacatura do cargo até D. Lopo Dias de Sousa chegar à idade de vinte e cinco anos. Pelos bons serviços prestado a D. Fernando como ao seu sucessor o Rei D. João I que o confirmou. Faleceu na Covilhã no ano de 1417, e logo o Infante D. Henrique o mandou trazer para ser sepultado, na capela de Nossa Senhora da Oliveira em Tomar. Foi o último Mestre da Ordem religioso e canónico.

Desde 1420, com a nomeação do Infante D. Henrique como Governador da Ordem de Cristo, a administração desta Ordem não mais sairá das mãos de infantes da família real ou do próprio Rei. A partir de 1495, o mestrado da Ordem será sempre desempenhado pelo Rei e depois pelo Presidente da República. Porém, em 1834, com a revolução liberal, as ordens religiosas masculinas foram extintas. Todavia, D. Maria II mantém a Milícia de Cristo enquanto Ordem honorífica da qual a própria soberana é a Mestre. Daí, o presente Mestre da ordem honorífica da Ordem de Cristo ser o actual presidente da república, Sr. Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.

No Capítulo IX Terceira parte Título X “Dos lugares que pertencem, pleno jure, à Ordem”. (escrito em 1717) Diz: “[...] *Esta jurisdição assim exercitada pelos ouvidores da Ordem de que hum residia em Castelo Branco e outro em Thomar se veio a diminuir e hoje está de todo usurpada... esbulhada das suas jurisdições contra o direito e com cargo da consciência de sua Majestade, cuja intenção não é que se tomem à Ordem as suas terras legitimamente adquiridas ou que lhes satisfizeram com as ditas doações que lhe não podem tirar, porque depois de huma vez doadas legitimamente se incorporam no património da Ordem e igreja Romana de maneira que não ficam à*

disposição dos Reis. E bem se viu nas rendas e jurisdições, terras e lugares que os reis deste reino deram aos Templários nelle que depois da sua extinção não ficaram dos Reis e reino que os havia doado, senão da santa Sé apostólica que os applicou à nossa Ordem de Christo como conta da bula da Fundação, no título primeiro”.

As comendas da Ordem de Cristo.

Com este título de páginas 152 a 154 do livro de 1717 “Deffiniçoens, & Estatutos dos Cavalleyros, e Freyres da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo” do Frei Fernando de Moraes, consta a relação de todas as comendas novas existentes no distrito de Bragança. Vamo-nos centrar somente nas comendas da Ordem de Cristo existentes na área geográfica, hoje, Macedo de Cavaleiros. Assim refere-se a:

“Comenda de S. Eugénia D’ala, que pagava anualmente cento e oitenta mil reis no ano de 1600. No primeiro censo demográfico conhecido, 1580, a freguesia de Ala tinha um agregado populacional de 708 pessoas.

Comenda de S. André de Moraes que pagava, duzentos mil reis no ano de 1585. No primeiro censo demográfico conhecido, 1580, Moraes tinha um agregado populacional de 663 pessoas.

Comenda de Lamas que pagava setenta mil reis no ano de 1583. No primeiro censo demográfico conhecido, 1862, Lamas tinha um agregado populacional de 336 pessoas.

Comenda de S. Martinho, não especifica se se trata de Lagoa ou de Vilar do Monte, pagava cento e oitenta mil reis no ano de 1618. No primeiro censo demográfico conhecido, 1615, Lagoa e Vilar do Monte tinham um agregado populacional de 473 e 232 pessoas respectivamente.

Comenda de Bornes que pagava duzentos e setenta mil reis no ano de 1603. No primeiro censo demográfico conhecido, 1580, Bornes tinha um agregado populacional de 653 pessoas.

Comenda de S. Pedro de Macedo dos Cavalleiros que pagava quinhentos e quarenta mil reis no ano de 1615. No primeiro censo demográfico conhecido, 1862, Macedo de Cavaleiros tinha um agregado populacional de 698 pessoas”.

Assim, desde o início do século XIII, até ao início do século XVII, eram estas as localidades que tinham comendas novas ou eram propriedade da Ordem de Cristo, na área geográfica, hoje, concelho de Macedo de Cavaleiros:

Localidade	Ano de referência	Encargos anuais com a Ordem e padroado	População em 1862
Macedo de Cavaleiros	1615	540.000reis	698
Bornes	1603	270.000reis	653
Lagoa/Vilar Monte	1618	180.000reis	473 L. - 232 V.M.
Lamas	1583	70.000Reis	336
Morais	1585	200.000reis	663
Ala	1600	180.000reis	708
Chacim	Século XIII/XIV	Propriedades da O.C.	585
Malta	Século XIII/XIV	Propriedades da O.C.	Sem dados/Olmos442
Talhinhas	Século XIII/XIV	Propriedades da O.C.	388 (em 1864)
Gralhós	Século XIII/XIV	Propriedades da O.C.	Sem dados
Bagueixe	Século XIII/XIV	Propriedades da O.C.	224

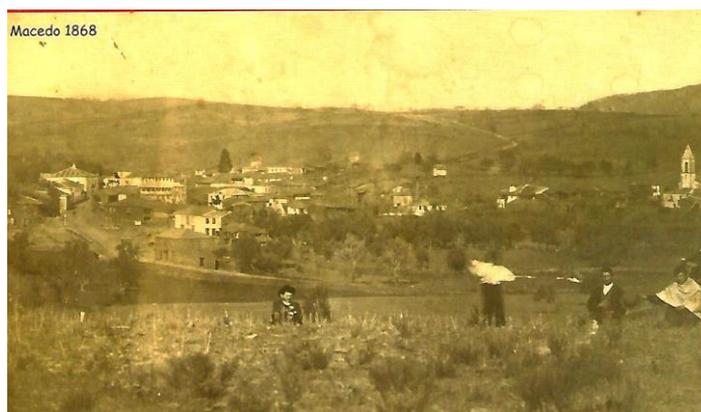


Foto 22 – A fotografia mais antiga que se conhece da cidade de Macedo de Cavaleiros (1868), Retirada do livro, pág. 8 “Macedo de Cavaleiros Rua a Rua, autor: Manuel Sousa Cardoso, foto da sua coleção particular.

O artigo não faz referência aos nomes das antigas propriedades/comendas existentes no século XIII, no concelho de Macedo de Cavaleiros. Assim não havendo notícia em contrário temos de supor que a Ordem ainda exercia o poder sobre as suas propriedades nessas freguesias que atrás nos referimos.

A nossa proposta de trabalho objetivava-se sobretudo em tentar sublinhar a importância que teve a existência da Ordem Templária no Norte do País e mais concretamente na região Nordeste. Uma primeira conclusão parece evidente, a Ordem do Templo foi de extrema importância e utilidade na “defesa de fronteira” nesta região Transmontana, isto, quando, o poder político e militar castelhano se localizava na linha Valladolid, Zamora, onde desde o início da nacionalidade até ao século XIV, altura em que os interesses “geopolíticos” desviaram essa linha mais para sul, já que o poder régio português já estava localizado, primeiro em Coimbra e depois em Lisboa.

A nossa investigação focalizou-se na área geográfica do, hoje, concelho de Macedo de Cavaleiros tentando inventariar a informação relativa à implantação nesse concelho da Ordem dos Templários e da sua herdeira a Ordem de Cristo. Pensamos que apesar de ser uma região já no coração Transmontano, portanto não na primeira linha (entre os 38km a 60km em linha reta) da defesa fronteiriça, todavia, suscitou o interesse da ordem do templo e da sua sucedânea Ordem de Cristo pois, desde o século XIII que a Ordem do Templo aí tinha propriedades suas, e pela mesma razão a Ordem de Cristo no início do século XVII (ou talvez ainda no século XVI (1615)) atribuiu uma comenda a Macedo de Cavaleiros, à qual juntamos todas as outras localidades, dentro do seu território concelhio, que também lhes tinha sido atribuído comenda e outras onde a Ordem possuía bens. Não conseguimos inventariar os bens da Ordem de Cristo à data da sua “extinção, 1843”, dizendo melhor, se houve alteração de proprietário, para sabermos se as comendas e bens que a Ordem tinha em Macedo de Cavaleiros se mantiveram, estamos, contudo, convencidos que sim, pois também não encontramos notícia em contrário. Devíamos ficar por aqui, mas não resistimos:

Iremos fechar este artigo sobre os “Templários no nordeste transmontano” com dois assuntos incontornáveis – “Os dois Tesouros” Um de bens económico/financeiro da Ordem dos Templários” E o outro espiritual, dos nossos irmãos Marianos de Balsemão”.

O Tesouro dos Templários em Portugal

- Entre o mito e a realidade –

Falar da Ordem dos Templários, sempre foi, é e por certo continuará a ser, algo misterioso, por mais que se diga, por mais que se escreva, por mais que se investigue, por mais que se escave e procure. Não nos referimos aos feitos militares, às inovações tecnológicas em termos de armamento que nos trouxeram, nem aos feitos políticos/religiosos que a Ordem realizou. Tudo isto podemos encontrar nos livros da especialidade. Agora o que não se encontra são referências historicamente válidas sobre o “Tesouro dos Templários”. E isto por uma única razão: é que os monges guerreiros se apoderaram da imaginação e da cultura popular. E a história da Ordem do Templo converteu-se no mito dos Templários. E é neste quadro que nos cumpre interrogar: o que há de real no até agora mito do tesouro dos Templários?

Os Templários eram uma Ordem Monástico-Militar que se dedicou inteiramente à defesa dos peregrinos cristãos a caminho de Jerusalém. A cidade tinha sido capturada na primeira cruzada, em 1099 e idas de peregrinos começaram a chegar viajando milhares de quilómetros através da Europa.

Esses peregrinos, nomeadamente os mais abastados, não podiam levar consigo grandes somas de dinheiro ou bens valiosos, já que isso os tornaria alvo fácil para assaltantes. Os templários encontraram, então, uma solução: “**A carta de crédito**”. Assim, o peregrino em vez de carregar dinheiro entregava os seus bens aos Templários do seu País e recebia em troca um comprovativo em forma de carta de crédito. Ao chegar ao destino final, Jerusalém, entregava a carta de crédito e era-lhe entregue o dinheiro que havia depositado à partida. Tratava-se de um sistema bancário muito avançado para a época, mas que não era inédito. Diversos países já tinham adotado este tipo de serviço, como a Dinastia Tang, na China que usava o “Feiquan” – “dinheiro voador” um documento de duas vias que permitia a comerciantes depositarem os seus lucros num “escritório” regional e depois poderem receber, de novo, o seu dinheiro na capital. Esse sistema era operado pelas entidades governantes e por isso controlado. Mas o sistema dos templários funcionava como um banco privado, mas organizado por monges que tinham feito voto de pobreza.

Todavia, os templários não se limitavam apenas a transferir dinheiro por longas distâncias. Eles ofereciam uma série de outros serviços, reconhecidamente avançados para a época, como o sistema de empréstimo – até mesmo a Reis, Príncipes ou Alta Nobreza, mas também a comerciantes, aceitando como contrapartida (para a segurança do empréstimo) joias, ouro, prata e outras riquezas que foram acumulando.

Assim, ricos e poderosos os Templários não precisavam de se submeter mais às moedas, nem às regras impostas pelos soberanos dos seus países. Por outras palavras: ficaram fora do controle dos Reis.

A dimensão dos Tesouros acumulados pelos Templários, fosse qual fosse o seu país de origem devia ser qualquer coisa de gigantesca.

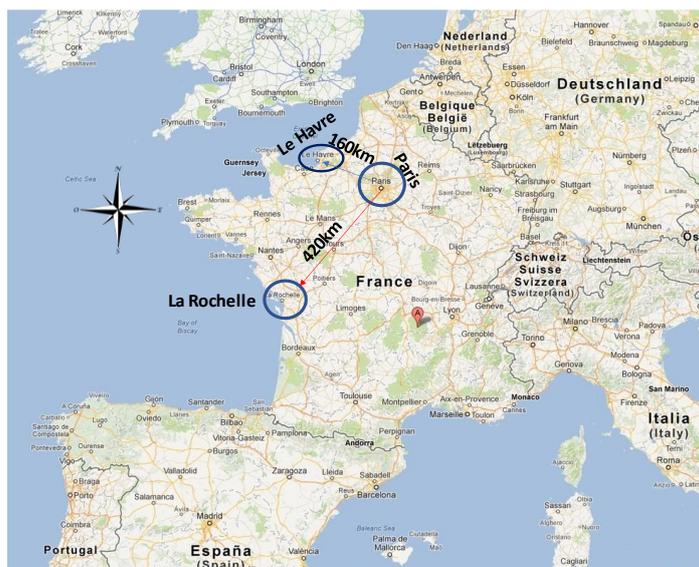
Depois tudo se apagou com o Rei Francês Filipe IV o “Belo” e o Papa Clemente V com a prisão e o desmantelamento dos membros da Ordem dos Templários. Estes factos são sobejamente conhecidos, pelo que nos iremos abster de os aprofundar.

Na realidade, os Templários desapareceram. E o seu Tesouro? Desapareceu? Encontra-se escondido algures? Foi roubado por Filipe IV “o Belo” ou pelos diversos soberanos europeus? E, se existe, onde está?

É esse o enigma que nos propomos decodificar.

O Tesouro dos Templários: “Questão que não se desvanece do imaginário popular”

Um documento apreendido pelas tropas de Napoleão depois de terem invadido a cidade de Roma, em 1809, e referido por Gerard de Sede, descrevia o testemunho de um cavaleiro Templário de nome Jean de Châlons, aludindo a três carroças de palha puxadas por cinquenta cavalos que haviam saído na quinta-feira, 12 de Outubro de 1307 (véspera da prisão dos elementos templários que se encontravam no Templo de Paris), conduzidos por Hughes de Châlon, Girard de Villers e cinquenta outros cavaleiros transportando “Totum thesaurum Hugonis Peraldi” (Hugo de Pairoud, o grande visitador de França). O mesmo templário teria afirmado que o conteúdo das três carroças teria sido embarcado no porto de La Rochelle e seguido em 18 navios da armada templária, com destino desconhecido. Foi para Oriente ou foi para Ocidente?



Mapa7: Paris- La Rochelle: 420kms – Paris- Le Havre: 60kms – Para quê fazer 420 km se tinha o porto de Havre a pouco mais de 150km – A lógica é ida para Sul, mas... é mera suposição (mapa: Google Earth).

Num manuscrito conservado na biblioteca do Vaticano, no arquivo IV, da autoria de Guillaume de Vichiers, incumbido por Filipe IV de espiar os Templários é mencionado que a armada ter-se-ia dirigido para Oriente. Este Guillaume de Vichiers cuja biografia está guardada nos arquivos de S. Martial de Limoges e que atualmente se encontra no Louvre, começou por ser templário, mas depois tomou o partido de Filipe IV, vivendo ainda muitos anos rodeado de luxo.

Há ainda o testemunho de outro templário Charles de Vitry que, em manuscrito refere que a frota partiu em direção à Terra Santa, mas nunca lá chegou a aportar.

O que é que há de verdade em tudo isto? Haverá um único tesouro, ou vários? É isso que iremos ver seguidamente.

Por Terras de Portugal:

A vinda dos templários para Portugal, reveste-se de contornos, ainda hoje de difícil explicação. Qual o papel e posterior trajeto dos dois “presumíveis fundadores” da Ordem dos Templários que eram provenientes do Condado Portucalense “Fr. Gondomare ou Gondemar e Fr. Pedro Arnaldo da Rocha”.

Pensa-se que em 1126 já estivessem templários no norte do país, mas foi em 1128, isto é, dez anos após a sua criação na Terra Santa que, oficialmente D. Teresa e os grandes Barões de Portugal e da Galiza os receberam em Braga e lhes fizeram diversas doações. Por outras palavras reconheceram a Ordem do Templo e permitiram a sua entrada no Condado Portucalense. O que é extraordinário em tudo isto é que o reconhecimento dos Templários no Condado é feito nove meses antes de a Ordem ter sido oficialmente formada e estatuída no concílio de Troyes.

Para entendermos este “fenómeno histórico”, temos de nos debruçar sobre a realidade do condado num território ainda sem fronteiras definidas e entalado entre fortes e determinados inimigos, em guerra permanente: A sul os muçulmanos cuja fronteira mais longínqua bordejava Leiria. Daí para baixo era perigoso qualquer cristão se aventurar. A Oriente os fortíssimos reinos de Espanha. E a Norte a Galiza, cujas pretensões ao condado eram nítidas.

A única forma possível era recorrer a soldados profissionais, muitos deles já com larga experiência de guerra, mas sobretudo dotados de uma incrível disciplina e de um fanatismo absoluto. Se atendermos que naquela época os exércitos eram de pouca eficácia e despidos de disciplina, assim uma força dotada de uma tremenda operacionalidade e sobretudo eficácia, não podia ser ignorada. Foi essa a razão, estamos em crer que D. Teresa e os barões portucalenses abraçaram de imediato tão fantástica força, tendo-lhes concedido os meios necessários à sua subsistência com doações várias. E, no ano seguinte, dois meses depois do concílio provincial de Troyes, 1129, D. Afonso Henriques confirmou aquelas doações abraçando os Templários e intitulado-se, ele mesmo, “Irmão Templário”. Recordemos que a única moeda que D.

Afonso Henriques mandou “bater” no seu reinado foi o Dinheiro que tinha o símbolo templário no anverso, o selo de Salomão.



Foto 23: Moeda – Dinheiro de D. Afonso Henriques
(in: <https://pt.quora.com/Como-era-apan%C3%A7a-do-real-primeira-moeda-portuguesa>).

Temos assim, a partir de 1128 os templários oficialmente reconhecidos em Portugal e confirmados em 1129, por bula Papal com a “regra” feita por Fr. Bernardo de Claraval seu Patrono.

Em 1131 Afonso Henriques estabelece a sua corte em Coimbra. E à ilharga com a muralha defensiva de Soure ali estavam os templários. Começa então o avanço para sul. Santarém, Lisboa, delineiam estratégias para a expansão do Condado empurrando cada vez mais os muçulmanos para sul.

Com a conquista de Alcácer do Sal. Estaleiro muçulmano dotado de uma enorme força com os seus navios controlando a costa sul e parte da costa Atlântica até Leiria e em que as ordens militares nomeadamente dos Templários tomaram um papel de relevo, consuma-se a primeira parte e mais importante fase da reconquista.

Mas o que é que isto tudo tem a ver com o tesouro dos templários, interrogam-se os nossos leitores? Tem e vamos ver porquê.

Em 1169, Afonso Henriques com o intuito de fixar as fronteiras leste do Condado, tenta conquistar Badajoz onde é derrotado tendo “britado” a perna e a anca em vários sítios e ficando, por isso, incapacitado de voltar a montar. Impedido de continuar a reconquista, decide dotar as Ordens monástico-militares com meios para manter as fronteiras já defendidas. Em “Alafões” (Lafões) onde permanecia para cura, recebe Gualdim Pais, cavaleiro Templário de sua confiança, já com larga experiência em combate na Terra Santa, donde chegara quatro anos antes e juntos criam a “Linha de Defesa do Tejo”. E, logo ali, em Alafões, Afonso Henriques exara um documento fazendo doação aos templários dos Castelos da Cardiga, de Ozezere e de Tomar. Esta linha de defesa do tejo englobava uma extensão de território dominando o rio tejo, como entrada de grande valor estratégico para a protecção do norte do País, mas sobretudo dos territórios já conquistados – Santarém, Lisboa, Alcácer do Sal.

E começa aqui, verdadeiramente a gesta do “Tesouro” Templário no nosso país. Os pressupostos eram nítidos: O reino crescera muito, o rei não tinha capacidade para dominar tão extensas áreas que, ou eram directamente concedidas aos templários que tinham à cabeça um grande nobre (Gualdim Pais), que, por sua vez, também ele

senhor de território vastíssimo, necessitavam de meios humanos e materiais para os administrar e manter.

Uma das grandes famílias dos barões de “Portucale” era, como já foi referido noutra parte deste artigo os “Braganções” a quem Afonso Henriques concedera a Tenência dos imensos territórios do nordeste transmontano. Esses territórios que se estendiam de todo o Trás-os-Montes até ao sul do rio Douro eram as zonas mais povoadas de Portugal de então. O mapa dos forais concedidos por D. Afonso Henriques, no nordeste transmontano deixa-nos antever, de imediato esta realidade. Por outras palavras era uma região rica.

Em 1165 Fernão Mendes II “O Bravo” Braganção, barão de feitio colérico, mas terrível combatente que havia acompanhado Afonso Henriques na batalha de Ourique e por quem o nosso rei detinha amizade e respeito faz a doação aos templários de vários castelos da sua tenência entre os quais o castelo de Balsamão. Fernão Mendes II (O Braganção) conhecia bem os Templários e a sua força como combatentes. Já havia lutado com eles, lado a lado, em Ourique, tendo certamente apercebido da cruel “máquina de guerra” que era a Ordem do Templo.

Ao conceder-lhes os castelos da sua tenência ficava assim seguro da manutenção daquele vasto território e do controle das suas fronteiras.

Mas o papel dos Templários nesta zona não se resumirá à guerra. A sua actuação foi mais longa e produtiva. Contribuiu para a fixação de moradores, o assento de novas povoações, a valorização das terras, em suma, um acréscimo da riqueza. Talvez por isso não seja infundado pensar-se que, sendo o nordeste transmontano densamente povoado, o cofre dos templários estaria cheio. A crescer à riqueza gerada localmente, os despojos de guerra trazidos do Médio Oriente pelas “gentes” que ali regressavam e se fixavam provavelmente carregadas dos despojos, leva-nos a crer que rapidamente as arcas templárias se foram enchendo de preciosidades.

E, tudo isto, sem contarmos com a atividade bancária no seio da Ordem. Dentro de todas as hipóteses possíveis realçamos documentação que nos permite comprovar a existência do Tesouro Templário em Portugal. E isto é extremamente importante. Porque, já não é um mito. É a realidade, conforme iremos ver.

A Construção de uma realidade.

Não há muito tempo deparamos com alguns documentos que nos levaram a repensar a existência do Tesouro Templário em Portugal.

Uma das coisas que não se sabe se foi boa ou má, foi D. Sancho I ter deitado a mão ao “Tesouro dos Templários” e o mesmo Rei o ter reconhecido no seu testamento. Como prova a documentação que se segue.

Mas antes dizemos que o relacionamento com o nosso primeiro Rei e a Ordem era muito boa. Anastácio, na nova Ordem de Malta, dá-nos a seguinte informação “[...] *Em o real arquivo da Torre do Tombo, se acha hoje, e existe casualmente em dois pedaços, de que o primeiro, até ao princípio do Art. 22º, existe na gaveta VII, Maço II.*

N4. E o segundo o achei em o Maço XVIII da mesma gaveta n. 2. Declaram, pois, quasi constante e uniformemente que tinham ouvido “sempre dizer & fora & era fama & creença na terra que o Reyno de Port’ fora reuudo per o Conde dom Anrrique assy come Condado E que o dito Conde defendia a terra a Mouros & fazia guerra contra eles, e que assy o criã que o dicto Conde avendo guerra cõ Mouros que os freires Tempreyros ueerõ a el & pedirõlhj por mercee que o queriam servir. & que lhis desse en que sse mãtevessem & de que podessem a Mouros fazer guerra”.

O mesmo autor no seu volume I a pp 199/200, relata-nos a usurpação que Sancho I fez às Ordens, do Templo e dos Hospitalários: “[...]Por tanto, aparece, que em seu (D. Sancho I) primeiro testamento ou memória da partilha e aplicação que elle quis se fizesse por sua alma dos seus dinheiros e móveis, em muitos legados pios, e alguns “profanos”, por carta que se acha original na Gav. XVI Maço II n.14; ordenou e fez pôr huma clausula, na qual se lê: “Et tota pecunia que est in Sancta que suit templi & hospitalis: detur unaqueque dñis suis” - Da qual disposição eu não posso dar huma razão suficiente... que quisesse fazer entragar às lembradas duas ordens o que se achava no seu Thesouro e cofre principal que tinha em Santa Cruz de Coimbra: ou deve ter sido alguma consequência necessária do Alto Senhorio e Direito Magestatico que os senhores reis deste reino sempre conservaram e quiseram conservar nos bens e dinheiros das ditas ordens, quando a necessidade e maior utilidade do reino e da sua coroa o exigissem; como particularmente a respeito da Ordem dos Templários chegou a fazer apurar o Sr. Rei D. Diniz pela larga inquirição”. Em nota 99 da mesma página argumenta: “Na primeira parte ao que dicerám ao 6º Art que os logares vilas & castelos que os ditos Templeyros aviam no reino de Portugal que estavam todos por del Rei & pera seu serviço & os Tempreyros nõ os podiam em alhear que aviam & os dava a seos filhos & aaqueles que queria & que tijnam por bem”. E referindo-se à desculpas de Sancho I, às ordens pelo saque dos seus “Thesouros” no seu testamento diz na página 200 da mesma obra: “Porem suposto em que a dita carta se não ache nem pozesse a data, como seja muito natural fosse anterior ao último testamento, de que depois se fallará (visto até o argumento dos idênticos legados e por outras passagens); e tanto que não duvido sobscrever a ter feita no anno de 1188, quando estava a partir para a conquista do Algarve, parece que ainda se faria a mesma entrega em sua vida e que por isso não fosse necessário já fazer della menção no segundo testamento. (Em nota) “E fazia El Rey deles o que tinha por bê. E quando lhis El Rey filhava vilas ou castelos, os freires lhy dizia Senhor nosso he quanto nos avemos ca nos & nossos Avoos nolo destes & en nos he de nolo dardes ou de nolo filhardes ca de nossa mão temos nos todo & por nosso e temos. E as Rendas dos logares despendemolas em nosso serviço contra Mouros e contra outros logares que sam a defendimento de vossa terra. Ca vossa he toda a propriedade” Ao 7º Art. “Que elRey dom Afonso III filhara os tesouros que o Tempre (Templários) tinha sobre postos & fizera deles o que quizera.... Ao qual disseram tinham visto aos reis de portugal filhar os fructos & e as rendas dos bens que o Tempre (Templários) avia no reyno de Portugal cada q’al Rei prazia &

recebiaos a ssa mão & faziaos agardar pera () profeyto. E que o tinham visto usar& guardar per muytas vezes, como dito era. O que se fez notável; tanto pelo que pertence ao facto, como por se conhecer o direito”.

Gama Barros no seu tomo I dá-nos conta na página 363: “[...] Para o fim do século XII era a defesa dos cavalleiros do Templo a quem estavam confiados os castelos e seus termos de Soure, Ega, Redinha, Pombal, Cera, Idanha-a-Velha, Zezere, Almourol; Valelhas e outros: e sob a protecção da Ordem is a população estendendo-se por esses logares. E continua: “O favor extraordinário de que os Templários continuaram em Portugal a gosar dos monarcas, não deixou, porém, de sofrer revezes. Experimentaram-nos com **Sancho I, que se apoderou dos Thesouros amontoados pela ordem dos Templários”.**

Mas, como já vimos, não eram só os Templários a, queixarem-se que Sancho I lhes tinha filhado o *Thesouro*, também a Ordem do Hospital. José Anastácio de Figueiredo na sua obra “*Nova História da Militar Ordem de Malta* (como sabemos herdeira no século XVI da Ordem do Hospital) no vol. I p105 nota 99 e p199, relata-nos, tentando colocar um pouco de “água na fervura”: “*Deveríamos admitir que eles eram apenas usufructuarios, amovíveis à vontade do soberano em relação às terras que a coroa lhes doava, sendo trivial o facto de os monarcas lançarem mão aos bens da ordem que se curvava sempre submissa a este procedimento reconhecendo n’elle o exercício de um direito imprescritível. As respostas que se atribuem às pessoas inquiridas são realmente bem explícitas: Se o rei tirava aos freires vilas e castelos, diziam-lhe eles: Senhor, vosso é quanto nós havemos, porque vós e vossos avós no-lo destes e em vós e de no-lo dardes ou no-lo tirardes, porque vossa mão temos nós tudo e por vosso o temos, e as rendas dos logares que são defendimento de vossa terra, porque vossa é toda a propriedade. Responderam mais que tinham visto por muitas vezes os reis de Portugal aproveitarem-se dos fructos e rendas do Templo, recebendo-as para si e fazendo-as guardar para seu serviço”.*

De notar que as doações que a coroa fez aos templários, (os meios de enriquecimento da Ordem ao que poderíamos juntar os resultados dos resgates obtidos em campanhas, doações particulares, arrendamento de terras etc.), a exemplo do castelo de Cera em 1159. Diz no documento da escritura que é feita para que o possuam, eles (A Ordem dos Templários) e os seus sucessores, hereditários “***jure da populandum, ut habeant illud.... Jure perpetuo***” – com uma única condição real, de que n’esse território não sejam recebidos contra a vontade do rei os moradores de terras da coroa desde o Mondego até ao Tejo.

A usurpação foi de tal ordem que, Sancho I, no codicilo junto ao 1º testamento de Sancho I – confessa e pede desculpa (talvez para poder receber em caso de morte os favores divinos) a expropriação dos dinheiros acumulados das ordens do Templo e do Hospital.

Mas Afonso III, não se ficou atrás de Sancho I. Alexandre Herculano no Volume II a pág. 418 e Volume III pp 30 e 31 e 42 da sua História de Portugal dá-nos conta: *“Procedendo com este rigor em relação ao prelado do Porto, não admira que Afonso III, nas manifestações da sua malevolência para com aquelles que se haviam mostrado desaffectedos, curasse pouco de respeitar os que, de qualquer modo pertencessem ao corpo do clero. De todas as ordens militares a dos Templários é a que parece ter-se inclinado mais ao partido de Sancho II, cahindo por isso naturalmente no desagrado do vencedor. De feito não só de figura aquella potente e belicosa ordem nos momentos dos primeiros anos do reinado de Afonso III ou nas guerras desse período, **mas sabemos positivamente que foi espoliada dos seus tesouros** e que ao Mestre Paio Gomes, resignatário talvez forçado da dignidade méstral nem sequer consentiu gozasse em paz do elevado cargo de comendador de Castelo-Branco, em que foi substituído por um obscuro freire”*. e em nota 3 da página 31, continua: *“N’um fragmento d’inquirição que se acha na gaveta 7 manuscritos 18, nº 2 da TT, diz-se que Afonso III arrebatára aos templários os Thesouros que tinhma junctos e fizera deles o que quizera, e que tirara o castelo de Castello-Branco ao Commendador Paio Gomes Barreto, para o dar a um simples Freire. Pais Gomes era o Mestre da Ordem em 1250, mas já em 1253 era apenas comendador de Castello-Branco: Viterbo Elucidário Tomo 2, p. 370. Viterbo faz nota que de facto o Mestre dos três reinos Pais Gomes que em 1253 já tinha renunciado a dignidade de mestre e feito cavaleiro particular (pág 599 Elucidário)”*.

Alexandre Herculano no mesmo volume III nas páginas 41 e 42 tenta explicar a azáfama e as razões, económicas que teriam levado a que D. Afonso III desse o “golpe do Baú” já que as razões políticas eram outras, como sabemos tinha estalado a guerra entre Sancho II, seu pai e o Afonso. Havia uma grande amizade, desde crianças, entre Sancho II e o Mestre da Ordem Pais Gomes, como relatamos acima o que lhe fez. Económica e financeiramente a conversa era outra como nos diz Herculano: *“Era grande a escassez de dinheiro em Castela e o rei obrigado a pedir subsídios aos eclesiásticos onde encontrava vivas resistências. O descontentamento dos povos também era grande. Nascia este de se haver cunhado uma nova moeda, os burgaleses, com liga desproporcionada ao seu valor nominal. Tinham as mercadorias subido de preço, o que era consequência forçosa desse facto. Ajunctando um erro económico a outro Afonso X estabeleceu uma estiva ou taxa geral dos preços, o que paralysoo o commercio augmentando com isso o descontentamento. No meio, pois, de tantos embaraços é fácil explicar a forçada tolerância do príncipe castelhano acerca dos procedimentos de Afonso III no Algarve.*

Se o Rei de Portugal se não via rodeado de igual somma de dificuldades políticas, inquietavam-no também por esse tempo questões análogas á última que mencionámos.

À vista da situação do reino e atento o desbarato das rendas do estado, havia muito que se temia em Portugal uma providência semelhante à que se tomava em

Castela. Para obviar a falta de recursos públicos, providência própria de epochas ignorantes e rudes em que os princípios da economia social eram quasi absolutamente desconhecidos. Não só na península, mas igualmente por toda a europa. Um dos meios triviaes que os príncipes empregavam para encherem os cofres era o alterar a moeda. Em que a alteração consistisse, indica-o a frase “quebrar moeda” com que se designava o facto. Cunhava-se de novo a prata e acrescentando-lhe mais liga dava-se-lhe curso com o mesmo valor nominal da antiga, quer conservando-lhe o nome e typo, quer alterando-o. Em Portugal sucedera o que sucedia em toda a parte, posto que entre nós pareça ter sido esse ruinoso dinheiro limitado por condições de tempo e de modo. Cedia delle o rei, às vezes, a troco de uma contribuição certa, que o povo preferia pagar, evitando desse modo as consequências óbvias de uso de tal direito. Já nos fins de 1253 se acreditava geralmente que Afonso III não tardaria a imitar nesta parte os seus antecessores. Não se enganara o povo nas suas previsões”.

Como última nota, que nos dá ideia de como os bens e dinheiros giravam de um lado para outro, por norma para serem guardados em lugares seguros (como a sede ou castelos, dependendo talvez da distância) D. Fr. Pedro Alvites, Mestre da Ordem no reinado de D. Afonso III, 1º Mestre eleito nos três reinos que acabou por renunciar ao cargo por desavenças com Afonso III [Capêlo, 121] diz-nos em nota 382 da sua obra, *“provavelmente por denúncia real que Pedro Alvites teria renunciado a 30 de Dezembro de 1221, por causa de uma operação fraudulenta de dinheiro guardado e vindo de um Mosteiro de Burgos, operado por um templário a mando do Mestre Provincial. Parece-nos pouco indicador e abonador da qualidade e honradez mais que provada deste Mestre que esteve à frente da Ordem nos três reinos entre 1212 e 1221... A ordem expulsava imediatamente do seu seio um membro que praticasse qualquer tipo de acção que lesasse a Instituição, ocupasse na hierarquia o lugar que ocupasse”*.

Como sabemos Sancho I reinou entre 6 dezembro de 1185 e 26 de março de 1211 e Afonso II teve no trono Português entre 4 de janeiro de 1248 e 16 fevereiro de 1279. Ou seja, entre o final do reinado de Sancho I e o Início do reinado de Afonso III, decorreram 36 anos e 9 meses, aproximadamente, tempo que os Templários tiveram para recuperar das mãos de sancho II ou o refazerem, por entesouramento o seu Tesouro. Por outro lado, sabemos que a Ordem esteve entre nós, até à sua extinção, mais 35 anos ou seja até 1314 (+/-), ou seja, tiveram mais 35 anos para entesourarem ou recuperarem novamente o “Tesouro” das mãos de D. Dinis, que o filho lhes tinha filhado. O que nos parece é que tanto D. Sancho I, conforme consta no seu primeiro testamento, como Afonso II, deveria ter devolvido às Ordens os bens que lhes confiscou.

Uma análise atenta à realidade Histórica manifestada nos documentos supratranscritos, levam-nos a meditar sobre o que seria na realidade “o Tesouro dos Templários”. Os documentos que consultamos são coevos e, por isso, dignos de toda a

credibilidade. Não são meros mitos. São notícias da época reais. Sendo reais as conclusões últimas são de que o tesouro foi uma realidade. Como era esse tesouro? De que constava? Onde estava ou está?

Não sabemos e até aparecer qualquer prova documental, ou física, nunca o iremos saber. Os mitos mantêm-se a imaginação permanece.

Mas há uma coisa que sabemos por termos provas reais: O tesouro dos Templários existiu em Portugal: Foi uma realidade indiscutível. A última sede da Ordem dos Templários foi durante 105 anos em Castelo Branco), mas cada castelo e região adjacente teria o seu tesouro próprio que guardava zelosamente e dele não dava, por certo, conhecimento a ninguém. Cada Castelo era senhor de um vasto domínio que controlava e dele amealhava os pecúlios.

Onde acaba a realidade e começa o mito....

Chegou, portanto, agora a altura de agarrar as pontas soltas de tão intrincado mistério e, a partir daí tentar encontrar uma lógica que preencha uma página ainda em branco na nossa história.

Em 1170 tem lugar a oitava cruzada conduzida por S. Luís de França e por Eduardo I o “Plantageneta” de Inglaterra. Foi uma cruzada desastrosa. Depois de derrotas sucessivas causadas pela inabilidade e de certa forma irresponsabilidade do Rei Francês, acaba com a sua morte em Tunes. E em 8 de maio de 1291 as tropas do Sultão al-Aghrag (el Esseraf) esmagam definitivamente as hostes Templárias e Hospitalárias que tardia, mas efetivamente procuraram e fizeram uma “aliança de guerra” e apoderaram-se da “Torre Maldita” da fortaleza de S. João de Acre. Era o “toque a finados” de uma Terra Santa Cristã. Foi o desaparecimento dos últimos Cavaleiros Templários e Hospitalários em Terra do Santo Sepulcro. E aqueles da Ordem do Templo que ficaram, retiraram-se para a ilha de Chipre. E com eles desaparece o tão famigerado Tesouro Templário.

Como era constituído esse Tesouro? Não sabemos e, muito provavelmente nunca iremos saber, mas podemos fazer uma abordagem superficial que nos dê ideia da sua dimensão.

Quando os exércitos cristãos iniciaram as cruzadas lideradas e orientadas por Reis e pela alta nobreza Europeia, rapidamente se organizaram e apoderaram de imensos domínios. Em busca de um poder cada vez maior, surgem os reinos de Jerusalém, O Condado de Trípoli, O Principado de Antioquia, O Condado de Edessa, entre muitos outros pequenos reinos que lhes estavam associados. E com eles um estado permanente de choque e de guerra com os muçulmanos das terras ocupadas.

Dessas guerras ficou – como fica sempre – um espólio de riquezas, por vezes imensas, que iam sendo amealhadas. E quando os Templários se definiram, estruturaram e organizaram a partir do concílio provincial de Troyes, também eles

enriqueceram nos campos de batalha e, como já vimos, através de uma imensa atividade bancária e de credibilidade que a Ordem manifestava por toda a Europa.

Lembre-mo-nos que assim que chegaram ao condado Portucalense para além das doações reais, apresentamos provas de compra de pelo menos 16 propriedades e se olharmos só para o Concelho de Macedo de Cavaleiros, tinham propriedades em 17 das suas freguesias.

Durante os cento e cinquenta e quatro anos, tempo que os Templários permaneceram no médio oriente, a riqueza acumulada devia ter uma dimensão hoje difícil de calcular. Não será descabido aceitar-se como verdadeiro no já mencionado manuscrito de “Gerard de Sede” que noticia a existência do Tesouro e o seu embarque para terras ainda hoje desconhecidas.

Há assim razão para se aceitar a existência de um tesouro de enormes dimensões do qual infelizmente e até novas informações, mais dados não temos do que já os mencionados, tal como ele era no século XIII, rapidamente constatamos uma realidade que, como tal, talvez nos possa dar uma pista importante.

A partir da Terra Santa, a única hipótese de transportar tão grande Tesouro era através do mar Mediterrâneo. Pensarmos em caravanas para Oriente seria inverosímil já que se tornaria impossível atravessar a massa imensa de deserto. Mas o Mediterrâneo também ele estava quase todo dominado pelos inimigos da fé dos Templários.

A partir de Chipre a norte do Mediterrâneo dominavam os Turcos e a sul os Egípcios. Mais à frente o Papa Clemente V opositor, embora não convicto dos Templários, mas sempre aberto ao ouro que pudesse entrar nos seus cofres. A Sul os Muçulmanos da atual Líbia. Um pouco mais para Ocidente tínhamos a Norte as Terras de França onde dominava Filipe IV “O Belo”, o famigerado carrasco da Ordem do Templo. E a Sul a Argélia e Marrocos, Muçulmanos.

Em suma, desembarcar desta forma tão grande Tesouro, fosse para onde fosse, tornava-se totalmente inverosímil, se não mesmo impossível. Por exclusão de partes e pela lógica, o único país da orla Atlântica/Mediterrânica onde esse tesouro poderia ser desembarcado era Portugal. A ideia tão badalada recentemente da Escócia, Inglaterra ou País de Gales, não faz a nosso ver qualquer sentido.

Para além de ficar em horizontes mais longínquos, a Ordem não estava lá estabelecida. Tinham participado em cruzadas, é certo, mas não mais do que isso.

Lembre-mo-nos que o Rei D. Dinis em maio de 1297, doa ao “último Mestre” da Ordem Fr. D. Vasco Fernandes, o padroado de Mogadouro e Penas Róias, com todas os seus bens igrejas e capelas, para além de muitas terras na região de Ribacôa – seria somente por se aproximar a assinatura do tratado de Alcanizes?

Torna-se assim altamente provável que o Tesouro da Ordem do Templo tivesse sido desembarcado em Portugal. Nessa altura, a sede dos Templários no nosso País já não era Tomar. Era em Castelo Branco. Terá sido para aí que, a aceitarmos o desembarque de Tesouro em Portugal, que o tesouro foi? Não sabemos. Mas uma

coisa é certa: existem como já vimos, documentos coevos que provam a existência de um Tesouro da Ordem do Templo no Nordeste Transmontano.

Os Marianos de Balsemão:

“O Pe. Frei Casimiro de S. José Wyszynski da Ordem dos Marianos da Imaculada Conceição, nasceu a 19 de agosto de 1700, em Jeziora Wielka, diocese de Poznan na Polónia. O Frei Casimiro esteve em Portugal apenas dois anos de 16 de outubro de 1753 Lisboa e em Balsemão de 6 de setembro de 1754 a 21 de outubro de 1755, data em que faleceu. Depois de agruras passadas em Lisboa, um amigo, Frei João de Deus, indicou-lhe o caminho de um Ermitério existentes em Balsemão; adquiridas as autorizações Bispais, Frei Casimiro chega a Balsemão a 6 de setembro de 1754, onde foi muito bem recebido pelos Ermitas “Barbadinhos” pelas autoridades de Chacim e pelos representantes da **Ordem de Cristo** e ali funda o Convento da congregação e, será já, em 13 de abril de 1755 que Frei Casimiro dá hábito e admite ao noviciado a cinco portugueses”¹³³.

O nosso dever e, em respeito pelo que pretendemos dizer com este artigo “Os Templários no Nordeste Português”, seria ficar por aqui no respeitante aos Marianos de Balsemão, contudo o afeto, carinho e amizade de há longa data que nos liga a dois dos responsáveis por essa congregação, O Sr. Padre Basileu Pires e o Sr. Padre Eduardo Novo leva-nos a deixar aqui um pequeno registo sobre a origem da sua congregação da Imaculada Conceição de Maria que, por certo, conhecem (mas talvez, os nosso leitores, não) e que são os atuais guardiões do monte do Carrascal onde se situa(va) em 1212 o “notável” (história Portugal de 1852 s/n pp224) castelo de Balsemão.

Começamos então pelo princípio. D. João I, como sabemos, casou com a filha de John de Gant, a Filipa Branca de Lancastre. Casal muito trabalhador. Produziram oito filhos dos quais seis chegaram à idade adulta: Duarte que foi rei de Portugal; Pedro que morreu na batalha de Alfarrobeira; Henrique que tomou conta das navegações; Isabel, a rainha Santa; João que foi Duque de Beja e condestável e, por fim Fernando o Infante Santo (Enfim, lá se arranjou trabalho para todos). Mas, a labuta, neste particular foi muito grande e assim D. João I, ainda teve tempo, com a judia Inês Perez Esteves, de lhe originar, bastardamente é claro, mais dois filhos o **Afonso** e a Beatriz.

Ora o filho de D. João I e duque de Beja o “João”, do seu primeiro casamento, teve uma menina a que lhe deu o nome de Isabel, fazendo dela, claro, neta de D. João I.

Mas D. João I entendeu casar o seu filho bastardo **Afonso**, com a filha única de Nuno Álvares Pereira, Beatriz Pereira de Alvim. Aconteceu que da união do Afonso e da Beatriz nasceu uma menina a quem lhe puseram o nome de **Isabel**. (Até aqui entendemos. Depois é que o assunto se vai complicar).

¹³³ Pires 2005 – Venerável Frei Casimiro, Testemunhos daqueles que o conheceram. Pp. 3 a 18.

Quis o destino que o penúltimo filho de D. João I, o “João”, Duque de Beja, se casa com a **Isabel**, filha da Beatriz Pereira Alvim filha do Nuno Álvares Pereira que tinha casado com o filho bastardo de D. João I o **Afonso**.

Deste segundo casamento do “João” Duque de Beja com a Isabel filha da Beatriz Pereira Alvim filha de Nuno Alvares Pereira **nasce uma filha** que também vai ter o nome de **Isabel**. Logo esta menina era Neta e Bisneta ao mesmo tempo de D. João I, neta por via paterna e bisneta por via materna. Vamos ficar por aqui porque estas coisas da genealogia fazem dores de cabeça.

Mas dirão, o que é que isto tem a ver com a congregação da Imaculada Conceição!?

Bom, D. João I morre e sobe ao trono D. Duarte e com ele a renovação da corte, entre as novas caras aparece um seu escudeiro de nome Rui Gomes da Silva, com as suas duas filhas, uma delas a **Beatriz da Silva**, fez-se amiga e inseparável da **infanta Isabel** (neta e bisneta ao mesmo tempo de D. João I). Beatriz da Silva era linda (segundo consta), a beleza em pessoa, mas... era simplesmente aia e particularmente empenhada nas orações a São Francisco de Assis e a Nossa Senhora da Conceição¹³⁴.

Novamente, quis o destino, que, Afonso V (já tinha morrido o D. Duarte), arranjasse o casamento da Isabel (a tal neta e bisneta de D. João I) com o rei de Castela, D. Juan II. Não nos vamos quedar pelos enredos políticos destas questões, mas dizemos que D. Juan II, já tinha o dobro da idade da nossa Isabel e era segundo dizem, um rei fraco, manietado nas suas funções reais por um tal Álvaro de Luna. Assim, em 17 de agosto de 1447 com a bênção do Papa Eugénio IV, dá-se a união entre D. Juan II e a Isabel de Portugal (a tal neta e bisneta de D. João I, - para evitar confusões-).

Encurtando distâncias dizemos que a Isabel (a neta e bisneta) teve uma filha a quem deu o seu nome que viria a ser (Isabel - a “Católica”) aconteceu que após o parto a Isabel (neta bisneta) entrou em profunda depressão. Mas... novo parto se segue e, desta vez, ao recém-chegado dá-lhe o nome de Infante “Afonso”. E, a (neta bisneta) Isabel ensandece de vez. Beatriz da Silva (a filha de Rui Gomes da Silva, escudeiro de D. Duarte, como estão recordados) a aia que a tinha acompanhado desde sempre. Mas... a sua beleza não era suportada pela Isabel e vendo-a a conversar com o seu marido (Juan II), lá surgem os ciúmes. Assim, Isabel tranca a pobre da Beatriz da Silva numa arca. Diz-se que três dias passados, aparece na corte de Castela, um tio da Beatriz da Silva encontrando a sobrinha fechada na tal arca. Mas, qual não é o espanto geral que, ao abrirem a arca, a Beatriz se encontrava viva e sorridente, dizendo que durante aquele cativoiro lhe tinha aparecido a Virgem Maria, (isso não podemos certificar) prometendo-lhe que não morreria, pois tinha uma missão a realizar: fundar uma ordem religiosa dedicada à Imaculada Conceição. A verdade é que não morreu sem fazer a obra.

¹³⁴ Borges, Alexandre, Histórias secretas de Reis Portugueses, 2ª edição, casa das letras 2012, Lisboa, pág. 97

Beatriz da Silva, entretanto refugia-se no mosteiro de São Domingos, o Real, em Toledo¹³⁵. O tempo não para e a Isabel, filha da Isabel, mulher do D. Juan II, cresce, e torna-se na “Isabel a Católica” rainha de Castela, casada com o Fernando. Estranho é que a Rainha Isabel a “Católica” nunca visitou a mãe, que tinha ensandecido, e que se encontrava em degredo em Arévalo, mas visitava, regularmente a aia da sua mãe Beatriz da Silva e, será a Isabel a “Católica” que doará em 1484 à Beatriz da Silva os Palácios de Galiana, onde esta, funda o seu próprio Mosteiro. Durante doze anos dirige uma dúzia de jovens nesta nova comunidade religiosa, mas a qual, vive sem uma regra específica e será novamente com a ajuda da Isabel a “Católica” que em 1489 consegue pela bula do papa Inocêncio VIII “Inter Universa” criar formalmente o Mosteiro da Conceição. Será um pouco mais tarde que o Papa Júlio III aprovará a “Regra Concepcionista – nascia assim a Ordem da Imaculada Conceição de Maria” a única ordem religiosa do mundo fundada por um português, neste caso uma Portuguesa. Será somente a 3 de outubro de 1976 na Praça de S. Pedro que o papa Paulo VI anuncia oficialmente a canonização da Campomaiorense Santa Beatriz da Silva e Meneses.

À guisa de comentário final:

A Pandemia do SARS-COV-2 e o conseqüente confinamento também tem, felizmente, destas coisas. Irá de aqui a uns dias fazer um ano que os autores, após a saída do Caderno Terras Quentes nº 15, dedicado ao aprofundamento de questões sobre o Martim Gonçalves de Macedo e a batalha de Aljubarrota e também uma nova abordagem sobre os caretos de Podence, numa troca de ideias sobre o rumo a tomar e, tendo em conta, a intransigência dos poderes locais em colaborar com a nossa instituição, Associação Terras Quentes, perguntámo-nos o que fazer? E a resposta saiu de imediato, trabalhar para sair o número 16 dos Cadernos Terras Quentes – de referir que todos os colaboradores desta “revista nº 16” são sócios da Associação e que, mesmo sem quaisquer ajudas financeiras ela ira para as bancas e, como é nosso hábito, colocada mais tarde, *on-line* no nosso site www.terrasquentes.pt.

Começou-se, então, a pensar nas temáticas a incluir no presente caderno Terras Quentes, o que há-de ser?!

– “Ó Carlos, a Fraga dos Corvos tem que ser, nunca falhou não é agora que vai falhar, temos que escrever sobre a última campanha de escavações e a última intervenção técnica, fala-se com a Elsa e anda-se para a frente”

– “Mas “Prof” isso não dá para um caderno...”

– “Arranja-te...”

– “Bom, eu tenho uma releitura de peças da Terronha de Pinhovel, sobre apetrechos de cavalos que irá fortalecer, por certo, o enriquecimento do arqueossítio,

¹³⁵ Borges, Alexandre, *Histórias secretas de Reis Portugueses*, 2ª edição, casa das letras 2012, Lisboa, pág. 109.

e caminharmos para a/ou uma das principais centralidades dos nossos antepassados Zelas em Macedo de Cavaleiros! Até porque ter um cavalo naquela época não era para todos.” Isto, dizia-me um amigo (que vem citado no artigo da Terronha deste caderno “Um cavalo naquela época e posteriores trocava-se por 260 mulas! (os de sangue árabe eram mais caros)”.

– “Mas preciso de alguém que perceba de cavalos!”

– “Isso resolve-se” disse logo o Miguel. “Tenho muitos Lusitanos lá na quinta e “nasci” no meio deles. Sabem o que retenho das minhas últimas leituras de há 20 anos para cá é que esta região (Macedo de Cavaleiros), nunca foi assim tão despovoada. Hoje há 65 localidades, mas nos séculos XII/XIII havia muitas mais. E se investigássemos sobre o que seria o povoamento de então, ou mesmo sobre uma pequena história sobre uma povoação desaparecida?”

– “E eram tantas, penso que talvez o dobro, senão mais do que são hoje. Isto devia ser da responsabilidade de um autóctone local, não é Manel!? Bom, eu tenho uma “faceta secreta” para contar e mais não digo por agora, mas contem com isso”.

Mas... continua-nos a faltar um tema de fundo que trouxesse alguma novidade histórica de grande valor ao Concelho, ou mesmo à região transmontana e porque não ao País! – Todos sabemos que a formação de Portugal passou por aqui e logo para dar os primeiros passos, o nosso Portugal, também teve de contar e muito com esta região transmontana. Mais para o sul, eles andavam mais ocupados com os descendentes de Agar. Nós por cá, (da linha do rio Douro para cima) lá nos íamos entretendo com leoneses, castelhanos e quejandos. Então, talvez não fosse má ideia, investigarmos a verdadeira importância que os transmontanos e, já agora, Macedo de Cavaleiros (já que trabalhamos (investigamos a sua história) para ele, Município, há mais vinte anos) teve a ver com o pré (antes do condado Portucalense) e o início da nossa Nacionalidade. E assim foi.

As tentativas de nome para o artigo iam mudando à medida que as escavações na documentação iam avançando e algumas, também, no terreno, feitas em passado recente. Até que nos fixamos num título “A Ordem dos Cavaleiros do Templo no Nordeste Português e com um Subtítulo – “Macedo de Cavaleiros, um Concelho Templário”.

– Sem ponto de interrogação?

– Sim.

Postas as mãos na massa, ou melhor começando a ler reler procurar documentação disponível, apontamentos antigos pessoais, experiências próprias lá fomos os três voluntários fazendo o caminho, caminhando.

Mas porquê a “Ordem dos Templários”? Ordem criada em Jerusalém no rescaldo da primeira cruzada em 1096, Hugo de Payens e mais uns amigos pensaram, seguir as pegadas dos muçulmanos quase dois séculos antes com as Ribat, criar uma ordem de cavaleiros-monásticos para defender o cristianismo (entre eles, supõem-se, dois Portugueses e André de Montbard tio de Bernardo de Claraval, (de quem

apresentámos uma extensa biografia) que foi Patrono da Ordem) e, em 1118 com o lema: “*Não para nós, Senhor, mas para a glória do teu Nome*” (*Non nobis, Domine, non nobis, sed Nomini tuo da gloriam*) criaram A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão (em latim: “*Pauperes commilitones Christi Templique Salomonici*”), conhecida como Cavaleiros Templários ou Ordem do Templo. Sendo que todos os seus membros obrigatoriamente faziam votos de pobreza, castidade, devoção e obediência e como foi dito, por influência de Bernardo de Claraval, no concílio de Troyes em 13 de janeiro de 1129 e reconhecida, mas por Bula Papal “*Omne datum optimum*” de 29 de março de 1139 assinada pelo Papa Inocêncio II a ordem é reconhecida oficialmente. Mas por que razão a Ordem é aceite por D. Teresa “Condado Portucalense”, 10 meses antes do concílio de Troyes? As prováveis respostas já foram retro ditas.

A Ordem é extinta, como já vimos em 22 de março de 1312 pela bula “*Vox Clamantis*” pelo Papa Clemente V por pressão do Rei Filipe IV “O Belo”. Ou seja, teve uma existência de 183 anos. Mas Portugal (D. Dinis) lá se ia esquecendo das recomendações Papais e somente em 15 de março de 1319 com a bula “*Ad ae exquibus*” já assinada pelo Papa João XXII, era aprovada a - Ordo Militiae Jesus Christi – que herdou todos os bens da Ordem dos Templários – Enfim, como se diria em bom português: “Mudaram-se as moscas..., mas a ordem continuou”. Assim em Portugal a ordem com o nome dos Templários durou desde a primeira doação da D. Teresa nosso reconhecimento em 1124 (nome do primeiro Mestre D. Frei Guilherme Ricardo [Capêlo, 2008. p57] até 15 de março de 1319 durou 195 anos, ou seja, mais doze anos do que em França. Por cá tiveram sede na cidade de Braga (1125 a 1128 = 3 anos) Em Soure (1128 a 1147 = 19 anos); na cidade de Santarém (1147 a 1159 = 12 anos) na cidade de Tomar (desde 1160 a 1214 = 54 anos) e por fim na cidade de Castelo Branco de 1214 a 1319 = 105 anos). O estranho e misterioso é como é que uma Ordem dura tão pouco tempo, no máximo 195 anos, não chegando aos dois séculos e deixou atrás de si tanto desconhecimento sobre si, tanto mistério. Pensamos que com o estudo que acabamos de publicar levantámos, mesmo pouco que fosse, um pouco do véu, para ser retirado um pouco do misticismo que envolve/eu a Ordem dos Templários.

Mas os contributos que a Ordem trouxe a Trás-os-Montes, para além da defesa do território foram enormes, desde logo o seu grande repovoamento, de uma região geograficamente difícil de estabelecimento societário (como ainda hoje sentimos na pele), mas porventura como o País era mais pequeno naquela altura e os colonos iam chegando, lá se iam estabelecendo, trazendo com eles as grandes novidades não só pelas linhas comerciais da Liga Hanseática, com pelos caminhos de regresso da Terra Santa. Sem dúvida que a história nos traz por vezes, o homem certo no tempo certo no lugar certo, assim aconteceu com o Macedense Martim Gonçalves de Macedo na Batalha de Aljubarrota, como também aconteceu com a linhagem dos Braganções, mormente com Fernão Mendes II “O Bravo” a quem Portugal muito deve e não pode ser esquecido. Só um homem com aquela têmpera (como relata a documentação)

seria capaz de fazer o que fez e ter a visão necessária de pedir ajuda a quem devia à Ordem dos Templários.

Dizemos e provamos que os transmontanos nos finais do século XII e inícios do século XIII, estavam na vanguarda das inovações tecnológicas no respeitante a armamento e a táticas de guerra não só em relação ao resto do País como a toda a Europa.

Mas as descobertas para o Concelho de Macedo iniciam-se quase de imediato quando damos conta de duas notícias, porventura as mais antigas em documentação, uma datada de 1110 e outra de 1155, pelas piores razões, mas são notícias sobre Macedenses que constam “*in Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*”

As descobertas para o concelho, hoje, Macedo de Cavaleiros, acerca do relacionamento com a Ordem dos Templários são enormes. Pudemos ler na *Quarta Parte da Monarchia Lusitana*, pela mão do Frei António Brandão, Cronista-Mor do Reino e confirmado pelo mais que insuspeito historiador Alexandre Herculano na sua História de Portugal, tomo II 2ª edição de 1852 pp162 a 173 da existência do Castelo de Balsemão – as ruínas (torre e pano de muralha) continuam lá, para serem reabilitadas – publica-se também a escritura VI que foi exarada para apaziguar os ânimos entres o rei D. Afonso II e suas irmãs – nessa escritura também se devolve e entrega nas mãos as Terras de Ledra e de Lapaças (onde era contido todo o perímetro geográfico do, hoje, concelho de Macedo de Cavaleiros) à guarda da Ordem do Templo.

Apresentamos pela primeira vez no país uma tipologia e metodologia classificativa sobre as ponteiras de setas utilizadas entre o século IX e XV e a sua utilização. Por vezes também há que lembrar as estórias que contam para a história. Assim também demos algum destaque ao Pai, português da Ordem dos Templários, apesar de D. Afonso Henriques também ser irmão Templário, D. Dinis soube sempre protegê-los contra o grande poder do resto da Cristandade e poder Papal. Por fim, para além de ser entregue a Ordem dos Templários para além do Castelo de Balsemão/Balsemão (como queiram) todo o território que compunha as Terras de Ledra e Lapaças, demos também a conhecer 17 freguesias/localidades, ainda hoje existentes, no Concelho onde de facto e de jure a Ordem dos Templários tinha bens de raiz.

E terminamos com duas certezas a existência de dois tesouros, um real, os marianos de Balsemão o outro que se divide entre o mito (que também pode ser um tesouro, mais que não seja de encapotada e importante informação) e a realidade, dependendo da imaginação de cada um. Nós limitámo-nos a conjeturar um dos seus possíveis destinos: Portugal, e porque não Trás-os-Montes. “HIP! HIP! HURRAJ...” (era o grito de guerra dos Templários, em combate, mas isso, iremos desvendar, possivelmente, no próximo número).

Bibliografia

Alves, Francisco Manuel, Abade de Baçal – Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança, Tomo I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII. Edição Câmara Municipal de Bragança, 2000, Bragança.

Amaral, Diogo Freitas do – D. Afonso III, O Bolonhês (1212-1279) – Um grande homem de Estado. Bertrand Editora, 2015, Lisboa.

Andrade, Amélia Aguiar - Luís Krus e as inquirições régias medievais: percurso através de uma reflexão inovadora. Comunicação apresentada em 2007 no colóquio internacional “Inquirir na Idade Média”, espaços e protagonistas e poderes, séculos XII-XIV – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 14 e 15 de dezembro, 2007, Lisboa.

Argote, D. Jerónimo Contador de; - Memórias para a história eclesiástica do arcebispado de Braga. Tomo segundo, Officina de Joseph António da Sylva, 1734, Lisboa.

Armas, Duarte, Livro das Fortalezas, Fac-Simile do MS da casa forte do arquivo Nacional da Torre do Tombo, Patrocínio da Academia Portuguesa de História, 1997, Lisboa.

Baêna, Miguel Sanches e Loução, Paulo Alexandre (Coord) – Grandes enigmas da história de Portugal, Vol.1 – da pré-história ao século XV. Edições Esquilo, Lda, 2009, Lisboa.

Baêna, Visconde de Sanches de; Archivo Heraldico-Genealogico, Typographia Universal, 1872, Lisboa.

Balsemão, Convento, Centro Cultural de Balsemão dos Marianos da Imaculada Conceição – Actas, Frei Casimiro: Memória de Profecia, Celebração do 250º aniversário – VII Jornadas Culturais; Balsemão 16 a 18 de agosto 2005.

Barbosa, Pedro Gomes; A Fronteira na Idade Média. O caso de Trás-os-Montes, Notas para um estudo em preparação, Caderno Terras Quentes, nº 1, Associação Terras Quentes, 2004, Macedo de Cavaleiros. Pág. 109 a 127.

Barbosa, Pedro Gomes; Reconquista Cristã - nas origens de Portugal séculos IX a XII, Esquilo edições multimédia, 2008, Lisboa.

Barbosa, Pedro Gomes; Vitor Palma, Carla Varela e outros – D. Dinis - Actas dos encontros sobre D. Dinis em Odivelas; - Edições Colibri, Câmara Municipal de Odivelas, 2011, Odivelas.

Barbosa, Pedro Gomes – Sistemas Defensivos de Fronteira, na “Reconquista” (Séculos IX-Início do XII) – Separata das actas do VIII Colóquio “Preparação e Formação Militar em Portugal, 1997. s/l.

Barroca, Mário Jorge, A Arquitectura Militar Portuguesa no Tempo de D. Afonso Henriques in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp125 a 158 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.

Barros, Henrique da Gama; - História da Administração Pública em Portugal, nos séculos, XII a XV, tomo I, Imprensa Nacional, 1885, Lisboa.

Barros, Henrique da Gama; - História da Administração Pública em Portugal, nos séculos, XII a XV, tomo II, Imprensa Nacional, 1896, Lisboa.

Becker, James – O Tesouro secreto dos Templários, Edição Clube do Autor, setembro 2020, Lisboa.

Blasco Vallés, Almudena, e Costa, Ricardo (Coord.) A Idade média e as cruzadas/ISSN 11676-5818

Borges, Alexandre; Histórias secretas de reis portugueses, casa das letras, 2012, Lisboa.

Branco, Manoel Bernardo e Castro, João Bautista; - Mappa de Portugal Antigo e Moderno, tipographia Panorama, 1870, Lisboa

Branco, Maria João Violante – Poder Real e Eclesiásticos. A Evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II, Volume I Tese de doutoramento em História Medieval, Universidade Aberta, 1999, Lisboa

Branco, Maria João Violante – Poder Real e Eclesiásticos. A Evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II, Volume II Tese de doutoramento em História Medieval, Universidade Aberta, 1999, Lisboa

Brandão, Doutor Frei António (cronista mor de Portugal) Monarchia Lusitana, Terceira parte, de D. Henrique ao fim do reinado de D. Afonso Henriques, impressa no Mosteiro de S. Bernardo, 1631, Lisboa.

Brandão, Doutor Frei António (cronista mor de Portugal) – Quarta Parte Monarchia Lusitana, que contem a história de Portugal desde o tempo d’el-rei d. Sancho I até todo o reinado de D. Afonso III; impressa no Mosteiro de S. Bernardo, 1632, Lisboa.

Brandão, Doutor Fr. Francisco, Quinta parte da Monarchia Lusitana; Primeiros 23 anos del Rei D. Dinis, Officina de Paulo Crasesbeeck, 1650, Lisboa

Brandão, Doutor Fr. Francisco, Quinta parte da Monarchia Lusitana; Últimos 23 anos del Rei D. Dinis, Officina de Ioam da Costa, 1672, Lisboa.

Comnena, Anna – The Alexiad, Translated by Elizabeth A. A. Dawes, Byzantine Series, Cambridge, 2000, Ontario.

Campos, Maria Amélia Álvaro de – Aspectos da presença eclesiástica em terras de Seia, (inquirições Gerais de 1258), Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2007, Coimbra.

Capêlo, José Manuel – Portugal Templário, a presença templária em Portugal. Edições Zéfiro, Sintra, 2008 Portugal.

Cardoso, Pd. Luiz; Dicionário Geographico ou noticia histórica. Tomo I, Officina Sylviana, 1747, Lisboa

Cardoso, Pd. Luiz; Dicionário Geographico ou noticia histórica. Tomo II, Officina Sylviana, 1751, Lisboa

Cardoso, Manuel de Sousa – Subsídios para a História da região de Macedo de Cavaleiros, Lapaças e Ledra, Edição do Autor, 1992, Macedo de Cavaleiros.

Cardoso, Manuel de Sousa – Macedo de Cavaleiros, Rua a Rua, Editora Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Imprensa Minerva Transmontana, Tipo. Lda, setembro de 2005, Macedo de Cavaleiros.

Carvalho, Sérgio Luís de – Portugal na Idade Média – Uma viagem pelos primeiros 400 anos da nossa História – Clube do autor, outubro de 2020, Lisboa

Conceição, Rúben Filipe Teixeira da – “Quo Vadis?": Pelos caminhos de Entre-Cávado-e-Minho, nas inquirições gerais de 1258. In *Omni Tempore*; atas dos encontros da Primavera, 2018, FLUP, Porto.

Conde, Manuel Sílvio Alves, Casas e espaços habitacionais no tempo de D. Afonso Henriques: O que sabemos e o que gostaríamos de saber sobre a casa no período da formação de Portugal in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp159 a 193; Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.

Costa, P. António Carvalho; - Corografia Portugueza e Descrição Topografica do famoso reino de Portugal, Tomo Primeiro, Impresso na oficina Valentim da Costa Deslandes, 1706, Lisboa.

Costa, P. António Carvalho; - Corografia Portugueza e Descrição Topografica do famoso reino de Portugal, Tomo Segundo, Impresso na oficina Valentim da Costa Deslandes, 1708, Lisboa

Costa, Avelino de Jesus – Os mais antigos documentos escritos em Português: revisão de um problema histórico-linguístico, In estudos da cronologia Diplomática; Transcrição do testamento de D. Afonso II. 1214-06-27; Torre do Tombo, Mitra Arquiepiscopal de Braga, maço 1 nº 48, 2014, Coimbra

Costa, Paula Pinto – Templários no Condado Portucalense antes do reconhecimento formal da ordem; O caso de Braga no início do século XII, Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, Volume XII, pp231-243, Porto, 2013.

Cristo, Ordem; - Deffiniçoens & Estatutos dos Cavalleyros, e Freires da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, com a História da Origem & Princípio della – Oferecidos ao muy alto e poderoso Rey D. João V. Impresso Officina Pascoal da Silva, 1717, Lisboa.

Crónica Geral de Espanha - Vol. III Edição I.N.C.M. S/d Lisboa

Farias, Lis Madeira, O Traje e a Moda feminina na arte em Portugal nos séculos XIV e XV: Características e representações, dissertação de Mestrado apresentado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2017, Coimbra.

Faure, Francisco G.C. Líbano Monteiro, Viajar no tempo de D. Afonso Henriques, vias e pontes no território Vimaranesense, in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.

Fernandes, Carla Varela, Com a espada e a cruz a Imagem de D. Afonso Henriques na escultura medieval Portuguesa, in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp77 a 89 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.

Fernandes, Maria Cristina Ribeiro de Sousa; A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção) Edição Policopiada da tese de doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 2009.

Fernandes, Paulo Almeida, Uma nova arte para um novo reino in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp91 a 123 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.

Fernando, A. De Almeida; Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas, C.M. Arouca, 1997, Arouca.

Ferreira, Sérgio Carlos, Preços e salários em Portugal na Baixa Idade Média; Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, Porto.

Gomes, Paulo Dordio – O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto Douro, in revista arqueologia medieval, nº 2 (1993), Porto.

Gradíssimo, António Elias; Macedo de Cavaleiros na Idade Média: A Região, as famílias e os homens (Século XIII a 1325), Cadernos Terras Quentes, nº 12, Associação Terras Quentes, 2015, Macedo de Cavaleiros, Pág 57 a 186.

Guzmán, Delia Steinberg – El Ideal Secreto de los Templários, Editora N.A. 2015, Pizarro, 19 Madrid.

Herculano, Alexandre – História de Portugal, Tomo I, História de Portugal, Casa da Viúva Bertrand & Filhos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1853

Herculano, Alexandre – História de Portugal, Tomo II, História de Portugal, Casa da Viúva Bertrand & Filhos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1854

Herculano, Alexandre – História de Portugal, Tomo III, História de Portugal, Casa da Viúva Bertrand & Filhos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1858

Herculano, Alexandre – História de Portugal IV-Livro 1185-1211Ulmeiro, Livraria e Distribuidora, 1983, Lisboa.

Iesvus, Frei Raphael; - Monarquia Lusitana, parte sétima, contem a vida del Rei D. Afonso IV o Bravo. Impressor António Craesbeeck de Melo, 1683, Lisboa.

Leão, Duarte Nunes – Primeira parte das chronicas dos reis de Portugal, Impresso por Pedro Crasbeeck, 1600 Lisboa.

Leão, Duarte Nunes – Descrição do reino de Portugal, impresso com licença de Iorge Rodriguez, 1619, Lisboa.

Lemos, Ana – Vestir no tempo de D. Afonso Henriques; in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp279 a 301 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.

Lobo, António da Costa – História da Sociedade em Portugal no século XV (população, aspecto geral do se estado social, pesos e medidas, moeda os haveres individuais), imprensa nacional, 1903, Lisboa.

Lopes, Fernão, Crónica de D. Pedro, emissão Imprensa Nacional Casa da Moeda, s/d Lisboa.

Luter, Martin – Bernardus Redivivus, s/l, 2007

Marques, André Evangelista; A Organização do espaço rural no tempo de D. Afonso Henriques: A morfologia do casal entre os textos e as materialidades, in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp195 a 227 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.

Marques, Daniel Filipe da Costa, Usurpação de direitos, foros e outras formas das Inquirições de 1258. Dissertação de Mestrado apresentado â Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019, Porto.

Marques José, A Igreja no Tempo de Afonso Henriques; Alguns aspectos, in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp27 a 69 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.

Marques, Maria Alegria Fernandes, A alimentação no tempo de D. Afonso Henriques, in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp247 a 278 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.

Mattoso, José, Entre Oriente e Ocidente. Contactos de Portugal com o Mundo nas origens da Nacionalidade, in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp11 a 25 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.

Mendes, Carlos Alberto Santos – Macedo de Cavaleiros, cultura património e Turismo, contributos para um programa integrado, edição Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, 2005, Macedo de Cavaleiros.

Mendes, Carlos Alberto Santos – Carta arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros, Caderno Terras Quentes, nº 2, pp 5 a 52 Associação Terras Quentes, 2005, Macedo de Cavaleiros.

Mendes, Carlos Alberto Santos – Traçado da estrada romana [Via XVII, Braga- Astorga] existente no concelho de Macedo de Cavaleiros, Caderno Terras Quentes, nº 2 –, Associação Terras Quentes, 2006, Macedo de Cavaleiros.

Moraes, Fr. Fernando de (Prior Geral); Deffiniçoens, & Estatutos dos Cavalleyros, e Freyres da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo, com a história da origem & princípios della oferecidos ao muyto alto, e poderoso rey D. João V, nosso senhor- Officina de Pascoal da Sylva, impressor de sua Magestade 1717 –

Mattoso, José; Identificação de um País, ensaio sobre as origens de Portugal – 1096-1325 – I-Oposição, 5ª edição Editorial Estampa, 1995, Lisboa.

Mellado, Lorenzo Luis Padilla – Centros religiosos rurales musulmanes: Las Rábitas del Valle de Lecrín – Sharq al-andalus, 2011 Universidade de Granada, Granada, pp483-506.

Morais, Cristóvão Alão de, Publicado por Vasconcelos, António P. de Miranda; Cruz, António Augusto Ferreira da, Freitas, Eugenio Andtréa da Cunha e; - Pedatura Lusitana, Tomo II volume I, Livraria Fernando Machado, 1699, Porto.

Oliveira, Luiz da Silva Pereira; - Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal, Impresso Officina de João Rodrigues Neves, 1806, Lisboa.

Peres, Damião – Como nasceu Portugal, Vertente, 1992, Porto.

Pires, Pd Basileu MIC – Venerável Frei Casimiro, Testemunhos daqueles que o conheceram. 2ª edição, Edições Marianos da Imaculada Conceição, Rua de S. Paulo, 2, 2005, Fátima.

Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor. – O Regime Senhorial na Fronteira do Nordeste Português, Alto Douro e Riba Côa. (Séculos XI a XIII) Revista Hispânia (Revista espanhola de História) 2007 vol. LXVII, número 227, Porto, 2007.

Santos, Manuel; - Alcobaça Illustrada, primeira parte, Ordem de S. Bernardo, Imprensa oficina de Bento Sêco Ferreira, 1710, Coimbra.

Santos, Maria José Azevedo, O papel da escrita no tempo de D. Afonso Henriques, in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp229 a 246 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.

Saraiva, Anísio Miguel de Sousa e Morujão, Maria do Rosário Barbosa (Coord) – O Clero Secular Medieval e as suas Catedrais, novas perspectivas e abordagens, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2014, Lisboa

Silva, Jorge Henrique Pais da Silva; Pretérito Presente, para uma teoria da preservação do Património Histórico-Artístico – Edições Colibri, junho de 2020, Lisboa.

Sinoué, Gilbert de – Le Livre des Sagesses d’Orient, Editions 1, 2000, Paris.

Sousa, Fr. João de; - Documentos Arábicos, para a história Portuguesa;, Officina da Academia Real daa Sciencias, 1790.

Sousa, Manuel Faria Y; - Epitome de las Histórias Portuguesas, dividida em quatro partes, impressor y Mercador de Libros, Brusselas, 1677.

Sousa, Manuel Faria Y; - Europa Portuguesa, 2ª Edição, Tomo II, Impressor real, António Craesbeeck de Melo, 1679, Lisboa.

Sanches, Francisco Franco – Espiritualidad y defensa al serviço de la comunidade muçulmana de al-Andaluz. Las rábitas en Portugal, monografia, Hesperia, Culturas del Mediterráneo, Alicante, maio 2012.

Sanches, Francisco Franco – La economia de las rábitas, estudos interdisciplinares. Ajuntament de Sant Carles de la Rápita, Universidade d’alacant, 2004, Alicante

Sanches, Francisco Franco – Rábitas y Al-Monastir(es) en el Norte i levante de la Península de Al-Andaluz, Universidade d’alacant, 2004, Alicante.

Santalha, José-Martinho Montero. -**Alfonso X, El Sabio** – Cantigas de Santa Maria (5) (PDF) 189 cantigas de Santa Maria (edição digital) [2004] Academia.edu

Torres, Cláudio, As Terras do sul muçulmano, in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp71 a 75 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.

Vaz, Maria Máxima – Por terras de El Rei D. Dinis, Chiado Books, edição 2016, Lisboa

Ventura, Leontina – Chancelaria de D. Afonso III – UC- FLUC, Coimbra, 2011, Coimbra.

Vicente, António Balcão – Macedo de Cavaleiros, Da Terra de Lapaças ao Concelho; Os forais e a sua época. Editora Ancora, novembro de 2004, Lisboa.

Vicente, Maria da Graça Antunes Silvestre – Entre o Zêzere e Tejo Propriedade e Povoamento (Séculos XII-XIV) Volume I, Tese de doutoramento em História Medieval, FLUL, 2013, Lisboa

Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de; Elucidário, Livraria Civilização, impresso na editora do Minho, Barcelos, 1993, Porto.

Edições electrónicas.

E-book Matoso, José. Livro de Linhagens do Dião, LL37B2, edições Wook, s/d Porto

Ordem dos Templários – Wikipédia a enciclopédia livre (wikipedia.org)

25 de março: o Ano Novo Florentino - Guia Brasileira em Florença (guiaflorenca.net)

Santos da Arquidiocese de Évora (santosdaarquidiocesedeavora.blogspot.com)

<https://al-rabita.webnode.pt/historia-e-cultura/>

O Tesouro dos Templários (conventocristo.gov.pt)

O tesouro dos templários existe? - Estudo Prático (estudopratico.com.br)

Como era aparência do real, primeira moeda portuguesa? - Quora

Bernardo de Claraval – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org)

Ipse dixit – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org)

Livro das Aves - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq (arquivos.pt)

www.auditoresgallaecia.com.



A exumação de um filho do “vento Favónio” – Terronha de Pinhovel -Sector “A” U.E.9.

“Os Filhos do Vento” da Terronha de Pinhovelo - Macedo de Cavaleiros

Carlos Santos Mendes*

Miguel Sanches de Baêna**

“Consta que próximo do ópido de Olisipo e do rio Tejo, na Lusitânia, as éguas viradas para a brisa do favónio recebem um sopro fecundante e deste modo se gera uma cria muito veloz.”

[GUERRA 1995] Plínio-o-Velho

Após uma releitura aos materiais metálicos exumados no arqueossítio da Terronha de Pinhovelo, nas intervenções arqueológicas realizadas entre os anos de 2004 e 2006, abalançámo-nos na elaboração deste artigo, dada a importância, pensamos nós, que essa coleção poderá ter para o avanço dos conhecimentos sobre o impacto social e militar, sobre o quotidiano da etnia “Zoela” (povo Asture). Aliás Plínio-o-Velho refere-se em 19,10, a este povo dizendo: *“Non dudum exe adem Hispania Zoelicum uenti in Italiam “linum” plagis utilissimum.”* – “Há pouco que também chega dessa Hispânia Citerior à Itália o linho Zela, especialmente adequado para as redes de caça”.

Como também para o estudo da sua centralização nos parece ser de grande importância, ancorados na existência que tais peças nos podem transmitir. Está em questão, onde seria a centralidade deste povo Zela? Amílcar Guerra [Guerra, 1995] fala-nos dessa centralidade referindo-se aos dados da epigrafia (ara descoberta em Castro de Avelãs dedicada ao Deus indígena Aernus, dizendo, todavia, que esta evidência não é probatória – Das epígrafes oriundas do Concelho de Macedo de Cavaleiros, contam-se a ara votiva dedicada ao Deus Aernus, de Malta freguesia dos Olmos, um exemplar de natureza funerária de Grijó Vale Benfeito, três da casa dos Correia Araújo (Solar dos Sarmentos) e uma da Terronha de Pinhovelo, todas estas na freguesia de Amendoeira).

Note-se que das seis epígrafes conhecidas no Concelho, apenas duas são de carácter votivo [Barranhão. Tereso, 2006 p11] referindo-se à epígrafe recolhida no solar dos Sarmentos em Pinhovelo e à epígrafe encontrada em Malta dedicada ao Deus Aerno. Os mesmos autores [Barranhão. Tereso, 2006 a pág 28 e 29] afirmam: *“Face à bibliografia disponível parece claro que o povoado da Terronha de Pinhovelo*

* Licenciado em História e Arqueologia e Mestre em História Regional e Local, Presidente e investigador da Associação de Defesa do Património “Terras Quentes” e investigador da Uniarq (Unidade de arqueologia da faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

** Doutorado em História, Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa, Investigador da Associação Terras Quentes, Perito em História militar, Diplomata de carreira na disponibilidade de serviço. Conselheiro técnico para a parte histórica de vários filmes notáveis; a exemplo “Non, ou A Vã Glória de Mandar” de Manuel de Oliveira, 1990; Braveheart realizado por Mel Gibson, 1995, Linhas de Wellington 2012 produção Franco/Portuguesa de Raoul Ruiz.

encontrar-se-ia inserido no território do povo Zoelae. Como foi já referido, de acordo com as hipóteses teóricas de delimitação das fronteiras, o povoado aqui analisado localizar-se-ia perto da extremidade Sul do território. A posição de controlo que detém sobre a depressão de Macedo, em conjunto com a Fraga dos Corvos e outras elevações nas quais a tradição popular situa “construções antigas” e “casas redondas” (contextos ainda não averiguados no terreno), seria de grande importância a nível geoestratégico. Tendo em conta o presumível carácter bélico destas populações e a existência de frequentes conflitos territoriais em tempos pré-romanos” e romanos no domínio sobre esta zona natural de passagem (e de entrada no território Zoela). Assim este povoado da Terronha de Pinhovel poderá ter sido crucial.

Só se poderá avançar no conhecimento através das evidências materiais/arqueológicas e, é isso, que este artigo pretende fazer, contribuir de forma singela para a evolução do estado dos conhecimentos deste arqueossítio.

Evidências materiais:

Na campanha 7/2009 realizada no arqueossítio da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros) povoado da Idade do Bronze, a equipa liderada por Senna-Martinez exumou um fragmento de pendente, em talcoxisto polido, com a cabeça de um cavalo gravada no anverso (inventário 2699).



Fragmento de Pendente com cabeça de cavalo gravado em talcoxisto
(Museu Municipal de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo. Foto: Vítor Gonçalves)

Martinez e Cardoso no seu artigo - *A horse! A horse! My Kingdom for a horse* – Dizem-nos:

“Parece-nos que o animal em questão, aparentemente um cavalo, poderá tratar-se de um cavalo selvagem capturado. A crina ereta com que está nitidamente inscrito é típica de um cavalo selvagem (garrano). Foi a domesticação que fez aparecer os cavalos com crinas pendentes.

Por outro lado, apresenta um conjunto de linhas gravadas em sobreposição à cabeça que podem figurar um equipamento de sujeição algo semelhante aos arreios de uma cabeçada. Tal permite supor que se tratará de um exemplar capturado a manadas

que se encontrariam em deambulação livre por estas terras, eventualmente em processo de domesticação”.

A existência de tais manadas selvagens, hoje reduzidas ao núcleo de Garranos do Gerês, tem correspondência nalguns topónimos sobreviventes na região de Macedo de Cavaleiros” (Mendes, 2005: 684, 708): Vale de Zebro, Vale de Cavalinhos, Vale de Asnes, Lamas de Cavalo, Vale da Égua, Fraga do Cavalo, Carreira do Cavalo, Poço do Cavalo, Patas do Cavalo.

Por outro lado, investigação recente sugere fortemente uma domesticação local e muito antiga do cavalo na Península Ibérica (Oom e Cothran, 1996), com clara continuidade de utilização até ao chamado cavalo "Lusitano" (Lira, et alli. 2010: 76).

Acresce que a presença do cavalo como montada no "mundo argárico" da primeira Idade do Bronze (Ayala Juan e Jiménez Lorente, 1997-98) torna igualmente possível tal presença no Noroeste Peninsular. Tanto mais que outras evidências sugerem que a manipulação de equinos na Península Ibérica possa remontar ao Calcolítico (Driesch e Boessneck, 1981) ou mesmo a momentos anteriores (Ayala Juan e Jiménez Lorente, 1997-98: 35)”. (MARTINEZ. CARDOSO, pp. 41). E, mais à frente, os mesmos autores concluem: “Como integrar neste conjunto o pendente gravado com a cabeça de cavalo? Se este, como montada, reflete a nova simbólica andriarcal, parece-nos possível pensar que a sua presença iconográfica num objeto que pode ter tido um uso feminino não destoaria, pelo contrário, por exemplo na "companheira" do possuidor de tal montada. Qual símbolo de poder viril, "fecundador"?”



Garrano azebreado (Fonte: raças cavalos selvagens azebreados - Bing images)

Para além dos topónimos referentes há existência de gado cavalar “selvagem” acima referenciados, temos que o original do cavalo garrano, apresentava, por vezes, um listado negro daí o “cavalo zebra” e aqui também temos representação toponímica no concelho de Macedo de Cavaleiros, a exemplo Zebra e Zebrainho.

E continuam os autores: “Deste modo, o imaginário ligado ao “herói” guerreiro, que dominará toda a Idade do Ferro, parece apresentar-se como forma desenvolvida a partir de protótipos antigos de que a evidência recolhida na Fraga dos Corvos constitui um precedente bastante sugerente”.

Avançando para a cronologia romana, Plínio diz-nos: *Consta que próximo do ópido de Olisipo e do rio Tejo, na Lusitânia, as éguas viradas para a brisa do favónio (vento Zéfiro, denominação dos gregos ao vento de poente) recebem um sopro fecundante e deste modo se gera uma cria muito veloz.* [Guerra, 1995], Plínio-o-velho e a Lusitânia, p37 – 8.166).

Muito se tem escrito sobre o período 155-138 a.C., período que corresponde no Ocidente peninsular às campanhas de “Viriato”. Mas...como teria sido possível a um povo composto de variadas tribos dispersas, sem coesão e sem treino militar de conjunto conseguir fazer frente à mais exuberante máquina de guerra, as legiões romanas? As tribos que no seu conjunto formavam a Lusitânia Antiga, concentravam-se no espaço geográfico entre o Douro e o Tejo, admitindo-se perfeitamente uma coexistência com tribos mais a norte como por exemplo os Banienses que chegariam ao Douro e os Zelas vizinhos destes. Outras tribos importantes coexistiam no Ocidente peninsular, mas não interessam de perto ao nosso estudo.

“No país do Vacua (Vouga) e do Munda (Mondego), situavam-se os Turduli Veteres, mencionados mais tarde por Plínio que refere Eburobritum, Collipo, Aeminium, Conimbriga e Talabriga, como algumas das mais importantes cidades deste povo. Ainda na mesma região, entre o Tejo e o Douro, Plínio menciona os Transcendanos, ou povos de Além-Côa e os Igeditanos (Egitânia, hoje Idanha-a-Velha).

A sul do Douro cita Plínio a tribo dos Paesuri (mais tarde denominados Paesures), dos Interumanenses, dos Talori, dos Arnui e dos Colerui.

Mesmo fora da Lusitânia propriamente dita, refere Octávio da Veiga Ferreira, mas na mesma época, «estavam outros grupos tribais, alguns dos quais aliavam-se por vezes com os lusitanos para se oporem ao invasor Romano».

No Cyneticum (Algarve) habitavam a tribo dos Censi ou Cempesi que faziam parte dos Conios, Cunetes ou Cynetes e os Ileates.

Na zona compreendida entre o Tejo e o Guadiana viviam os célticos. Mais a norte entre o Douro e a Galiza habitavam os Callaeci ou Calaicos. Do mesmo grupo étnico faziam parte os celtici, povos também de origem celta, mas diferentes dos celtas de entre-o-tejo-e-o-guadiana. Desses povos afamaram-se as tribos Grovii que se localizavam nos territórios de Entre-Douro-e-Minho, os Bracarii que viviam nas montanhas, os Leuni e os Seurbi.

Nas regiões montanhosas de Trás-os-Montes estavam as tribos dos Turodi, Zoelas, Banienses. E a norte do rio Minho, localizavam-se os Querqueri, os Lomieii, os Equoesi, os Beloerni, os Tamarsi, os Neri e os Arrotrebae.

Este mosaico multifacetado das tribos da “Lusitânia” e territórios adjacentes, está longe de estar completo, mas pode dar uma pálida ideia de unidade social da “Lusitânia” (Baêna, 2012 B, pp. 87/88).

A verdadeira superioridade das formações Lusitanas

Uma análise atenta à problemática das guerras Lusitano-Romanas, no tempo de Viriato, levou-nos a concluir serem três as razões de fundo que ditaram a superioridade das formações lusitanas:

- 1 - Muito bons cavalos e magníficos cavaleiros.
- 2 - Armamento diferente, altamente sofisticado.
- 3 - Uma nova tática de «guerra-relâmpago».

Vamos então, abordar cada um destes fatores comparando-os com as mesmas realidades nas legiões de Roma.

O Cavalo

Para compreendermos devidamente a importância que o cavalo assumiu nas campanhas de “Viriato”, temos de recuar no tempo quando as tribos celtas da Europa Central começaram a emigrar para a orla do mediterrâneo e para Ocidente.

Essas tribos, apesar de minoritárias, eram, contudo, poderosíssimas, mercê do facto de já possuírem armas de ferro tecnicamente muito avançadas (na altura a maioria das tribos ibéricas utilizavam ainda o bronze) mas sobretudo, pelos seus magníficos cavalos de guerra. A superioridade no armamento e os seus instintos de combatentes experimentados aliado a táticas de combate só possíveis, mercê das suas montadas treinadas para a guerra, concedeu-lhes uma superioridade tal, que rapidamente subjugarão os povos por onde passavam [Baêna 2012, pp. 87-90].



Cavaleiro Ibérico (baixo relevo do séc. IV a.C.) – Ossuna, Espanha
Caderno TQ nº 9 Baêna p80

Os Celtas possuíam um tipo de cavalo oriundo da Europa Central com uma envergadura acima da média dos equinos de então, muito robusto, mas de mobilidade reduzida, pelo que o seu manejo era de certo modo difícil. Isso implicava por um lado a

existência de arreios e ferros especiais que permitissem um total controlo da montada e por outro uma enorme destreza do cavaleiro para a dominar. Como os celtas já conheciam e trabalhavam habilmente o ferro, facilmente souberam criar engenhos de boca e arreios adaptados às mais difíceis circunstâncias. Dominavam em pleno o cavalo com freios, bridões e freios-bridões, conheciam já as ferraduras, utilizavam uma espora somente no calcanhar esquerdo, laboravam com grande habilidade o couro e criaram selas, algumas dela já anatomicamente, muito bem concebidos que permitiam uma enorme estabilidade e equilíbrio ao cavaleiro, numa época em que ainda não existiam estribos (que só fizeram a sua aparição no século VIII d.C.). Por isso, a eficácia do cavaleiro dependia da sua destreza, mas em grande parte do tipo de selas utilizadas. [Baêna, 2012A]

Há relativamente poucos anos, tivemos ocasião de apreciar o monumento a Júlio César em S. Remígio, no sul de França, no qual se pode ver bem um cavalo caído no meio de uma batalha, ostentando com nitidez a sua sela. Até então, esse cavalo devido à sua tipologia da sela era tido como uma montada romana. Tive ocasião de o estudar detidamente e hoje posso afirmar com alguma margem de segurança que se trata de um cavalo celta com a sua sela do século I a.C., cujo modelo iria servir de referência, sensivelmente um século mais tarde, para equipar a cavalaria romana. Aliás, os Romanos nunca exibiam os seus compatriotas sendo mortos nos monumentos triunfais e por isso o cavalo de S. Remígio nunca poderia ser romano.

Quando os celtas chegaram ao ocidente peninsular rapidamente se aperceberam da realidade da população equina ali existente. Nos contrafortes montanhosos do noroeste transmontano dominavam os garranos, cavalos pequenos, rústicos, de grande mobilidade, com uma incrível capacidade de sobrevivência em qualquer terreno, por mais inóspito que fosse [Baêna Caderno 9, pp. 89-91].



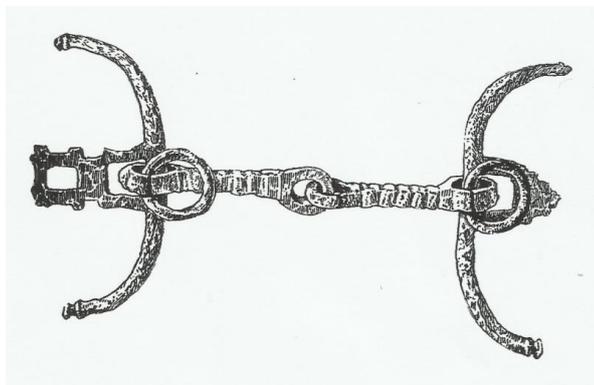
Estatueta em bronze de um cavaleiro ibérico com a caetra (séculos. III-IV a.C.).
In: Caderno TQ nº 9 Baêna, pp. 89.

Nas veigas do Mondego, Tejo e Sado dominavam os sorraias, raça bastante maior mais pesada que o garrano, mas também ela rústica e de grande mobilidade, génese longínqua do atual cavalo lusitano.

Do cruzamento das montadas celtas da Europa Central com o cavalo autóctone do ocidente peninsular iria nascer uma raça de cavalos celebrizados por Estrabão, por Plínio e por Possidónio, nascidos das “*éguas fecundadas pelo vento*”, como relata Sílio Itálico na Púnica. Tão respeitados e estimados eram esses cavalos que muitos deles foram honrados como divindades, sendo mesmo vários santuários (como o de Mula-Múrcia) erigido em sua honra, o que bem traduz o carácter quase divino em que o cavalo era tido.

Foi esse cavalo, magnificamente adaptado e treinado para a guerra que se constituiu com a espinha dorsal das famosas formações lusitanas.

Para entendermos devidamente o impacto que o cavalo da Lusitânia teve nas campanhas de Viriato, temos de falar também de cavalaria romana. Os Romanos eram por natureza maus cavaleiros. Montavam escarranchados sobre os rins do cavalo com rédeas muito longas o que, desde logo lhe retirava grande mobilidade. Só quem nunca montou a cavalo é que não se apercebe do equilíbrio que é necessário para, sem estribos, montar desta forma. Por isso a equitação era restrita à aristocracia que se treinava em numerosas escolas e se passeava ou saltava no campo de Marte. Por outras palavras: o cavalo não era tido como uma arma de guerra a considerar e por isso, os Romanos que foram os primeiros criar coudelarias especializadas nos diferentes fins, ignoraram o cavalo de combate. Desenvolveram coudelarias de cavalos de caça (*venaticus*), de tiro rápido (*itinerarius*), de tiro lento (*manus*), o cavalo de passeio (*gradarius ou ambulator*), o cavalo para viagens longas (*incitatus*), os trotadores (*concurssator ou succussator*, ou mesmo *cruciator* – o que mostra bem quão incómodo era para o cavaleiro romano aguentar um trote sem sela e sem estribos, os de cortesia (*cantherius*) e, naturalmente, os cavalos de corridas para os hipódromos (quadrigas).



Bridão – Descoberto em Alcácer do Sal (Museu Nacional de Arqueologia). A enorme superioridade militar dos Lusitanos residia nas suas táticas e na mobilidade da sua cavalaria. Para tal contribuíram largamente o avanço técnico dos seus arreios que lhe garantiam um total controlo sobre a montada.

Este modelo de bridão era de tal forma bem concebido que ainda hoje continua, inalterado, a ser utilizado em todo o mundo ocidental.

Todos estes tipos de cavalos, sobretudo os de corrida eram cuidadosamente criados e selecionados nas melhores coudelarias de Roma. Mas o cavalo de guerra (bellator equus) era relegado para um plano secundário. Se, por um lado, não havia a tradição da guerra a cavalo, por outro, os interesses de Roma focavam-se noutros sentidos mais rentáveis que não os da guerra. Talvez por isso as legiões romanas incorporassem tão pouca cavalaria e assentassem inicialmente sobre a infantaria pesada. Por outras palavras: a cavalaria era o elo mais fraco do exército romano. Na batalha de Pidna os Romanos tinham só seiscentos cavaleiros. Vinte e cinco anos mais tarde os romanos desistiriam completamente da sua cavalaria empregando em seu lugar contingentes de cavaleiros fornecidos e conduzidos por chefes locais.

O cavalo das tribos lusitanas era tido em grande estima e, por isso era, em circunstâncias normais, altamente decorado. Mas, em guerra, toda essa decoração lhe era retirada, ficando restrita ao essencial. Disso nos dão conta as numerosas esculturas e, sobretudo, as pinturas nos vasos de Líria, algumas das quais tive ocasião de estudar atentamente por as considerar as mais fidedignas representações do cavalo, do cavaleiro ibérico e dos seus adereços.

O treino que os povos Lusitanos davam aos seus cavalos e cavaleiros era intenso e cuidadoso. A montada estava treinada para se ajoelhar e aguardar em silêncio até ao sinal do cavaleiro, prática corrente na guerra de guerrilha, então em voga na Península Ibérica. Estrabão relata-nos que *“Os cavalos neste país são treinados a subir montanhas e a dobrar rapidamente os joelhos, dado um sinal, quando é preciso”* (DESERT e PEREIRA, 2017).

No combate em campo aberto, quando os cavaleiros saltavam para o chão para combater, as suas montadas esperavam-nos sem se mexerem. Cada cavalo tinha ao pescoço, fixo à cabeçada, um (sino) guizo, que permitia no meio da confusão da batalha o cavaleiro reconhecesse o seu cavalo pelo som do tilintar. Curiosamente esse guizo deve ter desempenhado um papel tão importante que raras são as representações em pinturas de cavaleiros ibéricos em que o guizo não tome um lugar de destaque.

Para terminarmos este subtítulo dedicado ao cavalo, por tudo o que foi dito desde tempo romano até a Baixa Idade Média o cavalo era um bem escasso, raro e extremamente raro. Só temos termos monetários comparativos do seu custo já ia baixa a Idade média. No trabalho de tese de mestrado em história Medieval na FLUP [FERREIRA, 2007 na página 138] diz-nos: *“Em 1437, era adquirido um cavalo por 3.000 reais (921grs). Comparando com a compra registada três anos antes, chega-se à conclusão de que o mesmo equivaleria, em valor, a mais de 260 mulas. Por sua vez, sabendo que, no mesmo ano, o mosteiro de Alcobaça pagava jornas de 25 reais a um mestre pedreiro e de 5 reais a um trabalhador da vinha, pode-se calcular em cerca de 240 e 1200, o número de dias de trabalho necessário para os referidos trabalhadores poderem, teoricamente, começar a pensar em realizar a compra de um cavalo”*. O mesmo autor dá-nos conta ainda que em 1461 um cavalo chegava ao preço de 6.000

reais e um cavalo mourisco novo e de grande qualidade chegava aos 9.000 reais. Nesta data o “recebedor do Concelho”, (funcionário público, já de alta categoria) neste caso, de Moncorvo ganhava um soldo mensal de 300 reais.

O Estribo

Nenhum dos cavaleiros Romanos usava estribos. Se fossem para uma batalha a cavalo, eles faziam-no apertando as montadas com as coxas e confiando na sorte. Nem Alexandre o Grande nem Júlio César usufruíram da estabilidade que os estribos conferem ao cavaleiro, e isto torna ainda mais espantoso o facto de Alexandre e a sua cavalaria terem conquistado vastas regiões, num total de três milhões e meio de quilómetros quadrados. O método utilizado pelos antigos cavaleiros gregos é descrito nos escritos de Xenofonte que aconselha o cavaleiro a manter-se de pé, direito, com as pernas ligeiramente afastadas, pois assim ele poderá agarrar-se mais firmemente ao cavalo com as coxas, e mantendo-se ereto, poderá arremessar o dardo... com mais força. A técnica de apertar com força, sem sela e sem estribos, significava que os antigos cavaleiros tinham que estar em admirável forma física e ser muito experientes, para se conservarem em cima das montadas durante a batalha. Esta técnica limitava consideravelmente as suas ações e também tornava o montar e desmontar rapidamente, muito mais difícil. Custa a compreender porque, de entre os muitos milhares de cavaleiros da antiguidade, não houve um único espírito inventivo que improvisasse uma espécie de sela de cabedal e uma extensão para apoio dos pés. Talvez fosse a rigidez do treino militar que o impedisse, e forçasse os antigos gregos e romanos a conquistar o mundo com prolongado desconforto. Então quem inventou os estribos? Peritos russos pensam que foram os citas, que viviam a norte dos gregos e que eram cavaleiros exímios. Artefactos antigos parecem representar cavalos com estribos, mas é difícil ter-se a certeza. E porque Alexandre obteve cavalos deles, parecem altamente improvável que não tenha explorado a sua descoberta. Mais para o Leste, num clima mais quente os cavaleiros andavam descalços, apareceu, cerca do ano 200 a.C. uma corda com laçada através da qual os cavaleiros empurravam o dedo grande do dedo do pé, como ajuda para montar. Este estribo de dedo do pé foi inventado na Índia antiga e é a esta civilização que aparentemente devemos esta simples, mas extremamente importante invenção. À medida que se tornou conhecida através da Ásia, a sua utilização estendeu-se às regiões mais frias, onde os cavaleiros usavam botas pesadas para manterem os pés quentes. Este calçado exigiu que o estribo para o dedo do pé fosse alargado para um estribo para o pé completo. Nesta nova forma melhorada, o estribo deu equilíbrio e estabilidade ao cavaleiro e tornou possível, pela primeira vez, que os guerreiros a cavalo utilizassem ambas as mãos simultaneamente para manejar as armas. Anteriormente, para se equilibrarem ao arremessar dardos ou lanças, os cavaleiros que apertavam os cavalos com as coxas tinham de se agarrar à crina com a mão livre. Agora, eles podiam atirar setas em

movimento e levar a cabo ataques mais demolidores sobre os seus infelizes inimigos. Um historiador militar afirmou que o estribo foi o desenvolvimento mais significativo do cavalo. No século VIII da nossa era, o estribo era utilizado em toda a Europa e a equitação do ocidente modificou-se para sempre. Juntamente com a sela melhorada, deu a todos os cavaleiros a possibilidade de se sentirem seguros em cima do cavalo, de usarem pesadas armaduras de proteção com relativa segurança, e de montarem a cavalo com facilidade, mesmo quando demasiado gordos e velhos para serem cavaleiros. Montar deixou de ser uma ocupação unicamente para atletas jovens. Podia ser praticada por indivíduos de todas as idades e condições, com ambas as mãos livres para qualquer ação que fosse necessária.



Estátua do imperador Marco Aurélio (no Museu Palatino, Roma), onde se verifica a ausência de sela, estribo e esporas. (Fotos: Cláudio Pereira, Elsa Luís)

Equipamento de sujeição caval ar exumado na Terronha de Pinhovelo:

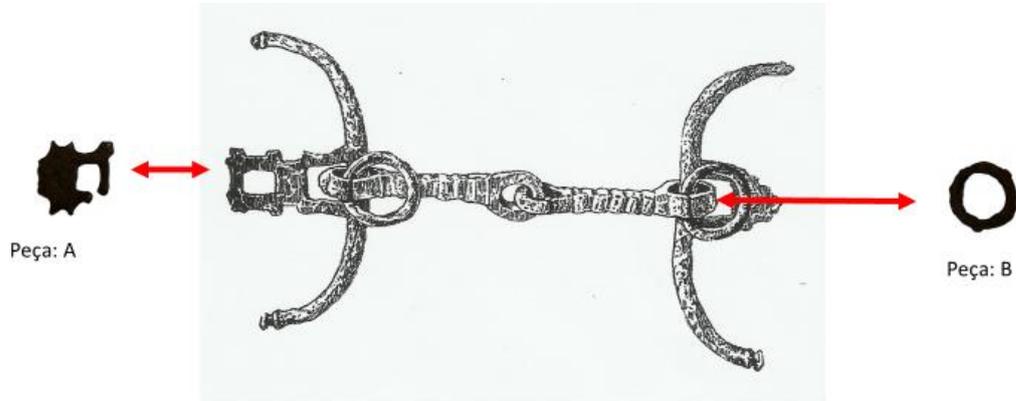
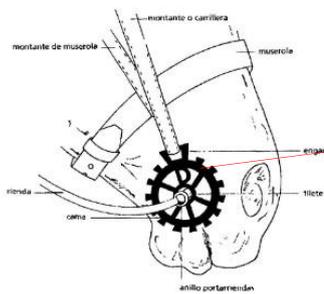


Imagem de bridão descoberto em Alcácer do Sal e que se encontra no MNA

Dois terminais de Bridão encontrados na Terronha de Pinhovelo.

Peça A: Campanha 2 de 2005 no Sector A - U.E. 3, Inv. 2880 (Em ambiente da Idade do ferro)

Peça B: Campanha 2 de 2005 no Sector B – U.E. 36, Inv. 2846 (Em ambiente romanizado)

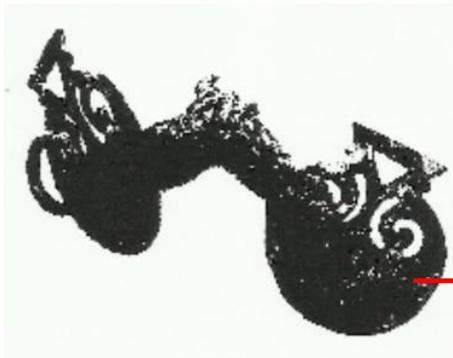


Cama de freio
Museu Episcopal de Vic Gerona



Fotos: [CARNA-GOSELA, pág 289]

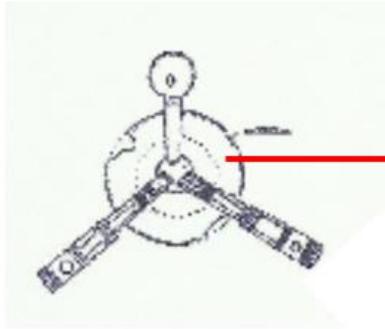
Uma das camas da articulação do freio de equideo.
Proveniência: Terronha Pinhovelo
Nº Inventário: 2871
[U.E. 38] sector "B"
Fev. 2005



Cama de Freio procedente de Veja Baja
Toledo – segundo P. de Palol 1972



Terronha Pinhovelo
Inv 2871
[U.E. 38] sector B
FEV/2005



Arreios de cavalo tumba 605 da necrópole de las Cogotas



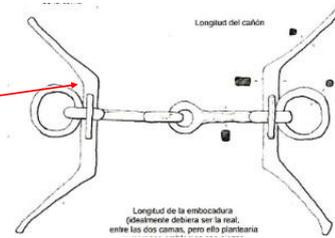
Terronha de Pinhovo
Inv: 2856
[U.E.36] Sector B
FEV2005



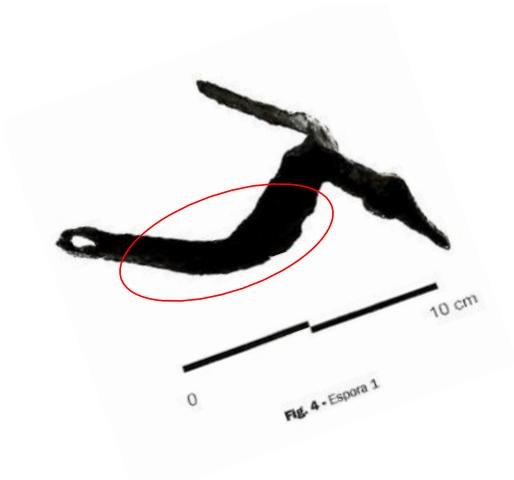
[SANZ, 2005; fig7 pág. 103]



Proveniência: Terronha Pinhovo
Inventário: 2890
[U.E. 38] Sector B – Fev. 2005
Designação: Fragmento de Bridão



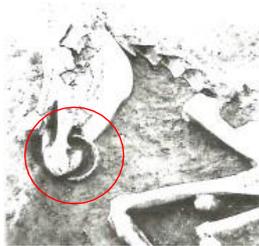
[SANZ, 2005; fig22 pág. 119]



[CORTÉS e FAURE; 2009; pág. 189]
Convento S. Salvador Barcelos



Proveniência: Terronha de Pinhovo
[U.E. 36] Sector "B" Fevereiro/2005
Designação: Fragmento de Espora?



Inumação de cavalo em Sopron,
(Hungria) Séc.II a.C (seg. Jerthem)

[SANZ, 2005; Fig 27 – pág, 124]

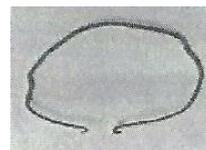


Inumação de cavalo de Burriana
(Castellón) Seg.Mesado 2003.

[SANZ, 2005; Fig 28; pág 124]



SANZ, 2005; Fig 26, pág 123
("Narigón de la serreta". Este autor atribui
Este acessório a um ritual de enterramento)



Proveniência: Terronha Pinhovel
Inventário 2869
[U.E. 38] sector "B" Fev/2005
Designação; anilha de ritual de
enterramento

O Sino:



Designação: Sino – Tintinnabulum.

Proveniência Terronha de Pinhovel.

Matéria-prima: Bronze

Medidas: 4*4,2*0,2cm.

Localização atual: Museu Municipal de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo.

Era usual as tropas Lusitanas usar nas suas montadas, agarrado à cabeçada da besta, um sino, que servia para, ao recuperarem as suas montadas durante ou após o combate, fazerem o chamamento do cavalo por assobio e assim o combatente dar conta da localização da sua montada.

Não temos conhecimento que os Lusitanos tenham estado tão a norte do que é hoje território Português, nomeadamente a norte do rio Douro, todavia, todavia os usos e costumes viajaram, por certo, com alguma facilidade.

É uma peça extremamente rara, não se conhecendo outra no país. Encontramos alguns espécimes na vizinha Espanha em estatuária ou em vasos, como se mostra na figura seguinte:



Iconografia de um vaso do século I (finais) do museu de Ilíria – Valência onde é visível o sino pendurado na cabeça do cavalo.

Outras peças exumadas, de elevado valor patrimonial, provenientes dos arqueossítios Terronha de Pinhovel e Cramanchão (ambos romanizados?)

Soliferrum ou Soliferreum (do latim: *solus*, "only" + *ferrum*, "Iron")

Local: Terronha de Pinhovel

Matéria-prima: ferro

Cronologia: Idade do Ferro

Nº Inventário: 599 – Sector “A”

Medidas: comprimento; 22.4cm

Localização atual: Museu Municipal de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo



Trata-se de um fragmento de “Soliferrum” nome romano para uma antiga arma dos povos Ibéricos (neste caso atribuível à etnia Zela (Zoelae) que povoou Macedo de Cavaleiros e o povoado da Terronha de Pinhovel). Esta arma era feita inteiramente em ferro. Foi exumada no ano de 2004 no sector “A” (sector mais antigo deste arqueossítio) na U.E. 1., e tem número de inventário 599. O soliferrum era um dardo pesado lançado à mão, projetado para ser lançado a uma distância até 30 metros. Na língua ibérica era conhecido como “*Saunion*”. Era uma arma muito temida pelas tropas romanas. Pelo terminal da peça se verifica que não pode ser um Pilum ou Pilo, pois essa arma era encabada em madeira e era uma arma com origem romana usada pelos seus exércitos.

Fragmento em bronze:

Decoração da zona frontal de um casco “Galeus” (Capacete romano, de tradição Gaulesa) ou tipo Monfortino

Proveniência: Cramanchão.

Matéria-prima: bronze.

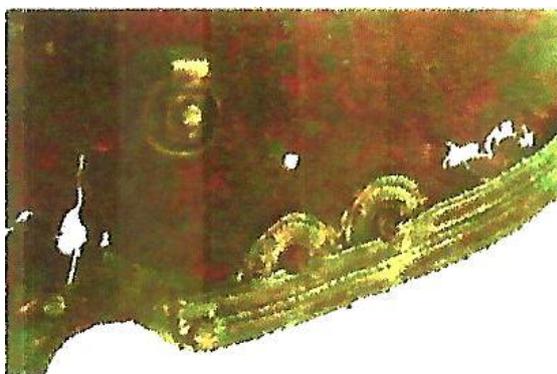
Cronologia: Período Romano.

Medidas: 2.7*0,1cm.

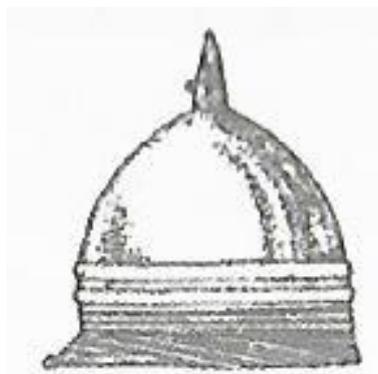
Localização atual: Museu Municipal de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo



Fragmento de decoração de capacete Monfortino em exposição no Museu Municipal de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo.



Capacete Galeus ou tipo Monfortino (Foto: Museu Dom Diogo de Sousa)



Exemplar do Castelo de Lanhoso, Braga (in Caderno TQ nº 9, pp. 93)

A exemplo, o modelo recuperado no Castelo de Lanhoso, do tipo Monfortino que protegia somente a calote craniana. Estes cascos aparecem numa época já tardia da cultura Ibérica a partir de finais do século I d.C. Por vezes apresentavam-se com proteção facial lateral em cabedal com argolas, para atadura ao queixo.

Moeda Romana: Caetra



Legenda: Moeda exumada no sector A do povoado romanizado(?) do Cramanchão, Freguesia dos Cortiços: Em exposição no Museu Municipal de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo.

Trata-se de uma moeda cunhada entre 27-23 a.C. no tempo do imperador Augusto. Trata-se da série mais antiga desta moeda romana cunhada na Península Ibérica. No anverso tem o busto do Imperador olhando à esquerda com uma palma e um caduceu. No reverso aparece sem legenda uma caetra. Este símbolo corresponde a um escudo redondo atribuído aos povos indígenas do norte da Hispânia e possuiu um grande simbolismo, pois é nesta data de emissão que Roma estava a proceder à conquista do Noroeste da Hispânia. É sem dúvida uma demonstração de poder transmitindo uma mensagem ideológica. O estado romano acaba por introduzir este numisma em circulação através das próprias legiões. O batimento desta moeda em bronze é utilizado para pagar exclusivamente o soldo aos legionários romanos.

Caixas de selos de correio Imperial.

O serviço de correio romano “cursus publicus”, foi instituído pelo Imperador Augusto e estava afeto unicamente aos organismos do Estado. O sistema garantia que só o destinatário tivesse acesso ao conteúdo das mensagens ou encomendas. Era um sistema eficaz para a transmissão de notícias e para o transporte de bens em nome do Estado. O conteúdo da mensagem ou encomenda era envolvido em pergaminho ou tábuas, depois era atada com fios que passavam por dentro da caixa do selo, onde era vertida cera quente immobilizando os fios e ligando a caixa de selo ao invólucro. A presença destes artefactos no povoado da Terronha de Pinhovel, atestam sem dúvida a extrema importância que este povoado, com cerca de 4 hectares, teria como centralidade em período romano.

As caixas de selos de correio tinham em período romano o mesmo objetivo do correio registado de hoje. Afiançando que o correio seria entregue em segurança e que não seria violado.

Designação: Tampa decorada em forma de gota, de caixa de selo de correio.

Proveniência: Terronha de Pinhovel.

Matéria-prima: Bronze

Medidas: 2.7*2.1*0,4cm

Localização atual: Museu Municipal de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo.



Designação: Base de caixa de selo de correio.

Proveniência: Terronha de Pinhovel.

Matéria-prima: Bronze:

Cronologia: Período Romano

Medidas: 4*22*0,1cm

Localização atual: Museu Municipal de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo.



Comentários finais:

Desde há muito que a arqueologia e a história tentam encontrar uma centralidade territorial da etnia Zela. Não sendo de primordial importância teria, contudo, a virtualidade de dinamizar a investigação, independentemente desse “poder central” ser mais aqui ou mais ali, ou até ter havido mais que uma centralidade.

E como é que isso se poderá saber/fazer? Provavelmente pelas evidências materiais que as campanhas de escavações arqueológicas nos vão debitando. A nós, obriga-nos o dever, como investigadores da “Terronha de Pinhovelo” povoado romanizado (?) sito às portas de Macedo de Cavaleiros, ir dando conta desses achados e da sua importância contextual. Verifica-se que as peças agora tratadas tanto se encontravam em unidades estratigráficas do Sector “A” (a fase mais antiga, ao que costumamos chamar “Idade do Ferro” até às portas do novo milénio e que apanhou por certo o período de conquista romana da Península Ibérica), como do Sector “B”, o mais recente com registos até ao século IV d.C. Portanto verifica-se uma continuidade de povoamento na Terronha de Pinhovelo.

Para além de todos os materiais em exposição no Museu Municipal de Arqueologia “Coronel Albino Pereira Lopo” situado em Macedo de Cavaleiros, alguns materiais, esses que neste artigo damos conta, fizemos (e continuaremos a fazer) uma releitura aos milhares de peças já exumados desse arqueossítio. Daí, resultou, a identificação de uma série de artefactos ligados aos apetrechos cavaleares.

Sabendo da importância que o cavalo veio adquirindo no dia-a-dia, assim como nas artes militares coevas e posteriores, perpassando até aos dias de hoje, pareceu-nos importante dar a notícia.

De facto, parece-nos que a descoberta dos materiais que reportamos neste artigo não se compadece com **um irrelevante** povoado romanizado (?) Situado nas fraldas da serra (de Bornes).

A povoado da Terronha de Pinhovelo, não só pela área do seu perímetro, cerca de 4 hectares, como as enormes estruturas postas a descoberto pelos trabalhos arqueológicos de emergência levado a cabo pela empresa Arqueohoje, aquando da intervenção de emergência dos trabalhos da ligação da Autoestrada-4 ao Itinerário Principal 2 – em 1999, estruturas essas que ainda não foram nem estudadas nem postas totalmente a descoberto. Assim, com os conhecimentos já adquiridos nas campanhas realizadas sobre a égide da Associação Terras Quentes e a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, leva-nos a acreditar que estamos perante um arqueossítio de elevado interesse patrimonial, local, regional e nacional, aliás, já reconhecido pela Direção Geral do Património Cultural, como de interesse nacional, candidata-se a uma centralidade regional ou a uma das centralidades regionais.

Bibliografia

BAÊNA, M. S. de. (2009) - Grandes enigmas da História de Portugal, Vol. 1 da Pré-história ao século XV, 2ª edição, Esquilo, Lisboa, pp 51 a 75.

BAÊNA, M. S. de. (2012B) - O armamento ligeiro das legiões romanas, Cadernos Terras Quentes, nº 9, Macedo de Cavaleiros. pp 111 a 126.

BAÊNA, M. S. de (2012A) - O armamento dos Lusitanos nas campanhas de Viriato, Cadernos Terras Quentes, nº 9, Macedo de Cavaleiros. pp 87 a 109.

BARRANHÃO, H. e TERESO, J. (2006); - A Terronha de Pinhovelo na *ciuitas zoelarum*: primeira síntese, Cadernos terras Quentes, nº 3, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros.

BERNDREY, R. e THORPE, N. - The Origins of Domestic Horses. s/d s/l.

CARNA-GOSELA R. L. y MARTA. D.; - Frena equorum. Guarniciones de frenos de caballos en la antigüedad, s.d, s.l, p 30 tardia hispânica, pp 288/300.

DESERT, JORGE e PEREIRA, SUSANA H. MARQUES; - Estrabão, Geografia III, Introdução, tradução do grego e notas, Pombalina University, Coimbra, 2017, Coimbra pp37-100.

FERREIRA, C. SÉRGIO. (2007) - Preço e salários em Portugal na Idade Média; Dissertação de Mestrado, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

CORTÉS, RICARDO e FAURE, FRANCISCO – Um conjunto de esporas provenientes do convento de S. Salvador de Vilar de Frades; Portugalia, Nova série Vol. XXIX e XXX, 2008-2009; pp 179- 192 s/l.

GOZALO, A. M. A. (2006) - El poblado de Cramanchão Campanha de 2005. Caderno Terras Quentes 3 Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros.

GOZALO, A. M. A. e MENDES, C. (2006), - O resultado da campanha de 2006 e algumas reflexões sobre o povoado do Cramanchão, freguesia dos Cortiços, Caderno Terras Quentes nº 4, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros

GUERRA, A. (1995); Plínio-o-velho e a Lusitânia - Arqueologia & História Antiga, Edições Colibri, Lisboa. In North-west Europe: new direct dates on the Horses of Newgraunde, Irland; Proceeding og the Prehistoric So ciety, 79, Irland, 2013, pp 37 e 91-103.

GUILLÉN, J. I. R. (2005); - Las representaciones de caballos y de élites ecustres en el arte rupestre de la Edad derl Hierro de la Península Ibèrica, Cuadernos de Arte Rupestre, nº 2, Madrid, pp157-200

LETTOW-VORBEK, C.L.V. (2005) - Arqueozoología del caballo en la antigua Iberia.; Gladius XXV, s.l, pp 187-206.

LOPEZ, GISELA RIPOLL e LISSÓN, MARTA DARDER; Frena equorum. Guarniciones de frenos de caballo en la antigüedad tardia hispánica, In, Espacio, Tiempo y Forma, Serie I, Prehist. Y Arqueol. T, 7 1994 págs. 277-356. s/l.

QUESADA, F. (2005); - El Gobierno del caballo montado en la antigüedad clásica, Gladius XXV, s.l, pp.97 e 150.

SANCHES-MORENO, E. (2005) - Caballo Y sociedade en la Hispania Céltica: Del poder aristocrático a la comunidade política, Gladius, XXV, s.l. 2005 pp 237-264

SENNA-MARTINEZ, J.C. e CARDOSO, M. (2010) - A horse! A horse! My Kingdom for a horse, Cadernos Terras Quentes, nº 7, 2010, Macedo de Cavaleiros. Pp 41 a 46.

SENNA-MARTINEZ, J.C., LUÍS, E., MENDES, C. (2014) - Catálogo Museu de Arqueologia – 50 séculos de História de Macedo de Cavaleiros, Caderno Terras Quentes nº 14, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros.

SANZ, FERNANDO QUESADA; El Gobierno del caballo montado en la antigüedad clásica com especial referencial al caso de Iberoa. Bocados, espuelas y la cuestión de la Silla de montar, estribos y hierraduras, Gladius XXV, 2005, pág. 97-150. s/l

SILVA, A.P. (2007) - A Terra Sigillata Hispânica Tardia de Terronha de Pinhavelo: O comércio e o Povoamento. Caderno Terras Quentes nº 4, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros.

SOUSA, R. (2011) - Ser ou não ser (Zoela), eis a questão. – Caderno Terras Quentes nº 8, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros.

TERESO, J. (2009) - Estudo Paleobotânico das estruturas arqueológicas do povoado romano da Terronha de Pinhavelo, caderno Terras Quentes 6, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros.

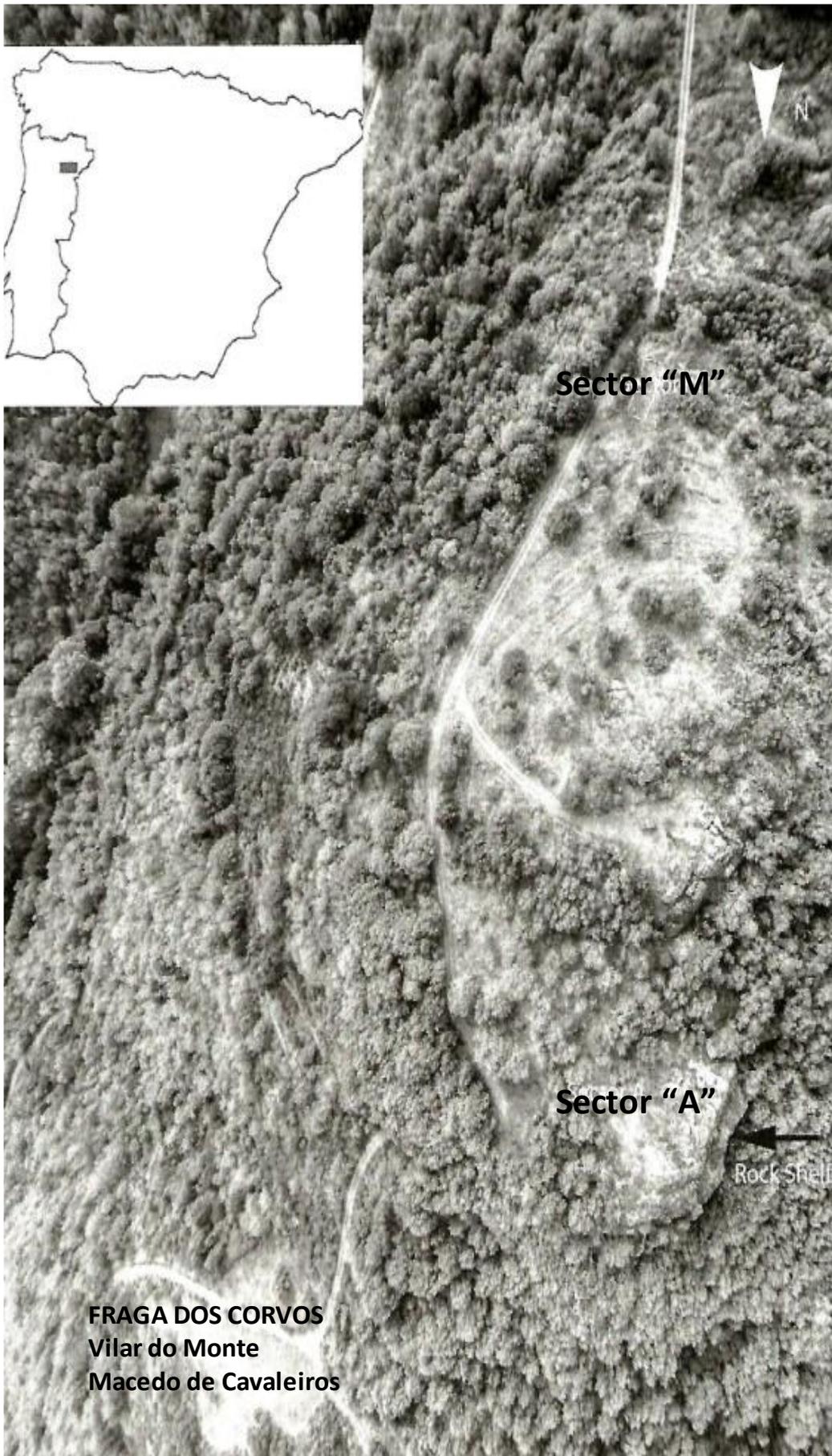
Bibliografia eletrónica

www.equisport.pt/quem-inventou-os-estribos/

<http://ascidadesdalusitania.blogspot.pt/2015/08/glossario-de-a-l.html>

<https://www.researchgate.net/publication/308437189L>

www.Soliferrum | Military Wiki | Fandom (wikia.org)



FRAGA DOS CORVOS
Vilar do Monte
Macedo de Cavaleiros

Fraga dos Corvos Campanha 15(2017) e Levantamento do Ortofotomapa (2019).

João Carlos Senna-Martinez*

Elsa Luís**

Carlos Mendes***

Resumo – A Fraga dos Corvos (Concelho de Macedo de Cavaleiros, Distrito de Bragança) constitui até ao momento caso único de investigação no NE Português. 15 campanhas (2003-2017) abrangendo espaços e níveis representando dois momentos, o Bronze Médio (BM – Luís, 2010 e 2016) e o Bronze Final/Idade do Ferro (BF/IF – Reprezas, 2013; Senna-Martinez, Luís e Mendes, no prelo), até então muito mal conhecidos, forneceram abundante informação sobre a sua ocupação durante parte substancial da Idade do Bronze e levantam questões importantes sobre a transição para a Idade do Ferro.

Nomeadamente no que respeita aos resultados das intervenções alvo do presente texto, somados aos dados estratigráficos e artefatuais recolhidos anteriormente, mostram a existência, em Trás-os-Montes Orientais durante o BF e a transição para a IF, de um “povoado” grande e complexo cuja monumentalidade exige compreensão e explicação.

Acresce que a descoberta de intercâmbios culturais com a Meseta Norte e o Sul Mediterrâneo peninsulares mostram uma teia de relações inter-regionais que, nomeadamente um conjunto artefactual de origem e/ou influência orientalizante, eram de todo insuspeitadas para o Nordeste do território nacional.

Palavras-Chave: Trás-os-Montes Oriental; Bronze Final/Ferro Inicial; Monumentalidade; Influências Mesetanhas; Influências Mediterrâneas.

Abstract – The Archaeological site of Fraga dos Corvos (Municipality of Macedo de Cavaleiros, District of Bragança) has been a unique case of investigation in the Portuguese NE. Object of 15 digging campaigns (2003-2017), encompassing spaces and stratigraphy’s representing two historical moments, the Middle Bronze Age (Luís, 2010 and 2016) and the Late Bronze Age / Early Iron Age (LBA / EIA – Reprezas, 2013; Senna-Martinez, Luís and Mendes, in press), hitherto very poorly known. The data thus obtained provided abundant information about the site and its settlers cultural during

* Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Uniarq) | Associação Terras Quentes | smartinez@fl.ul.pt

** Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Uniarq) | Associação Terras Quentes | elsavluis@gmail.com

*** Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Uniarq) | Presidente da Direção da Associação Terras Quentes | carlm@sapo.pt

a substantial part of the Bronze Age and raise important questions about the transition to the Iron Age.

Namely, with regard to the results of the interventions addressed in the present paper, together with the stratigraphic and artefactual data earlier collected, they show the existence, in Eastern Trás-os-Montes during the LBA and the transition to the EIA, of a large and complex settlement whose monumentality requires understanding and explanation.

In addition, the recovered evidence for cultural exchanges with the Northern Meseta and Southern Iberia cultural areas show a web of interregional relations, namely an artefactual set of origin and / or orientalizing influence, which was completely unsuspected for the Northeast of Portugal at such an early date.

Key-words: Eastern Trás-os-Montes; Late Bronze Age/Early Iron Age; Settlement Monumentality; Northern Meseta Influences; Mediterranean Influences.

Introdução

O presente texto, adaptado dos respetivos relatórios, diz respeito aos trabalhos arqueológicos desenvolvidos de 20 de Agosto a 03 de Setembro de 2017 (escavação) e em Setembro de 2019 (ortofotomapa), no sítio arqueológico da Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros).

Na campanha 15 (2017) foram continuados os trabalhos no Sector M (iniciados em 2011) tendo-se confirmado a estrutura de base do Sector. Esta parece constituir uma extensa plataforma, construída em pedra empilhada não-aparelhada, monumentalizando um dos lados de uma antiga entrada do povoado e formando, localmente, a frente e topo da muralha em talude que circunda o sítio arqueológico.

Já em 2019, foi possível proceder ao levantamento topográfico de todo o arqueossítio, efetuado com a colaboração do topógrafo Jorge Manuel Ribeiro Santos e com a utilização de um drone DJI-PHANTOM 3. Um dos resultados é o ortofotomapa das Figs.1 e2.

A intervenção neste sítio arqueológico enquadra-se no âmbito do protocolo entre a Associação Terras Quentes (Macedo de Cavaleiros), a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e o Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Uniarq). Enquadra-se igualmente no projeto de investigação “Crossroads 2 – *Encruzilhadas na Idade do Bronze, tempo, gentes e recursos: o sítio de montanha da Fraga dos Corvos em Trás-os-Montes Oriental no Bronze Médio e Final*”, oportunamente submetido e aprovado pela Direção Geral do Património Cultural.

Enquadramento Geográfico

A Fraga dos Corvos é um esporão rochoso situado na vertente noroeste da Serra de Bornes, freguesia de Vilar do Monte, concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança. As suas coordenadas são 99 122,194 de Longitude e 203 403,721 de Latitude GAUSS, a 870,856m de Altitude (Fig.1). Os terrenos em que se situa o sítio são propriedade da Associação Terras Quentes.

O cabeço possui domínio visual sobre a bacia de Macedo de Cavaleiros, nomeadamente sobre os solos férteis da mesma, e, ainda, sobre as portelas tradicionais de trânsito em direção a nordeste e noroeste (Abreiro, Carrapatas e Vale Benfeito), célebres pelos depósitos de alabardas, do Bronze Antigo, aí encontrados (Bártholo, 1959; Senna-Martinez, 2009).

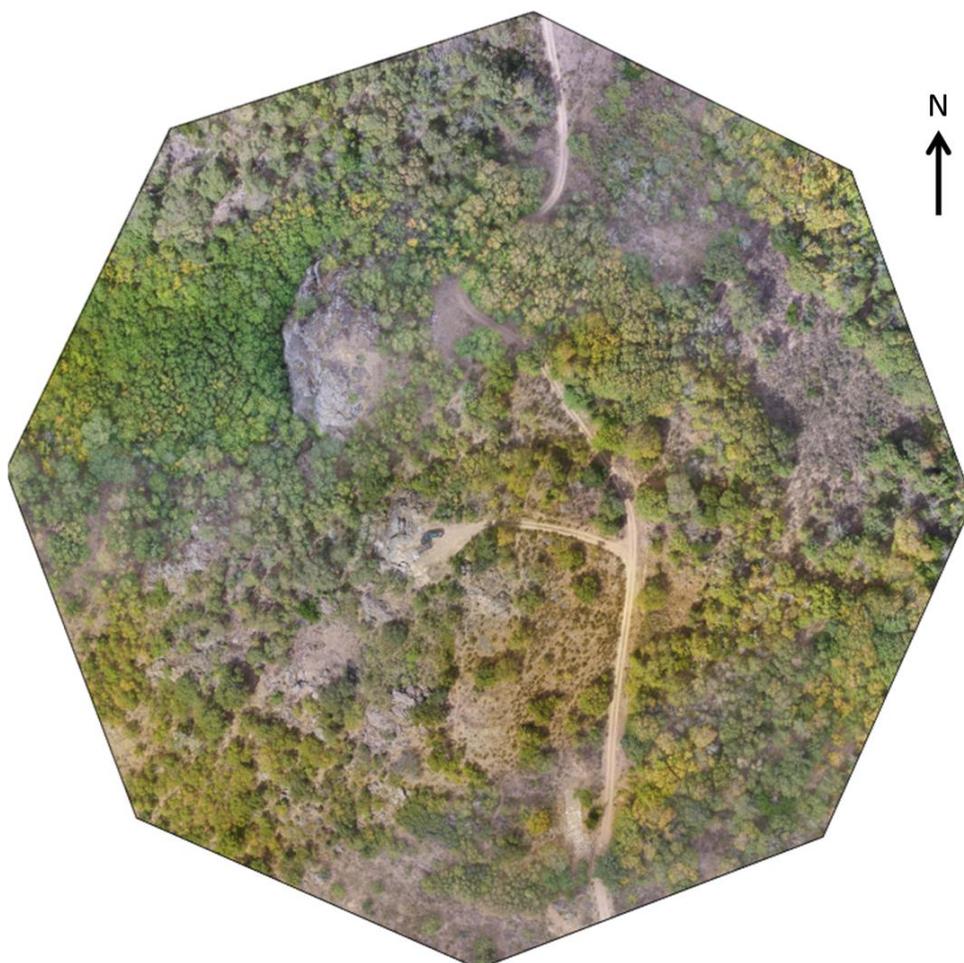


Fig. 1 – Ortofotomapa da Fraga dos Corvos.

O seu substrato é constituído, maioritariamente, por rochas metamórficas xistosas, com alguns filões de quartzo e grauvaque, conhecidas pela acidez que fornecem aos solos, reduzindo assim a possibilidade de preservação de matéria orgânica no registo arqueológico. Na região existem alguns afloramentos de talcoxisto,

matéria-prima utilizada no sítio arqueológico para elaboração de artefactos de exceção. A região apresenta também algumas jazidas de minério que poderão ter abastecido a metalurgia incipiente do povoado, sobretudo no que diz respeito ao estanho, obtido com facilidade. Por outro lado, o cobre é bastante raro, apresentando-se fundamentalmente sob a forma de *gossams* com carbonatos e óxidos derivados de sulfuretos que, pela sua tonalidade esverdeada e brilhante, terão facilmente sido reconhecíveis para as comunidades pré-históricas.

Trata-se ainda de uma região com abundantes recursos hídricos numa complexa rede de afluentes dos rios Sabor e Azibo e de várias ribeiras. Na vertente noroeste da Serra de Bornes, limitando o cabeço a poente e nascente destacam-se os vales relativamente profundos de duas pequenas ribeiras, respetivamente a de Vale de Nogueira e a Ribeirinha, constituindo as duas fontes mais próximas de água para o sítio arqueológico.

As espécies vegetais naturais desta região são, maioritariamente, o *Quercus pyrenaica wild* (carvalho negral) e *Quercus ilex L. ssp. Rotundifolia* (Lam.) (azinheira). Numa aproximação paleoambiental realizada a partir de carvões recuperados em vários sítios arqueológicos, foram identificadas distintas espécies vegetais. Entre as quais elementos vegetais com características do clima mediterrânico, como o sobreiro, a azinheira, o carvalho cerquinho, o zimbro e o medronheiro, e também típicas de clima atlântico, como o carvalho alvarinho, o pinheiro bravo e a vegetação frequente em zonas de vale ou margens de cursos de água, como o freixo, o amieiro, o salgueiro e a aveleira (Figueiral e Sanches, 1998-1999).

1. As intervenções no terreno

1.1. Calendário

A Campanha de 2017 decorreu de 20 de Agosto a 03 de Setembro – 18 dias úteis de trabalhos de campo.

A Campanha de topografia decorreu entre 11 e 15 de Setembro de 2019.

1.2. Equipas

Os trabalhos, em 2017, foram codirigidos pelos três signatários do presente relatório, apoiados por uma equipa em regime voluntário, composta pelos seguintes elementos:

- Catarina Pinto (Arqueóloga e aluna de mestrado em História e Cultura das Religiões na U. de Lisboa);
- Telma Ribeiro (Arqueóloga e aluna de mestrado em Arqueologia na U. de Lisboa);

- Margarida Carvalho (Geóloga e aluna de mestrado em Arqueologia na U. de Lisboa);
- Pedro Emanuel Soares Baptista (Arqueólogo e aluno de mestrado em Arqueologia na U. de Coimbra);
- José Maria Soares Braga (Aluno do 3º ano de Arqueologia na U. de Lisboa);
- Frederico Orlando da Silva Agosto (Aluno do 1º ano de Arqueologia na U. de Lisboa);
- Maria Teresa Patrício (Aluna do 11º ano);
- Liliana Marisa Malta Rio (Técnica de restauro ATQ);
- Samuel Malta Rio (Trabalhador ATQ).

Os trabalhos, em 2019, foram codirigidos pelos três signatários do presente relatório, apoiados por uma equipa composta, além do topógrafo atrás mencionado, pelos seguintes elementos:

- Belmira Mendes (Órgãos Diretivos da ATQ);
- Liliana Marisa Malta Rio (Técnica de restauro ATQ);
- Samuel Malta Rio (Trabalhador ATQ).

1.3. Logística

Na Campanha 15 (2017), tal como em campanhas anteriores, o alojamento, a alimentação, os transportes e o equipamento de campo foram assegurados pela Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros “TERRAS QUENTES” (ATQ), com apoio financeiro da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. A Intervenção de topografia de 2019 foi da única responsabilidade da ATQ que, como atrás referimos, é a proprietária do terreno.

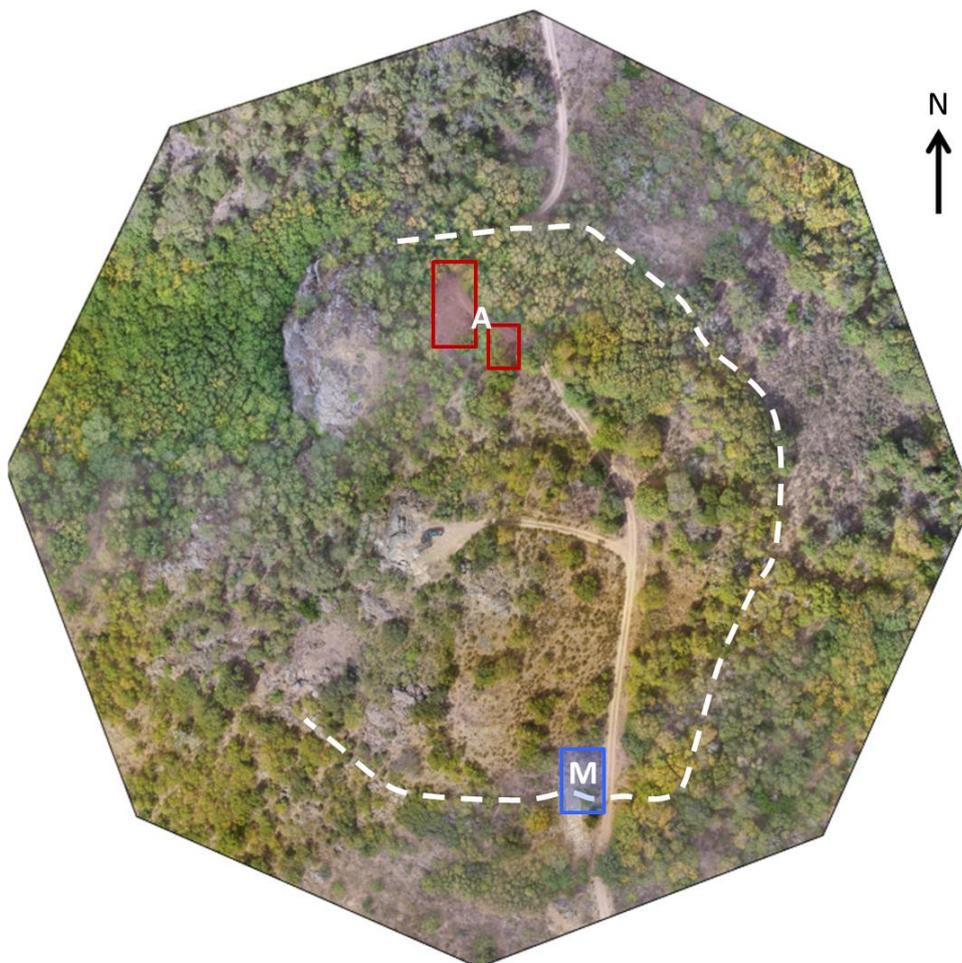


Fig. 2 – Ortofotomapa da Fraga dos Corvos, tendo assinalados os Sectores A e M, bem como o limite da muralha em talude que delimita o povoado no Bronze Final (linha tracejada).

O espólio será provisoriamente depositado nas instalações do Centro de Arqueologia (Uniarq) da Universidade de Lisboa, sendo, após estudo, devolvido às instalações da Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, para depósito definitivo.

1.4. *Objetivos*

A campanha de 2017 teve como objetivos a continuação dos trabalhos arqueológicos no sector M, anteriormente iniciados.

O Sector M foi, pois, o grande foco de trabalho nesta intervenção. Neste sector, pretendia-se continuar a escavação da área já aberta, nomeadamente com: (1) a finalização da escavação e registo das estruturas adossadas interiormente ao topo do talude sul; (2) a desmontagem dos entulhos que mascaram a face do talude sul na continuidade da área já aberta e seguindo o respetivo empedrado de topo. Esta segunda ação permitiria compreender e avaliar a estrutura do talude, o seu estado de conservação e programar eventuais medidas de consolidação e restauro.

1.5. Metodologia

O método de escavação aplicado ao sector intervencionado do arqueossítio cumpre as premissas do método em *open 174uni*, preconizadas por Barker (1982) e Harris (1989). Foram, no entanto, introduzidas algumas adaptações, nomeadamente no que concerne ao alargamento progressivo das áreas intervencionadas e à localização tridimensional dos artefactos relevantes (fragmentos cerâmicos com forma identificável, objetos metálicos, restos faunísticos, por exemplo).

Às realidades observadas (U.Es) – sedimentares, estruturais e negativas (cortes, buracos, fossas...) – suficientemente homogêneas para serem individualizadas, foram atribuídos números de identificação sem qualquer valor sequencial. As unidades estratigráficas, naturais e antrópicas, foram removidas na ordem inversa à sua deposição. No caso do sector M, a numeração das U.Es e dos registos individuais de artefactos começa no número 10000, para evitar repetições com números já atribuídos no Sector A. Todas as unidades estratigráficas são alvo de registo individual – fotografia, planta, ficha descritiva, onde consta toda a informação relativa a cada U.E. individualizada, e às relações que estabelece com as outras. A informação estratigráfica foi, posteriormente, interpretada e representada em plantas sincrónicas e em diagramas de faseamento.

No final dos trabalhos, o sector Foi coberto com manta geotêxtil e terras de crivagem.

Uma parte dos materiais arqueológicos exumados ficou à guarda da Associação Terras Quentes, nas suas instalações em Macedo de Cavaleiros. Aqueles necessários para estudo do sítio foram trazidos para Lisboa, estando provisoriamente nas instalações da UNIARQ (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

2. Resumo dos resultados anteriores

2.1. Sector A

O habitat da 1ª Idade do Bronze da Fraga dos Corvos foi descoberto em 2003 em resultado de trabalhos de desmatção que o puseram em perigo e que justificaram uma primeira intervenção (Senna-Martinez, Ventura & Carvalho, 2004). O espaço onde se instala esta etapa de ocupação é constituído por uma plataforma em declive suave, correspondente à parte noroeste do topo do cabeço, enquadrada a ocidente pela escarpa e a oriente por afloramentos que a separam do estradão que atravessa o “Monte do Vilar”, formando a área que designámos como Sector A.

A área total intervencionada é de 137m², dos quais 36m² correspondem à Sondagem 3, escavada entre 2003 e 2005 (Senna-Martinez, *et al.* 2010), enquanto

101m² correspondem à Sondagem 2 em continuidade de intervenção desde 2003. As evidências recuperadas configuram parte de um habitat evidenciando restos de diversas estruturas, incluindo 18 cabanas subcirculares ou elipsoidais, distribuídas por 6 a 7 fases de ocupação.

De particular importância resulta a confirmação de que o espaço original de estabelecimento, instalado diretamente sobre o substrato rochoso, parece ter sido cuidadosamente limitado por dois “muros” de pedra vã empilhada, separando a área habitada respetivamente: (1) a oeste o muro U.E. [624] interpondo-se em relação às fragas que limitam desse lado o espaço ocupável e provavelmente permitindo conter e desviar para a vertente norte águas de origem pluvial; (2) a norte o muro U.E. [679] define um socalco na vertente travando o declive natural. Além destas estruturas, identificaram-se buracos de poste forrados a pedra, lareiras e fossas.

No final da campanha de 2014, a grande maioria da área aberta já se encontrava escavada até ao substrato rochoso, bem como já se haviam compreendido e estabelecido as fases de ocupação do sítio e as relações estratigráficas entre elas. Na campanha de 2015 incidu-se, assim, na área Norte da Sondagem 2, na qual se identificaram materiais associáveis à ocupação do Sector M (Bronze Final/Inícios da Idade do Ferro), tendo-se continuado a escavação de camadas anteriores à construção do muro [50], concluindo-se deste modo a intervenção prevista para este sector que não foi continuada após a campanha 13 (2015).

2.2. *Sector M*

Como já enunciado em relatórios anteriores, a Sondagem 1 deste Sector foi implantada na plataforma artificial definida pela muralha em talude no seu topo Sul com o objetivo de caracterizar o povoamento associado a essa mesma estrutura, a sua cronologia e a sua eventual relação com o Sector A.

O objetivo primeiro da campanha de 2011 pautou-se pelo diagnóstico da potência estratigráfica conservada, através da delimitação de duas áreas fisicamente independentes (uma sobranceira à muralha propriamente dita, e uma outra mais a Norte), posteriormente integradas numa sondagem em área com o total de 13m no sentido Sul-Norte por 5m no sentido Este-Oeste.

As unidades estratigráficas identificadas em 2011, 2012, 2013, 2015 e 2016, positivas e negativas, podem agrupar-se em quatro grandes “fases” (cf. Relatórios de 2013 a 2016):

(1) *Unidades estratigráficas resultantes de remeximentos recentes* – Manta morta, entulhos superficiais, valas de reflorestação (anos 50 e 60 do séc. XX) e respetivos enchimentos. A sua escavação veio por à vista três realidades

sobrepostas que se escalonam de Norte para Sul devido aos remeximentos recentes se apresentarem seguindo o declive da plataforma.

(2) Ocupação superior – Solos de habitat parcialmente conservados [U.Es. 10011, 10073, 10076] cortados por estruturas negativas (fossas e buracos de poste). Conservaram-se apenas no terço Norte da área total aberta.

Este espaço foi um dos focos de trabalho na intervenção de 2015. Continuámos, assim, a escavação das unidades correspondentes à sequência de “pisos” identificada e que tinha permitido em 2013 a identificação da relação estratigráfica das camadas que se sobrepunham à [U.E.10082] como superior, portanto posterior, à grande camada de “entulho” ou de “terraplanagem” [U.E.10026=10032]. Avançámos deste modo em 2015 para a desmontagem da [U.E.10082] verificando que a sucessão de “pisos” continuava, pois ao termo da campanha expuséramos já a interface superior de outro, a [U.E.10108], uma vez removida a [U.E.10082].

Na campanha 14 (2016), a sequência dos “pisos” reconhecidos anteriormente foi completada, na sua parte correspondente à sequência sob a ocupação intermédia, com a escavação da U.E. [10108] o que veio a revelar um novo “ piso” sob este, a U.E. [10114], que inclui, no centro da sua interface superior (cf. Planta 90 do Anexo 1 e Foto-3) a “chapa de argila cozida” U.E. [10074], já parcialmente exposta em 2011 com a retirada dos enchimentos da fossa U.E. [10013] (cf. O relatório respetivo). Este novo “ piso” apoia-se de encontro aos restos de um “murete de contenção” U.E. [20115].

(3) Ocupação intermédia – Definida em 2011/12/13 como constituída aparentemente por uma única U.E. [10026=10032] que ocupa quase toda a área Sul da Sondagem 1 desde a linha de quadrados 4I/4M onde sobrepunha parcialmente a U.E. 10091=10098 até à estrutura de contenção U.E. 10093 cuja periferia sul sobrepunha. É composta por blocos pétreos sobretudo de pequena e média dimensão numa matriz argilo-arenosa esbranquiçada e muito compacta, quase uma brecha, com pouco material arqueológico. Na sua metade sul sobrepunha uma camada – U.E. [10084] – pouco espessa, de terras argilo-arenosas muito compactas, com zonas apresentando rubefação e integrando frequentes nódulos de argila cozida, diminutas palhetas de carvão e termoclastos além de frequente pedra miúda e alguma de médias dimensões, dados que sugerem fortemente a existência de uma área sujeita a temperaturas elevadas, como que queimada.

(4) Ocupação inferior – Camada muito escura [U.E. 10043] detetada na parte Sul da sondagem, sob as U.Es. [10026=10032, 10084], escavada parcialmente em 2012/2013, terminada em 2015. Revelou uma quantidade importante de materiais arqueológicos, nomeadamente fauna bem preservada

e algum metal. Recobria as Ues correspondendo a uma provável primeira instalação sobre a plataforma que viemos a verificar estruturava esta área.

Procedemos já em 2015 à extensão da área em escavação para sul da já aberta, quadrados I-M/2-4, ou seja, mais 15m². Deste modo, pudemos finalmente começar a compreender a relação estratigráfica entre a estratigrafia interna da sondagem e a muralha em talude que delimita o topo do cabeço onde se instalou o habitat do Bronze Final da Fraga dos Corvos. Constatámos assim que as estruturas de pedra imbricada [Ues.10091=10098=10106 e 10090=10097] detetadas sob as [Ues.10043, 10094] faziam já parte do topo do revestimento pétreo do talude como a escavação da área da extensão sul demonstra (Fig.3).

Em 2016 e uma vez totalmente exposta a interface superior da U.E. [10116] – Parte de um empedrado em couraça que se prolonga para sul, nascente e poente da área em escavação, o qual deverá corresponder ao topo do revestimento do talude que deste lado limita a plataforma a que chamámos Sector M – e escavada a U.E.[10094], no interior deste revestimento, expusemos sob esta um conjunto de espaços limitados por acumulações pétreas (Fig.4), os quais podem configurar três áreas de atividade encostadas ao talude e uma “habitação” (Cabana 1) com um piso U.E. [10127] que envolve uma “fossa/lareira” central Ues. [10124, 10126]. Este conjunto de estruturas pode corresponder neste espaço a uma primeira instalação no interior da “muralha em talude”, após a sua edificação.



Fig. 3 – Vista de Sul para Norte do empedrado em couraça [10116] que deverá corresponder ao topo do revestimento do talude que deste lado limita a plataforma.



Fig. 4 – O conjunto dos espaços funcionais postos à vista em 2016, na área interior ao topo do revestimento do talude.

Ao longo das campanhas de 2015 e 2016, todas as unidades com características sedimentares mais finas foram amostradas, aleatoriamente e segundo um protocolo estabelecido com a colaboração do Doutor João Tereso, parceiro do projeto, para posterior pesquisa e estudo de elementos paleobotânicos, incluindo antracológicos e de microfaunas.



Fig. 5 – Vista final da área intra-talude com o limite norte da plataforma bem visível.

3. Resultados globais da campanha 15 (2017) no Sector M

Concluída a Campanha 15 (2017), o estudo preliminar dos materiais cerâmicos e metálicos descobertos em 2011/2012/2013/2015/2016, permite enquadrar as ocupações preservadas da Sondagem 1 do Sector M nos momentos finais da Idade do Bronze integrando já, eventualmente, elementos de transição para a Idade do Ferro (Senna-Martinez, 2013^a; Reprezas, 2013). Nomeadamente, os dados sobre a metalurgia, recolhidos até à data, permitem, em conjunto com as estratigrafias detetadas e registadas, balizar as ocupações deste Sector entre os séculos VIII-VI a.C (Senna-Martinez, *et al.* 2012).

A importância estratégica do Sector M prende-se exatamente com a possibilidade de compreensão do Bronze Final e, nomeadamente, desta fase transicional, muito obscuros no panorama regional.

Importa, contudo, referir que os resultados obtidos com a Campanha 15 (2017) são particularmente importantes, sobretudo, pelos dados estruturais que revelaram e pelas hipóteses que permitem colocar sobre a História deste Sector M e da ocupação desta fase na Fraga dos Corvos.

A decapagem e exposição, entre o estradão que entra no cabeço a poente do Sector M e a extremidade Sul do mesmo Sector, de toda a frente da muralha em talude que limita em três lados o habitat do Bronze Final (Fig.1), juntamente com a conclusão da escavação dos respetivos ambientes interiores adjacentes ao talude, permitiu verificar que:

(1) A muralha em talude não parece ter sido cortada, ou sequer muito afetada, pela abertura do estradão em finais dos anos cinquenta do séc. XX;

(2) O estradão parece aí poder ter aproveitado uma antiga entrada Sul do recinto limitado pela muralha em talude;

(3) A regularidade da frente exposta e o seu traçado em curva suave entre a frente sul do povoado e o estradão, mais do repetir aqui o simples padrão de um revestimento de talude, são coerentes com as observações da estratigrafia das primeiras estruturas que parecem ter ocupado o interior e fazê-lo sobre uma superfície empedrada [Ues.129 e 138].

(4) A observação da frente do revestimento pétreo do Talude [U.E.10116] que, na área exposta, conforma e limita as ocupações interiores, juntamente com a verificação de que o empedrado de base das primeiras ocupações interiores, [Ues.10129 e 10139], parece preencher um declive suave de terreno [U.E.10137] que conforma este ângulo Sudeste do Povoado,

parecem configurar a seguinte possibilidade: As estruturas expostas no Sector M parecem demonstrar a construção de uma grande plataforma pétreia (de que as [Ues.10129, 10138 e 10116] formam, respetivamente, a plataforma, no caso das duas primeiras, e o revestimento, no caso da terceira) sobre a qual se instala, aqui, a ocupação.

O último aspeto referido e as dimensões prováveis da plataforma – correspondendo a uma área de mais de 200m² e a um desnível máximo preenchido correspondente a uma diferença de cotas de cerca de seis metros (Fotos-5, 6, 7, 8, 10) – conferem a esta extremidade do habitat enorme e insuspeitada monumentalidade.



Fig. 6 – A frente do Talude desmatado e com referencial instalado, vista E-W.



Fig. 7 – A frente do talude que do lado sul reveste a plataforma.

A estes resultados estruturais há que juntar o estudo dos restos recolhidos da macrofauna já concluído (Carvalho, *et al. No prelo*), bem como o estudo das componentes líticas do espólio móvel objeto de uma tese de mestrado já defendida com sucesso (Carvalho, 2018), cumprindo-se, deste modo dois objetivos importantes do Projecto *Crossroads*.

No que respeita aos restos de fauna, de um total de 1619 (1250 ossos e 369 dentes), a maioria foi encontrada próxima ao limite do talude na extremidade sul do sector M. As unidades estratigráficas com a maioria dos ossos são as U.Es. [10043] e [10084], correspondendo a colmatações do terreno que se sobrepõem a fase inicial de ocupação após construção do talude.

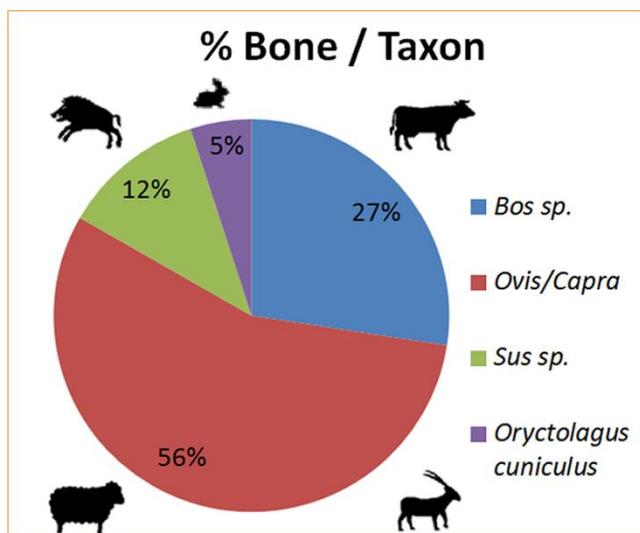


Fig. 8 – As faunas das ocupações interiores à muralha em talude (Carvalho, *et al. No prelo*).

Os quatro táxons principais são: *Ovis / Capra* (carneiro/cabra – 56%), *182unícu.* (Boi – 27%), *Sus sp.* (porco/ javali – 12%) e *Oryctolagus 182unículos* (5%). Apenas 99 ossos foram identificados como pertencentes a um dos quatro táxons principais, enquanto entre os dentes foi possível distinguir 331. O *Oryctolagus cuniculus* é o único género que possui mais ossos do que dentes recuperados. Há também um exemplar de cada *Capra* e *Ovis aries*, verificando a presença de ambos no local. Para os demais ossos classificados como *Ovis / Capra* não foi possível determinar o género.

5. Perspetivas de desenvolvimento

A monumentalidade da plataforma em que assenta o Sector M implica um levantamento topográfico especializado que só se previa poder efetuar em 2019, como de facto aconteceu.

O Sector M continua a ser o maior alvo de investimento nos trabalhos arqueológicos na Fraga dos Corvos. Durante esta campanha foi possível concluir a escavação da sequência de espaços de habitat associados aos momentos de ocupação mais tardia do cabeço no seu extremo adossado ao revestimento do talude (Foto-3).

Porém, os resultados mais significativos da campanha 15 (2017) decorrem do alargamento da sondagem em direção aos limites Sul e Oriental da muralha em talude e da constatação de que, nesta área o revestimento pétreo [U.E.10116], limita uma extensa e potente plataforma pétreo que forma um espaço claramente monumentalizado e impressionante para quem quer que abordasse o sítio proveniente do seu acesso Sul (Senna-Martinez, Luís e Mendes, no prelo).

As três áreas de atividade encostadas ao interior do talude e a “Cabana 1”, com escavação concluída e cujas fundações foram postas à vista, configuram um conjunto de estruturas que parece corresponder, neste espaço, a uma primeira instalação no interior da “muralha em talude”, após a sua edificação.

Haverá agora que certificar a construção da plataforma que sustenta todas estas estruturas identificadas na metade Sul do Sector M, tarefa dura, dado o volume de pedra envolvido e que pressupõe a angariação de recursos importantes para a respetiva campanha. Para o que foi prioritário o levantamento topográfico detalhado desta metade Sul do Sector M, efetuado em 2019 e, aproveitando a oportunidade, estendido a todo o Cabeço.

6. Referências

BARKER, P. (1982) – *Techniques of Archaeological Excavation*. Londres. Batsford.

BÁRTHOLO, M. L. (1959) – Alabardas da época do bronze no Museu Regional de Bragança. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa. Instituto de Alta Cultura, Vol. I, p.431-39

CARVALHO, M. (2018) – *Lithic raw materials in the Late Bronze Age: the case of Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Universidade de Lisboa.

CARVALHO, M.; LUÍS, E.; DETRY, C. e SENNA-MARTINEZ, J.C. (*no prelo*) – Late Bronze Age faunal remains from Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros, Eastern Trás-os-Montes, Portugal). Faro. *Proceedings of the Iberian Zooarchaeology Meeting 2017*.

FIGUEIRAL, I.; SANCHES, M.J. (1998-1999) – A contribuição da antracologia no estudo dos recursos florestais de Trás-os-Montes e Alto Douro durante a Pré-história Recente. *Portugália*, Nova Série, XIX-XX, p.71-95.

GOMES, S.S.; FIGUEIREDO, E; ARAÚJO, M.F.; LOPES, F. e SENNA-MARTINEZ, J.C. (2013) – Isotopic Lead Characterization of Archaeological Bronzes from Fraga dos Corvos (N Portugal). *International Journal of Conservation Science*. 4 (Special Issue), p.661-672.

LOPES, F.; SILVA, R.J.C.; FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, M.F.; REPRESAS, J.; LUÍS, E. and SENNA-MARTINEZ, J.C. (2013) – A microstructural characterization of some Late Bronze Age metals from Fraga dos Corvos site: fibula, pendants, riveted sheet and droplet. *Microscopy and Microanalysis*. 19-S4, p.141-142.

HARRIS, E. (1989) – *Principles of Archaeological Stratigraphy*. Second Edition. Londres. Academic Press.

LUÍS, E.; REPRESAS, J.; SENNA-MARTINEZ, J. C. (2012) – A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros). A Campanha 9 (2011). Primeira análise comparativa dos Sectores A e M – I Idade do Bronze / Bronze Final? *Cadernos Terras Quentes*, 9, p. 15-53.

LUÍS, E. e SENNA-MARTINEZ, J.C. (2018) – Bronze Age at a Crossroads: The Fraga dos Corvos Mountain Settlement in Eastern Trás-os-Montes, Middle and Late Bronze Age. José Carlos Sastre Blanco and Óscar Rodríguez-Monterrubio, *Eds. Archaeology in the River Duero Valley*. Newcastle upon Tyne. Cambridge Scholars Publishing. p.85-101.

SENNA-MARTINEZ, J. C. (2009) – Armas, lugares e homens: Aspectos das práticas simbólicas na Primeira Idade do Bronze. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Câmara Municipal. 17, p. 467-488.

SENNA-MARTINEZ, J.C. e LUÍS, E. (2017) – *Pré-História. 50 Séculos de História de Macedo de Cavaleiros. Cadernos «Terras Quentes»*. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC. 14, p.35-137.

SENNA-MARTINEZ, J. C.; LUÍS, E.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R.; FIGUEIREDO, E. e VALÉRIO, P. (2011) – First Bronzes of North-West Iberia: the data from Fraga dos Corvos Habitat Site”. In: MARTINS, Carla B.; BETTENCOURT, A. M.S.; MARTINS, J. I. F.P. & CARVALHO, J. (eds.) *Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental/ Settlement and Mining in the Atlantic Western Europe*. Proceedings of the First International Congress, Braga, 10th December of 2010. Braga: CITCEM, APEQ, p.377-390.

SENNA-MARTINEZ, J.C. e LUÍS, E. e MENDES, C. (no prelo) – Between the Atlantic and the Mediterranean: The Fraga dos Corvos mountain site (Macedo de Cavaleiros) in the Late Bronze Age/Early Iron Age Transition. Pré-Actas do Colóquio Internacional “ROMPER FRONTEIRAS, ATRAVESSAR TERRITÓRIOS: Identidades e intercâmbios durante a Pré-história recente no interior norte da Península Ibérica” – Porto, 15, 16 e 17 de Abril de 2021.

SENNA-MARTINEZ, J.C.; REPRESAS, J.; LUÍS, E.; FIGUEIREDO, E.; LOPES, F.; GOMES, S.; ARAÚJO, M.F. e SILVA, R.J. (2012) – Metal Artefacts of Mediterranean Affiliation from Fraga dos Corvos Habitat Site (Eastern Trás-os-Montes, Portugal): A First Appraisal. *O Arqueólogo Português*. V. 2, p. 241-263.

SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q. e CARVALHO, H. A. (2004) – A Fraga dos Corvos: Um Caso de Arqueologia e Património em Macedo de Cavaleiros. *Cadernos “Terras Quentes”*. 1, p.32-58.

SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q.; CARVALHO, H. A.; ARAÚJO, M. F.; FIGUEIREDO, E. e VALÉRIO, P. (2010) – «Melting the Power» – The Foundry Area of Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal). In: A. M. S. BETTENCOURT, M. J. SANCHES, L. B. ALVES e R. FÁBREGAS VALCARCE (Eds.) *Conceptualising Space and Place. On the role of agency, memory and identity in the construction of space from the Upper Palaeolithic to the Iron Age in Europe*. BAR International Series 2058. Oxford. Archaeopress. p.111-117.



Manuel Cardoso – uma faceta secreta

Manuel Cardoso
Latões, 17 de Fevereiro de 2021

1. Quando, há já uns bons anos, o meu amigo Zé Pedro¹, então fazendo parte da Comissão de Toponímia de Macedo de Cavaleiros, me informou que iriam dar o nome do meu Pai a uma rua², além de grande satisfação, senti que se tratava duma merecidíssima justiça. O meu Pai fora toda a vida um indefectível bairrista e apegado macedense. Mas também sorri para mim próprio porquanto havia um facto na sua vida que por si só seria mais do que suficiente para ter o seu nome em muitas ruas de Portugal e doutros países mas que, por vontade própria, não era conhecido de mais ninguém a não ser de minha Mãe e dos que há oitenta anos com ele protagonizaram uma história espantosa. Por isso então, ao Zé Pedro, que me pediu para dar base à argumentação para a sua intenção de dar o nome Manuel Cardoso a uma rua, mais ou menos eu disse o que acabei por escrever no meu livro *Macedo Rua a Rua*³: *“Manuel José de Sousa Cardoso nasceu em Macedo em 9 de Novembro de 1906, onde morreu em 9 de Junho de 1977, filho do Dr. Amadeu Américo de Magalhães Cardoso, natural de Cotas, e de D. Maria Leopoldina Miranda Oliveira e Sousa, natural de Macedo e neta dos Morgados de Macedo de Cavaleiros. Estudou Medicina na Universidade de Coimbra, fez parte do respectivo Orfeon, mas abandonou os estudos no fim dos anos vinte. Foi Administrador do concelho de Macedo⁴ já com a Ditadura de 1926. Foi para Moçambique nos anos trinta, onde trabalhou na Fazenda Pública. Regressou à Metrópole por motivos de saúde. Esteve internado no Sanatório da Guarda onde se curou da tuberculose e voltou à terra natal no início dos anos quarenta, onde teve que ficar forçosamente radicado por motivos políticos. Foi Vice-Presidente da Câmara⁵, Chefe dos Serviços Municipalizados, Delegado do Procurador da República, da Intendência Geral dos Abastecimentos, das Direcções da Federação Nacional dos Produtores de Trigo, do Grémio da Lavoura, da Cooperativa Agrícola, da Santa Casa da Misericórdia e Director do Aeródromo de Macedo de Cavaleiros. A sua influência junto da administração de Macedo foi enorme e deixou marcas notáveis, sobretudo no período dos anos quarenta a sessenta. Foi ainda correspondente de publicações e jornais e deixou artigos n’ O Comércio do*

¹ José Francisco Pedro (1.03.1956-6.11.2010) foi um bom amigo, militante no CDS, vereador na Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, membro da Junta de Freguesia e da Assembleia Municipal do mesmo concelho, funcionário do Ministério da Educação e empresário de hotelaria.

² Fica esta rua na saída nascente de Macedo, perpendicular à Rua D. Abílio Vaz das Neves e dá acesso ao Bairro Social da Alegria.

³ Cardoso, Manuel, *Macedo Rua a Rua*, Ed. Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, 2005, ISBN: 972-97568-5-6.

⁴ Sendo Presidente o Dr. Frederico Falcão Machado.

⁵ Sendo Presidente o Padre Manuel António Faria.

*Porto, Diário de Notícias, Diário da Manhã, a Época e A Voz, entre outros*⁶. Fez parte de comissões, nomeadamente a que organizou as Festas de Comemoração do Centenário de Macedo de Cavaleiros e que lhe mereceu, da parte do autor da monografia “O Concelho de Macedo de Cavaleiros”, Dr. Armando Pires⁷, as palavras escritas de oferecimento “ninguém com mais direito a um exemplar do autor”. Foi eleito e homenageado como sócio honorário n.º 1 da antiga Associação Comercial de Macedo de Cavaleiros. Foi casado com Emília Branca Justo de Mascarenhas Serra⁸, de quem teve seis filhos.



Legenda: No jardim do Sanatório na cidade da Guarda

Humanista profundo e dotado dum elevado sentido de amor pelo próximo, seria a sua dedicação aos aflitos e pobres a linha orientadora da sua vida. Entre outras acções que desenvolveu nesta matéria, umas mais discretas e, até, confidenciais do que outras, é de referir a constituição de um Centro de Apoio aos Retornados que, de uma forma que procurou ser mais eficaz do que espalhafatosa, actuou em Macedo no sentido de minorar situações desesperadas dos que vieram do Ultramar, fugidos a uma descolonização que os deixou na penúria. “Amigo dos pobres”, será talvez o melhor epíteto que gostaria de ver colocado na sua campã ou na placa da rua com o seu nome.” Quando nesse parágrafo se diz “Humanista profundo e dotado dum elevado sentido de amor pelo próximo, seria a sua dedicação aos aflitos e pobres a linha orientadora da sua vida” e ainda “voltou à terra natal no início dos anos

⁶ Fernandes, Hironidino da Paixão, Bibliografia do Distrito de Bragança, pg.176, Vol. II, Edição da Câmara Municipal de Bragança, 2012.

⁷ Pires, Armando, O Concelho de Macedo de Cavaleiros, Edição da Junta Distrital de Bragança, 1963.

⁸ Escritora (11.12.1917, Coimbra – 17.05.2008, Macedo de Cavaleiros).
Vide: <https://adriveinmycountry.blogspot.com/2008/05/emlia.html>

quarenta, onde teve que ficar forçosamente radicado por motivos políticos”, era a referência possível ao que hoje tratamos neste artigo. A minha Mãe, entretanto, também já não está entre nós e agora sem receio de ferirmos susceptibilidades ou despertarmos escrúpulos exagerados seja em quem for, poderemos contar a parte principal do que então se passou.

2. Temos, para tanto, que nos situar no contexto, pessoal e geral. Manuel Cardoso tinha regressado de África, de Lourenço Marques, em Moçambique, em 1938, com tuberculose, e num estado tal que quase todos pensaram que não se iria curar e morreria em breve. Todos, menos ele. Desde o primeiro dia em que tinha entrado no Sanatório Sousa Martins, na cidade da Guarda, que a sua determinação fora a de que iria ultrapassar a doença com sucesso e teve ânimo para ajudar mesmo os que lá se encontravam em situações desesperadas. Este seu estado de espírito positivo logo lhe granjeou a amizade do Director, o Dr. Ladislau Patrício. Nele foram ensaiados alguns processos inovadores e foi experimentado um tipo de tratamento por pneumotórax com sucção, de acordo com um protocolo italiano, dias a fio com uma agulha a provocar vácuo num nódulo maior dum pulmão, seguido a r/x sequencial, até ser declarado resolvido. Praticamente três anos de internamento e ambulatorio conseguiram recuperá-lo. Lá, foi conhecer a que viria a ser a sua mulher e mãe dos seus filhos, entretanto regressada a Lisboa à data dos acontecimentos ora narrados. Longe de estar ou se sentir sozinho, a sua cultura poliglota ocupou-o na maioria dos seus dias, mesmo nos tempos de acamado e isolado: jornais e revistas que assinava ou que a família e amigos lhe mandavam, entre outros o Diário de Notícias, o Le Figaro, a L’Illustration, as publicações da propaganda inglesa e alemã. Lia romances. Comentava notícias. E ouvia-as. Com um aparelho de telefonia Phillips 1938 que comprara (e que o veio a acompanhar no resto da vida!) e com que sintonizava emisoras de todo o lado que lhe levavam música, teatro, novidades. Em português, francês, castelhano e italiano.



Legenda: No Sanatório Sousa Martins

No sanatório viveu os anos que mudaram todo o resto do século XX: 1939 e 1940. Apesar de internado, com uma ou outra saída esporádica, mantinha-se bem informado e conhecedor do que se passava em todo o mundo, mundo que pressentiu nunca mais voltar a ser o mesmo. Se bem que nesse período em que se passaram os acontecimentos que vamos narrar, de Janeiro a Maio de 1941, quase tudo indicasse que iria ser a Alemanha quem pontificaria na Nova Ordem. Porque então, nos fins de 1940 e em 1941, a Alemanha estava a ganhar essa nova Grande Guerra e, tendo a URSS do seu lado, não parecia haver quem lhe pudesse fazer frente com êxito⁹. A cidade da Guarda, apesar de longe de Lisboa, era uma cidade com movimento internacional. Parava ali o Sud-Express, encontravam-se ali as duas linhas beirãs que davam acesso à Europa, convergiam ali as estradas que se dirigiam para a fronteira. O sentimento das pessoas na Guarda era de que ali era de certo modo a fronteira, mais ainda as internadas no sanatório, no limiar da sua própria fronteira entre a vida e a morte. O viver dia-a-dia paredes meias com essas realidades físicas e interiores molda a visão sobre o destino, cria escalas de valores, torna as pessoas propensas a solidariedades e a protagonismos que uma vida normal fariam passar despercebidos, cria oportunidades, abre perspectivas. Portugal era então um porto seguro de refúgio e trampolim para fuga de quantos tentassem sair da esfera de influência da Alemanha e quisessem ir para o Império Britânico ou para a América. Muitos o fizeram. Alguns conseguiram. Quase sempre com a ajuda ou cumplicidade dos neutrais.

3. *Vamos seguir agora, ip[s]is verbis, o “relatório¹⁰ do processo das investigações realizadas acerca da entrada clandestina de súbditos estrangeiros no Paiz, pela fronteira da área do Sabugal, com a cumplicidade de alguns nacionais”.*

⁹ Em 23 de Agosto de 1939 a Alemanha e a URSS tinham firmado um acordo de mútuo entendimento e não-agressão. Dias depois, em 1 de Setembro de 1939, a Alemanha invadiu a Polónia, a que se seguiu a Declaração de Guerra à Alemanha por parte da França e da Grã-Bretanha, e a URSS também invadiu a Polónia a 17 de Setembro. Oito meses depois, de 10 de Maio a 22 de Junho de 1940, em semanas, a Alemanha invadiu a Bélgica, Luxemburgo, Holanda e França, ocupando Paris e derrotando os aliados, obrigando a um armistício. Os factos deste artigo passam-se cerca de meio ano depois e em Portugal, de Janeiro a Maio de 1941. Pouco mais tarde, em Junho de 1941, quase dois anos após o início da guerra, a Alemanha quebrou o acordo com a URSS e invadiu-a, chegando na sua ofensiva a 30 Km de Moscovo. Para quem seguisse as notícias pelos jornais, pela rádio e pela propaganda, a Alemanha continuava a parecer, até então, imparável. É importante ter presente o estado de espírito da opinião pública formatada por estes sucessos, à data, e dar valor a quem pudesse, então, manter posições de carácter no seu comportamento pessoal ou nas suas decisões de Estado.

¹⁰ Relatório que faz parte do Processo Contencioso PC 447/941 da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, PVDE. Curiosamente, há uma das fichas que tem o número do processo errado, propositadamente ou não, PC 477/941 e, por isso, numa das pastas do Arquivo da Torre do Tombo apenas consta uma das folhas em nome de Manuel José de Sousa Cardoso.... mas todo o processo acaba por estar arquivado sob o nome dos outros arguidos e com o número correcto. Em nome de Manuel José de Sousa Cardoso constam neste arquivo os seguintes conjuntos de documentos: Pide, SC, Boletim 325418; Pide, Delegação do Porto, PI 30977, NT 3932; Pide, Delegação de Coimbra, PI 1202, NT 4437. Há um outro, que é o que contém os documentos que seguimos, em nome de Maria do Céu Gomes da Silva, processo crime com os seguintes arguidos: Maria do Céu Gomes da Silva, Manuel Ferreira Neves, José Fernandes Da Costa e Joseph Rudnicky, Pide, SC PC 447/41, NT 4685. Graças à paciente atenção e

3
Ano de 19 41

Processo
Inicial
n.º da Sede 447/41

Cap. 1
Guimarães

Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

Secção DE INVESTIGAÇÃO

Acusação ou motivo de prisão

AYERIGNAÇÕES ACERCA DA ENTRADA CLANDESTINA NO PAIZ DE
DIVERSOS ELEMENTOS ESTRANGEIROS INDOCUMENTADOS.

ARGUIDO: MANUEL JOSE DE SOUSA CARDOSO, MARIA DO CEU GOMES DA SILVA A "CEU MANTAS", MANUEL FERREIRA DAS NEVES, JOSE FERNANDES COSTA "OCORDEIRO", PAULINO, JOSE MANUEL CASTELHANO "O CARRAPATINHO", JOSEPH RIUFNICKI (POLACO) e GEORGE JOSEPH PODOSKY (POLACO)

AUTUAÇÃO

Aos treze dias do mês de Março
do ano de mil novecentos e quarenta e um
nesta cidade de Lisboa e Repartição
da Secção de Investigação da Polícia de Vigilância e
Defesa do Estado, autuei os autos que seguem. E eu, Manuel Henriques
Guimarães, agente n.º 381/327,
servindo de escrivão o subscrevi.

Manuel Henriques

Mod. 176 - 5.000 ex.

Legenda: Capa do Processo de Investigação

Nesta conformidade, foram detidos alguns dos arguidos constantes do processo, que passo a discriminar as responsabilidades que competem a cada um deles:

profissionalismo das funcionárias que me atenderam na Torre do Tombo foi possível descobrir o que parecia impossível.

MANUEL JOSÉ DE SOUSA CARDOSO:

Tendo-lhe sido apresentado no Sanatório da Guarda, pelo internado George Podosky, súbdito polaco, Joseph Riudnicki,¹¹ súbdito estrangeiro da mesma nacionalidade, prontificou-se perante este a arranjar alguém que servisse de guia a estrangeiros refugiados, em Espanha, de nacionalidade polaca, para os mesmos entrarem no Paiz a través a fronteira e sem tomarem contacto com as autoridades espanholas, e isto pela razão de não obterem licença por intermédio das autoridades competentes para se poderem ausentar de Espanha.

Legenda: PVDE -Delegação de Coimbra, PI 1202 NT 4437 - Notificação

Assim, foi o arguido que falou à MARIA DO CÉU GOMES DA SILVA, mais conhecida pela alcunha “A CÉU MANTAS”, para que esta arranjasse alguém que se prontificasse a passar para Portugal os polacos que se encontravam refugiados em Espanha.

Tendo-lhe sido apresentado pela “CÉU MANTAS” o arguido JOSÉ FERNANDES DA COSTA, conhecido pela alcunha “O CORDEIRO”, incumbiu este da passagem clandestina, de Espanha para Portugal, dos referidos polacos, tendo combinado com o mesmo a maneira de cumprir a sua missão, assim como a importância a pagar pelo seu trabalho.

¹¹ A grafia deste nome varia consoante alguns redactores das diferentes peças do processo. Na década de cinquenta houve um outro homónimo também dos serviços secretos que terá estado em França e em Portugal, mas, analisadas as fontes, não se tratava do mesmo.



Legenda: Nota oficiosa.

Foi o arguido também que falou ao motorista MANUEL FERREIRA DAS NEVES para este conduzir de Pêga a Lisboa os polacos que entraram clandestinamente no Paiz, tendo entregue a este a importância em dinheiro para dar ao arguido JOSÉ FERNANDES DA COSTA para pagamento do seu trabalho.

Alega em sua defesa ter agido de boa fé, por lhe ter sido afirmado pelo JOSEPH RIUDNICKY que a situação dos referidos refugiados estava de antemão resolvida junto das autoridades portuguesas.

Quando teve conhecimento que em lugar de trez, tinham sido nove os refugiados que haviam atravessado a fronteira, suspeitou haver algo de ilegal, por isso aconselhou o arguido MANUEL FERREIRA DAS NEVES que não transportasse mais nenhum refugiado naquelas condições, porquanto tratando-se somente duma passagem, era de acreditar num caso fortuito, mas a repetir-se, tratava-se com certeza de negocio organizado e com largas ramificações.

O arguido não se encontra detido, em virtude de se encontrar internado no Sanatório da Guarda, e por a sua transferência para a prisão ocasionar agravamento do seu estado e perigo portanto para a sua saúde e vida, conforme documento junto aos autos a fls. 34.

MARIA DO CÉU GOMES DA SILVA, "A CÉU MANTAS":

A arguida a convite de MANUEL JOSÉ DE SOUSA CARDOSO indicou o elemento que serviu de guia aos estrangeiros de nacionalidade polaca que atravessaram a fronteira clandestinamente, tendo para esse efeito ido ao Sabugal, de automóvel, na companhia dos arguidos MANUEL JOSÉ DE SOUSA CARDOSO e

JOSEPH RIUDNICKY, onde lhes apresentou o arguido JOSÉ FERNANDES COSTA, “O CORDEIRO”, para o fim em vista.

Alega em sua defesa só ter conhecimento do assunto que se tratava, no momento da apresentação, ficando tratar-se de condução clandestina, de Espanha para Portugal, de estrangeiros de nacionalidade polaca, desconhecendo o ajuste que fizeram, por nada ter ouvido nesse sentido.

A arguida pelo trabalho da apresentação recebeu a importância de trinta escudos.

MANUEL FERREIRA DAS NEVES:

O arguido a convite de MANUEL JOSÉ DE SOUSA CARDOSO foi à povoação de Pêga, com os seus automóveis, conduzindo neles para Lisboa nove súbditos estrangeiros de nacionalidade polaca, que tinham entrado clandestinamente a fronteira.

Alega em sua defesa que não teve qualquer interferência directa na entrada clandestina no Paiz dos estrangeiros em referência, julgando sempre tratar-se de refugiados de guerra, como tantos que via por aqueles sítios.

Que apenas se limitou a ganhar a importância do frete, condução feita de dia e sem qualquer precaução, razão por que estava crente por que não lhe fossem pedidas responsabilidades por tal facto.

Acrescenta por fim que nunca julgou que o arguido MANUEL JOSÉ DE SOUSA CARDOSO fosse capaz de o envolver em caso de responsabilidade, pois que tendo-lhe feito bastante vezes serviços, nunca lhe propôs qualquer negócio menos lícito.

JOSÉ FERNANDES COSTA “O CORDEIRO”:

O arguido foi apresentado a MANUEL JOSÉ DE SOUSA CARDOSO, no Sabugal, pela MARIA DO CÉU GOMES DA SILVA, com o fim de servir de guia a estrangeiros de nacionalidade polaca, que se encontravam em Espanha, para entrarem em Portugal clandestinamente.

Tendo acedido ao convite e acompanhado dos contrabandistas PAULINO, conhecido como “O CARRAPATINHO”, e JOSÉ MANUEL CASTELHANO, foi à povoação espanhola Ciudad Rodrigo e em contacto com os estrangeiros em referência, conduziu-os à fronteira portuguesa, fazendo o percurso durante a noite e chegando a Pêga, povoação portuguesa, pela manhã.

O arguido recebeu pela sua missão, a quantia de dois mil e quatrocentos escudos, tendo entregue aos seus auxiliares a importância de seiscentos escudos.

JOSEPH RIUDNICKY:

O arguido foi apresentado a MANUEL JOSÉ DE SOUSA CARDOSO pelo seu compatriota GEORGE JOSEPH PODOSKY, no Sanatório da Guarda, com o fim do CARDOSO arranjar alguém que servisse de guia a súbditos polacos refugiados em Espanha e para estes entrarem em Portugal clandestinamente.

Acompanhou o CARDOSO e a MARIA DO CÉU GOMES DA SILVA ao Sabugal onde lhes foi apresentado o arguido JOSÉ FERNANDES DA COSTA, arguido que se prontificou a servir de guia aos referidos estrangeiros refugiados.

Foi o arguido que pagou o transporte dos seus compatriotas entrados no Paiz, de Pêga a Lisboa, assim como o trabalho do passador JOSÉ FERNANDES COSTA.

O arguido não foi preso, apesar de todas as démarches feitas nesse sentido, e pela razão de se ter ausentado do Paiz, tendo embarcado no vapor "Avoceta" em 21 de Março findo¹², conforme documento que vai junto aos autos a Fls. 53.

GEORGE JOSEPH PODOSKY:

O arguido apresentou o seu compatriota JOSEPH RIUDNICKY a MANUEL JOSÉ DE SOUSA CARDOSO, no Sanatório da Guarda, com o fim de este conseguir alguém que servisse de guia a súbditos polacos refugiados em Espanha e para que os mesmos entrassem no Paiz clandestinamente.

O arguido não se encontra detido, mas sim internado no Sanatório da Guarda.

-----oooOooo-----

Os arguidos PAULINO e JOSÉ MANUEL CASTELHANO, o primeiro mais conhecido pela alcunha "O CARRAPATINHO", foram os auxiliares do arguido JOSÉ FERNANDES COSTA na passagem clandestina dos súbditos polacos, de Espanha para Portugal.

Não se encontram detidos porque ao serem procurados por esta Polícia se ter verificado encontrarem-se os mesmos ausentes e em parte incerta.

-----oooOooo-----

Pelo exposto, deixo ao elevado critério de quem de direito o destino a dar aos arguidos.

Lisboa, 1 de Maio de 1941

O INSPECTOR

.....

A seguir à parte dactilografada em papel azul de 25 linhas vem uma parte manuscrita:

Parecer

¹² O Avoceta era um navio de passageiros inglês de 3400 toneladas, construído em Dundee em 1923, que fazia a rota Liverpool, Lisboa, Gibraltar, Canárias, entre outros destinos próximos. Acabou por ser afundado quando fazia parte dum comboio num ataque a norte dos Açores a 26 de Setembro de 1941, torpedeado pelo submarino alemão U-203 Rolf Mützelburg, havendo 123 mortos e desaparecidos e 43 sobreviventes. Há diversos sites com referências, dados e imagens desta embarcação, na net.

Concordo com o relatório que antecede.

Não há dúvida que, no decorrer dos actos, se provou que os arguidos introduziram em Portugal imigrantes clandestinos, mas também não há dúvida que não existe, infelizmente, lei que puna esses factos. O principal arguido, o polaco Joseph Rudnicky, saiu do país quasi logo a seguir à entrada dos clandestinos; os restantes na sua maioria, acham-se presos desde 19 de Março, à excepção do Cardoso e do polaco George Joseph Podosky que, por estarem tuberculosos, se encontram no Sanatório Sousa Martins, na Guarda, sendo o último o que menos culpas apresenta.

Pelo que deixo dito, proponho:

1.º Que fique interdita a entrada em Portugal, por tempo indeterminado, ao súbdito polaco Joseph Rudnicky; (OS 133/941)

2.º que, atendendo ao tempo de prisão já sofrido, sejam restituídos à liberdade os arguidos que se encontram detidos;

3.º que os autos sejam arquivados.

Lisboa, 12 de Maio de 1941

Paulo Germano

Concordo

Rubrica.... 12.5.41

Os três arguidos que se encontravam presos foram restituídos à liberdade em 12.5.41

Figueiredo

(...)

4. Os nove polacos, provavelmente além de outros mais nesse período, chegaram a Lisboa à Rua Rodrigues Sampaio, onde eram aguardados para ser documentados, e depois terão seguido para Inglaterra, antes mesmo de ter sido desencadeada a investigação que levou à descoberta destas acções do meu Pai. Seriam desertores da Força Aérea polaca. Do Conde Podoszky e do Joseph Rudnicky¹³ (se eram esses os seus nomes verdadeiros), tenho-os como agentes secretos da rede montada pelos aliados em Portugal e não soube ainda mais deles. Todos os presos implicados, a “Céu Mantas”, o “Cordeiro” e o Manuel Ferreira das Neves, detidos na prisão de Almeida, foram libertados em 12 de Maio. Manuel Cardoso, apesar de o processo o não mencionar, continuou restrito ao Sanatório e, posteriormente, à casa de seus pais em Macedo de Cavaleiros. De todo o processo apenas aqui se reproduz uma pequena parte essencial, mas todo o resto merecerá, um dia, uma visita, uma investigação aturada e uma apresentação pública, articuladas as peças de que se compõe. Porque aquilo que hoje é um maço de papéis catalogados e

¹³ Que em Lisboa se hospedava no Hotel Internacional.

arrumados num arquivo, um mero registo de nomes, factos e datas, constituiu no seu tempo um exercício de verdadeiro humanismo que se sobrepôs sem hesitações a outras considerações que não fossem as de socorrer de imediato pessoas aflitas e com a vida em transe. Nos curtos anos de convivência que tive com o meu Pai, pude testemunhar nele várias vezes essa sua faceta, da qual não fazia alarde nem cobrava o que quer que fosse. Dar atenção a pessoas e tentar socorrê-las nas suas dificuldades. Poderia não ter desempenhado cargo algum na vida que o distinguisse para ter uma rua de Macedo de Cavaleiros com o seu nome – bastaria esta sua faceta secreta para que tenhamos a certeza de que está no círculo dos *que por obras valerosas se vão da lei da morte libertando*.

τφ

Associação Terras Quentes

16

Cadernos Terras Quentes nº 16—Abril de 2021



TQ

Associação Terras Quentes